



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC

*Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG – PMUS  
Doutorado em Museologia e Patrimônio*

# **QUANTAS OLINDAS CABEM EM UM SÍTIO HISTÓRICO? O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A POPULAÇÃO LOCAL**

**Elaine Santana do Ó**

**UNIRIO / MAST – Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2024.**

**QUANTAS OLINDAS CABEM EM UM SÍTIO HISTÓRICO? O PROCESSO DE  
PATRIMONIALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A POPULAÇÃO LOCAL**

**Por**

***Elaine Santana do Ó***

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio*

*Linha de pesquisa 2: MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO INTEGRAL E  
DESENVOLVIMENTO*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio  
– PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal  
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de  
Financiamento 001.

Orientadora: Dra. Priscila Faulhaber Barbosa

*UNIRIO/MAST – Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2024.*

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**QUANTAS OLINDAS CABEM EM  
UM SÍTIO HISTÓRICO?**

**O PROCESSO DE  
PATRIMONIALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS  
SOBRE A  
POPULAÇÃO LOCAL**

Tese de Doutorado de Elaine Santana do Ó submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

**Aprovada por**



---

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa  
(orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)



---

Profa. Dra. Helena Cunha de Uzeda  
(Membro interno - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)



---

Profa. Dra. Maria Amelia Gomes de Souza Reis  
(Membro interno - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)



---

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos  
(Membro externo - UFPE)



---

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani  
(Membro externo - USP)

**Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024**

## Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

Ó22 Ó, Elaine Santana do  
Quantas olindas cabem em um sítio histórico? o processo  
de patrimonialização e seus efeitos sobre a população local  
/ Elaine Santana do Ó. -- Rio de Janeiro, 2024.  
228

Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e  
Patrimônio, 2024.

1. Sítio Histórico de Olinda. 2. Patrimônio. 3.  
gentrificação. I. Barbosa, Priscila Faulhaber, orient. II.  
Título.

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Priscila Faulhaber, por ter me acompanhado durante esses quatro anos com suas valiosas contribuições para a pesquisa desenvolvida.

Aos membros da banca de qualificação que aceitaram novamente o convite e se fizeram presentes também nesta banca final: Prof<sup>a</sup> Dra. Priscila Faulhaber, Prof<sup>a</sup> Dra. Helena Cunha de Uzeda, Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Amélia Reis, Prof<sup>o</sup> Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos e Prof<sup>o</sup> Dr. José Guilherme C. Magnani. Aproveito também para agradecer à Alexandra, secretária do PPGMUS, pela ajuda durante os processos burocráticos, e aos professores que me auxiliaram e me acolheram durante as duas disciplinas de estágio: Prof<sup>o</sup> Dr. Francisco Sá Barreto e o Prof<sup>o</sup> Dr. Hugo Menezes.

Agradeço em especial à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Beatriz de Miranda Brusantin que me acompanhou desde a graduação até o doutorado, e mesmo que de forma não institucional sempre esteve ao meu lado, me apoiando, encorajando e advertindo quando necessário. No espaço acadêmico, onde tantas vezes falta escuta e afeto, encontrei em Beatriz essas qualidades, e é por este motivo que tenho a honra de tê-la também como amiga.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Marcos e Eron, personagens fundamentais para que eu chegasse até aqui. Sabemos o quanto a pós-graduação no Brasil é elitizada, e, portanto, como é difícil para uma jovem como eu adentrar nesse espaço; sendo mulher, filha de mãe que se dedicou ao lar e ao cuidado dos filhos e de um policial militar, cujo objetivo de vida, sempre foi investir o pouco que tinha na educação dos seus filhos. O presente estudo, portanto, é resultado desse esforço; espero ter honrado cada gota de suor derramada, amo vocês!

Epílogos e finais. Tenho a convicção de que, sempre que finalizamos ciclos, outros começos iniciam-se. Foi assim que conheci Juliane, no ano final desse processo. Que grata surpresa da vida, me presentear com um amor daqueles, que a mim, só parecia existir “en las películas”. Além desse amor, em muito cinematográfico, Ju com toda sua dedicação e zelo a mim e ao que me é importante, funcionou nesse período decisivo como uma espécie de combustível do qual eu necessitava para continuar escrevendo. Obrigada por ser a melhor parceira de vida, que um dia eu já pude sonhar em ter. Te amo!

Como disse Aristóteles, o homem é um sujeito sociável. Me vejo inclinada a concordar com o filósofo, quando percebo o quanto me é fundamental ter a presença dos meus amigos por perto. Eles tiveram uma parcela importante no processo. Cada um colaborando a seu jeito, uns mais de perto e incisivos, outros mais de longe e cautelosos; e, que bonito foi ver cada um colaborando à sua maneira. Obrigada

especialmente a vocês: Tamires Souza, Eduardo Rodrigues, Roberto Gominho, Gabrielly Santos, Thiago Martins, Ashley Melo, Keyse Menezes, Isadora Lubambo, Rosa Amorim, Julia Godinho, Angela Regueira, Diego da Costa, Keuri e Chico Sá.

Agradeço aos moradores do Sítio Histórico de Olinda que me doaram um pouco do seu tempo para a realização das conversas e entrevistas. Sem vocês esse estudo não teria sido possível. Juntos somos mais fortes!

Minha gratidão à CAPES pelos anos de financiamento. Obrigada por tornar essa pesquisa uma realidade.

A força regente do universo, a qual nos acostumamos chamar de Deus, que ao longo desses quatro anos me acolheu, em longas noites de insônia e preocupação; sabemos que o processo de pesquisa e escrita não é fácil, a solidão é imperativa.

Por fim, aos Orixás que me regem, os quais conversei dia após dia: obrigada Ossain, por toda sabedoria e calma das folhas; obrigada também a Oxaguiã e Oxóssi, que como guerreiros, lutaram ao meu lado.

Axé!

## RESUMO

Ó, Elaine Santana do. O processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda e os seus efeitos na população local. 2024. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2024. 225p. Orientadora: Dra. Priscila Faulhaber Barbosa.

Esse estudo tem como objetivo central compreender o processo de Patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda (SHO) e suas implicações na economia local, no cotidiano e nas práticas socioculturais dos moradores. Realizamos uma pesquisa de campo com base etnográfica lançando mão de observação participante, entrevistas, conversas e diário de campo. Na pesquisa de campo buscamos estabelecer contato com moradores que se encaixassem em diferentes situações como: moradores de classe média, moradores em situação de pobreza, moradores de bairros privilegiados do centro histórico e moradores de áreas, que mesmo estando dentro do polígono do centro histórico, são vistas como periféricas. Com base referencial teórica e analítica da História Social e da Museologia Social e através de uma visão dialética acerca dos processos sociais, buscamos compreender as relações de conflitos e de resistência que se estabelecem no SHO a fim de valorizar as teias em que esses moradores estão inseridos conjuntamente com as agências patrimoniais e o aparelhamento estatal. A identificação das redes de conflitos nos fez identificar também suas falhas, e através delas, visualizamos as formas de resistências que os moradores vêm criando para continuar residindo no centro histórico cujo cenário envolve a expulsão de antigos moradores tanto de forma direta como de forma indireta. Portanto, essa tese é uma contribuição aos estudos acerca do patrimônio, principalmente no que diz respeito aos centros históricos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sítio Histórico de Olinda; Patrimônio; Apropriação seletiva do espaço.

## ABSTRACT

Oh, Elaine Santana do. The patrimonialization process of the Historic Site of Olinda and its effects on the local population. 2024. Thesis (Doctorate) – Postgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2024. 225p. Advisor: Dr. Priscila Faulhaber Barbosa.

This study's central objective is to understand the patrimonialization process of the Historic Center of the Town of Olinda (SHO) and its implications for the local economy, daily life and sociocultural practices of its residents. We carried out ethnographic fieldwork using participant observation, interviews, conversations and a field diary. In field research, we sought to establish contact with residents who fit into different situations, such as: middle-class residents, residents that live under the poverty line, residents of wealthy neighborhoods in the historic center, and residents of areas which, despite being within the polygon of the historic center, are seen as being peripheral. Based on theoretical and analytical references from Social History and Social Museology and through a dialectical view of social processes, we sought to understand the relationships of conflict and resistance that are established in the SHO in order to highlight the webs in which these residents are jointly inserted with heritage agencies and government representatives. The identification of networks of conflict also made us unearth its flaws, and through them, we identified the forms of resistance that residents have been creating to continue living in a historic center that has historically seen the expulsion of former residents both directly and indirectly. Therefore, this thesis is a contribution to studies on Heritage, especially with regard to historic centers.

**KEYWORDS:** Historic Site of Olinda; Patrimony; Selective appropriation of space.



## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

CECI – Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada  
DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
G8 – Grupo composto por oito países (Fórum Internacional)  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MINC – Ministério da Cultura  
SCA – Setor Cultural do Alto da Sé  
SCV – Setor Comercial do Varadouro  
SEIS – Setor de Interesse Social  
SHO – Sítio Histórico de Olinda  
SIT – Setor de Interesse Turístico  
SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional  
SR – Setor Residencial  
SRA – Setor Residencial Ambiental  
SRR – Setor Residencial Rigoroso  
SV1 – Setor Verde de grande densidade de elementos naturais que envolvem monumentos tombados  
SV2 – Setor Verde de proteção ecológica, caracterizadas pela densa vegetação  
SV3 – Setor Verde que compõe todas as praças, largos e mirantes da ZEPEC 1.  
UNESCO – Organização das Nações Unidas  
ZEPEC – Zonas Especiais de Proteção  
ZEPEC 2 – Conjunto ou Monumento Isolado  
ZEPEC 3 – Ruínas  
ZEPEC 1 – Sítio Histórico

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	“Marin d’Olinda de Pernambuco/ T’Recif de Pernambvco”.....	32
Figura 2	Paisagem de Olinda em gravura, datada de 1630.....	32
Figura 3	Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses ao mando do almirante H. C. Loncq e do coronel D. van Weerdenburch.....	36
Figura 4	Mapa Ilustrativo do Sítio Histórico de Olinda.....	43
Figura 5	Rua de São Bento (SRR).....	44
Figura 6	Alto da Sé (SCA).....	45
Figura 7	Praça do Carmo (SIT).....	46
Figura 8	Rua do Sol (SIT).....	46
Figura 9	Largo do Varadouro (SCV).....	47
Figura 10	Rua Duarte Coelho.....	48
Figura 11	Imóvel na Rua Duarte Coelho, em situação de invasão.....	49
Figura 12	Rua Santa Tereza.....	49
Figura 13	Imóvel na Rua Santa Tereza com tombamento individual.....	50
Figura 14	Convento de Santa Tereza (Antiga Capela de Nossa Senhora do Desterro).....	50
Figura 15	Fábrica Tacaruna.....	51
Figura 16	Capela de Santana do Rio Doce.....	52
Figura 17	CEMO (Antiga Casa Rosa) trata-se de um casarão rural que remonta ao período colonial.....	53
Figura 18	Ruínas do Forte do Buraco.....	54
Figura 19	Ruínas da Pólvora.....	55
Figura 20	Ruínas do Convento de Santo Amaro de Água Fria.....	56
Figura 21	Capela de Santana de Fragoso.....	56
Figura 22	Tapioqueira Dona Zeinha no Alto da Sé.....	59
Figura 23	Casa com Muxarabi Árabe de nº28 da Rua do Amparo.....	61
Figura 24	Casario com Muxarabi árabe nº7 da Praça João Alfredo.....	62
Figura 25	Igreja da Misericórdia (antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz).....	63
Figura 26	Igreja de Nossa Senhora do Monte.....	64
Figura 27	Igreja de Nossa Senhora do Desterro.....	65
Figura 28	Igreja de Nossa Senhora do Carmo.....	66
Figura 29	Igreja e Mosteiro de São Bento.....	67
Figura 30	Igreja e Convento de São Francisco.....	68
Figura 31	Palácio Episcopal (O antigo Palácio dos Bispos de Olinda).....	69
Figura 32	Seminário Maior Nossa Senhora da Graça (Seminário de Olinda).....	70
Figura 33	Casa do Antigo Aljube (Atual MAC-Olinda).....	71
Figura 34	Capela de São Pedro Advíncula.....	72

Figura 35	Forte de São Francisco.....	73
Figura 36	Polígono de tombamento UNESCO (1982).....	77
Figura 37	Casa nº 100 da Avenida da Liberdade.....	83
Figura 38	Casario nº 91 do Largo do Rosário.....	83
Figura 39	Umidade na casa de Leto.....	90
Figura 40	Umidade na casa de Leto.....	90
Figura 41	Casa da Bica.....	92
Figura 42	Casa da rua do Amparo.....	92
Figura 43	Casa da Henrique Dias.....	92
Figura 44	Umidade no interior.....	92
Figura 45	Umidade no interior da casa.....	92
Figura 46	Fachada Frontal de Leto.....	94
Figura 47	Fachada traseira de Leto.....	94
Figura 48	Mapa ilustrativo dos valores de compra e venda.....	110
Figura 49	Mapa ilustrativo dos valores dos aluguéis.....	111
Figura 50	Imagens da Igreja do Monte.....	112
Figura 51	Imagem do Bairro do Monte.....	113
Figura 52	Imagem do Bairro do Monte.....	114
Figura 53	Janelas gradeadas.....	134
Figura 54	Cadeados.....	135
Figura 55	Camisa do Bloco eu acho é pouco do ano de 2019.....	165
Figura 56	Grupo de foliões do Carnaval de Olinda fazendo crítica a Ministra Damares (2019-2022).....	167
Figura 57	Brincante fantasiada de caveira em crítica a reforma da previdência do ano de 2019.....	167
Figura 58	Boneco do então Presidente Jair Bolsonaro sendo hostilizado em Olinda..	168
Figura 59	Desfile do Bloco Bacalhau do Batata.....	170
Figura 60	Moradores e foliões do SHO protestando contra camarotes na Câmara dos Vereadores no ano de 2015.....	172
Figura 61	Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos.....	176
Figura 62	Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda.....	177
Figura 63	Homem da Meia Noite desfilando pelas ladeiras do SHO.....	178
Figura 64	Fotografia real do “Velho do Cariri”.....	180
Figura 65	Fotografia da representação “Velho do Cariri” durante desfile no ano de 2023.....	180

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - UM DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO E OS CONCEITOS QUE O CIRCUNDAM.....	6
1.1) PATRIMÔNIO: NECESSIDADE E UTILIDADE .....	7
1.2) PATRIMÔNIO NACIONAL E SUAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO .....	12
1.3) PATRIMÔNIO E ENOBRECIMENTO .....	18
1.4) CONCEITOS: REABILITAÇÃO URBANA, RENOVAÇÃO URBANA, REQUALIFICAÇÃO URBANA E REVITALIZAÇÃO URBANA.....	23
1.5) PATRIMONIALIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO .....	28
CAPÍTULO 2 - CONHECENDO O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA.....	31
2.1) “Ó-LINDA SITUAÇÃO PARA SE CONSTRUIR UMA VILA” .....	32
2.2) PARTIDAS E CHEGADAS: PROCESSOS DE ENOBRECIMENTO E GENTRIFICAÇÃO NA HISTÓRIA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA.....	37
2.3) SUBINDO E DESCENDO LADEIRA: UMA BREVE CAMINHADA PELA GEOGRAFIA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA .....	41
2.4) OS TÍTULOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA: TOMANDO NOTA .....	57
2.5) TOMBAMENTOS PONTUAIS: MONUMENTOS HISTÓRICOS .....	60
2.6) O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA .....	73
2.7) A OLINDA DE PEDRA E CAL: NÚMEROS, PRÓS e CONTRAS .....	78
2.8) O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA PARA ALÉM DA PEDRA E DO CAL .....	85
CAPÍTULO 3 - OS EFEITOS OCACIONADOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, NA POPULAÇÃO LOCAL .....	88
3.1) CASAS DE ONTEM E MORADORES DE HOJE: A RELAÇÃO DOS MORADORES COM AS SUAS CASAS PATRIMÔNIO .....	89

3.2) UMA TONELADA: O PESADO CUSTO DE VIDA NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA .....	106
3.3) VIOLÊNCIA E COTIDIANO NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA .....	127
CAPÍTULO 4 - A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA E SEUS EFEITOS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS .....	143
4.1) O FORRÓ, O COCO E O MARACATU/GRUPO PERCUSSIVO, NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA.....	144
4.2) “Ó QUARTA-FEIRA INGRATA CHEGA TÃO DEPRESSA SÓ PRA CONTRARIAR”: O CENTENÁRIO CARNAVAL DE RUA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA .....	162
4.2.1) A RELAÇÃO DOS MORADORES DO CENTRO HISTÓRICO COM O CARNAVAL .....	184
4.3) OS EFEITOS DA APROPRIAÇÃO SELETIVA DO ESPAÇO E DAS PRÁTICAS DE GENTRIFICAÇÃO NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA .....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	202
REFERÊNCIAS .....	209

# **INTRODUÇÃO**

*A leitura do mundo precede a leitura da palavra.*  
*Paulo Freire*

Considero o ponto de partida dessa pesquisa, quando aos 19 anos adentrei pela primeira vez em uma casa no Alto da Sé pertencente a uma mulher italiana, e daquela colina avistei o Recife. A sensação era tão boa, que no mesmo instante senti-me feliz por estar ali, e triste por saber que, apesar de Olinda constar na minha carteira de identidade como local de nascimento, não poderia morar ali. Foi então que um questionamento começou a aparecer para mim: “Por que uma italiana pode morar aqui e eu que sou filha dessa terra, não posso?”.

Mais tarde, como historiadora e museóloga, vislumbrei que, ali, naquele espaço patrimonializado dentro da cidade de Olinda, havia uma história a ser investigada. Percebi que havia uma teia de relações, e que, por mais que não fosse possível desemaranhá-la, ela precisava ser compreendida. Então, surgiu a proposta de estudar o processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda e suas implicações na população local.

Portanto, a escolha do recorte espacial dessa pesquisa, o Sítio Histórico de Olinda, de alguma forma, se deu devido a minha proximidade com o local e a relação afetiva que mantenho com ele. Minhas idas frequentes ao Sítio Histórico da cidade aliado a minha vontade de residir no espaço, permitiram-me perceber uma crescente valorização imobiliária na região, me levando ao raciocínio de que a minha impossibilidade de morar no SHO se deveria principalmente a restrições financeiras, uma vez que os custos dos aluguéis são elevados e a aquisição de uma propriedade estaria fora do meu alcance, sendo eu, pertencente à classe média baixa. Logo, a pergunta que me fiz aos 19 anos, seria a primeira de muitas que viriam a nortear este trabalho de tese: Qual o motivo que me impede de morar no SHO? Seria pelo fato do Sítio Histórico de Olinda ser patrimônio, ou pela forma como esse patrimônio tem sido gerido? Por que não existem políticas públicas que auxiliam e incentivam os moradores mais antigos do SHO a permanecerem lá? Quais tipos de políticas públicas poderiam ser implementadas para facilitar a permanência ou acesso à moradia no SHO?

Destarte, o objetivo desse estudo, é primordialmente compreender como vem se dando a apropriação seletiva dentro do Sítio Histórico de Olinda, a partir do processo de patrimonialização que ocorreu no espaço, e quais as consequências que isso acarretou e vem acarretando aos moradores da cidade. Para atingir esse objetivo,

almejando encontrar respostas na realidade vivida e não só no gabinete, realizei uma pesquisa de campo lançando mão de observação participante, entrevistas e conversas com moradores pertencentes aos mais variados perfis: homens, mulheres, jovens, idosos, pessoas de classe média e pessoas em situação de pobreza; onde constatei uma dinâmica social repleta de injustiça, carência econômica e exploração, mas também de lutas, negociações, resistências, e de (res) significações da dura realidade através das múltiplas práticas culturais presentes no Centro Histórico de Olinda. Além das conversas e entrevistas com moradores e frequentadores da cidade, contamos também com um levantamento bibliográfico acerca do tema, cujos principais suportes para desenvolver nossas reflexões, foram os autores: Rogério Proença Leite, Paulo Peixoto, E. P. Thompson, James C. Scott, Judith Butler, Peter Burke, Norbert Elias, e Pierre Bourdieu.

Após a apresentação do porquê do tema, do recorte espacial, dos métodos adotados e da contextualização de nossa base teórica e analítica, delinearemos a estrutura organizacional empregada neste estudo. No primeiro capítulo, construiu-se um debate sobre patrimônio e os conceitos que o circundam, discorrendo a respeito de sua necessidade e utilidade. Abordamos ainda a história do patrimônio no Brasil e suas políticas públicas, principalmente no tocante a preservação. O debate tem continuidade evidenciando a relação entre patrimônio e apropriação seletiva do espaço, quando em seguida exploramos conceitos fundamentais para compreensão do objeto de estudo, como: reabilitação urbana, renovação urbana, requalificação urbana e revitalização urbana. E, por fim, jogamos luz sob a necessária distinção entre patrimonialidade e patrimonialização.

No segundo capítulo, realizamos uma breve historicização da cidade de Olinda, onde destacamos também sua geografia, os processos de revitalização, apropriação seletiva do espaço, e práticas de gentrificação ocorridas ao longo do tempo. Em seguida, apresentamos os títulos atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda, incluindo seus tombamentos isolados a monumentos históricos, e debatemos acerca do processo de patrimonialização do centro histórico.

No terceiro capítulo, discutimos os impactos do processo de patrimonialização no cotidiano dos moradores do Sítio Histórico de Olinda, analisando principalmente, a relação desses indivíduos com o espaço; levando em consideração, aspectos como a relação dos moradores atuais com suas necessidades contemporâneas e os imóveis de séculos passados onde vivem. Afinal, as casas atendem às suas necessidades? Como fazem para manter esses imóveis centenários? Em seguida, discorreremos sobre o custo de vida no Sítio Histórico de Olinda, e como os preços podem mudar de um bairro a outro de acordo com o setor em que estejam incluídos, mesmo que ambos



estejam dentro do polígono de preservação. Ainda dentro do cotidiano desses moradores, debatemos a crescente violência no local, procurando compreender suas formas e como se dá dentro da presente realidade, levando em consideração a complexidade existente entre os diferentes grupos sociais que formam o Centro Histórico de Olinda; abordando também como os órgãos estatais têm respondido às situações de violência. Durante esse capítulo, esses temas serão discutidos de modo transversal à questão da apropriação seletiva do espaço, e conseqüentemente, ao deslocamento desses moradores (gentrificação), sublinhando o que esses acontecimentos trazem de mudança para o cotidiano do centro histórico. Para embasar teórica e analiticamente a discussão, usaremos as conversas e entrevistas realizadas, associadas a teóricos como Nöbert Elias, Sociólogo que nos ajudou através da utilização de seus conceitos como “estabelecidos” e “outsiders”; Michel de Certeau, historiador que se dedicou ao estudo do cotidiano; E.P.Thompson, historiador que trabalhou o conceito de costume e experiência, assim como Rogério Proença Leite no tocante a patrimonialização e deslocamento urbano.

No quarto e último capítulo, realizamos de forma dialética uma análise de como os fazedores de cultura, aqueles que trabalham e fazem acontecer as manifestações culturais no SHO, são tratados no discurso oficial feito pelo aparelho estatal e como realmente são tratados em seu cotidiano. Esse capítulo faz-se extremamente importante para esse estudo, porque o Sítio Histórico de Olinda é conhecido nacionalmente e internacionalmente, principalmente, por suas atividades culturais: pelo seu carnaval de rua, pelos cocos de roda, pelos grupos de maracatu, e pelos diversos artistas plásticos que com seus ateliês de portas abertas, ao menos visualmente, transformam o SHO em uma exposição a céu aberto. Portanto, sendo fundamental a este trabalho de tese compreender a real situação em que essas manifestações se encontram, procuramos aporte teórico e analítico nos estudos de cultura realizados por Raymond Williams e Peter Burke, assim como nos estudos desenvolvidos pelo antropólogo James Scott para entendermos acerca das formas de resistência que esses trabalhadores da cultura vêm exercendo. Foi importante também o acesso aos dossiês de patrimonialização de algumas dessas manifestações, a exemplo do frevo e do maracatu.

O caminho percorrido neste estudo, portanto, se deu primordialmente em direção aos moradores do Centro Histórico de Olinda, valorizando aspectos sociais, culturais e econômicos, a partir de uma investigação sobre os efeitos que eles vêm sofrendo a partir da forma como o patrimônio da cidade de Olinda vem sendo gerido. Esperamos que esse estudo possa fornecer uma contribuição significativa ao campo de estudo do patrimônio; e, que ao longo da leitura deste trabalho de tese, a sensação

seja de incômodo e suscite questionamentos e interesses a respeito desse tema que é tão caro ao campo do patrimônio e da museologia. Quanto às respostas... essas se darão através do próprio conteúdo.

## **CAPÍTULO 1**

# **UM DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO E OS CONCEITOS QUE O CIRCUNDAM**

*Quando o patrimônio é colocado ao serviço das cidades e dos lugares, em vez de usar as cidades e os lugares em proveito do turismo, e quando as cidades são ordenadas com a preocupação de beneficiar os seus residentes e não tanto de atrair visitantes, patrimônio e desenvolvimento territorial podem reforçar-se mutuamente.*

*Gabrielle Cifelli e Paulo Peixoto.*

### **1.1) PATRIMÔNIO: NECESSIDADE E UTILIDADE**

Nas últimas décadas tem sido frequente a menção do termo “patrimônio”, e justamente devido à sua familiaridade esquecemos de pensar e refletir sobre seu significado. Primeiramente, é importante compreender que existem vários tipos de patrimônio, dentre eles: patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio natural e o patrimônio intelectual.

Podemos começar entendendo que patrimônio histórico refere-se à herança composta por um complexo de bens históricos, e que, portanto, difere do patrimônio cultural já que este último possui um significado mais amplo, correspondendo segundo o artigo 216 da nossa Constituição aos bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (LIMA, 2005, p.5).

As definições acima citadas de patrimônio cultural são inspiradas na definição criada pela Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, realizada em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Tal convenção foi importante pelo fato da Unesco ter elaborado uma lista a qual identificava os patrimônios da humanidade, com o objetivo de colocar em destaque essa questão. Os países que assinaram a convenção se comprometeram em proteger seus locais identificados como patrimônio da humanidade; inclusive o Brasil, que atualmente possui dezesseis sítios tidos como patrimônio da humanidade reconhecidos pela Unesco, como é o caso de Outro Preto, Salvador e Olinda.

É importante trazermos também para este estudo a definição de Peixoto, a qual concebe o patrimônio cultural como sendo o conjunto de bens e práticas tradicionais capazes de unir uma determinada população em torno de uma representação de

nação (PEIXOTO, 2013). Portanto, deve nos ser claro, que quando falamos em patrimônio cultural, podemos estar nos referindo tanto a um bem material quanto a um bem imaterial. A exemplo,

Nesse sentido, recentemente a Unesco reconheceu a arte gráfica e oral do povo Wajãpi, tribo indígena do Amapá, como obra-prima do patrimônio oral e intangível da humanidade, fugindo assim ao padrão de que apenas o monumental vale a pena ser rememorado pela história. Existem, na verdade, quatro categorias de bens patrimoniais: os bens naturais, os bens materiais, os bens intelectuais (que são o conjunto do conhecimento humano) e os bens emocionais, em que são inseridas as manifestações folclóricas, religiosas e artísticas de cada povo (SILVA; SILVA, 2009, p.325).

Com o avanço dos estudos sobre patrimônio imaterial e intangível, abriu-se o caminho para reflexões sobre o patrimônio natural. O patrimônio natural, por sua vez, compreende áreas de importância preservacionista e histórica, de beleza cênica<sup>1</sup>. Nesse esteio, Howard e Papayannis (2007), passaram a defender a importância em considerar a natureza como patrimônio, devido à crescente contribuição que isso acarretaria para a compreensão de seu valor e do senso de responsabilidade social e individual sobre o mundo natural. Para eles, tratar a natureza enquanto patrimônio da espécie humana significa reconhecer os impactos que nós humanos causamos ao ambiente natural e assumimos a responsabilidade de conservá-lo. Estaríamos então, dessa forma, ao transformar o ambiente natural em patrimônio, colaborando para a construção de novos valores e significados (HOWARD; PAPAYANNIS, 2007).

As áreas que são tidas como patrimônio natural costumam transmitir à população a relevância do ambiente natural, com o objetivo de nos lembrar quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, nos alertar acerca do nosso futuro no planeta. As lembranças que envolvem a paisagem fazem parte da nossa história. Perdê-las é, além de dano ambiental irreversível, uma agressão à memória e, acima de tudo, a perda da qualidade de vida. São considerados patrimônios naturais do Brasil reconhecidos pela UNESCO: o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS); o Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM); a Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica (BA/ES); as Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN); o Parque Nacional do Iguaçu (PR); as Reservas da Mata Atlântica (PR/SP) e as Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO).

Quanto aos bens intelectuais, segundo o IPHAN, correspondem ao reconhecimento de direitos sobre criações intelectuais nas mais diversas áreas do

---

<sup>1</sup> Definição utilizada pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

conhecimento – artes, literatura, ciência e tecnologia. Tal reconhecimento, conferido pelo Estado, por meio de concessão pública, permite aos inventores/autores auferir com exclusividade benefícios morais e, sobretudo, monetários pelo uso social de suas criações durante um determinado período de tempo. Em decorrência da natureza intangível da informação, uma vez divulgada, seria impossível restringir ou controlar o seu acesso e uso por terceiros, salvo a existência de um artifício legal capaz de impedir a sua livre apropriação. Esses artifícios são os chamados direitos de propriedade intelectual cuja concessão por parte do Estado teve como justificativa a promessa de recompensa posterior à sociedade, ao que denominamos de função social da propriedade intelectual.

Ainda enquanto bem imaterial, temos o patrimônio emocional, que corresponde às expressões de sentimentos individuais ou coletivos, geralmente associados a elementos culturais, tradicionais, artísticos e simbólicos, que referem-se às práticas, representações, expressões e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração, geralmente de forma oral, e desempenham um papel fundamental na identidade de determinada comunidade. Poderíamos citar como exemplo, o fazer do acarajé baiano e o fazer da tapioca de Olinda.

Por fim, saindo um pouco do campo dos bens imateriais, temos os bens materiais ou tangíveis, que são aqueles palpáveis: objetos, edifícios, monumentos e documentos. Segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, patrimônio material é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, devido a sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esses bens podem também possuir valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São classificados como bens móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos; e como bens imóveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos/paisagísticos, e bens individuais. Atualmente no Brasil, são protegidos pelo IPHAN, 1.262 bens materiais.

Após essa breve contextualização, podemos agora chegar a Olinda, cidade escolhida por este trabalho de tese. O Sítio Histórico de Olinda foi tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN – desde 1968, enquanto Cidade-Monumento. Após catorze anos, em 1982, o mesmo espaço foi declarado como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Além do Sítio Histórico de Olinda ser reconhecido como Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, possui ainda diversas outras titulações; como a tapioca, que é reconhecida pela Prefeitura e pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico,

enquanto Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade, desde 2006. No mesmo ano, Olinda foi eleita a primeira Capital Brasileira da Cultura, tendo sido a primeira vez que o Brasil elegeu uma capital cultural. O projeto responsável pela concessão do título foi uma iniciativa da organização Capital Brasileira da Cultura, com o apoio dos Ministérios da Cultura e do Turismo e da Organização das Nações Unidas.

Diante desse cenário, percebe-se que a cidade de Olinda, com cinco títulos patrimoniais, acaba ilustrando muito bem a crescente importância que o patrimônio vem ocupando nos últimos anos. Porém, porque se passou a ter essa necessidade em patrimonializar? Tem sido útil? Quais utilidades a patrimonialização de bens, sejam eles materiais ou imateriais, trazem para a população?

Para Antônio Arantes, a produção do patrimônio é, no fundamental, uma questão de atribuição de valores e construção de sentidos (ARANTES, 2009). Sentimos a necessidade em valorizar um espaço, um monumento, ou uma prática, objetivando a sua conservação e conseqüentemente impedindo seu esquecimento. Quando reconhecemos nossa própria capacidade de reinventar incessantemente o social, reconhecemos também que o patrimônio pode ser esquecido, refeito, reinventado, ou desencadeado a construção de sentidos simbólicos inesperados. É esse medo de perder, que nos faz comemorar a patrimonialização de algo pelo qual temos uma relação afetiva, pois acreditamos que com uma proteção oficial e institucional, nosso “bem” estará seguro das transformações urbanas e sociais ao longo do tempo, possibilitando dessa forma que nossos filhos e netos tenham também acesso garantido a esse bem que nos é tão marcante. O que buscamos preservar é mais do que o “bem” em si, mas o que ele representa para nós. Ou seja, o patrimônio tem uma ligação inegável com os sentimentos de pertencimento, experiência e costume.

Para compreender a dimensão social do patrimônio nas cidades, é fundamental considerar o papel dos bens preservados – enquanto agregados de marcos territoriais, culturais e históricos – na formação e transformação dos sentidos de localização e de *pertencimento*, assim como na formação da *experiência* social e da consciência de si. Como argumentei em outro trabalho (Arantes, 2000b) com base em escritos de Ecléia Bosi (1992), a memória social, assim como a pessoal, apresenta “pontos de amarração”, experiências em que várias gerações ancoram as lembranças da sua cidade e que se referem a velhos lugares que são inseparáveis do que neles ocorreu. “Se o espaço é capaz de exprimir a condição do ser no mundo”, afirma ela, “a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva”. (Bosi, 1992:366-7) Os sentidos psicossociais do patrimônio que fazem parte da experiência de habitar uma cidade são constantemente refeitos e, reflexivamente, acumulados nos marcos tangíveis que identificam e estruturam a paisagem urbana (Ribeiro, 2007). (ARANTES, 2009 p.15-16)

Atentemos agora para esses sentimentos que possuem relação direta com o patrimônio. Para Woodward (2014), o *pertencimento* é marcado pela diferença. Um olindense percebe-se enquanto tal, quando constata sua diferença em relação a um recifense. Logo, o pertencimento de “ser olindense” percebido pela diferença para com o recifense, conseqüentemente, ativa o olindense a perceber todas as experiências em comuns que mantém com os outros moradores da cidade de Olinda. Para o historiador Edward Palmer Thompson (1998), a *experiência* é o acúmulo das ações reais de homens e mulheres comuns, estando essas ações ligadas a aspectos sociais, culturais e institucionais. Para o mesmo autor, *costume* é a prática, é o que as pessoas fazem em seu cotidiano, ou seja, as ações repetidas de um povo. O costume se mantém em um povo através da transmissão entre gerações por via oral, e apesar de ter muita força no local em que é operante, ele não é estático, sendo mantido somente, se em certa medida, proporcionar algo de bom à população. Dessa maneira o costume constitui-se enquanto algo fluido e essa fluidez acontece de acordo com as necessidades e interesses de determinado povo, em determinado tempo e contexto histórico.

Portanto, neste estudo, entendemos que a experiência dos moradores e frequentadores assíduos<sup>2</sup> do Sítio Histórico de Olinda, é composta dentre outros aspectos, pelos costumes locais, e que são esses costumes em comum, o aspecto determinante na elaboração do sentimento de pertencimento ao local. A necessidade que a sociedade do século XXI sente em ver seus locais de afeto patrimonializados pode ser explicada pelo medo de ter seu “pertencimento à” afetado, afinal, esse sentimento é importantíssimo para o ser humano, pois ele faz-nos ser quem somos. Se somos afetados de uma forma que julgamos negativa, podemos vir a entrar em uma crise tanto pessoal como social.

Depois de debatermos acerca do porquê sentimos necessidade em patrimonializar bens, vejamos agora, em que medida isso realmente nos é útil. Aqui, consideramos que há no ato de patrimonializar aspectos positivos e negativos. Como elemento positivo, vemos os casos em que, os bens são indicados a serem patrimonializados quando estão à beira de serem destruídos. Eles são, então,

---

<sup>2</sup> É importante deixar explicitado, que não consideramos que os moradores e frequentadores do Sítio Histórico de Olinda partilhem exatamente da mesma experiência. Os moradores enfrentam os problemas do local diariamente, ou seja, tem seu cotidiano diretamente afetado por eles. Porém, o fato de moradores e frequentadores do local não terem seus dias afetados pelos problemas da cidade em uma mesma proporção, não exclui que compartilhem, em certa medida, as mesmas experiências e costumes. Se pensarmos que há determinado grupo da cidade do Recife, que frequenta Olinda durante toda a semana, seja por motivo de trabalho, lazer, rede de amigos ou identificação com o local, que se mostra bastante diferente do Recife em diversos aspectos, se faz necessário ouvir também essa “voz” para que este estudo seja coerente.



restaurados e mantidos sob a proteção do Estado, para que empreiteiras, por exemplo, não se aproveitem de seu “abandono” ou de seu “estado de deterioração”, para derrubá-los e construir grandes prédios, como está acontecendo nesse momento de escrita com o Cais José Estelita, no Recife. Outro ponto positivo que podemos citar é que, no contexto das políticas urbanas, o patrimônio vem se apresentando como uma matéria-prima de transformação das imagens das cidades aumentando a autoestima local (PEIXOTO, 2008). O embelezamento e a atenção que esses locais ganham normalmente elevam o orgulho e a felicidade em *pertencer* a tal espaço.

Nesse sentido, podemos afirmar que a população de certa forma é beneficiada pela patrimonialização, pois, como citado há pouco, tem seus bens “protegidos” e seu sentimento de pertencimento fortalecido. No entanto, processos de patrimonialização trazem também consequências, e aspectos negativos às comunidades que o circundam. Esses efeitos serão demonstrados e elucidados ao longo do tópico subsequente.

## 1.2) PATRIMÔNIO NACIONAL E SUAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Venha ver  
 Venha ver eugênia  
 Como ficou bonito  
 O viaduto santa efigênia  
 Venha ver

Foi aqui, que você nasceu  
 Foi aqui, que você cresceu  
 Foi aqui que você conheceu  
 O seu primeiro amor

Eu me lembro  
 Que uma vez você me disse  
 Que um dia que demolissem o viaduto  
 Que tristeza, você usava luto  
 Arrumava sua mudança  
 E ia embora pro interior

Quero ficar ausente  
 O que os olhos não vê  
 O coração não sente

(Adoniran Barbosa)

Entende-se neste trabalho de tese, que os patrimônios nacionais são aqueles que se constituíram juntamente com os estados nacionais. A ideia de Nação surge dentro da nova ordem liberal e burguesa entre o final do século XVIII e início do século XIX, formando pela primeira vez no Ocidente os estados associados a Nações (Estados Nacionais), vindo junto com eles ideias como: identidade nacional, patrimônio nacional, história nacional, museus nacionais, dentre outras; que tinham como intuito

materializar a existência dessa nação, ou seja, de contar sua história e dizer quem ela é. Portanto, reitero Benedict Anderson (2008), no pensar a nação enquanto uma comunidade imaginada, que se forma através da formação de um grupo com identidade e sentimentos de pertencimento. Desse modo, a nação brasileira não é uma identidade estática, mas sim uma construção histórica e dinâmica.

Entender a história do patrimônio nacional é fundamental para que possamos compreender a funcionalidade do patrimônio atualmente, pois, os atuais patrimônios nacionais resultam de operações culturais que são feitas no presente, mas por órgãos que surgiram no passado, justamente no contexto de formação da identidade nacional. Esses órgãos tinham um objetivo: forjar uma narrativa de identidade para essa nação, buscando criar um sentimento de pertencimento fazendo com que todos os seus membros se sentissem identificados com determinada imagem da nação, e estivessem ligados fraternalmente enquanto uma comunidade, Benedict Anderson (2008).

Apesar de ser possível perceber pensamentos sobre a construção da identidade nacional no Brasil desde o século XIX, isso só acontece como ação de Estado nos anos 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, através da criação de uma instituição a serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, o SPHAN, que atualmente corresponde ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). É a partir desse momento, que começam a ser implementadas as políticas públicas de proteção ao patrimônio, como por exemplo, a elaboração da lei responsável por regulamentar o trabalho de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o decreto Lei 25/1937. O referido decreto, estabelece o conceito de tombamento como um instrumento usado para proteção dos patrimônios, cuja seleção seria feita pela recém criada agência (IPHAN). Após esse processo, a seleção dos bens indicados era submetida a um conselho construtivo de notáveis para que só assim fosse referendada. É importante salientar que esse procedimento para determinar se um bem será ou não patrimonializado continua em vigor até os dias atuais.

Portanto, é nos anos 1930, que passamos a ter uma espécie de invenção de um modo de operar a política patrimonial. Para comandar a nova “operação”, Getúlio Vargas contava com Gustavo Capanema, que estava à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, e com um grupo de intelectuais modernistas, em sua maioria, literários e arquitetos. Esse grupo, que tinha Lúcio Costa à frente, constituía a área técnica e reunia os principais construtores da ideia de nação relacionada ao patrimônio.

Desse modo, é justamente pelo fato dessa agência ter se consolidado durante o Estado Novo, que um terço de nossos bens tombados foi instituído enquanto tal, naquele momento. Os bens tombados nesse período, em sua maioria casarões e espaços elitizados, acabaram dando certa feição ao que entendemos por patrimônio nacional. A escolha desses bens se dá devido ao pensamento social brasileiro daquele momento, no qual havia o predomínio de uma perspectiva “de cima para baixo”, onde se colocava a herança portuguesa de forma privilegiada em detrimento das heranças africanas e indígenas. Esses intelectuais, ao reproduzirem uma visão iluminista, colocavam-se como detentores do saber e se mostravam indisponíveis à troca de conhecimentos com as comunidades, o que resultou em bens patrimonializados sob apenas suas perspectivas. Essa forma de funcionamento, dominante e sem diálogo, onde especialistas acreditavam ser os grandes detentores do conhecimento, e por isso não estabeleciam diálogo com a sociedade civil, passou a ser denominada de “paradigma moderno”. Essa concepção, acabou contribuindo para o fortalecimento de uma memória nacional elitista ao escolher valorizar aspectos estéticos e formas da arquitetura barroca colonial, ocultando assim as contradições de um país recentemente libertado de um regime escravocrata.

Depois da década de 1930, é somente na década de 1970 que vamos ter um avanço no campo do patrimônio, com a criação do Plano Nacional de Cultura (1975). Nesse período os gestores públicos definiram as bases do que seria mais tarde o Minc<sup>3</sup> por meio das secretarias e documentos que deram a face das políticas públicas estatais. Dessa forma, fica entendido que nos dois momentos de exceção da vida política do Brasil, tanto nos anos 1930, como durante o regime militar, há uma produção na esfera do Estado de uma série de aparatos para configuração de políticas de cultura. Poderíamos aqui, apesar de não ser o caso, debater os motivos e de que forma essas políticas patrimoniais eram feitas, mas não podemos negar o fato de que foram feitas e que foi nesse período que foram constituídas as bases para a futura formação do Minc.

Em 1985 tivemos a criação do Minc, e o começo de um novo modo de operar o patrimônio e, portanto, um novo paradigma a ser formado. É nesse contexto que ocorre a redefinição das políticas culturais no Brasil e acontece a separação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação.

A partir desse momento acontece então uma redemocratização do País através de uma “nova” constituição federal, sendo este o marco jurídico legal fundamental para consagrar o fim do período de exceção. A constituição de 1988 reuniu reflexões e lutas

---

<sup>3</sup> Minc – Ministério da Cultura.

anteriores, e teve como valor predominante a valoração da diversidade cultural brasileira, deixando para trás a ideia de unidade nacional. Essa grande mudança na constituição foi resultado de debates que vinham ocorrendo ao longo das décadas de 1960 e 1970; ela vem então, legitimar essas discussões funcionando como um divisor de águas, já que abre ainda mais os campos de debate e torna possível o surgimento de uma nova forma de operar o campo do patrimônio.

O artigo 216 da constituição de 1988 aborda justamente questões ligadas a diversidade, como: os diferentes responsáveis pela formação do povo brasileiro; a presença de bens materiais e imateriais, sendo a primeira vez que o conceito “bem imaterial” aparece em um termo legal; e, faz referência à identidade e a participação da comunidade na escolha dos bens a serem patrimonializados.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico<sup>4</sup>.

É importante também citar o artigo 68, considerado um dos mais polêmicos da nova constituição, por abordar o tombamento dos quilombos.

Texto promulgado em 5/10/1988 do Artigo 68 – ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Colocar esses artigos em prática, significava transformar o modo operante do patrimônio até então; para isso precisou-se sair do paradigma moderno, e pensar em medidas que envolvessem a comunidade e os movimentos sociais na implementação das políticas públicas. Essas medidas passam a ocorrer de maneira mais frequente e intensa a partir dos anos 2000 com o decreto 3551<sup>5</sup>, que regulamenta o registro do patrimônio imaterial. Diante dessa nova lógica, até mesmo os tipos de bens materiais

---

<sup>4</sup> Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

<sup>5</sup> O decreto 3551 de 04/08/2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

que antes eram desprezados, passaram a ser valorados. Portanto, cada vez mais, aquela perspectiva estética, cultivada pela grande maioria dos intelectuais dos anos 1930, foi passando a ter que conviver com outra lógica e outra forma de pensar e fazer o patrimônio.

Com o decreto 3551 vimos às narrativas sobre o patrimônio romperem com certo ranço nostálgico de um tempo que não volta mais. Hoje o patrimônio deve estar comprometido com passados que ainda fazem parte do nosso presente. A voz da comunidade parte de suas necessidades do presente, e por isso o patrimônio passa a ser um direito, assim como um meio de reparação social. Um bom exemplo de como o patrimônio começou a apontar para outros sujeitos e práticas que também constituem a imaginação da nação, é o Quilombo São José no Vale do Café, Valença-RJ, que teve o Jongo registrado pelo IPHAN em 2006.

Nesse momento de alargamento no campo do patrimônio, inicia-se também um processo de entendimento e apropriação de lugares públicos enquanto espaços de memórias como, por exemplo, os museus de rua que depois se transformaram nos museus de bairro. Nesses casos, normalmente painéis são colocados nas ruas pela Secretaria de cultura, mostrando o antes e o depois do local. A boa recepção a esse tipo de processo, fez com que as lideranças comunitárias passassem a caminhar junto à secretaria de cultura, incitando que esse tipo de museu a céu aberto, extrapolasse as ruas e ganhasse como palco as principais praças dos bairros. Os documentos expostos nos painéis muitas vezes são coletados nas escolas por meio das aulas de história ou construídos através de conversas com moradores mais antigos dos bairros.

Atualmente vemos também museus comunitários, que abrangem comunidades inteiras, indo além da rua e do bairro. Nesses contextos, o patrimônio trabalha em conjunto de maneira direta com as comunidades, pois a documentação necessária para tornar esse tipo de museu possível, está nas mãos das pessoas. Os profissionais do patrimônio e/ou dos museus nesses casos funcionam muito mais como catalisadores, e o resultado final, é uma curadoria coletiva e democrática. Comumente após o período dessas exposições, a própria comunidade entende que os painéis não devem ser descartados, e acabam por acondicioná-los em igrejas, escolas ou em sedes comunitárias.

Conforme tem se demonstrado ao longo desse tópico, a educação se fez e faz presente no campo do patrimônio, ainda que de diferentes maneiras, existindo, inclusive, o que chamamos de educação patrimonial. A questão da educação patrimonial como política pública costuma ser dividida em três principais fases:

1. Fase: Heroica (1937 - 1967)

- Educação como difusão do conhecimento.
- Relação intrínseca entre conhecer e preservar.
- Acepção construtivista da educação.
- Lógica paternalista entre estado e sociedade.

*Intra Fase: Gestão de Renato Soeiro (1967 – 1979)*

2. Fase: Moderna (1979 – 1998)

- Início de mudança de postura em relação a EP.
- Ideia de referências culturais x patrimônio nacional.
- Fortalecimento de referências culturais locais.
- Participação de grupos e comunidades x homogeneização cultural.
- Projeto de interação x guia básico de educação patrimonial.

3. Fase: Iniciativas recentes (anos 2000)

- Criação da coordenação de educação patrimonial.
- Construção coletiva de uma política pública para a EP.
- Instituição de instrumentos institucionais voltados para a EP.
- Publicações que norteiam a área.
- Projeto casas do patrimônio.

É importante, enquanto estudiosos do patrimônio, termos conhecimento de como essa mudança na percepção da educação patrimonial ao longo do tempo acompanhou a mudança de paradigma do campo do patrimônio; saindo de uma lógica paternalista entre Estado e sociedade com Rodrigo Mello, para uma construção coletiva de política pública nos anos 2000.

Os paradigmas do patrimônio apresentados até aqui, embora cada um deles tenha apresentado maior importância em determinada fase da história, convivem mutuamente no mesmo tempo/espço. Também é importante destacar que as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo no campo do patrimônio não aconteceram e não acontecem de forma harmônica ou são compartilhadas por todos os grupos sociais. Diferentemente disso, elas surgem como resultado direto de conflitos que ocorrem dentro do âmbito do patrimônio, sendo, portanto, originadas de tensões que consideramos essenciais para o desenvolvimento do campo patrimonial. Acreditamos que essas tensões são fundamentais, pois são elas que impedem que o patrimônio seja limitado a uma única perspectiva como verdade absoluta. A disputa de paradigmas tende a enriquecer o campo do patrimônio e a proporcionar a oportunidade

de lutar, para que os grupos sociais também tenham sua verdade colocada em questão. Essa tensão entre os paradigmas tem sido, inclusive, responsável por descolonizar os espaços públicos da cidade. A construção de todo e qualquer conhecimento, se dá de forma dialética.

Diante de tudo que foi discutido, há uma pergunta que podemos fazer diante do atual quadro do campo patrimonial: como crescer bens de referência de memória e identidade, aos acervos protegidos pelo poder público independentemente das características estilísticas consagradas pela historiografia da arquitetura? Seria possível investir em novos métodos de atribuição de valor ao patrimônio e bens culturais, se utilizando de uma inter e multidisciplinaridade? Seria viável iniciar um tipo de valorização do tombamento que desmistifique seu uso, de modo que não necessariamente tombamento queira dizer congelamento? Afinal, a quem interessa afirmar que tombamento congela? É viável a conciliação entre a preservação do patrimônio e a promoção da inclusão social? A falha está nas leis patrimoniais ou em sua aplicabilidade pelos órgãos representantes do poder público? Esperamos ao longo do trabalho ir crescendo esta lista de perguntas, pois o objetivo dessa pesquisa é ampliar a discussão e o debate acerca do tema, e contribuir para a construção do conhecimento através do questionamento do que já está posto; É por meio das indagações que emergem inquietações capazes de impulsionar a pesquisa. Tudo é construção. Sigamos.

### **1.3) PATRIMÔNIO E ENOBRECIMENTO**

O processo de patrimonialização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais causando mudanças nos padrões de produção e consumo. Quando um espaço se torna patrimônio, ele acaba passando por um processo de revitalização e tem a atividade de turismo incentivada a fim de arrecadar recursos para sua manutenção, porém este recurso acaba sendo utilizado também para atender a demandas empresariais da indústria do turismo visando o lucro. Diante disso o patrimônio passou a ser visto pelas gestões institucionais da maioria das cidades ao redor do mundo, enquanto uma mercadoria:

Desprezar a gestão do patrimônio como traço de uma economia global é, para as cidades que pretendem atingir patamares significativos de crescimento econômico, impossível. Nesse sentido, é absolutamente plausível que todo o discurso sobre cultura e turismo das gestões institucionais dessas cidades assumam como elemento estrutural uma narrativa do *marketing* do turismo cultural urbano, tendo no patrimônio uma mercadoria que precisa ser valorizada... (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2017, p.12).

Na realidade atual, o patrimônio extrapolou sua função essencial enquanto política de preservação, e passou a atender também às demandas do mercado. Produzir patrimônios mundiais passou a significar estimular o mercado do turismo global (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2017, p.11). Devido a esse presente cenário do patrimônio deu-se início a uma verdadeira corrida mundial entre os países onde todos passaram a correr em busca de bens culturais. Essa corrida entre países para obter títulos para seus monumentos e sítios históricos, como por exemplo, o título de patrimônio da humanidade, não ocorreu e continua não ocorrendo de forma democrática e horizontal.

Os países que detêm a maior quantidade de bens e locais patrimonializados a nível mundial, são os países mais ricos. Segundo Peixoto, os países que compõem o G8, que são os países com maior poder de intervenção econômica no mundo capitalista – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia – concentram um número bem maior de patrimônios “mundiais” do que os demais 179 países (PEIXOTO, 2003). Podemos justificar a pequena participação dos países mais pobres nessa lista, relacionando esse dado às exigências que são feitas aos países, para que um bem seja patrimônio eleito pelo comitê da UNESCO.

Para que a comunidade internacional apoie a eleição de um bem ou espaço enquanto patrimônio da humanidade, por exemplo, é necessário que o país que está requerendo institua serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio; e apresente capacidade científica, técnica, administrativa, jurídica e econômica para desenvolver medidas de segurança; conte com institutos ou centros preservacionistas; estabeleça a criação de associações ou fundações, públicas ou privadas, voltadas para ações de preservação; desenvolva projetos educativos e de informação; e, ainda, contribua regularmente em campanhas para o Fundo do Patrimônio Mundial (PEIXOTO, 2003). Dessa forma, podemos sugerir que há enormes barreiras econômico-burocráticas para países mais pobres obterem o título de patrimônio mundial para seus bens, haja vista a inegável dificuldade que terão em conseguir se adequar às demandas dos órgãos competentes internacionais.

Em síntese, para que o Fundo apoie o tombamento do patrimônio, ele solicita uma contrapartida dos países membros que restringe abertamente a entrada àqueles que apresentam uma maior estrutura política, administrativa, científica e econômica no que diz respeito às ações preservacionistas. Não é surpresa, portanto, que de 36 países membros, a maior parte da África, não tenham nenhum patrimônio mundial inscrito na lista. Em contraposição, da Europa, apenas o principado de Mônaco não tem um bem registrado. Para complicar a situação das nações mais desfavorecidas, dentre os patrimônios



mundiais que se encontram ameaçados e sem conservação e com risco de serem eliminados da lista dos “patrimônios mundiais”, 41% são africanos [...] (PEIXOTO, 2003, p.15).

O fato é que os países que têm condições de manter esses bens patrimoniais acabaram também obtendo ganho financeiro com o turismo que cresce consideravelmente depois que seus bens são reconhecidos mundialmente como patrimônio. Com isso, não se pretende afirmar que o turismo é consequência da patrimonialização de bens, mas sim que o título de patrimônio reforça e aumenta substancialmente o turismo no local. A cidade de Paris que atualmente possui inúmeros bens patrimoniais, por exemplo, embora outrora possuísse um número considerável de turistas, após as conquistas de títulos patrimoniais, ampliou consideravelmente o seu número de visitantes. Contudo, toda essa corrida e investimentos acabam trazendo duras consequências aos locais, a saber, o enobrecimento.

Espaços antes considerados degradados passam a ter atribuído valor patrimonial ressaltado e se transformam em foco nodal de intensivas políticas urbanas e maciços investimentos público e privado. Com seus espaços higienizados e embelezados, a cidade adentra a concorrência inter-cidades (FORTUNA, 1997) com renovada perspectiva, tendo seus patrimônios transformados em mercadoria. É nessa passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge em meio às transformações urbanas advindas dos processos de enobrecimento (LEITE; PEIXOTO, 2009, p.95).

Podemos comparar esse processo, inclusive, às políticas de higienização urbana e gentrificação, pois em ambos os casos, acontecem segregação e a expulsão de moradores antigos de seus respectivos lugares. É evidente que diante desses processos, o aparelhamento estatal costuma se utilizar de argumentos “revestidos de boa intenção” para realizar tais intervenções nesses espaços urbanos. Portanto, o enobrecimento, geralmente está associado a outros tipos de políticas urbanas segregacionistas, que muitas vezes, veem no processo de patrimonialização, a possibilidade ideal de justificar suas ações. Isso porque, quando uma área é patrimonializada, é comum que passe por ações como investimentos públicos, embelezamento e aumento de seguridade da área, o que acaba por facilitar o acontecimento de práticas de gentrificação, resultando na retirada de usuários e moradores de seus locais de origem.

Outro fator potencializado pela patrimonialização de uma área, que acaba colaborando para a expulsão dos antigos moradores, é o aumento dos preços das mercadorias no local. Os preços aumentam desde o aluguel à alimentação, forçando

os moradores a se mudarem do local. Dessa maneira, as áreas patrimonializadas, passam a ser comumente habitadas por uma classe média que busca consumir a cultura e o “aconchego” que normalmente os sítios históricos costumam ter.

O caso *Times Square*, em Nova Iorque, é um bom exemplo para entendermos o aspecto mais ostensivo das políticas de patrimônio, mostrando como a “higienização social” constrói paisagens de poder. Ao estudar a *Times Square*, Zukin nos revelou que a área era, no pós-guerra, um lugar ocupado por cinemas e casas de prostituição, onde era possível encontrar lazer a baixo custo. Porém, nos anos 1970, essas atividades não apenas se intensificaram como acentuaram seu perfil contraventor: lojas de fliperamas misturavam-se a cinemas pornográficos, casas de *strippers* e pontos de drogas (ZUKIN, 1995). Até que, na década de 1990, começou-se a perceber que mudar sua “cara” – em outras palavras, atualizar a moldura visual daquela paisagem – removeria as atividades ilegais e “marginais” (ZUKIN, 1995, p.113). Portanto, o processo que transformou o lazer “marginal” em mercadoria “higienizada” e familiar, fez com que a *Times Square* se transformasse, segundo Zukin, na capital da indústria cultural de Nova Iorque. Depois que a polícia nova-iorquina expulsou antigos usuários e comerciantes do local, as casas de sexo rapidamente foram substituídas por entretenimentos refinados e teatros com personagens da Disney.

Não precisamos ir a Nova Iorque para nos depararmos com exemplos de patrimônio relacionados ao enobrecimento; a cidade do Recife já nos permite realizar análises nesse sentido. Segundo Paulo Peixoto, a cidade do Recife, por estar sujeita a opções políticas, às vicissitudes dos investimentos públicos e a fenômenos de moda, pode trazer efeitos de revanchismo (neste caso, *contra-revanchismo*) se entendermos que o próprio processo de patrimonialização foi uma revanche da cidade aos usuários e moradores “indesejados” (LEITE; PEIXOTO, 2009, p.101).

O processo de patrimonialização no bairro do Recife, assim como na *Times Square*, resultou em um enobrecimento acentuado, excluindo a comunidade do Pilar<sup>6</sup> de todos os “benefícios” que tal tombamento veio a trazer. Os investimentos em equipamentos de cultura e entretenimento que foram implementados no bairro, tais como: livrarias, cafés, *shopping*, artesanatos, museus, cinemas e teatro, foram construídos no outro extremo do bairro em relação à comunidade do Pilar, deixando evidente que tais espaços não estavam sendo feitos para usufruto de tal comunidade. Além disso, o preço elevado nos cafés, e demais estabelecimentos, traça claramente a política de exclusão em relação à comunidade do Pilar.

---

<sup>6</sup> A comunidade do Pilar é formada pelos antigos moradores do Bairro do Recife, e que, portanto, já residiam no mesmo espaço antes da sua patrimonialização.

O bairro do Recife viveu em finais da década de 1980 até o ano de 2001, a fase mais visceral do processo de enobrecimento:

Nesse período, o bairro teve suas feições arquitetônicas e funcionais bastante alteradas, com a transformação de antigos casarões em animados *pubs* e sofisticados restaurantes. As ruas, palco de espetáculos teatrais, shows musicais e exposições artísticas, tornaram-se *boulevards* para as famílias de classe média da cidade. Rotinas antes impensáveis devido à má fama de local perigoso, o portuário bairro foi se transformando em opção de lazer seguro e entretenimento para a população, foco do turismo internacional e palco de grande visibilidade pública para eventos políticos (LEITE; PEIXOTO, 2008, P.7).

Essa política de embelezamento trouxe ao bairro do Recife um fenômeno recente que tem contribuído com o enobrecimento desses sítios históricos e espaços tombados, o *Airbnb*. O *Airbnb* é um serviço online a partir do qual as pessoas anunciam ou reservam acomodações e meios de hospedagem. O serviço possibilita aos indivíduos alugar o todo ou parte de sua própria casa, como uma forma de acomodação extra. O site fornece uma plataforma de busca e reservas entre a pessoa que oferece a acomodação e o turista que busca pela locação. O *Airbnb* foi bem aceito em todo o mundo, de forma que abrange mais de 500 mil anúncios em mais de 35.000 cidades e 192 países. De fato, o serviço gera um bom ganho tanto para quem decide alugar seu imóvel inteiro, pois acaba ganhando mais dinheiro alugando por diária do que mensalmente, quanto para quem aluga um quarto de sua casa que antes era desocupado e não tinha utilidade alguma, quanto para o turista, que acaba pagando bem menos por esse tipo de acomodação quando comparamos aos hotéis e pousadas, por exemplo. O problema é que o *Airbnb* acaba sendo péssimo para aquelas pessoas mais pobres que viviam nesses sítios históricos pagando aluguel, pois os proprietários de seus respectivos imóveis passaram em sua maioria a alugar por temporada pelo *Airbnb*, e os que não o fizeram, subiram consideravelmente o preço de seus aluguéis anuais. Além disso, conforme o uso da plataforma intensificasse, acaba produzindo o esvaziamento de regiões inteiras em grandes cidades, pois os proprietários não desejam mais alugar seus imóveis para moradores fixos, fazendo com que o lugar fique esvaído de cotidiano, costumes e vida.

Para além dessas políticas de higienização urbana a qual o bairro do Recife fora submetido, um aspecto importante se destaca no caso do seu tombamento, concluído em 1998: o único monumento que correspondia às normas do IPHAN era a Igreja da Madre de Deus, e mesmo assim todo o bairro do Recife Antigo foi tombado. A justificativa utilizada nessa ocasião foi, “excelência estética produzida pela descaracterização dos anos 1910, construindo a reunião de estilos mistos e relicários

como linguagem que bem traduz a diversidade cultural da cidade do Recife” (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2017, P.16). O tombamento incomum do bairro do Recife pode facilmente estar associado às empreiteiras, já que são as responsáveis, na maioria dos casos, pelas modernizações inconstantes e associadas à moda do momento nas cidades. As empreiteiras passaram a se utilizar de um discurso, que de forma resumida, diz ao povo: “as mudanças também devem ser patrimonializadas”:

A peça nos informa, então, que a descaracterização é por excelência a política de produção de sentido para o lugar e que exatamente essa é a razão de seu tombamento. Ora, há aí uma aporia evidente, um contrassenso lógico por cima do qual é difícil passar. Qual o sentido do tombamento daquilo que complexamente poderíamos chamar de uma estética dos fluxos urbanos? Não seria o tombamento um direto desacordo com a principal “característica” destacada para o bairro, a saber, a própria disposição para se fazer enquanto palimpsesto? (SÁ BARRETO & MEDEIROS, 2017, P. 16-17).

Portanto, o processo de patrimonialização do bairro do Recife, assim como o caso *Times Square*, gerou o enobrecimento da área, a segregação da comunidade local, e paralelamente a isso, não por acaso, trouxe lucro a empreiteiras, e empresas de turismo.

Destarte, o enobrecimento desses espaços tem sido uma realidade nos resultados dos processos de patrimonializações ao redor do mundo. Com isso, este estudo não procura apontar o patrimônio como o causador desses efeitos negativos, mas sim, lançar luz sobre uma realidade que nos é cada vez mais comum e presente, para que possamos pensar formas de aplicar as políticas do patrimônio de uma maneira que não resultem no enobrecimento dos espaços, mas ao contrário, em sua democratização.

#### **1.4) CONCEITOS: REABILITAÇÃO URBANA, RENOVAÇÃO URBANA, REQUALIFICAÇÃO URBANA E REVITALIZAÇÃO URBANA**

Conforme temos visto ao longo deste capítulo, os processos de patrimonialização têm acontecido de modo associado a várias políticas que visam o embelezamento da área. Essas políticas estão vinculadas a uma lógica neoliberal que tende a priorizar o mercado, e que, a partir disso, tem pensado o patrimônio enquanto algo que deve ser vendável. Dentre as várias políticas que vêm sendo aplicadas nesse sentido, destacamos: a reabilitação urbana, a renovação urbana, a requalificação urbana e a revitalização urbana; por considerarmos fundamentais as práticas, que têm em conjunto com os processos de patrimonialização, causado efeitos indesejáveis nas comunidades locais.

Começamos então elucidando o que é a prática da reabilitação urbana. Para Sirchal reabilitação urbana consiste em orientações que visem conferir a uma cidade ou a um sítio histórico as suas qualidades consideradas perdidas, e até mesmo a sua capacidade em desempenhar algum tipo de função social (SIRCHAL, 1995). Outra definição pode ser encontrada no documento elaborado no “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana”, linha b do artigo 1:

É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações resistentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

O ponto que devemos destacar é que diversos estudos realizados em diferentes cidades, apontam que práticas de gentrificação foram utilizadas nos processos de reabilitação urbana ou nos planos de revitalização, como por exemplo, em LEITE (2007), SANT’ANNA (1995), GONDIM (2007), SCOCUGLIA (2004). Se pensarmos que reabilitação urbana é a necessidade de refuncionalizar um patrimônio arquitetônico e urbano que vinha sendo desprezado, perceberemos o quanto a questão é bastante controversa, já que na maioria dos casos essas áreas já possuem seus usuários e moradores, e que, portanto, não são locais “desprezados” ou “abandonados”. Essa “refuncionalidade” a qual as práticas de reabilitação urbana referem-se, portanto, antes de visar melhorar o funcionamento do bairro para os moradores, visam transformar o funcionamento dessas áreas, em prol do turismo e do capital.

Já no caso das práticas de revitalização, essas visam “revitalizar as atividades comerciais e os serviços tradicionais, facilitando os acessos aos serviços e esforçando-se por promover a utilização adequada e a manutenção dos edifícios públicos e privados, de modo a que se tornem atrativos para os visitantes interessados pela história e pela cultura local” (PEÑA apud SIRCHAL, 1995). A revitalização abrange operações voltadas para o relançamento da vida econômica e social da cidade. A longo prazo o objetivo da revitalização é:

...conservar e reabilitar o patrimônio do centro histórico restituindo-lhe a sua importância funcional, revitalizando as atividades comerciais e os serviços tradicionais, facilitando o acesso aos serviços e esforçando-se por promover a utilização adequada e a manutenção dos edifícios públicos e privados, de modo a que se tornem atrativos

para os visitantes interessados pela história e pela cultura locais (SIRCHAL, 1995).

Segundo o IPHAN, revitalização seria,

Manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. (...) uma política de revitalização *cultural* deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades *culturais* e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento *cultural* das comunidades circundantes IPHAN MINC (1995:263-264).

A maioria dos projetos realizados nos centros históricos é de revitalização. O próprio termo já nos traz a noção de seu significado: trazer vida a um lugar “abandonado”. A UNESCO nas normas de Quito (1967) definiu as ações de revitalização como algo voltado essencialmente à cidadania, com o simples objetivo de interromper a destruição dos sítios históricos. Somente nove anos mais tarde, com a carta de Nairóbi (1976) - UNESCO – feita durante a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 19ª sessão - que houve uma definição mais “atenciosa”, onde o termo passou a abranger aspectos como identificação, proteção, conservação, restauração, e a já comentada aqui, reabilitação. O IPHAN no ano de 1995 apresentou a seguinte reflexão: “[...] uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes” (IPHAN/MINC, 1995, p. 263-264). No mesmo ano, em 1995, temos a já citada Carta de Lisboa, elaborada no 1º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana em Lisboa, trazendo também uma definição de revitalização: “uma operação destinada a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas”.

No Brasil, as políticas de revitalização buscam a refuncionalização de áreas centrais que historicamente foram importantes para a cidade como um todo, visando atender às demandas atuais. No entanto, esse tipo de política urbana vem se mostrando economicamente e ideologicamente ligada aos interesses do mercado, transformando essas áreas em mercadorias. Para a aceitação dessas políticas, comumente apela-se midiaticamente através de propagandas que visam atrair consumidores.

É importante chamar atenção para o fato de que essas práticas não acontecem de forma nivelada. As cidades brasileiras ainda não estão com esses processos em níveis extremos, como é o caso de cidades como Barcelona (Espanha) e Nova Iorque (Estados Unidos), porém, ao mesmo tempo, é inegável que ainda que seja em um nível menor, os projetos de revitalização nas cidades brasileiras vem causando consequências graves a população local; como por exemplo, a expulsão de moradores desses espaços em detrimento do chamamento de locatários solváveis, dispostos a consumir os bens e serviços do local, trazendo o retorno financeiro esperado.

Para Regina Celly da Silva, a revitalização no Brasil,

[...] configurou-se enquanto uma política de intervenção urbana que, por meio do uso do discurso do resgate da memória e da tradição, tende a se apropriar de uma localidade histórica para transformá-la em um seguimento de mercado, para o consumo e o lazer, utilizando a valorização da cultura, enquanto discurso para reprodução do capital (SILVA, 2016, P. 32)

Destarte, é importante pensarmos que independente dos motivos que impulsionam as políticas de revitalização, o fato é que essas políticas têm contribuído para criar novas experiências nos centros históricos das cidades brasileiras, redefinindo territorialidades, produzindo novos espaços e novos significados.

Em somatória aos conceitos anteriores, mas bastante diferente deles, temos a renovação urbana. Surgindo em um mundo pós-guerra entre as décadas de 1950 e 1970 o conceito de renovação urbana apoiou-se nas concepções modernas de substituir o conservador pelo que havia de mais inovador no momento. As demolições que ocorreram durante as guerras facilitaram e acabaram por impulsionar esse movimento que envolvia áreas inteiras. Podemos dizer que é uma maneira de intervenção em um tecido urbano já existente, onde substitui o seu patrimônio urbano e imobiliário, se não em uma área inteira, em uma parte substancial dela.

Para Paulo Peixoto, renovação urbana diz respeito à transformação do lugar, admitindo mudanças modernas, permitindo dessa forma, alterações até mesmo arquitetônicas em prédios e casas de valor histórico (PEIXOTO, 2009). Segundo a Carta de Lisboa, na alínea d) do artigo 1, as práticas de renovação urbana seriam as operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que, as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas atividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (SIRCHAL, 1995).

Segundo Natan Glazer, renovação urbana diz respeito aos processos em que: [...] as cidades são mantidas e reconstruídas: a construção de casas novas no lugar das antigas, a transformação de ruas antigas em ruas novas, o zoneamento das

facilidades industriais, e a reconstrução dos serviços públicos (Glazer, 1972). Para o mesmo autor, o maior problema da renovação urbana é que essa prática não resolvia em nada a questão da moradia das classes mais baixas. Para ele, os projetos de renovação urbana avaliam com bastante parcialidade as áreas que devem ser demolidas e reconstruídas, pois tentam sempre convencer através de argumentos que, na maioria das vezes, os moradores antigos discordam.

Os projetos de renovação urbana, portanto, contribuem para construções de prédios empresariais e apartamentos luxuosos para moradia de pessoas com alta renda. Ou seja, é uma espécie de reurbanização produzida com interesses sociais parciais ao capital, ligando interesses do Estado aos do setor imobiliário. A renovação urbana, como nos demonstrou David Harvey (2011), busca colocar as cidades no mundo competitivo, transformando os espaços em mercadorias. Esses espaços tendem a se tornar cada vez mais homogêneos, encobrindo assim as diferenças. Esses projetos, basicamente, acabam por intensificar a apropriação dos espaços públicos pelas elites.

Assim como os conceitos de revitalização, renovação e reabilitação urbana, o conceito de requalificação diz respeito à análise das intervenções nos sítios históricos e áreas urbanas que têm seu uso modificado. A Carta de Lisboa, mais especificamente o artigo 1, nos ajuda a compreender o que são políticas de requalificação, definindo essas práticas de forma objetiva enquanto projetos direcionados a áreas não residenciais, e que buscam a realização de novas atividades que se adaptem melhor aos contextos urbanos contemporâneos.

Requalificar uma área, portanto, significa (re) criar uma nova estética para o espaço. Apesar da requalificação envolver a revitalização dos centros históricos, ele visa cuidar também da área que o circunda. Segundo a DGOTDU<sup>7</sup> requalificação urbana refere-se a:

[...] operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, em que a valorização ambiental e a melhoria do desempenho funcional do tecido urbano constituem objetivos primordiais da intervenção [...] A valorização ambiental e a melhoria da qualidade do espaço urbano são normalmente abordadas numa dupla perspectiva: de resolução de problemas ambientais e funcionais [...] e a criação de fatores que favoreçam a identidade, a habitabilidade, a atratividade e a competitividade das cidades ou áreas urbanas específicas (DGOTDU, 2008, p.67).

Para Carvalho requalificação diz respeito a:

[..] as estratégias para a requalificação urbana, em sintonia com as principais orientações e tendências evolutivas contemporâneas em matéria de desenvolvimento e planejamento urbano, revelam a

---

<sup>7</sup> DGOTDU: Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.



primazia da reutilização de infraestruturas e equipamentos existentes em detrimento da construção nova e a reutilização/reconversão de espaços urbanos (devolutos, abandonados ou degradados, em particular) com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e fruição. (CARVALHO, 2008, p. 328)

Dessa forma, a requalificação urbana é um processo interventivo que acontece em áreas urbanas, visando à manutenção dos aspectos históricos e culturais, que fazem referência a um determinado contexto, de modo, que a intervenção deva tornar a área mais atrativa, mas não descaracterizá-la.

Entender esses conceitos, que muitas vezes estão entrelaçados, fez-se fundamental neste estudo de tese, para podermos compreender o que ocorreu e vem correndo em Olinda. O Sítio Histórico de Olinda, antes de tornar-se patrimônio da humanidade, não era um lugar desprezado e sem vida para afirmarmos que foi reabilitado, e também não teve seus bens patrimoniais transformados e modernizados para considerarmos que tenha passado por um processo de renovação urbana. O que aconteceu no sítio histórico depois de ter conquistado o referido título, foi uma revitalização. Passou-se a ter uma preocupação maior em conservar e fazer uso dos patrimônios que constituem o Sítio Histórico de Olinda, visando impulsionar e fortalecer o comércio e as atividades culturais, para dessa forma atrair turistas interessados na história e cultura local.

### **1.5) PATRIMONIALIDADE E PATRIMONIALIZAÇÃO**

Este tópico constitui-se com base nos seguintes questionamentos: Como se constrói o caráter patrimonial de algo, seja ele material ou imaterial? Como se define o que é, e o que não é patrimônio? Pode-se atribuir um caráter patrimonial a alguma coisa sem que exista um processo formal e autorizado pelos órgãos competentes? Para quem e com quem se constrói o caráter patrimonial de algo?

Para começarmos a refletir e debater a respeito dessas questões, é preciso compreendermos que patrimonialização e patrimonialidade são palavras que embora tenham grafias semelhantes, emitem conceitos diferentes.

A patrimonialização parte sempre da existência de um estatuto formal, que é resultado de uma prática social de atribuição de valor; essa prática social está estruturada por regras, normas e parâmetros que definem o que se encaixa ou não na alegoria do patrimônio. Esse conjunto de regras que definem visões particulares de patrimônio, quando regulamentadas, constitui o que chamamos de “discurso do patrimônio autorizado ou de autoridade”, que é justamente, o que está sob domínio dos órgãos de preservação, e onde essas instituições possuem um lugar de fala

privilegiado. Esses discursos de autoridade são feitos a partir de uma visão técnica, que muitas vezes não aceitam formas distintas de guardar, manter, utilizar, ou preservar e se identificar com os bens culturais.

Já a patrimonialidade, admite que haja mudanças na atribuição de sentidos em relação ao valor patrimonial. Ela assume a possibilidade, que a dado momento, nas disputas entre os agentes e movimentos sociais, haja mudanças de sentido e importância. A patrimonialidade entende que patrimônio é também um fator de mudança social, e não um fator de conservadorismo que mantém a todo custo poderes que muitas vezes nem sequer fazem mais sentido para sociedade. Quando falamos em patrimonialidade, estamos por reconhecer que o que é patrimônio não é apenas uma questão de regulamentação, não é somente uma questão de gestão profissional, nem estratégias de atores institucionais e institucionalizados, ou apenas uma questão de identificação e inventariação de objetos patrimoniais a partir de critérios cientificamente instituídos. Entende-se que antes de tudo, reconhecimento patrimonial é uma questão de discurso e narrativa, que são construídas em torno das práticas e do cotidiano de determinada comunidade. Reconhecimento patrimonial, portanto, tem a ver com um patrimônio que é vivido e praticado e por isso acaba sendo representado de alguma forma, mas que, sobretudo, é vivo no cotidiano das pessoas.

Poulot, apoiado na antropologia histórica, afirma que o conceito de patrimonialidade nos serve para “designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo” (Poulot, 2009, p. 28). De acordo com o pensamento deste autor, a memória coletiva abrange a cidade em todas as suas dimensões, não reduzindo o patrimônio ao que é material e institucionalizado, sendo isso o sentido da patrimonialidade no lugar (Poulot, 2009).

O senso de patrimonialidade pode existir dentro de um grupo social, ainda que não existam políticas de preservação do patrimônio, pois, a população, através de suas práticas de resistência, acaba por preservar a essência, o costume, e o saber daquilo que consideram como seu patrimônio, uma vez que não enxergam como um mero testemunho do passado, mas sim como arquivo de valor afetivo (Poulot, 2009). Há patrimonialidade em lugares e sujeitos, que não são patrimonializados, justamente pelos sentidos e costumes que eles carregam. Nesse sentido, no Sítio Histórico de Olinda, temos alguns indivíduos que representam tamanha importância para o lugar, que são considerados patrimônios vivos, ainda que não sejam de modo institucional.

A patrimonialidade pertence ao campo dos afetos, refere-se ao que as pessoas sentem, e por isso tem como ponto fundamental, a valoração do que as pessoas consideram como seu. Dessa forma, a patrimonialidade acaba traduzindo melhor o

sentimento de como as pessoas nos dizem que se apropriam do que é seu, ou seja, de como elas se apropriam de determinada coisa. Podemos ilustrar exemplificando da seguinte maneira: imaginemos que uma construção arquitetônica “Y” que não seja reconhecida como valorosa pelos órgãos competentes ao que discerne as questões de patrimônio, tenha valor para uma comunidade “X”, e que esse valor adquira significado para essas pessoas, de modo que essas pessoas nos dizem que tal construção é autêntica para elas. Essa qualidade é o que define a patrimonialidade. O que interessa a patrimonialidade é a experiência de interação que elas e seus antepassados tiveram com o lugar ou com o bem.

Portanto, o conceito de patrimonialidade é uma dimensão fundamental para refletirmos, inclusive, sobre a patrimonialização, e atentarmos para além dos discursos institucionais. Os movimentos sociais durante muito tempo e de forma violenta foram silenciados por políticas públicas muito bem orquestradas, financiadas e às vezes muito bem fechadas em instituições. É preciso deslocar o debate para pensarmos na relação essencial entre pessoas e patrimônio, para que assim consigamos melhor analisar os efeitos sociais dessa definição. Afinal, a supervalorização trazida pelas políticas patrimoniais, tem sido condizente com a realidade dos moradores do Sítio Histórico de Olinda? O ganho obtido pelos órgãos estatais a partir do espaço enquanto patrimônio tem retornado à população do SHO? A apropriação seletiva do espaço, tem gerado ou facilitado em algum nível às práticas de gentrificação que vem operando atualmente no centro histórico de Olinda?

## **CAPÍTULO 2**

### **CONHECENDO O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

*Olinda talvez seja isto, um nome de mulher.*  
Gilberto Freyre

## 2.1) “Ó-LINDA SITUAÇÃO PARA SE CONSTRUIR UMA VILA”

Olinda foi um dos primeiros núcleos urbanos<sup>8</sup> fundados no Brasil, tendo sido construída conforme as necessidades da época. Com um porto natural formado pelos arrecifes, água em abundância e terras férteis para o plantio, estava ainda protegida pela altura das colinas, visando as possíveis invasões. Foi na colina que hoje conhecemos como Alto da Sé, em 1535, que Duarte Coelho<sup>9</sup> iniciou a construção de sua casa, a primeira do Brasil, que juntamente com a Igreja, o açougue, a casa de câmara, a cadeia e a praça da vila, formavam o povoado. A cidade foi crescendo pelos morros com as casas de paredes grossas dos nobres construídas com pedras calcárias, argamassa de areia, pó de ostras e óleo de baleias.

A estrutura inicial da cidade mantém-se até hoje, pois foi dividida entre cidade baixa, marcada pela atividade comercial e portuária; e cidade alta, onde se concentravam as edificações religiosas e o núcleo residencial. A beleza do povoado que surgia era sempre exaltada desde seu donatário Duarte Coelho, a funcionários portugueses e viajantes de outras nacionalidades, que descreviam a vila com entusiasmo em seus diários de viagem. Isso fez com que já em seus primórdios, os aspectos paisagísticos de Olinda fossem largamente documentados. E, foi essa dimensão paisagística que, segundo os rumores da história, motivou o donatário a escolher o "sítio de Olinda" para sede da sua capitania, ao exclamar: “Oh! Linda terra e outeiro para edificar uma villa!” (Mello, 1974, p.19).

Apesar de ser a história mais contada acerca da nomeação da cidade de Olinda, há também a tradição de um nome indígena:

Marim, segundo uns; Mirim, segundo outros. Marim seria uma corruptela de Barim, que quer dizer coxo. Em luta contra os índios, Duarte Coelho teria sido ferido numa perna e se tornado coxo. Daí os indígenas chamarem a vila portuguesa de Barim: vila do coxo. Mirim toda gente sabe que quer dizer pequeno ou pequena. E em algumas escrituras mais antigas Olinda aparece designada pela expressão Vila Mirim, isto é, vila pequena (FREYRE, 2007, p.24).

---

<sup>8</sup> Núcleo Urbano refere-se a uma cidade ou povoado. É um conjunto unitário de uma área urbana, em relação ao território. Cada um dos assentamentos de caráter urbano, de diversas características, que integram o sistema urbano de um determinado território (SAHOP, 1978, p.175).

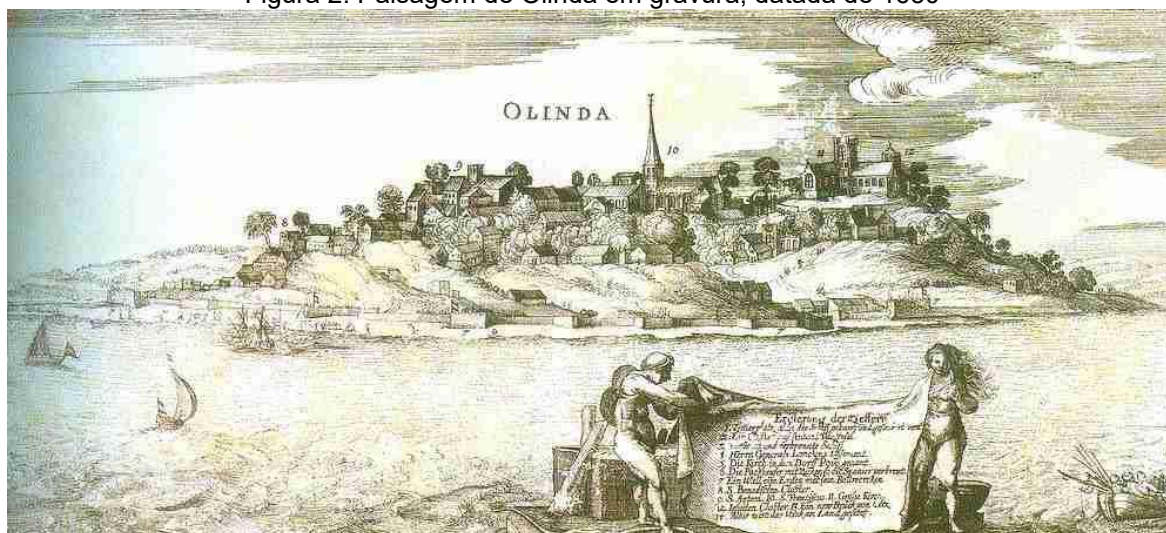
<sup>9</sup> Em 1534, a Coroa portuguesa instituiu o regime de Capitânicas Hereditárias, onde a Capitania de Pernambuco foi entregue ao fidalgo português Duarte Coelho.

Figura 1: “Marin d’Olinda de Pernambuco/ T’Recif de Pernambvco”



Autor desconhecido, cerca de 1630. Publicado em Joannes de Laet, *Historie ofte laerlijck Verhael [...]* Leyden: Bonaventurere ende Abraham Elsevier, 1644. Disponível em: <[https://www.mowic.org/images/Cartography%20\(2\).jpg](https://www.mowic.org/images/Cartography%20(2).jpg)>, acesso em 12/04/2023.

Figura 2: Paisagem de Olinda em gravura, datada de 1630



Acervo do Museu do Estado de Pernambuco. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2015/03/artistas-retratam-as-transformacoes-de-recife-e-olinda-que-fazem-aniversario-esta-semana.html>>, acesso em 12/04/2023.

Apesar de fugir da historicidade da cidade, a veracidade acerca das suas histórias de nomeação é unânime quanto à parte que descreve sobre a estadia de Duarte Coelho e a escravização dos povos que a habitavam. Quando Duarte Coelho chegou às terras que hoje conhecemos por Olinda, deparou-se com um território ocupado por indígenas, com os quais travou batalhas, e usou como mão de obra aqueles que sobreviveram e por algum motivo permaneceram no povoado. Contudo, as batalhas não cessaram e os conflitos com os indígenas duraram por toda a sua estadia.

Duarte Coelho, embora tenha discorrido sobre esses conflitos e as muitas dificuldades que teve para manter a Capitania de Pernambuco em cartas que enviava ao então Rei D. João III, como se sabe, levou a capitania de Pernambuco a ser uma das mais prósperas. A prosperidade foi tanta, que o povoado em 1537, já estava elevado à categoria de vila. Nesse mesmo ano, por exemplo, Duarte Coelho enviou ao rei, uma carta de doação onde descrevia o “avanço” do povoado, relatando os lugares e benfeitorias que existiam na Vila de Olinda. Sabe-se que nas praias foram construídos fortes para defesa da vila, e que do alto das colinas se expandiu em direção ao mar, ao porto e ao interior os engenhos de açúcar.

E, foi justamente através do desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, e do extrativismo do pau-brasil, que Olinda tornou-se um dos mais importantes centros comerciais da colônia, enriquecendo a tal ponto, que era comparável à corte portuguesa em luxo e ostentação<sup>10</sup>. O auge da vila de Olinda permaneceu até o início do século XVII, pois como escreveu nesse período Ambrósio Fernandes Brandão, nos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618):

Dentro da Vila de Olinda habitavam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, culpadas de mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadores de muito preço, de toda a sorte em tanta quantidade que semelha uma Lisboa pequena. A barra do seu porto é excelentíssima, guardadas de duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados, que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque tem para sua defesa grandíssimos arrecifes, a onde o mar quebra. Sempre se acham neles ancorados. Em qualquer tempo do ano, mais de trinta navios, porque lança de si, em cada um ano, passante de 120 carregados de açúcares, pau-brasil e algodão. A vila é assaz grande, povoada de muitos e bons edifícios e famosos templos, porque nela o há o dos Padres da Companhia de Jesus (1551), o dos Padres de São Francisco da Ordem Capucha de Santo Antônio (1585), o Mosteiro dos Carmelitas (1588), e o Mosteiro de São Bento (1592), com religiosos da mesma ordem (BRANDÃO, 2005, P. 39).

Segundo Leonardo Dantas Silva:

A Vila de Olinda, uma das mais abastadas da América Portuguesa, cujo fausto era comparado com Lisboa e Coimbra, dominava a paisagem com seus quatro mosteiros, a Igreja de São Salvador do Mundo e o casario pintado de branco, construído em pedra e cal, colorido pelo verde de coqueiral que lhe proporcionava um clima ameno [...] (SILVA, 2008, p.17).

---

<sup>10</sup> Duarte Coelho chamava Olinda em suas cartas de “Nova Lusitânia”, e justificava afirmando que o Brasil seria o interior.

Foi só na década de 1630 que observou-se o início do declínio de Olinda, em decorrência da Invasão Holandesa em Pernambuco. Segundo Margarida Cantarelli, a Holanda optou por Pernambuco por três aspectos: a liderança econômica que exercia no mercado internacional como produtor de açúcar; a sua posição estratégica mais perto da Europa em comparação com outros centros produtores da colônia; e por fim, o fato de ser menos defendida que a sede do governo português no Brasil (CANTARELLI, 2011, p.52). Apesar de hoje sabermos que esses foram os reais motivos pelos quais a Holanda decidiu invadir Pernambuco, a Vila de Olinda naquela época, tratou de criar sua própria justificativa para o acontecido: castigo divino.

A Invasão Holandesa foi então encarada pelos olindenses daquele período como um castigo para a população orgulhosa e soberba que vivia em luxo, pecado, e promovendo injustiças. O modo como Olinda recebeu tal acontecimento foi registrado pelo cronista português Frei Manuel Calado, este tendo inclusive, lutado na batalha contra os holandeses. Manuel Calado escreveu o sermão do Frei Antônio Rosado, “[...] de Olinda a Olanda não há aí mais que a mudança de um i em a, e esta Vila de Olinda se há – de mudar em Olanda e há – de ser abrasada por os holandeses antes de muitos dias; porque, pois, falta a justiça da terra, há – de acudir a do céu” (CALADO, 1987). Em outro escrito o Frei Manuel Calado descreve Olinda e atenta para a relação do apogeu de Olinda com o pecado:

Quem se houvesse achado na Vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco, e das demais da parte do Norte, antes que os Holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois, que nela entram os Holandeses, e a renderam, sem muito parafusar, em breve alcançaria, que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada. Era aquela república antes da chegada dos Holandeses a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa e cetro. O ouro e a prata eram sem número, e quase não se estimava: o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios, e caravelas [...] O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata (CALADO, 1987, P. 480).



Figura 3: Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses ao mando do almirante H. C. Loncq e do coronel D. van Weerdenburch



(17 fev. 1630). Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/434740>>, acesso em: 18/04/2023.

Se por castigo divino como acreditava Frei Manuel, ou por pura estratégia dos holandeses como constataam os historiadores, o fato é que o ataque constituiu um marco crucial para a história de Olinda, pois no chamado “período holandês” a velha cidade foi colocada “de lado” pelos novos conquistadores:

Desde que começaram, porém, a senhorear o Brasil os holandeses, subjugadores das terras e das águas, aprouve escolher-se o Recife e a Ilha de Antônio Vaz para sede do governo. Como que condenada pelo destino, arruinou-se a formosa Olinda, mostrando-se chorosa. As casas, os conventos e as igrejas, derrubados, não pelo furor da guerra, mas de propósito, lagrimavam com a própria ruína. (BARLAEUS, 1980, p.154.)

O historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, também chama atenção para esse momento:

A Vila de Olinda em nenhum tempo pode ter fortificações que assegure suas coisas por ser, como se vê, em assento alto e barrancoso, as casas esparcidas e as ruas de modo desencaminhadas que uma de per si faz um bairro, e as igrejas distantes e desacompanhadas, de modo que as trincheiras da praia, que é a maior fortificação em que se estriba, não é de nenhum efeito, para caso repentino de gente resoluta,

quanto mais para um caso pensado, no qual ainda os altos muros e largas cavas não asseguram totalmente um povo bisonho. A melhor defesa de Olinda, pensava Diogo de Campos, consistia no Recife, que pode ser muito grande e muito forte por razão do assento no salgado, cercado de água. (MELLO, 1995, p.146.)

Essa “rejeição” a Olinda pelos holandeses foi materializada logo no ano seguinte à invasão, quando “os oranges” incendiaram Olinda. Demonstrando que o incêndio não foi acidental, mas o contrário, foi desejado e premeditado, antes de incendiarem a cidade de Olinda, retiraram os materiais nobres das edificações para construírem suas casas no Recife, que começava a prosperar sob a administração holandesa. Era então o fim da “supremacia” olindense. A reconstrução da Vila de Olinda só começaria em 1654 com a expulsão dos holandeses. Nesse período, Recife já estava consolidada como sede de maior importância política e econômica, enquanto Olinda tornava-se secundária e ia lentamente se reconstruindo. O motivo pelo qual Recife disparava a frente de Olinda, nesse sentido, eram suas atividades mercantis.

Apesar do prestígio administrativo perdido para o Recife, Olinda foi passando lentamente por um processo de reconstrução, em meados do século XVII. No entanto, parece ser consenso entre os historiadores, que apesar dos esforços, Olinda não atingiu seu esplendor de outrora. Independentemente de estar ou não em seu apogeu, a Vila de Olinda foi elevada à categoria de cidade em 1676.

Constata-se que esse período de desprestígio perdurou até meados do século XIX, pois em 1854, o curso de direito que ficava no Mosteiro de São Bento em Olinda, fazendo daquele núcleo urbano um burgo universitário, com estudantes morando nos sobrados e dando vida efervescente ao local, acabou sendo transferido para o Recife, mostrando que Olinda ainda continuava a perder prestígio em meados dos oitocentos. A situação de Olinda só começa a mudar, portanto, no início do século XX, quando os banhos de mar da cidade passaram a ser considerados saudáveis, tornando assim, a cidade atrativa novamente.

## **2.2) PARTIDAS E CHEGADAS: PROCESSOS DE ENOBRECIMENTO E GENTRIFICAÇÃO NA HISTÓRIA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

A Vila de Olinda em sua fase “gloriosa<sup>11</sup>”, que podemos dizer ser um pouco depois do seu surgimento em meados do século XVI, até a primeira metade do século XVII, possuía uma organização social formada por:

---

<sup>11</sup> A fase “gloriosa” da cidade refere-se ao apogeu do ciclo da cana-de-açúcar, que teve início por volta de 1530, e perdurou até a invasão holandesa em 1630, com a cidade incendiada. O período perdurou, portanto, aproximadamente 100 anos.

Proprietários da capitania, compreendendo a família de Duarte Coelho e pelos clérigos, jesuítas (1551), carmelitas (1580), franciscanos (1585), beneditinos (1592), entre outros. Além dos militares, incluindo os engenheiros militares, personagens importantes nessas expedições, outros funcionários da coroa participavam também dessa população, sobretudo portugueses, vindos na comitiva do donatário. Muitos receberam terras por doações e tornaram-se senhores de engenho, enquanto outros se tornaram negociantes. Aos lusitanos somaram-se os escravos negros e os índios. Segundo a filiação religiosa, essa população dividia-se em cristãos e cristãos-novos, muitos dos quais praticavam a religião judaica clandestinamente (PONTUAL; MILET, 2002, p.48).

Porém após esse período, com a invasão holandesa, conforme abordado anteriormente, a cidade de Olinda foi destruída. Com isso, a cidade perdeu sua designação como capital da província de Pernambuco, bem como sua função central como polo econômico e político da capitania, e acabou tendo sua formação social completamente modificada, passando a ser habitada predominantemente por indivíduos de baixa renda.

Henry Koster, ao passar pela Olinda de 1809, deixou-nos escritos que revelam o estado de desolação em que o lugar se encontrava naquele momento:

“... As ruas são calçadas, mas sem conservação. Muitas casas são pequenas, baixas e negligenciadas. Os jardins pouco cultivados. Deixam essa cidade para residir no Recife... o aspecto geral é de tranquilidade, regularidade, com um certo ar de desolação” (Koster, 1942, p.45-46).

Dez anos depois, em 1819, Tollenare, afirmou que quase todas as casas não passavam de "miseráveis casebres as rés do chão", e que a cidade de Olinda, ficava quase deserta na estação chuvosa, tornando-se animada apenas durante o verão, sugerindo que a cidade a essa altura era uma espécie de cidade de veraneio dos moradores abastados do Recife (TOLLENARE, 1956).

Ainda sobre o século XIX, em 1821, a inglesa Maria Graham chamou atenção para quem eram os habitantes de Olinda àquela altura:

“Fiquei surpreendida com a extrema beleza de Olinda, ou antes, de seus restos, porque agora está em um melancólico estado de ruína. Todos os seus habitantes mais ricos há muito se estabelecem na cidade baixa [...] é raro encontrar de pé uma casa de qualquer tamanho. Muitos burgueses do Recife têm ali suas casas de campo e de veraneio. A posição de Olinda sobre as colinas permite a cada casa ter um pequeno jardim. A população de Olinda não excede a 3.000 habitantes, todos paupérrimos e de sangue mestiços [...]” (GRAHAM, 1990, p. 82-83).

É possível perceber que a situação de decadência em que Olinda passou a se encontrar após a Invasão Holandesa perdurou ainda durante o século XIX, quando o mar da cidade passou a atrair moradores pertencentes às classes sociais mais altas do Recife. Porém, é no século XX, com as praias autorizadas ao banho, que Olinda se firma como cidade de veraneio, passando a ser ocupada por moradores do Recife que viram no mar olindense a possibilidade de lazer. As casas próximas ao mar passaram a ganhar vida, e logo essa vida se estendeu a outros locais da cidade. Esse contexto fez com que um trem passasse a realizar viagens do bairro da Encruzilhada no Recife até Olinda, e, mais tarde, na segunda metade do século XX, houvesse ainda a substituição por bondes elétricos, deixando a viagem mais moderna.

Contudo, se pensarmos para além da cidade de veraneio preferida dos recifenses, Olinda permaneceu em estagnação, de um modo geral, até os anos 1960<sup>12</sup>. Olinda que há pouco havia se tornado uma cidade de descanso, e por isso não contava com uma quantidade considerável de moradores fixos, viu a situação mudar a partir de 1964, com o movimento dos artistas no Mercado da Ribeira. Segundo André Moreira (2006), artistas e artesãos passaram a morar no Sítio Histórico de Olinda, iniciando o primeiro processo de enobrecimento na área. Nesse primeiro ato, o enobrecimento na cidade de Olinda se dá de maneira muito sutil, pois apesar desses artistas constituírem uma classe social acima dos antigos moradores, ainda não faziam parte das classes mais altas da sociedade naquele momento, e, talvez por esse motivo, as casas não sofreram modificações estruturais nesse período.

Já na década seguinte, em 1970, ocorreu o fenômeno mundial do interesse pelas áreas históricas, que envolvia o resgate de suas funções de moradia e trabalho, assim como o impulsionamento desses espaços enquanto atração turística. Nesse contexto, Olinda que a essa altura estava habitada por artistas, torna-se uma espécie de “Polo do Turismo e Lazer”.

Reconhecida sua vocação como Polo de Lazer e Turismo da EMR, identificada e justificada no PDLI (Plano de desenvolvimento Local Integrado do Município de Olinda – 1973), enfatizada na atual administração, o fortalecimento dessa atividade passa a se constituir em diretrizes para o seu desenvolvimento (Legislação Urbanística para os Sítios Históricos, fl. 2)

Na década de 1970 há então uma valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades (SOUZA, 2014). Esse tipo de política começou a ganhar força com a criação de diversos fóruns que discutiam a ligação entre patrimônio, signos e mercado. Podemos citar como exemplo a cidade de Parati, no Rio

---

<sup>12</sup> Na década de 60, Olinda praticamente dobra sua população.

de Janeiro – que passou por um período de ostracismo, ou seja, isolamento, até a década de 1970, quando abriu-se ao turismo. Esse movimento decorreu da implementação de estímulos para as atividades turísticas a partir desse período. Outro exemplo bastante emblemático, é a reforma do Pelourinho, bairro central de Salvador, na Bahia, onde a restauração foi ostensivamente direcionada para o aumento do turismo. Esses movimentos decorreram da implementação de estímulos para as atividades turísticas a partir desse período.

Portanto, não por acaso, é a partir dessa mesma década que data o segundo processo de enobrecimento em Olinda, manifestando-se desta vez de maneira mais conspícua. Nesse período somaram-se aos artistas, professores universitários e intelectuais em geral, que haviam decidido morar no Sítio Histórico de Olinda, devido ao interesse do momento, que era morar em áreas históricas repleta de significados e memórias. Diferentemente do primeiro processo de enobrecimento, com a chegada de pessoas que possuíam um maior poder aquisitivo, constitui-se agora um novo perfil de moradores no SHO. Por esses moradores pertencerem a setores da classe média mais elevada, passaram a exigir que o conforto passasse a fazer parte de suas casas e dos lugares aos quais frequentavam. Portanto, é nesse período, que começaram a ocorrer as primeiras alterações nas tipologias dos imóveis, onde geralmente contemplavam melhorias nas instalações sanitárias, cozinhas e o uso do sótão como mezanino (MOREIRA, 2006).

É somente na década seguinte, em 1980, que ocorreu o terceiro processo de enobrecimento, dessa vez acompanhado de práticas de gentrificação, pois é nesse período que os grandes casarões deixaram de ser residências e passaram a funcionar como pousadas, hostels, hotéis, boates e repartições públicas. Nesse contexto, muitas famílias de menor poder aquisitivo que ainda residiam no Sítio Histórico de Olinda, sem condições de manter os velhos casarões, acabaram se mudando ou passaram a viver em imóveis menores ou em bairros menos valorizados do centro histórico.

Essas práticas experimentaram um aumento progressivo ao longo da década de 1980, alcançando seu ápice no transcorrer do final desta mesma década e início da subsequente:

A partir do final dos anos 1980 e durante os anos 1990 ocorreu o quarto processo de gentrificação. Uma nova população atraída pelo diferencial de morar em uma cidade histórica e Patrimônio Cultural da Humanidade, ocupa o SHO com novos interesses e desejos motivados por uma exacerbada pressão por mudanças. Foi o processo de gentrificação mais destruidor e descaracterizante. Os novos moradores destruíam exatamente o diferencial que os atraiu. A falta de segurança fez com que as áreas de maior permanência das moradias se voltassem para os fundos e as ruas ficam desertas. No final dos anos 1990 e início do século XXI, é identificado um novo processo de

gentrificação com a saída dos moradores que vieram nos anos 1970 e 1980, substituídos por estrangeiros e até mesmo por brasileiros que conseguiram se capitalizar com trabalho realizado no exterior. Novas alterações são realizadas inclusive com a tentativa de implantar uma tipologia alienígena à moda dos lofts de Nova Iorque (MOREIRA, 2006. P. 75).

Apesar de Moreira identificar em todas as quatro etapas aqui historicizadas a presença de processos de gentrificação, consideramos nesse estudo, que foi somente a partir da década de 1980 com a forte presença das empresas hoteleiras, e dos restaurantes, que as práticas de gentrificação passaram a acompanhar os processos de enobrecimento. É importante ainda sublinhar, a chegada de estrangeiros na década de 1990 e o quanto ainda hoje é possível perceber esses avanços sobre o SHO.

Destarte, até esse momento da pesquisa fica evidente as diversas transformações urbanas e sociais pelas quais o Sítio Histórico de Olinda passou ao longo dos anos, desde 1550 até finais dos anos 1990. Ficou claro também, que no momento em que o turismo tornou-se o fator principal e a mola propulsora do espaço, houveram consequências “agressivas”, tanto para os casarios, como para seus moradores e para a dinâmica social da cidade como um todo. A partir do próximo capítulo, será possível integrar essas informações históricas sobre os processos de enobrecimento e gentrificação que aconteceram ao longo da história da cidade de Olinda, aos dados atuais que foram coletados por meio da pesquisa de campo conduzida neste estudo.

### **2.3) SUBINDO E DESCENDO LADEIRA: UMA BREVE CAMINHADA PELA GEOGRAFIA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Um dos motivos pelo qual o Sítio Histórico de Olinda foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco em 1982, foi a sua estratégica localização em relação ao próprio município de Olinda e à cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, além claro, como vimos, de sua grande importância histórica, artística e cultural.

Atualmente o município de Olinda conta com 43,55 km<sup>2</sup> de extensão territorial, sendo que 9,73 km<sup>2</sup> dessa área fazem parte da ZEPEC (Zonas Especiais de Proteção Cultural e Urbanística). Desses 9,73 km<sup>2</sup>, 1,89 km<sup>2</sup> pertence a ZEPEC 1 (Sítio Histórico de Olinda) e 7,84 km<sup>2</sup> ao entorno do sítio histórico<sup>13</sup>. Os bairros que constituem o Sítio

---

<sup>13</sup> Informações retiradas só ele oficial da prefeitura da cidade de Olinda. Acesso em 25/03/2022 < <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados/> >

Histórico de Olinda são: Varadouro, Carmo, Sé, Amparo, Bonsucesso, Rosário, Monte, Guadalupe e Amaro Branco.

De acordo com a Lei Municipal nº4849 de 23 de junho de 1992, Olinda está dividida em zonas especiais de proteção cultural. Esta divisão objetiva melhorar a qualidade de vida de seus moradores, bem como preservar e valorizar os seus bens culturais, arquitetônicos e naturais. Dessa forma, as zonas especiais de proteção cultural (ZEPEC), estão classificadas em três categorias: Sítio Histórico de Olinda (ZEPEC 1), Conjunto ou Monumento Isolado (ZEPEC 2), e Ruínas (ZEPEC 3).

A ZEPEC 1 corresponde ao núcleo “primitivo” do município de Olinda, que fora definido a partir da Carta Foral de Olinda e da Cartografia do séc. XVI, sendo envolvido por uma extensa área de entorno, como definido pela rerratificação da notificação federal nº 1155/79 da extinta SPHAN. De acordo com o Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI), a ZEPEC 1 está dividida em oito “subzonas”, que são: SRR (Setor Residencial Rigoroso), SCV (Setor Comercial do Varadouro), SRA (Setor Residencial Ambiental), SIT (Setor de Interesse Turístico), SCA (Setor Cultural do Alto da Sé), SV1 (Setor Verde 1), SV2 (Setor Verde 2) e SV3 (Setor Verde 3). E, a área de Proteção ao Conjunto, o entorno, está dividida em apenas duas “subzonas”, a SR (Setor Residencial) e a SEIS (Setor de Interesse Social).

Veremos na sequência um mapa ilustrativo do Sítio Histórico de Olinda (ZEPEC 1)<sup>14</sup>, para melhor visualização a disposição geográfica de cada zona mencionada anteriormente:

---

<sup>14</sup> Este mapa foi encomendado à artista olindense Marília Matoso, e embora seja ilustrativo, mantém a morfologia e as zonas do Sítio Histórico de Olinda, em suas localizações reais.

Figura 4: Mapa Ilustrativo do Sítio Histórico de Olinda



Fonte: Marília Matoso, 2024.

Veremos nos incisos a seguir os setores que compõem a ZEPEC 1. O inciso 1º do artigo 5º da já citada lei municipal nº4849, considera como sendo área de *Setor Residencial Rigoroso*, a de uso predominantemente residencial, constituída pelo núcleo que mantém a morfologia urbana e tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se assim, a rígido controle das intervenções. A SRR por ser a zona que mantém a morfologia urbana histórica do SHO acaba sendo o espaço do polígono de preservação que mais recebe a atenção dos órgãos representativos do Estado. Nessa área, conseqüentemente, é onde acontece a maior parte do trabalho turístico da cidade, incluindo os principais eventos, os melhores



hotéis, e os melhores restaurantes. A SRR, portanto, corresponde ao setor mais valorizado do Sítio Histórico de Olinda, sendo a área onde os imóveis são vendidos pelos maiores valores, os aluguéis são onerosos e onde os serviços de alimentação e bebidas são vendidos a um preço mais elevado.

Figura 5: Rua de São Bento (SRR)



Foto: Elaine Santana, 2023.

O inciso 2º, considera *Setor Residencial Ambiental*, a área com uso predominantemente residencial, e que mantém na maioria das ruas, a escala e o traçado urbano primitivo, onde se registre ocorrência rarefeita de edificações de interesse histórico arquitetônico. O inciso 3º, entende por *Setor Cultural do Alto da Sé*, a área de importância histórica, cultural e paisagística, situação dos primeiros assentamentos da Vila de Olinda, constituída por mirantes e monumentos, destinados ao lazer contemplativo e cultural, sendo por este motivo, assim como a SRR, uma área também bastante valorizada no SHO.

Figura 6: Alto da Sé (SCA)



Foto: Elaine Santana, 2023.

No inciso 4º, considera-se *Setor de Interesse Turístico*, a área plana, que está localizada próximo ao mar, indo desde a Praça do Carmo até a Praça Dantas Barreto, incluindo a rua do Sol e o entorno do Fortim de São Francisco, destinada predominantemente à atividade de lazer da comunidade e dos turistas. O inciso 5º, entende como *Setor Comercial do Varadouro*, as áreas destinadas predominantemente a atividades de comércio e prestação de serviços. Para o inciso 6º, o *Setor Verde*, são as áreas de grande densidade de elementos naturais que envolvem monumentos tombados. Segundo o inciso 7º, o *Setor Verde 2*, que corresponde às áreas especiais de proteção ecológica, caracterizadas pela densa vegetação. O *Setor Verde 3*, é descrito no inciso 8º, como sendo todas as Praças, Largos e Mirantes abrangidos pelo polígono da ZEPEC 1.

Figura 7: Praça do Carmo (SIT)



Foto: Elaine Santana, 2023.

Figura 8: Rua do Sol (SIT)



Foto: Elaine Santana, 2023.

Figura 9: Largo do Varadouro (SCV)



Foto: Elaine Santana, 2023.

A ZEPEC 2, área de entorno, se caracteriza como área de preservação de edificação em conjunto ou isolada, de valor histórico-cultural, sendo exemplos, a rua Duarte Coelho, a rua de Santa Tereza e o Convento de Santa Tereza, a Fábrica Tacaruna, a Capela de Santana do Rio Doce, e o Casarão do Complexo de Salgadinho (Casarão Rosa). E por fim, a ZEPEC 3, atendendo às ruínas de edificações e seu entorno que tenham relevância histórico-cultural como as Ruínas da Fortaleza do Buraco, Ruínas da Casa da Pólvora, Ruínas do Convento de Santo Amaro, e Ruínas da Capela de Santana do Engenho Fragoso.

Vejamos por meio de imagens e uma breve contextualização, os monumentos e ruínas pertencentes às ZEPEC 2 e 3. A construção do povoado de Santa Tereza, por exemplo, no qual estão presentes a rua Duarte Coelho, a rua de Santa Tereza e o Convento de Santa Tereza<sup>15</sup>, apesar de não ser um destino turístico por estar no entorno do SHO, destaca-se principalmente por distinguir-se da morfologia lusitana na qual Olinda vinha sendo edificada. O povoado de Santa Tereza buscou estabelecer-se na planície, ao invés das colinas e montes, como os demais povoados da época.

---

<sup>15</sup> O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. Número do Processo: 142-T-1938, Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 203, de 05/08/1938.

Como não se sabe ao certo a data de surgimento do povoado, costuma-se atribuir seu surgimento à sua primeira edificação, a Capela de Nossa Senhora do Desterro, 1661, construída pelo General João Fernandes Vieira, como cumprimento de uma promessa por ter vencido os holandeses na Batalha dos Montes das Tabocas. Foi dessa capela que surgiu o Convento de Santa Tereza, como extensão, para abrigar as atividades desenvolvidas pela Ordem dos Carmelitas Descalços. Atualmente tanto a rua Duarte Coelho, quanto a rua Santa Tereza estão abandonadas pela prefeitura; muitas dessas casas encontram-se em situação de deterioração.

Figura 10: Rua Duarte Coelho



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Figura 11: Imóvel na rua Duarte Coelho, em situação de invasão



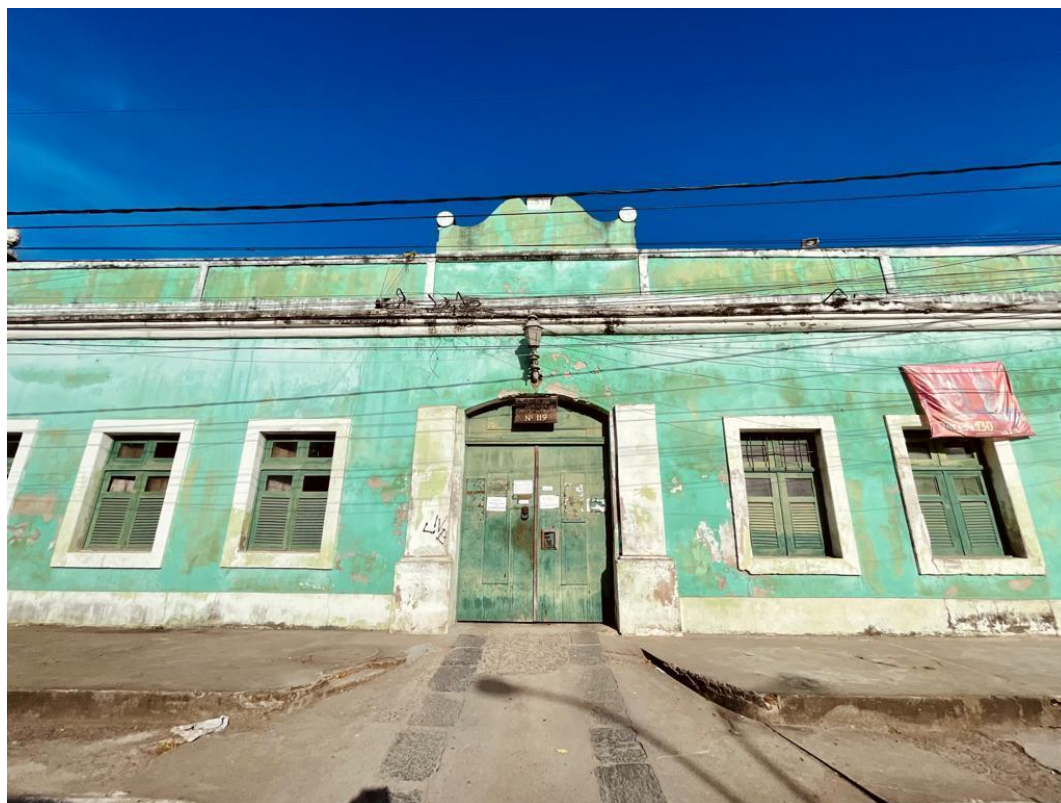
Fonte: Elaine Santana. 2023.

Figura 12: Rua Santa Tereza



Fonte: Elaine Santana. 2023.

Figura 13: Imóvel na rua Santa Tereza com tombamento individual



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Figura 14: Convento de Santa Tereza (Antiga Capela de Nossa Senhora do Desterro)



Fonte Elaine Santana, 2023.

O que atualmente se conhece por Fábrica Tacaruna<sup>16</sup> era no final do século XIX a Usina Beltrão, a primeira e mais moderna refinaria da América do Sul. Tendo a usina passado por altos e baixos devido à oscilação do comércio açucareiro, acabou se tornando, no século XX, uma indústria têxtil, quando finalmente passou a chamar-se da forma que a conhecemos hoje. A fábrica funcionou de 1924 a 1982 quando foi entregue ao Banco Econômico para quitação de débitos. Após seu tombamento em 1994 o espaço foi especulado por órgãos públicos em diferentes gestões visando a instalação de um centro cultural, além disso, foi utilizada para a realização de alguns eventos musicais, e que mais tarde foram proibidos pelo Ministério Público. Até a data desta pesquisa, a Fábrica Tacaruna segue desativada e sem uso social.

Figura 15: Fábrica Tacaruna



Fonte: Elaine Santana, 2023.

---

<sup>16</sup> O Conjunto Fabril da Tacaruna corresponde a um patrimônio cultural do Estado de Pernambuco, com tombamento homologado pelo Decreto n. 18.229, de 16 de dezembro de 1994.



A povoação de Rio Doce que abriga a Capela de Santana do Rio Doce<sup>17</sup> surgiu a partir da expulsão holandesa em 1654. As terras nas quais se encontram a capela, segundo consta no arquivo da Câmara Episcopal de Olinda, eram patrimônio do Colégio de Olinda, dos padres jesuítas, quando em 1765 foram confiscadas e vendidas pelo governo. Parte dessas terras foi adquirida pelo casal Elias Francisco Bastos e D. Maria do Ó sendo, portanto, em suas terras que aconteceu a construção da capela em homenagem a Santana na data de 1782. A capela possui também uma casa acoplada, onde ambas possuem características arquitetônicas setecentistas. Atualmente, ambas formam um complexo pastoral franciscano.

Figura 16: Capela de Santana do Rio Doce



Fonte: <<http://desbravandopernambuco.blogspot.com/2014/01/olinda.html>> acessada em 25/08/2023.

O Casarão Rosa, assim conhecido por ter permanecido dessa cor por um longo espaço de tempo, remonta originalmente à mansão colonial rural, de inícios do séc.

---

<sup>17</sup> Tombada em 1982, como Patrimônio Histórico Mundial, integrando-se ao conjunto histórico-arquitetônico de Olinda.

XIX. Nesse período era residência do olindense Barão de Tacaruna que faleceu em 1887. Posteriormente, em 1915 foi adquirido pelo Coronel Arthur Lundgren e permaneceu abandonado, até que em 1978 foi transformado no Centro de Educação Musical de Olinda (CEMO). Atualmente o casarão não possui mais a cor que o nomina popularmente, estando grafitado pelas mãos do artista Galo de Souza.

Figura 17: CEMO (Antiga Casa Rosa) trata-se de um casarão rural que remonta ao período colonial



Fonte: Site da Prefeitura de Olinda, acesso em 23/07/2023 <  
<https://www.olinda.pe.gov.br/cemo-abre-inscricoes-para-estudantes-novatos/>>.

As ruínas da Fortaleza do Buraco<sup>18</sup> remetem ao forte construído pelos holandeses, por volta de 1631. Suas ruínas datam do século XVIII, indicando que posteriormente tenha sido reconstruído pelos portugueses. O forte foi tombado em 1938, e encontra-se atualmente em ruínas por ter tido seu tombamento cancelado em 1955. Nesse período de “desproteção patrimonial” o forte foi derrubado pela Marinha, que tinha ambições de construir no local uma Base Naval. No ano 2000 o local foi novamente tombado pelo IPHAN, pois entendeu-se a importância histórica de preservar suas ruínas.

<sup>18</sup> Processo n.º 1351-T/95, n.º 209 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Figura 18: Ruínas do Forte do Buraco



Fonte: Site do Diário de Pernambuco. Acesso em 28/07/2023 <<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/10/uma-fortaleza-colonial-que-resiste-ao-descaso.html>>

As Ruínas da Pólvora localizam-se no bairro de Rio Doce e possuem uma história pouco conhecida. Apesar de não haver comprovações sobre seu uso original ou datação, provavelmente funcionava como uma espécie de depósito de pólvora no final do século XVIII e início do século XIX. O tombamento das ruínas se deu a título municipal no ano de 1982. Embora a ruína seja tombada, atualmente encontra-se em estado de abandono, com muito lixo ao seu redor, e sem nenhum trabalho ou projeto que conecte a população do entorno ao monumento.

Figura 19: Ruínas da Pólvora



Fonte: Elaine Santana, 2023.

As Ruínas do Convento de Santo Amaro de Água Fria foram construídas por volta de 1630, junto a uma pequena ermida já existente. Em 1883, o convento foi confiscado pelo governo imperial, e atualmente restam suas ruínas que foram preservadas mesmo após a construção do Santuário da Mãe Rainha de Schoenstatt, dedicado a Nossa Senhora da Encarnação, e que hoje está em funcionamento.

Figura 20: Ruínas do Convento de Santo Amaro de Água Fria



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Capela de Santana de Fragoso fazia parte do antigo Engenho Fragoso. Foi erguida provavelmente já no século XIX e quando foi tombada em 1982 já encontrava-se em situação de deterioração. Atualmente encontra-se em estado de ruínas, correndo risco de total desabamento (MOREIRA, 2009).

Figura 21: Capela de Santana de Fragoso



Fonte: Daniel Lopes Moreira.

Acesso em 13/08/2023 < <http://objdig.ufrj.br/21/teses/752488.pdf> >.

É justamente por esses bens estarem no entorno do SHO, e conseqüentemente não estarem na rota turística do Sítio Histórico de Olinda, que acabam recebendo pouca ou nenhuma atenção dos órgãos representativos do Estado. Diante desse contexto, esse estudo sentiu a necessidade de trazê-los, pois é olhando para eles que podemos entender o porquê de seus respectivos tombamentos e reconhecimentos ainda que estejam inseridos em locais periféricos. No entanto, a importância histórica desses monumentos não parece ser suficiente para valer o gasto de mantê-los "de pé". E assim, vamos compreendendo que estar ou não estar em uma rota turística tem papel de decisão quanto a isso.

#### 2.4) OS TÍTULOS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA: TOMANDO NOTA

O Sítio Histórico de Olinda tem como peculiaridade ter sido tombado pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN – em 1968, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico. Foi elevado à condição de Monumento Nacional em 1980, e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco em 1982, na condição de Patrimônio Cultural da Humanidade. Além desses títulos que já nos são conhecidos, Olinda ostenta ainda os títulos de 1ª Capital Brasileira da Cultura, Cidade Ecológica, e tem *a tapioca do Alto da Sé* como Patrimônio Cultural e Imaterial da Cidade.

O título de *Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade* foi concedido pela Unesco em 1982 depois de uma luta iniciada pela Prefeitura em 1978 com o apoio de personalidades como o embaixador olindense Holanda Cavalcanti, o então ministro Eduardo Portela, e Aloísio Magalhães. Segundo o então secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Maurício Galvão, o que fez Olinda ter ganho o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, foi o seu centro histórico, as paisagens da região e a sua cultura.

O título de *Monumento Nacional*, concedido ainda durante o governo militar do presidente João Figueiredo foi importantíssimo para respaldar o encaminhamento à Unesco do processo de concessão do título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. O título de Monumento Nacional corresponde à Lei Federal Fernando Coelho, nº 6863, de 26 de novembro de 1980.

Ainda durante a ditadura militar Olinda recebeu o título de *Cidade Ecológica*, concedido através do decreto municipal nº 023, de 29 de junho de 1982. Olinda recebeu o título pelo então prefeito, eleito, Germano Coelho, tendo em vista as várias

áreas verdes existentes na cidade, como: o Horto d' El Rey, um dos primeiros jardins botânicos do país; o Bosque de Coqueiros, situado na entrada da cidade, com mais de dez mil mudas; a Mata de Passarinho, dentre outros sítios de preservação de área verde. O dia 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, patrono da ecologia, é dedicado à comemoração do título e à exaltação aos coqueiros, espécie essa de imenso valor afetivo para o estado. Inclusive, o refrão do hino estadual faz referência a essa árvore tão especial para os pernambucanos: "Salve, ó terra dos altos coqueiros, de belezas soberbo estendal, nova Roma de bravos guerreiros, Pernambuco imortal, imortal!".

No âmbito dos títulos mais recentes, temos o de *1ª Capital Brasileira da Cultura*. Este título foi conquistado pela cidade no ano de 2005, pela ONG Capital Brasileira da Cultura (CBC), depois de campanha popular realizada durante dois meses. Dessa forma, a conquista dessa titulação não retrata apenas um esforço da Prefeitura, mas também do povo olindense. Mais de 11 mil pessoas e entidades declararam oficialmente seu apoio à candidatura da cidade. Com o título que recebeu pela primeira vez, a cidade foi durante todo o ano de 2006 o centro das atenções nacionais e internacionais como principal destino turístico-cultural do Brasil.

O título da *tapioca do Alto da Sé*, como *Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade*, 2006, veio através do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda. Apesar de a tapioca ser comum e integrante da culinária típica de diversos estados nordestinos, o *saber fazer* mais tradicional do Brasil ainda encontra-se no Alto da Sé. A intensidade do afeto em relação à tapioca da cidade de Olinda, pode ser evidenciada até mesmo em homenagens feitas por artistas de outras cidades, como foi o caso do cantor e compositor baiano, Moraes Moreira, ao escrever a música "Tapioca de Olinda". Em 2018, aconteceu pela segunda vez o festival da tapioca, onde competiram cerca de 50 tapioqueiras, tendo sido a campeã Dona Zeinha, uma das mais tradicionais e mais antigas tapioqueiras do Alto da Sé, onde está desde os anos 1970. O jovem festival contém diversas apresentações culturais, com debates e shows de artistas locais. O título, a música e o evento, reforçam a importância e o valor que a tapioca do Alto da Sé ocupa não só em Olinda, mas no país como um todo.

Figura 22: Tapioqueira Dona Zeinha no Alto da Sé



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Depois do título da tapioca como Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade em 2006, veio o das “*Sete maravilhas de Pernambuco*”, em 2008. O título se deu através de votação aberta e pela internet, através do portal JC online. A disputa se deu em três etapas: a primeira, contou com uma comissão avaliadora que destacou trinta locais de Pernambuco para concorrer; a segunda, o público através do voto popular escolheu quinze lugares para ir à final; para então, dos quinze lugares finalistas, eleger os sete vencedores<sup>19</sup>, entre os quais estava o Sítio Histórico de Olinda. Apesar desse título, talvez, ter uma menor importância a nível nacional ou mundial, acabou sendo motivo de grande orgulho para os moradores da cidade.

No mesmo ano, em 2008, o Sítio Histórico de Olinda conquistou o seu segundo título concedido pela UNESCO, o de *Registro Memória do Mundo no Brasil*, pelo fato da cidade deter o Conjunto Documental Livros Foreiros (Foral). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) pensou no projeto,

<sup>19</sup> Os sete lugares vencedores não possuem ordem de classificação, e foram: o Arquipélago de Fernando de Noronha, as Cachoeiras de Bonito, o Centro Histórico de Igarassu, a Ilhota da Coroa do Avião, as Piscinas Naturais de Porto de Galinhas, o Sítio Histórico de Olinda, e o Vale do Catimbau.



diante da condição lamentável de preservação em que vinham se encontrando diversos patrimônios documentais ao redor do mundo. O Programa que se chamava Memória do Mundo (Memory of the World – MoW Programme) de 1992, visava então a conscientização acerca da importância em se preservar os patrimônios documentais, já que estes pertencem a todos, e devem ser plenamente preservados e protegidos.

Destarte, esses são os títulos pertencentes à cidade de Olinda. No tópico subsequente, conheceremos também os tombamentos pontuais da cidade.

## **2.5) TOMBAMENTOS PONTUAIS: MONUMENTOS HISTÓRICOS**

Apesar do Sítio Histórico de Olinda ter sido tombado como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico pelo IPHAN, alguns dos seus monumentos históricos foram alvo de tombamento isolado. Comentaremos neste trabalho de tese, acerca das casas com muxarabis da rua do Amparo, nº. 28 e Praça João Alfredo, nº. 7, Igreja da Misericórdia, Igreja de Nossa Senhora do Monte, Igreja de Santa Tereza, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja e Mosteiro de São Bento, Igreja e Convento de São Francisco, Palácio Episcopal e o Seminário Maior Nossa Senhora da Graça (Seminário de Olinda), todos em 1938; posteriormente, a Capela de São Pedro Advíncula e Casa do Antigo Aljube<sup>20</sup>, ambos em 1961; Um ano depois, em 1962, foi a vez do Acervo Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Olinda; e, por fim, o Forte de São Francisco, em 1984.

O primeiro dos bens citados, a casa de número 28 da rua do Amparo, com muxarabi árabe, é localmente mais conhecida como “Sobrado Mourisco” justamente por possuir balcões de madeira com muxarabis de influência árabe, assim também como vários outros elementos característicos da cultura árabe. A construção é uma antiga residência datada do século XVII com características típicas desse período em Pernambuco, características essas, que foram mantidas íntegras e originais, pois durante os trabalhos de recuperação os quais a casa foi submetida ao longo dos anos, houve preocupação preeminente em preservar sua originalidade. Uma dessas características originais que podemos citar é a presença de tijolos em suas paredes que chegam a pesar 24 kg, além de suas portas de vergas e ombreiras retas feitas em pedra. E claro, o balcão de madeira em muxarabi, seu detalhe mais admirado e chamativo que está apoiado sobre cachorros de pedra.

---

<sup>20</sup> Do árabe: cárcere, masmorra.

Figura 23: Casa com Muxarabi Árabe de nº28 da rua do Amparo



Fonte: Elaine Santana, 2023.

O casario com muxarabi árabe nº. 7 localizado na Praça João Alfredo, é conhecido pelos Olindenses como “Casarão Mourisco”. Assim como a edificação nº 28 da rua do Amparo, o “Casarão Mourisco” possui balcões de madeira em losango e treliça, formando o famoso muxarabi árabe. Esse casario é também conhecido por, no ano de 1859, ter hospedado o imperador D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, em viagem ao Nordeste. Atualmente o casarão abriga um conhecido bar do Sítio Histórico de Olinda, onde acontecem também apresentações musicais.

Figura 24: Casario com muxarabi árabe nº 7 da Praça João Alfredo



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Igreja da Misericórdia foi construída originalmente em 1540, por ordem da Coroa Portuguesa e era conhecida como “Igreja de Nossa Senhora da Luz”. Contudo, como a maioria das edificações do Sítio Histórico de Olinda, em 1630, a igreja foi saqueada e incendiada durante a Invasão Holandesa. Foi somente com a expulsão dos flamengos, em 1654, que a igreja foi reconstruída, agora apresentando características que misturam a arte barroca, com traços da renascença portuguesa. A Igreja da Misericórdia possui um pátio externo cercado por muros de arrimo e uma escadaria que dá acesso ao templo de forma assimétrica. Na fachada encontramos duas volutas, e sobre elas, um brasão real em relevo. Em sua parte interna, destacamos o seu púlpito todo feito em talha dourada, e o seu forro com painéis pintados separados por talhas também douradas, onde, a pintura central, é a representação de Nossa Senhora da Misericórdia, que hoje dá nome à igreja. Nas edificações acopladas à igreja, funciona um colégio de freiras, operado pelas Monjas da Ordem Beneditina.

Figura 25: Igreja da Misericórdia (antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz)



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Igreja de Nossa Senhora do Monte foi construída por ordem de Duarte Coelho, em 1535, o que a torna a edificação religiosa mais antiga de Olinda. Diferentemente da maioria das igrejas de Olinda, esta possui um interior simples, composto apenas de um altar principal, de madeira, que imita um monte e possui a imagem de Nossa Senhora. A igreja que “escapou” do incêndio holandês muito provavelmente por estar distante do centro da vila, até o momento desta escrita, conserva seu estilo seiscentista original, unindo simplicidade e elegância. Atualmente, nela funciona o Mosteiro das Monjas Beneditinas.

Figura 26: Igreja de Nossa Senhora do Monte



Fonte: <<https://www.ipatrimonio.org/olinda-igreja-de-nossa-senhora-do-monte#!/map=38329>>, acesso em 26/09/2023.

A Igreja de Santa Tereza, também chamada de Igreja de Nossa Senhora do Desterro, foi construída por João Fernandes Vieira, participante ilustre da Restauração Pernambucana no século XVII, visando pagar uma promessa feita a Nossa Senhora do Desterro pela vitória dos até então “lusobrasileiros” contra os holandeses na Batalha do Monte das Tabocas<sup>21</sup> (1645). Já o Convento de Santa Tereza, teve sua construção iniciada, com a chegada das Carmelitas Descalças a Pernambuco. A Igreja de Nossa Senhora do Desterro apresenta uma estética que mescla características do barroco com elementos do maneirismo. Nos deparamos em primeiro plano com sua fachada, onde encontramos uma estrutura em pedra que traz a imagem de Santa Tereza; e, ao adentrarmos avistamos altares que exibem distintas talhas douradas, com imagens de santos pernambucanos pertencentes aos séculos XVI e XVII.

---

<sup>21</sup> Localizada em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata Pernambucana.

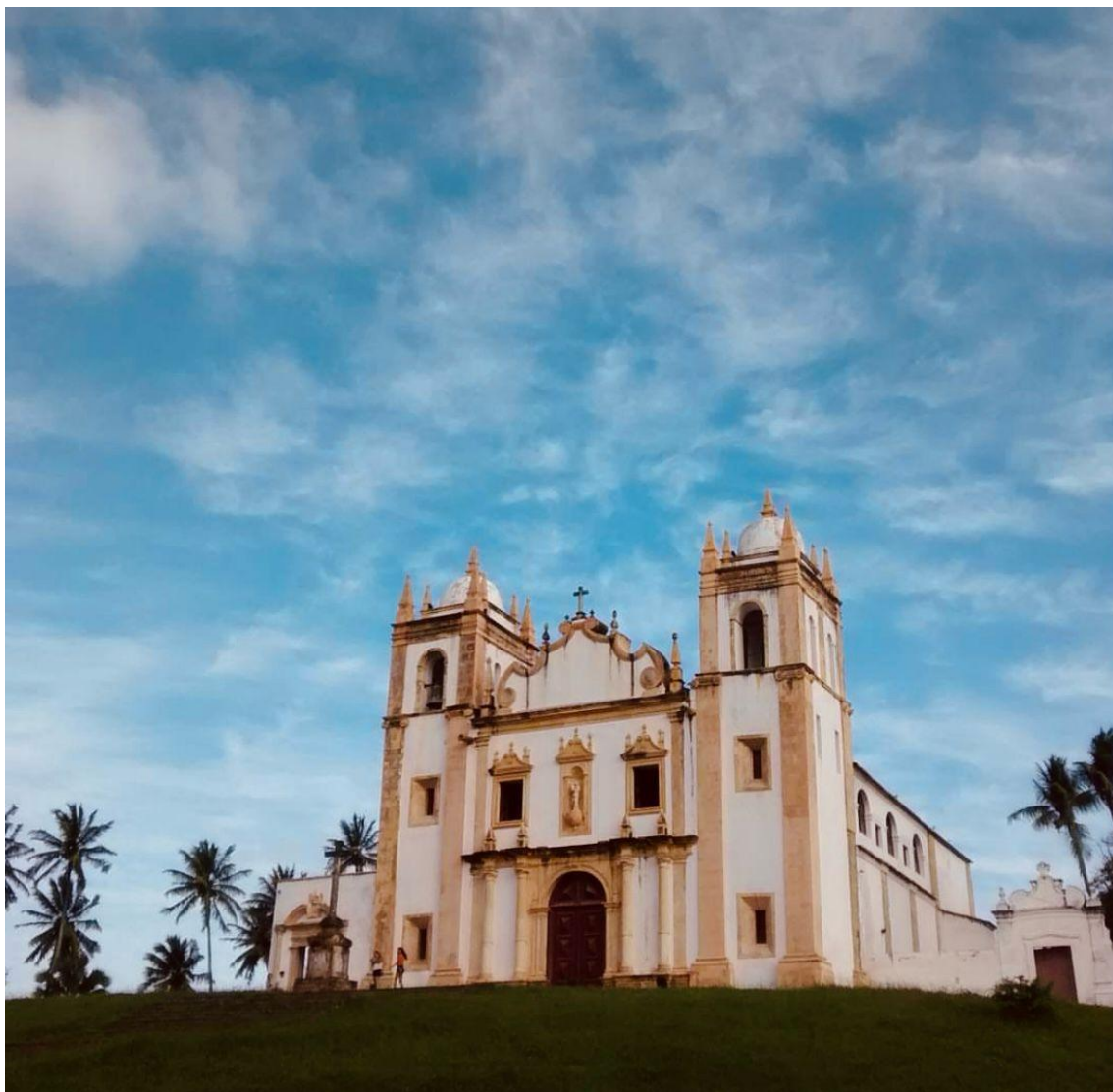
Figura 27: Igreja de Nossa Senhora do Desterro



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi construída em 1580 como Capela de Santo Antônio e São Gonçalo. No ano seguinte ela começa a tomar forma com a chegada dos Carmelitas com a construção das novas instalações, tornando-se dessa forma, a mais antiga da Ordem dos Carmelitas das Américas. Era nessa igreja que se encontrava o maior sino de Olinda, porém o mesmo foi saqueado em 1630 durante a Invasão Holandesa e transformado por eles em armamento para suas tropas. Foi também durante a invasão, que assim como a grande maioria das edificações da vila de Olinda, a Igreja do Carmo foi incendiada, tendo sido apenas em 1720 reconstruída pelos portugueses, desta vez em estilo barroco. O altar principal possui três nichos: o centro, com a imagem de Nossa Senhora do Carmo em estilo barroco, e duas laterais dedicadas aos santos Elias e Eliseu. As cadeiras e os quadros a óleo sobre maneira que podem ser vistos no interior da igreja, nos trazem a noção de como era a estética ditada pelos artistas e religiosos do século XVIII. Em frente à Igreja do Carmo, vê-se o terceiro cruzeiro. Atualmente, a igreja encontra-se em boas condições, já que passou por uma restauração completa, tendo sido reaberta em 2012.

Figura 28: Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Elaine Santana, 2022.

A fundação da Igreja de São Bento e de seu Mosteiro anexo remonta ao século XVI, quando em 1592 a Ordem de São Bento chegou a Pernambuco, após convite do então donatário da capitania, Jorge de Albuquerque Coelho. O mosteiro que havia ficado pronto em 1599, tendo sido atingido pelo incêndio causado pela Invasão Holandesa, só conseguiu ser reconstruído quase um século depois, entre os anos de 1688 e 1692. A Igreja e o Mosteiro de São Bento passaram novamente por um processo de reconstrução durante a segunda metade do século XVIII, onde finalmente adquirem a estética que vemos atualmente: neoclássica. É importante ressaltar, que apesar do incêndio, os beneditinos conseguiram salvar grande parte do acervo, fazendo com que a igreja e o mosteiro, ainda hoje, possua uma rica prataria e imagens da ordem religiosa de grande valor histórico.

Figura 29: Igreja e Mosteiro de São Bento



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Igreja e Convento de São Francisco representam uma edificação com grande valor afetivo para a autora desta tese. Essa afinidade talvez se justifique pela experiência vivenciada ainda enquanto criança, de adentrar ao local, e enxergar tudo grande. A Igreja e Convento de São Francisco tornam a arte e a história de Olinda grandes. A construção inicial do espaço remonta à chegada da Ordem Franciscana ao Brasil, em 1585, tornando-se assim, o arquétipo franciscano mais antigo do país. Porém, como a grande maioria das igrejas, não conseguiu esquivar-se do incêndio provocado pelos holandeses. Sua reconstrução iniciou-se no ano de 1654 após a expulsão flamenga, e perdurou até o século seguinte. Apesar de sua reconstrução ter durado um longo tempo, teve como resultado um dos mais bonitos e sublimes conjuntos arquitetônicos da Ordem Franciscana no Brasil. O conjunto é constituído de três pavimentos, onde o térreo se subdivide em três áreas: uma área restrita aos religiosos, uma área acessível ao público, e uma última área que corresponde à Ordem Terceira. No pavimento superior da Ordem Terceira estão situados apenas o consistório e a presidência. Quanto ao acervo, é possível observá-lo em toda parte,



desde as paredes repletas de azulejos à móveis em madeira jacarandá, todos datando possivelmente do século XVIII.

Figura 30: Igreja e Convento de São Francisco



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A edificação que hoje conhecemos como Palácio Episcopal de Olinda por ter servido como Palácio Episcopal para o Bispo Dom Estevão Brioso de Figueiredo é uma das primeiras edificações da cidade de Olinda. Sua origem remonta ao ano de 1537, quando Duarte Coelho a construiu para funcionar como Casa da Câmara. Atualmente, funciona nesta edificação o Museu de Arte Sacra de Pernambuco (Maspe). O casario hoje possui a imensa responsabilidade de guardar um acervo riquíssimo, constituído por centenas de peças pertencentes à Arquidiocese de Olinda e Recife. A coleção de maior valor presente em seu acervo são as imagens eruditas, policromadas e douradas, pertencentes ao século XVI.

Figura 31: Palácio Episcopal (O antigo Palácio dos Bispos de Olinda)



Fotografia: Elaine Santana, 2023.

As origens do Seminário Maior Nossa Senhora da Graça (Seminário de Olinda), remontam a criação de uma ermida no local, em 1550, por Duarte Coelho. O seminário em si data de 1800 idealizado pelo Bispo Dom Azeredo Coutinho. O lugar que abrigava os Jesuítas destacou-se por formar sacerdotes, oferecendo ensino de “humanidades” e “ciências naturais”. Com esse despertar da consciência política entre os seminaristas, muitos acabaram participando de revoluções no estado de Pernambuco. O Seminário de Olinda ficou interdito por um período de sete anos por oferecer risco aos seus usuários, o que fez o IPHAN realizar uma reforma no local. Atualmente o Seminário de Olinda encontra-se em bom estado de conservação.

Figura 32: Seminário Maior Nossa Senhora da Graça (Seminário de Olinda)



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Posteriormente aos bens descritos até aqui, tombou-se mais tarde, em 1961, a Capela de São Pedro Advíncula e a Casa do Antigo Aljube. Esta última trata-se de uma prisão eclesiástica edificada na segunda metade do século XVIII, composta de dois pavilhões, sendo um para os sacerdotes e o outro para os presos comuns que houvessem cometido crimes contra a religião; ou seja, era um caso raro no Brasil de edifício destinado a padres condenados, “feiticeiros” e “bruxos”. Porém, em 1864, ao encontrar-se em péssimas condições, foi transformado na cadeia pública de Olinda. A construção de estética barroca passou por restauro em 1966, abrigando atualmente o Museu de Arte Contemporânea de Olinda (MAC-Olinda).

Figura 33: Casa do Antigo Aljube (Atual MAC-Olinda)



Fonte: Elaine Santana, 2023.

A Capela de São Pedro Advíncula está localizada justamente de frente a Casa do Antigo Aljube, pois foi construída com o objetivo de receber os religiosos encarcerados, e por isso é muito simples, apenas feita para proteger o altar, o qual contém um retábulo pintado com imagens, não por acaso, a de São Pedro, no momento em que suas algemas são quebradas por um anjo. Apesar de simples, o estilo é barroco e não existe nave pelo fato de que os presos acompanhavam as missas desde suas celas.

Figura 34: Capela de São Pedro Advíncula



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Sete anos depois de termos a Capela de São Pedro Advíncula e a Casa do Antigo Aljube tombadas, foi a vez do Acervo Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Olinda, em 1968. O motivo foi a vegetação presente nas ruas, nos jardins e nos conventos; composta por árvores frutíferas como, mangueiras, frutas-pão, jaca, sapoti e coqueiros, que juntam-se à paisagem verde do sítio e o azul do mar que o cerca. Além disso, a cidade permanece com as características arquitetônicas originais herdadas de Portugal, imbricadas em sua paisagem vernacular, adquirindo assim, uma personalidade própria e única.

O último monumento a ser tombado, em 1984, foi o Forte de São Francisco. O forte feito de pedra e cal foi construído por Cristóvão Álvares e recebeu esse nome por estar localizado próximo ao convento dos franciscanos. O forte que se encontrava em ruínas no ano de 1781, foi posteriormente reconstruído. Do século XIX ao tempo atual, o forte já passou por dois restauros e hoje funciona apenas para fins turísticos.

Figura 35: Forte de São Francisco



Fonte: Elaine Santana, 2023.

## 2.6) O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE OLINDA

Como dito, o Sítio Histórico de Olinda foi tombado pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN – em 1968, como conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, tendo se tornado Patrimônio da Humanidade pela Unesco em 1982. Contudo, é fundamental que nos perguntemos diante desses processos, quais eram as diretrizes, e a visão sobre os aspectos de preservação, intervenção e promoção do patrimônio cultural da cidade. O que se objetivou e o que realmente foi aplicado ao Sítio Histórico de Olinda?

O processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda está dividido em dois momentos, cada um deles estando diretamente ligados a uma carta patrimonial. Correspondem ao primeiro momento, os tombamentos de bens isolados, citados em tópico anterior. Esse momento está ligado a Carta Patrimonial de Atenas (1931)<sup>22</sup>, cuja

---

<sup>22</sup> Cartas Patrimoniais são documentos que resultam de reuniões, seminários, congressos e espaços de discussão, que ocorrem através de mecanismos e instâncias formais de proteção e de definição de regras e normas para a preservação do patrimônio. A Carta de Atenas, foi resultado do I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

conferência assistiu à exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos, sendo os primeiros bens protegidos de Olinda resultantes dessa orientação. Já o segundo momento, corresponde ao tombamento do Centro Histórico de Olinda na qualidade de conjunto urbanístico de relevância histórica. Essa fase é resultado da forte influência da Carta de Veneza (1964)<sup>23</sup>, que ampliava a proteção dos monumentos isolados, para sítios urbanos ou rurais que tivessem valor histórico significativo. Portanto, as diretrizes e os objetivos, sejam dos tombamentos isolados ou do Centro Histórico de Olinda em si, foram baseados nos debates internacionais, deixando bastante clara a relação UNESCO-DPHAN, em Olinda.

O acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda está inscrito em três livros de tomo, todos inscritos em 04/1968, sendo eles: O Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro de Tombo Histórico; e o Livro de Tombo de Belas Artes. O número do referido processo é 674-T-1962, e foi gerido e submetido ao DPHAN por Augusto da Silva Telles<sup>24</sup>. O polígono da área do SHO que deveria ser conservado foi sugerido e enviado por Telles ao arquiteto José Luis da Mota Menezes, então diretor da DPHAN/Recife, com colaboração de Ayrton Carvalho e Lúcio Costa.

A proposta finalizada por Silva Telles em 1967 tinha como principais justificativas, a importância histórica<sup>25</sup> e a riqueza paisagística de Olinda. Na proposta continham suas preocupações em relação aos problemas vividos pela cidade naquela altura, a exemplo, do rápido avanço das construções modernas sob a área histórica. Essa preocupação transforma-se em justificativa para o tombamento do SHO, já que o espaço precisava imediatamente de uma intervenção preservacionista da área. A boa notícia era que esses avanços estavam em seu início, sendo poucas as construções que estariam em condições irrecuperáveis, não comprometendo dessa maneira o conjunto arquitetônico e histórico da cidade.

Portanto, tanto a justificativa quanto o objetivo do tombamento do Centro Histórico de Olinda foram baseadas em uma preocupação salvacionista movida pelo medo da perda de memória. Essa preocupação referia-se apenas ao patrimônio material de

---

<sup>23</sup> A Carta de Veneza foi resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

<sup>24</sup> Augusto da Silva Telles entrou para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1957, como consultor técnico, tornando-se, em 1978, titular da Diretoria de Tombamento e Conservação da Instituição. Como técnico da Instituição, realizou diversos estudos e projetos de restauração e conservação do patrimônio cultural, dentre os quais se destacam: o estudo da formação urbana de Vassouras, no Rio de Janeiro, e da cidade de Olinda, em Pernambuco. Tendo sido ainda secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória entre 1988 e 1989.

<sup>25</sup> Mais precisamente a formação colonial da cidade com arruamentos de herança portuguesa de origem medieval, bem como as igrejas com características medievais e barrocas.

Olinda, como os edifícios e casas históricas, sobretudo as estruturas mais expostas, como as fachadas. Esse discurso era reflexo do que acontecia no cenário internacional, onde o patrimônio imaterial era, ainda nesse período, invisibilizado. Mas, apesar de atualmente parecer-nos uma visão reducionista, devemos evitar o anacronismo e reconhecer que, a decisão de tombbar o Sítio Histórico de Olinda enquanto área urbana e não apenas seus monumentos de maneira isolada, representava um avanço para o momento histórico em questão.

Estão envolvidas no tombamento do Sítio Histórico de Olinda (1968) diversas personalidades públicas, onde, dentre eles estava o prefeito Barreto Guimarães, que governou a cidade de 1959 a 1963, tinha esse tombamento quase que como um feito pessoal. Ele defendia com afinco que tais medidas preservacionistas e de reparos fossem realizadas, pois só assim evitaria a descaracterização dos monumentos e arruamentos, preservando desse modo, a história de Olinda e, por conseguinte, de Pernambuco.

Em reportagem ao Jornal do Comércio em 1968, Barreto Guimarães, reivindicava verba para conservação e restauro de todo o Sítio Histórico de Olinda, já que o mesmo passaria a ser tombado em seu conjunto. Além de Barreto justificar o pedido de verba demonstrando preocupação com o desgaste que os bens patrimoniais do SHO vinham sofrendo pelo tempo e pela ação do homem, ele ressalta que tal investimento poderia gerar um forte turismo na área, se devidamente aplicado. Aqui nos deparamos então com uma diretriz a mais sob o projeto de patrimonialização do SHO naquele momento, pois o objetivo já não era só preservar a história de Pernambuco, mas também utilizá-la para fins turísticos (OLINDA, 1968a).

Outro nome importante no processo de tombamento do SHO é o do historiador Amaro Quintas, que solicitava a proteção de uma área ainda maior, usando Ouro Preto como comparativo, sugerindo que assim como a cidade mineira, Olinda se tornaria um museu a céu aberto (PATRIMÔNIO, 1968b). Amaro Quintas acreditava que somente o tombamento pelo DPHAN não era o suficiente; Quintas encontrou apoio para suas reivindicações no poeta Durval Mendes<sup>26</sup>.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), os parlamentares estavam devidamente informados acerca das discussões concernentes ao processo de tombamento do Sítio Histórico de Olinda e reconheciam a importância de todo processo, visto que era uma antiga aspiração dos moradores e também do interesse público local, estadual e nacional. Demonstavam expectativas para o recebimento de

---

<sup>26</sup> Membro da Academia Olindense de Letras.



verbas volumosas para os serviços de preservação e restauração da área histórica de Olinda, conforme se vê na fala do então deputado Nivaldo Machado: “Abre-se, com essa decisão governamental, a expectativa do emprego de verbas nos serviços de restauração e preservação da parte histórica da cidade, conciliando-se a tradição com o progresso, o passado com o presente, em Olinda” (ASSEMBLÉIA, 1968).

As expectativas relacionadas ao recebimento de verbas faziam ainda mais sentido, por Olinda, como já dito, seguir as diretrizes da Carta de Veneza, onde nos artigos 5º e 6º ligava a função do patrimônio, a sua paisagem inalterada; ou seja, deveria haver um projeto de manutenção para manter o aspecto “original” dos bens, e conseqüentemente impedir intervenções descaracterizantes, construções e até mesmo a destruição de tais patrimônios. Portanto, a política de intolerância a alterações nos casarios do SHO, vem respaldada no pensamento de que alterar o caráter visual do patrimônio, alteraria também o seu sentido e significado social.

E foi sob essa justificativa de “inalteração” que a UNESCO concluiu em 1972, que a cidade de Olinda deveria ter toda sua área histórica tombada, como vemos na publicação do Diário de Pernambuco:

Tanto a imprensa falou, tanto batalhamos nesta mesma coluna do DIÁRIO, que por fim surge uma notícia alvissasseira: a UNESCO nos envia, e chegarão sábado, dois franceses, o Sr. Jean Baptiste Perrin e a Sra. Aline Teskine, técnicos em conservação de cidades antigas, com o objetivo de estudarem medidas de proteção a Olinda. É bem verdade que encontrarão alguma coisa feita – relatórios que ficaram no papel, alguns de 20 anos atrás. No instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, delegacia regional, haverão de encontrar documentos que compulsamos no ano passado, quando os associados receberam, recomendação da matriz “O Cruzeiro” para um grito de SOS em favor de Olinda. Verão diagnósticos de geólogos do Rio, São Paulo e Recife, discordante apenas quanto à denominação exata do fenômeno subterrâneo que ameaça a parte velha de Olinda. [...] De qualquer modo, todos orçam medidas de proteção em somas elevadíssimas, fora do alcance do Estado de Pernambuco. [...] o que se espera deles, e da Unesco, é a promoção de medidas concretas de proteção e conservação da cidade - pelo menos da parte histórica e artística. (A UNESCO, 1972).

Portanto, é no esteio desse debate que surge a PDLI/1972<sup>27</sup> e a legislação urbanística do município de Olinda, lei nº 3826/1973,<sup>28</sup> que tinham como objetivo integrar o SHO ao zoneamento do município, melhorando nesse sentido, a eficiência na realização dos objetivos preservacionistas da área histórica de Olinda. Essa ampliação restringiu as construções nos arredores da área tombada, colaborando para

<sup>27</sup> Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda.

<sup>28</sup> Responsável pelo controle e uso do solo, tendo dividido Olinda em 12 setores, ampliando a área tombada visando à preservação da paisagem urbana.

manter a caracterização, principalmente, paisagística da área enquanto um todo. A ampliação foi de pouco mais de 8 km<sup>2</sup>, tendo sido homologada e incluída nos livros de tombamento em 1979. A área chegou a ser aumentada em cinco vezes por determinação do então ministro da educação, Eduardo Portela. Olinda tornou-se a cidade com maior área tombada do País. É importante destacar a importância de Aloísio de Magalhães<sup>29</sup> nesse processo de ampliação do polígono preservado da cidade de Olinda, tendo ele ficado a frente do IPHAN durante todo esse período de “peleja”.

Como vimos, Olinda percorreu uma longa caminhada até se tornar Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em 1982, e, possuir o polígono de tombamento como conhecemos hoje. Vê-se na sequência o mapa disponibilizado pela UNESCO, onde é possível visualizar a área tombada da cidade de Olinda.

Figura 36: Polígono de tombamento UNESCO (1982)



Fonte: UNESCO. Acesso em 25/05/2023 < <https://whc.unesco.org/en/list/189/maps/>>

<sup>29</sup> Aloísio de Magalhães, foi um Recifeense, pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista, advogado, museólogo, cenógrafo e figurinista.

## 2.7) A OLINDA DE PEDRA E CAL: NÚMEROS, PRÓS E CONTRAS

O Sítio Histórico de Olinda é dono de um conjunto arquitetônico de imenso valor histórico, onde é possível encontrar imóveis de diversos estilos, como coloniais, ecléticos e neoclássicos. Há casarões em que se vê no mesmo imóvel uma parte do século XVII e outra do século XVIII. Essas características diversas do SHO são vistas pela Carta de Florença, justamente como um dos pontos fortes para sua riqueza patrimonial, pois a torna singular (ICOMOS, 1981). Para autores como Campello (1994), Barreto e Milet (2010), as construções mais recentes do Sítio Histórico de Olinda, que datam do século XX, não afetam a configuração geral da área e conseguem estar em harmonia com os demais imóveis e bens. Tadeu Rocha descreveu o SHO em meados do século XIX, da seguinte maneira:

“A rua do Amparo, esta rua ladeirosa e curva ainda conserva aspectos da Olinda velha, de casas com janelas de rótulas e com telhados em beiral e de sobradinhos estreitos com “cachorros” de pedra sustentando a sacada do pavimento superior. A casa nº128, restaurada em 1935, abriga o Museu de Olinda, onde podemos ver uns restos dos fastos da nobre cidade. Atrás da casa de nº71 fica a “bica” dos 4 cantos. Paremos em frente ao sobradinho de nº 28, tombado como monumento nacional, e vejamos a sua varanda de madeira, com reixas em xadrez, assente em sólidos cachorros de arenito e coberta pelo prolongamento da água dianteira do telhado. É uma reminiscência árabe em nossa arquitetura colonial, também existente no prédio de nº 7 do Pátio de São Pedro, que é outro sobradinho mourisco de Olinda, com balcão e muxarabi. Quando completo este deixava os moradores olharem a rua, sem ser vistos. A rua de São Bento, suas casas térreas e seus sobrados, se bem que desprovidos dos antigos beirais e das janelas de rótulas, ainda lhe dão o aspecto de rua tradicional...” (Rocha, 1959).

O Sítio Histórico de Olinda guarda sempre sua relação com a paisagem local e com o mar, bem como as características de sua arquitetura vernacular<sup>30</sup>, apresentando-nos dessa forma, uma personalidade própria que se mantém através do tempo. O SHO segue mantendo-se como sendo uma área predominantemente residencial de acordo com as diretrizes gerais da lei municipal nº 4849/92, legislação urbanística do Centro Histórico de Olinda. Para defender essa característica de função residencial, tal legislação determina a preservação dos traçados das ruas e edifícios de interesse histórico e arquitetônico, sendo permitido nessas áreas de maioria residencial, apenas a instalação de atividades de comércio cotidiano e serviços

---

<sup>30</sup> A modo de esclarecimento, arquitetura vernacular é aquela que se caracteriza pela adaptação às condições locais, usando materiais naturais disponíveis na região, refletindo desse modo, as tradições e técnicas culturais locais.

domiciliares. Não é possível encontrar, por exemplo, no Sítio Histórico de Olinda, bancos ou caixas 24h.

Dos 3.305 imóveis existentes na ZEPEC 1, 2. 914 são de caráter residencial, o que corresponde a 88,17% dos imóveis. Se pensarmos esses números tendo como referencial a cidade de Olinda como um todo, os imóveis do SHO correspondem a 3,5% dos imóveis da cidade, sendo 3,32% deles residenciais (MOREIRA, 2006, p.43). O conjunto monumental possui 4.871 habitantes, que corresponde a 28% da população do SHO e a 1,3% da população do município de Olinda (MOREIRA, 2006, p.45).

Na parte alta do SHO, local de maior concentração de moradias residenciais, observa-se um processo de esvaziamento das moradias, com o crescimento do número dos imóveis que são ocupados sazonalmente, principalmente no período do carnaval (MOREIRA, 2006). Alguns donos de imóveis no SHO optam por alugá-los somente no período do carnaval, o que resulta em casas vazias praticamente o ano inteiro. Outros alugam em contrato anual, porém nas cláusulas já constam a condição do inquilino ter que esvaziar o imóvel no período de carnaval, a não ser que o locatário pague o valor do aluguel naquele período, que é absurdamente mais alto. Casas pelas quais se cobram aluguéis de 1.500 reais, podem chegar a custar até 25.000 reais somente nos dias de folia.

Os preços altos forçaram os moradores a criar maneiras de continuar ali. A solução encontrada pelo morador Sérgio, para conseguir pagar o aluguel mesmo nos meses normais, foi alugar um quarto de sua casa para outro indivíduo. A moradora Carol, também afirmou utilizar-se do mesmo método. Ela divide o aluguel da casa com amigos, que assim como ela são estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Outra forma bastante utilizada pelos locatários é a plataforma do Airbnb. Quando buscamos por acomodação no Sítio Histórico de Olinda nessa plataforma, facilmente nos aparecem inúmeras opções. Desde casas inteiras a quartos isolados, alugar pelo Airbnb tem sido a saída de muitos moradores de Olinda para conseguirem continuar pagando seus aluguéis. De certa forma, essa é a maneira que muitos moradores encontraram de resistir e continuar morando no SHO, ainda que para isso, tenham que abrir a porta de suas casas e de sua intimidade para uma pessoa desconhecida. Essa situação acontece com os locatários que já tem seus contratos e já residem no SHO. Para aqueles que ainda não moram, mas desejam alugar uma casa para residir no espaço, a situação encontra-se ainda mais complicada, pois torna-se cada vez mais difícil encontrar imóveis no SHO que estejam disponíveis para

aluguéis anuais. Isso se dá pelo fato de que os lucros proporcionados pelo Airbnb são bem maiores do que os aluguéis convencionais.

Essa forma de gerir os imóveis tem sido cada vez mais comum em centros históricos ao redor do mundo, e os resultados têm sido os mesmos: o esvaziamento do local. Com o aumento do uso do Airbnb, o número de moradores do local tende a diminuir gradativamente, e a aumentar o número de pessoas que ficam por períodos sazonais. Olinda, em comparação com outros lugares, tais quais Barcelona e Nova Iorque, não possui ainda um número excessivo de casas inteiras disponíveis para alugar pelo Airbnb, a maior parte dos anúncios são de quartos, o que se considera neste estudo, um ponto positivo para que o SHO siga tendo um cotidiano movimentado por locais e moradores.

Em uma conversa realizada com dois turistas, sendo eles, a Gabriela, paulista de 18 anos, e o Luigi também paulista, 20 anos, constatamos que ambos estavam alojados nas circunstâncias anteriormente delineadas, em um quarto de uma casa do Sítio Histórico de Olinda, pela plataforma do Airbnb. Durante a conversa, os turistas demonstraram-se satisfeitos com a experiência, devido ao que chamaram de “ótimo custo benefício”, já que estavam em uma ótima localização, a apenas três minutos a pé da Praça do Carmo, com toda comodidade dentro do espaço, como banheiro privado, ar condicionado e itens de cozinha, o que lhes possibilitavam cozinhar, evitando assim ter um gasto maior se dependessem unicamente de restaurantes. A diária conforme informaram custava R\$129 reais para os dois. Gabriela destacou que embora fosse mais barato que hotel, existiam hotéis em que o preço não era muito acima do valor do Airbnb, mas que preferia esse tipo de experiência ao viajar, pois se sentia imersa no cotidiano local:

“A dona da casa, Dona Fátima, foi extremamente prestativa, dando recomendações e dicas, nos deixando com uma sensação de segurança para entrar e sair a qualquer hora. Além das trocas, e das conversas que eram incríveis, ela contava muitas histórias do carnaval de Olinda, e de todo o tempo que mora lá. Tem duas filhas, e uma delas, inclusive, toca em um maracatu de Olinda, observávamos as idas e vindas com a alfaia apoiada no ombro, era legal de ver” (Gabriela).

Obviamente, a avaliação de que a maioria dos espaços disponíveis no Airbnb localizados no Sítio Histórico de Olinda é composta de quartos e não de imóveis inteiros, foi feita de acordo com o momento de pesquisa desta tese. É provável que os números de casas inteiras alugadas por esta plataforma no SHO, aumentem conforme tem ocorrido em todo o mundo.

Porém é necessário salientar, que o esvaziamento da chamada Cidade Alta, não é motivado apenas pelo setor turístico, mas também devido à própria morfologia das edificações que acabam trazendo sérias limitações para o atual morador do SHO que é “filho” de seu próprio tempo e possui necessidades que as casas construídas em séculos passados não conseguem atender. As casas tradicionais do SHO são térreas ou possuem sobrados de dois pavimentos que geralmente tem terraço lateral, quintal e são “coladas” umas às outras, conjugadas. As cobertas geralmente são altas para ficarem mais “arejadas” devido ao calor local. Possuem platibandas<sup>31</sup> adornadas, normalmente por cornijas de tríplice telha, que indicavam o alto poder aquisitivo do proprietário. As portas e janelas são altas e largas, também com o intuito de arejar a casa. Os estilos, como já dito, podem se emaranhar em um mesmo imóvel, mas os predominantes são: o neoclássico, o eclético e os chalés.

Como as casas do SHO principalmente as da parte alta, estão sob uma colina, inevitavelmente estão em declive, significando que encontramos ou quintais mais altos do que as casas ou encontramos quintais abaixo do nível do imóvel. Nesse caso, podemos afirmar que assim como o clima, a topografia também influenciou fortemente a arquitetura das casas do SHO. Os pisos costumam ser de chão batido com cimento vermelho, de cerâmicas em forma de pequenos tijolos, ou de taco. Também é importante salientar que utilizava-se nas construções das casas e igrejas, a pedra calcária, para construir as paredes<sup>32</sup> assim como argamassa feita de areia e cal obtidas das cascas das ostras.

A maioria das casas do SHO apesar de originárias do período colonial vem sofrendo intervenções ao longo dos séculos. Atualmente, a maioria dos imóveis trazem características dos séculos XVIII e XIX, e ainda é possível encontrar imóveis característicos do século XVII, como os dois sobrados mouriscos já citados, e a casa nº100 da Avenida Liberdade.

Estevão Pinto ao descrever esses sobrados nos permite compreender como eram as moradias do SHO no século XVII:

“Em Olinda, existem dois abalcoados ou muxarabis. Não estão inteiros. Um na rua do Amparo nº 28 e outro na Praça João Alfredo nº 7. Ainda se veem em ambos os almofadões, as reixas quadriculadas. A parte superior do albacoadado desapareceu e com ela as urupemas, já nos fins do século XVIII. A casa da rua do Amparo está menos conservada que a do pátio de São Pedro. O muxarabi apoiado em cães de pedra, encosta as vergas superiores no telhado tosco e saliente. O abalcoado de madeira é formado por almofadões e reixas em xadrez. O prédio está situado em um terreno ladeiroso e irregular, de modo que o quintal se encontra no mesmo nível do primeiro andar, as dimensões da loja

---

<sup>31</sup> Característico do estilo gótico.

<sup>32</sup> Paredes essas que chegavam a possuir mais de 1 metro de espessura.

mal correspondem à da sala. Para esta sala a única assoalhada, dá acesso uma escadinha íngreme, composta de quatorze degraus com 90 centímetros e apenas dois de pedra. Os tijolos do corredor e dos quartos estão soltos e assentam diretamente na areia. Mas, o chão da sala de jantar, assim como no da cozinha, tudo é barro socado e batido. A latrina é separada do resto da habitação por uma cerca viva de bananeiras” (Pinto, 1975).

“O muxarabi do velho Pátio de São Pedro é do mesmo estilo do sobrado da rua do Amparo. Mede o abalcoado 6,57m X 0,81m. O prédio constitui um exemplar bem conservado das casas burguesas do período colonial, século XVII. É uma edificação assimétrica, com alguns elementos mais recentes adicionados ao corpo principal, tais como, o depósito ou meia-água e o muro contíguo à Praça da Abolição. A meia-água era outrora um patiozinho. Interessante é a variedade dos almofadões das portas da fachada, em contraste com a porta lateral, mais modesta da loja A. Essa falta de simetria encontra-se em toda a casa, nos alizares, nos vãos, nas vergas, nos parapeitos, nas do telhado, no forro á feição de pirâmide truncada. O piso do rés-do-chão é de cimento. O banheiro é inteiramente revestido de azulejo antigo. A irregularidade da construção ressalta melhor quando se examina o conjunto posterior, marcado pela escadaria de dois lanços, pelos pilares, pelas seteiras, pelo envasamento do muro, pelo cunhal de pedra, pelas paredes-mestras”

“Sobe-se ao salão do primeiro andar por uma escada de madeira, só um dos degraus é de pedra portuguesa. O corredor dá acesso aos quartos. A cozinha é quase tão grande quanto a sala de jantar. Nesse pavimento ainda se conservam seus elementos originais. Na porta a verga interrompe-se comprimida pelas ombreiras de grossos prismas, assim como nas janelas todas amparadas por fortes ferrolhos. Em tudo há um ar de solidez – paredes grossas, muros ataludados, cunhais de pedra, predominância dos cheios. Nas duas casas nota-se que a sala de visitas ocupa um espaço de certo modo vasto em proporção à área total do prédio. É o lugar mais nobre e onde se relaciona com o muxarabi. Era o recanto do lar onde as mulheres passavam quase todo o seu tempo, bordando ou fazendo rendas. Dá assim o muxarabi, as ideias de proteção e de bem-estar, de zelo ou ciúme” (PINTO, 1975).

A casa nº 100 da Avenida Liberdade é uma das mais antigas do SHO, tendo registro de sua existência no livro de tombo do Mosteiro de São Bento, que a sinaliza desde o ano de 1623. Em comparação com os sobrados de muxarabi, a casa setecentista da Avenida Liberdade está bastante alterada, devido a modificações que sofreu no século XIX em funções de solicitações que sua então proprietária fizera, para que a casa se adequasse ao modelo arquitetônico que estava em voga à época, que era a de chalé. Este estilo espalhou-se por Olinda em finais do século XIX, e baseava-se em elementos do ecletismo, classicismo e com toques do neogótico, trazendo um ar francês à arquitetura que antes era predominantemente portuguesa.

Figura 37: Casa nº 100 da Avenida da Liberdade



Foto: Elaine Santana, 2023.

Do século XVIII temos a casa nº 39 da Estrada do Bonsucesso, e a casa nº 91 do Largo do Rosário, sendo nesta última, ainda possível visualizar o beiral, e no geral ainda mantém suas características originais.

Figura 38: Casario nº 91 do Largo do Rosário



Foto: Elaine Santana.



Mas, há também no SHO, a presença de casas contemporâneas, de 1940 em diante, que são em sua maioria, pertencentes a pessoas de baixo poder aquisitivo, que foram construindo suas casas em quintais abandonados, ou terrenos pertencentes a ordens religiosas que estavam desocupados. Podemos encontrar esses tipos de imóveis no Carmo, Varadouro, Guadalupe, e em áreas internas nas quadras formadas pelas ruas do Amparo, Treze de Maio e Joaquim Cavalcanti; porém, a maior parte está concentrada no Monte, Barreira do Rosário e Encosta da Sé, ou seja, as casas mais recentes e pertencentes às pessoas em situação de pobreza, estão localizadas majoritariamente, fora do Setor Rigoroso de Preservação.

A moradia é um item básico e o Estado tem por lei, a obrigação de ceder ao cidadão, está na constituição de 1988 do Brasil, através do advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º:

“Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Grifos meus)

Por este motivo é tão complicado conter essas construções “ilegais”, pois, para retirar essas pessoas, o Estado teria que conceder moradia digna a elas em outro local. Sendo a função básica de uma casa, o abrigo (corpóreo, climático e psicológico), ela torna-se algo essencial ao ser humano. Portanto, entendendo que a produção de um espaço de moradia é resultado das condições sociais e culturais existentes, até que ponto um imóvel antigo do século XVII, por exemplo, feito para atender aquele contexto social e cultural, continua satisfazendo e fazendo sentido à sociedade do século XXI?

Percebemos que os moradores do Sítio Histórico de Olinda, se dividem em três tipos: os que mudaram para outro local devido às condições financeiras; os que ao invés de adaptar a casa para si, escolheram se adaptar a casa, mantendo-a original; e aqueles que por pertencerem às classes mais altas, permaneceram e fizeram modificações na parte interna da casa em busca de conforto (algumas legais, outras não); estes últimos formam o grupo mais problemático para o SHO, pois exigem do IPHAN uma constante e intensa fiscalização, o que nem sempre é possível.

As transformações dos espaços de habitação do SHO são verificadas por reformas internas, construções de acréscimos nos quintais, que constituem a maior parte da cobertura vegetal do SHO, acréscimos de área construída e as alterações em suas volumetrias, tipologias e formas de implantação nos lotes com o comprometimento da

integridade das edificações, inclusive do contexto urbano vizinho ao imóvel descaracterizado. Em sua maioria as reformas têm como objetivo dotar as moradias de melhores condições de salubridade com a introdução de sanitários e áreas de serviço no corpo principal da edificação e da ventilação e iluminação dos cômodos de dormir e a adequação das áreas de cozinhas. As transformações também são realizadas para satisfazer as necessidades de mais espaços e mais cômodos, devido ao aumento do número de pessoas nas famílias residentes (PINTO, p.103)

Essas intervenções devem ocorrer de acordo com o Decreto-Lei nº 25 (IPHAN 1980), cujo artigo 17 adverte:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Mas, como sabemos que a fiscalização apesar de acontecer, não ocorre com a eficácia que se faz necessária, muitas casas acabaram sendo modificadas para além do permitido.

Com esse tópico fica evidente como é complicado para um país como o Brasil, com inúmeros problemas sociais, manter e cuidar de um centro histórico reconhecido pela Unesco. As exigências muitas vezes vão de encontro a deficiências sociais que o Brasil enquanto país se mostra incapaz de solucionar. Mesmo diante de todo esse contexto problemático, no geral, no período dessa escrita, pode-se dizer que visualmente o Sítio Histórico de Olinda, mantém suas características primordiais para manutenção do título.

Destarte, se em muitos casos o problema aparece em uma escala estrutural da patrimonialização, em outros ele se revela em questões que resvalam também em decisões individuais e sociais medidas através do sistema político em que esses indivíduos estão inseridos. Portanto, na realidade, os problemas os quais elencamos, são resultados do modelo político neoliberal de operar as políticas patrimoniais, de modo que não cabe a este trabalho de tese vilanizar o Estado ou o patrimônio. Cabe-nos compreender a forma como o patrimônio de Olinda vem sendo gerido, para que assim possamos intervir sugerindo políticas públicas e sociais que possam amortecer esses problemas.

## **2.8) O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA PARA ALÉM DA PEDRA E DO CAL**

Apesar das edificações serem fundamentais para o Sítio Histórico de Olinda, a cidade patrimônio ostenta inúmeros títulos que estão para além da pedra e do cal, como os títulos de monumento nacional, 1ª capital brasileira da cultura, cidade

ecológica e a tapioca do Alto da Sé como patrimônio imaterial. Como essas titulações já tiveram seus processos elucidados anteriormente, neste tópico apenas vamos entender o que eles significam para a cidade de Olinda, enquanto intangíveis.

O título de monumento nacional, o qual já foi apresentado anteriormente neste estudo, constitui-se enquanto patrimônio imaterial, pois, este título respalda-se não só no cenário estético do lugar, mas no que as cidades representam para a ação. No caso da cidade de Olinda, o título foi concedido por ter sido palco de batalhas pela independência do Brasil e conquista da República, conforme explicitado no hino do estado: “a República é filha de Olinda, alva estrela que fulge e não finda de esplendor com seus raios de luz. Liberdade! Um teu filho proclama! Dos escravos o peito se inflama ante o Sol dessa terra da Cruz”.

O título de 1ª Capital Brasileira da Cultura, conforme o nome sugere, é um título imaterial por referir-se à cultura das cidades. No caso de Olinda, o título foi concedido como reconhecimento da cidade enquanto um centro cultural de destaque no país. Esse título representa para a cidade de Olinda, o reconhecimento por suas realizações e esforços em relação à preservação e incentivo da cultura.

O título de Cidade Ecológica também não refere-se às edificações da cidade de Olinda, ao contrário, faz referência ao seu patrimônio natural. Esse título vem reconhecer o cuidado da cidade em manter suas áreas, como: o Horto d’ El Rey, um dos primeiros jardins botânicos do país; o Bosque de Coqueiros, situado na entrada da cidade, com mais de dez mil mudas; e a Mata de Passarinho. Acima de tudo, esse título reforça o compromisso da cidade com o desenvolvimento sustentável, a proteção da biodiversidade, e a gestão responsável dos recursos naturais.

O título da tapioca como Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade é imaterial por reconhecer que o *saber fazer* das tapioqueiras do Alto da Sé, deve ser preservado. Esse título reforça a importância da tapioca de Olinda e o valor que ela representa não só para a cidade, como para todas as pessoas que se interessam pela cultura e pela história local. O título de patrimônio imaterial vem mudando parcialmente a relação das tapioqueiras com o trabalho, pois ele estimulou a prefeitura da cidade a incentivar essa área da economia local. Em 2018, as tapioqueiras receberam 42 barracas novas, através de uma parceria que o município da cidade realizou junto a uma empresa de café, além de ser a sede do Festival da Tapioca, que reúne as tapioqueiras da cidade, com apresentações musicais e culturais locais.

Além dessas titulações o Sítio Histórico de Olinda sedia diversas manifestações culturais que são consideradas patrimônios vivos do estado de Pernambuco. São exemplos: o grupo Afoxé Alafin Oyó que fundado em 1986, foi reconhecido por sua importância histórica, artística e pelo seu trabalho de resistência junto ao povo negro

da cidade; A Troça Carnavalesca Pitombeira dos Quatro Cantos também teve o reconhecimento do estado de Pernambuco devido a sua trajetória marcante de 77 anos de história disseminando e colaborando para manutenção do ritmo do frevo. A Troça Carnavalesca Cariri Olindense soma-se às demais manifestações culturais, tendo sido eleita no ano de 2016 como patrimônio vivo de Pernambuco, por ser uma das agremiações carnavalescas mais tradicionais e antigas da Cidade, cuja fundação remete ao ano de 1921. Por fim, cito o Homem da Meia Noite, sendo este detentor da mesma titulação, por fazer parte dos ritos da cidade, da memória do povo, e por ajudar a disseminar e manter a festa que é o carnaval de Olinda.

O patrimônio imaterial de cada titulação abordada neste tópico desempenha um papel fundamental no estímulo à manutenção dessas práticas culturais, colaborando assim com o fortalecimento dos costumes, ritos e símbolos da cidade de Olinda. Tais títulos mostram ao povo olindense, que seus fazeres e suas memórias também são importantes para a cidade, ao ponto de ser preciso preservá-las. O patrimônio imaterial diz para a comunidade olindense, que o *saber fazer* da tapioca é tão importante para Olinda quanto seus sobrados Mouriscos.

## **CAPÍTULO 3**

# **OS EFEITOS OCACIONADOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA NA POPULAÇÃO LOCAL**

*Eu cheguei nos quatro cantos  
Olhei a rua Treze de Maio  
Segui São Bento, segui Amparo  
Fui parar no Bonsucesso  
Me lembrei de Buenos Aires*

*No Largo do Guadalupe  
Olhei Amaro Branco  
Me encantei com o Monte  
Subi Alto da Sé  
No Cruzeiro de São Francisco  
Fui parar Praça do Carmo  
Na Praça da Liberdade  
Segui Praça de São Pedro  
Subi Mercado da Ribeira  
Desci Largo de São Bento  
No Largo do Varadouro  
Na Praça do Jacaré*

Erasto Vasconcelos.

### **3.1) CASAS DE ONTEM E MORADORES DE HOJE: A RELAÇÃO DOS MORADORES COM AS SUAS CASAS PATRIMÔNIO**

A relação dos moradores de centros históricos com as casas onde moram e o espaço onde vivem é complexa e multifacetada. Com as restrições urbanísticas que os imóveis apresentam principalmente aqueles que estão inseridos dentro da área rigorosa de preservação estão submetidos a regulamentações rígidas que visam proteger a integridade das edificações. Contudo, isso acarreta no impedimento dos moradores de realizarem reformas, muitas vezes necessárias, já que esses imóveis inevitavelmente passam por uma espécie de envelhecimento natural. Construídos em séculos passados, esses casarios atendiam a outras necessidades e assim acabam por apresentar uma inadequação para os usos modernos. É comum, por exemplo, que casas coloniais apresentem problemas elétricos, hidráulicos, de aquecimento e de falta de isolamento, tanto térmico, como acústico. Os problemas elencados geralmente ocasionam outros, como um efeito dominó, causando um acúmulo de obstáculos difíceis e até impossíveis de serem resolvidos pelos moradores que residem nesse tipo de casa. A ausência de isolamento térmico adequado, por exemplo, pode resultar em

problemas de umidade e mofo. É exatamente o caso do morador Leto, que mora com seus pais, em uma casa que data aproximadamente de 200 anos atrás. O imóvel é constituído por um quintal com saída para a Ladeira da Misericórdia, um terraço, duas salas sendo uma menor e outra maior, três pavimentos de cozinha, três banheiros, três quartos, um corredor e uma escada que desce para a rua do Amparo:

No meio da pandemia, aquela coisa de ócio, tinha uma umidade muito grande, e no quarto de visitas, e a *umidade* era tão grande e com a gente em casa por causa da pandemia, decidimos nos ocupar organizando isso e aí como a gente começou a abrir a parede para refazer, a gente percebeu os tijolos, e os tijolos eram gigantescos, eu acho que tem uns 50 cm o tamanho dele, é muito grande assim, então a gente acabou achando interessante aquilo e deixando os tijolos aparentes, e essa questão da umidade é só uma das questões, porque por exemplo, tem algumas partes da casa que tem *infiltração*, só que o cano que passa dentro das paredes são canos ainda com tubulação de cerâmica, e você não tem muito o que fazer, se você abrir tudo você vai ter que reconstruir tudo e isso causa um problema sério com o IPHAN, você não pode trocar a estrutura, então em algumas situações a gente tem que conviver com os problemas, a gente respeita o tempo, a gente sabe que precisa de reparos, o custo seria muito alto se tivesse que reparar de acordo com o que o Iphan exige, então meio que a gente vive com algumas problemáticas que é o tempo da casa infelizmente, e ela apresenta a umidade e isso é uma questão que não vai ter fim, os tijolos antigos, já com aquela umidade eterna do chão até em cima, que a gente não tem o que fazer. O básico a gente até consegue fazer, mas outras coisas não dá.

Figura 39: Umidade na casa de Leto.



Fonte: Leto, 2023.

Figura 40: Umidade na casa de Leto.



Fonte: Leto, 2023.

Os problemas enfrentados por Leto, de infiltração e umidade, batem de frente com outros dois problemas: a estrutura da casa e o IPHAN. Para resolver a infiltração

que agrava a umidade, Leto teria que quebrar uma parede de tijolos de 50 cm e refazer uma tubulação de cerâmica. Nesse caso, o morador não poderia substituir a antiga tubulação de cerâmica por uma de PVC porque o IPHAN não permite alterar a estrutura da casa, e para ele refazer a tubulação de cerâmica seria um custo altíssimo, inviável ao seu orçamento. A produção de tubulações de cerâmica por envolver processos de fabricação mais complexos e tradicionais em comparação com materiais mais modernos (PVC) resulta em um custo de produção mais alto, além de exigir uma mão de obra especializada para tal. Sendo relevante ainda levar em consideração os tijolos da casa que medem 50 cm, quando os atuais medem cerca de 10 cm, o que resulta em uma diferença mínima de 40 cm.

Como fica evidente na fala de Leto, apesar de demonstrar bastante incômodo com a situação, se diz conformado, afirmando respeitar o tempo da casa ao mesmo tempo em que admite que a edificação precisa de uma reparação adequada, caso ele tivesse recurso financeiro suficiente. Essa queixa não é exclusiva a Leto, mas ao contrário disso, é bastante comum entre as casas do SHO. Ao entrevistar a moradora Leila, ela expressou reclamações na mesma direção, vejamos:

Moro no Sítio Histórico desde 2020, e já passei por Bica, Amparo, Boa Hora e Henrique Dias, aí a da Bica era uma casa massa, grande, só que tinha problemas estruturais também, se chovesse rolava muito mofo, infiltrava... Mas a pior foi a casa da rua do Amparo, foi também a mais antiga que eu morei embora eu não saiba quantos anos ela tem, mas ela é “colonialzona”. Essa casa do Amparo tinha todos os problemas possíveis, era infiltração, problema de elétrica, tinha problemas estruturais como um todo, todos que você possa imaginar, tipo assim, uma vez eu acordei com água no meu quarto já fazendo piscina, água saindo pela tomada e tal. Essa casa tinha três andares, e tipo umas pilastras muito antigas de pedras, as paredes da casa eram muito grossas, e isso também dificultava o acesso a internet por toda a casa, porque as paredes eram tão grossas que bloqueavam o sinal, e aí foi preciso colocar repetidores... Essa casa foi a mais sinistra, mas é que ela estava abandonada, o problema não é ser antiga é que não tem manutenção, acho que esse problema está associado ao custo ser muito alto, e também porque tem a questão do IPHAN, que pra você fazer qualquer alteração dentro da casa é toda uma burocracia, então muita gente acaba deixando pra lá, porque sabe que não pode mexer em determinadas estruturas. Porque, por exemplo, a menina que era dona da casa que morei na Boa Hora, era também dona de uma outra casa, que é bem colonial também, e lá tem dois quartos bem pequenos que eu sugeri pra ela quebrar a parede entre eles e ficar com um quarto maior, e tipo, seria muito simples de fazer, seria só quebrar uma parede, mas como é uma casa antiga tem toda uma burocracia pra poder fazer isso. A casa da Boa Hora, ela não é uma casa antiga, ela foi construída bem depois, por mais que ela tenha um aspecto, mas ela não é [...]. Ai essa casa que eu moro agora, é uma casa antiga, que é na Henrique Dias, ela tem muita infiltração, nas paredes você percebe que



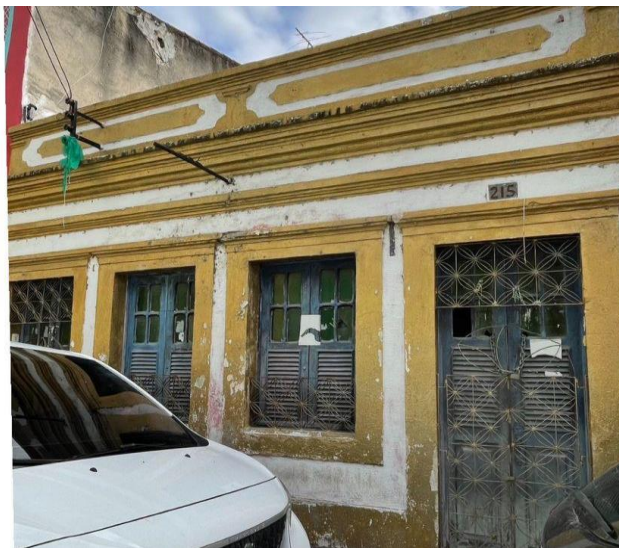
ela é mofada, e tem goteiras em alguns quartos, e tal. O maior problema das casas de Olinda são as infiltrações e umidade.

Figura 41: Casa da Bica



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Figura 42: Casa da rua da Amparo



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Figura 43: Casa da Henrique Dias.



Figura 44 e 45: Umidade no interior da casa.



Fonte das figuras 41, 42, 43, 44 e 45: Elaine Santana.

Em conversa informal com um morador que já está no Sítio Histórico há 40 anos, e mora em uma casa secular, ele me disse que o imóvel tem todo problema que possamos imaginar, mas que não tinha condições de arrumar. Na perspectiva da

calçada, foi possível discernir que a residência apresentava notáveis indícios de degradação substancial. O morador seguiu sua fala trazendo a informação de que sua casa havia sido ganha na justiça por sua esposa, depois que havia ficado viúva, mas que ambos eram ambulantes e por isso não tinham um ganho fixo mensal, ou mesmo uma renda digna, e por isso tudo estaria mesmo “caindo aos pedaços”, mas que ainda assim era melhor permanecer ali, porque ele já morava naquele mesmo lugar há muitos anos, e também porque não pagavam aluguel.

O desenho arquitetônico das casas coloniais, na maioria dos casos, não incluía espaço para garagens pelo simples motivo de que foram construídas muito antes da popularização do automóvel. Por isso, os centros históricos não possuem estacionamentos e tem ruas extremamente estreitas, o que indica que foram construídos para caminhar ou se locomover por meio de cavalos, e não por carros<sup>33</sup>. Porém, essas casas que frequentemente têm quintais, varandas ou jardins frontais, características proeminentes da arquitetura colonial, atualmente os moradores fazem de seus quintais, jardins ou garagens, como fez Leto: “a casa tem uma garagem que é o mesmo espaço que usamos como quintal e também cultivamos plantas no chão, que fica virada para a ladeira da misericórdia, que seria os fundos da nossa casa”.

Ainda sobre estrutura, Leto conta que mesmo a entrada principal da casa sendo a fachada que dá para a rua do Amparo, ele e seus pais acabam entrando sempre pelos fundos (Ladeira da Misericórdia), “porque a entrada mesmo da casa, na rua do Amparo, tem uma escada muito em pé e aí é mais complicado subir”, outro ponto estrutural da casa que não é possível modificar porque afetaria a estrutura e o IPHAN não permite.

Leto conta que é também uma questão a cor de sua casa,

Existe uma paleta de cores que quando fomos pintar pela primeira vez a fachada, a proprietária deu, porque ela teria sido orientada a pintar dentro daquelas opções de cores... Então a gente meio que segue essa orientação. O Iphan, por exemplo, não recomenda pintar uma fachada toda de preto. A gente segue o padrão do azul e esse ano a gente trocou as portas azuis pela vermelha, porque ela já tinha

---

<sup>33</sup> As casas não terem garagens e as ruas serem estreitas, sem estacionamentos e sem semáforos, não impede que hoje devido às necessidades atuais, haja trânsito de carros e até caminhões para abastecer os bares e restaurantes, pois como aponta Dona Iza do Amparo, artista e moradora do SHO, não ter sinais de trânsito não significa que não tenha carros e caminhões transitando pelas ladeiras do Sítio Histórico. Iza confessou que o SHO sofre um desgaste com o fluxo de carros, e que o espaço se viu confrontado com a modernidade de caminhões e com muitos carros estacionados nas ruas, lesando as tubulações de água devido ao peso. Iza ressalta, que o Sítio Histórico não suporta esse tipo de ocupação, pois havia sido projetado para cavalos e não para caminhões pipas, ou caminhões cheios de cervejas e de bebidas em geral.

se fosse pintada de vermelha, então chegamos a conclusão de que seria tranquilo pintar azul com vermelho; mas teve lugares que o IPHAN notificou, então pra evitar problemas a gente prefere não arriscar.

Figura 46: Fachada Frontal de Leto.

Figura 47: Fachada traseira de Leto



Fonte: Leto, 2023.

Assim como Leto, Beto, morador do SHO, dono de uma barbearia e tendo comprado uma casa recentemente também no centro histórico, diz estar ciente que não pode alterar a estrutura de nenhuma das três casas:

Tanto na casa que alugo para moradia, como na casa que tenho a barbearia, o IPHAN não permite que eu altere nada nela. E a casa que comprei agora há pouco por ser também no SHO, sou ciente que também não posso mexer. A gente mexe no que pode, no jardim, vai buscando coisas que possam ter a nossa cara.

Assim como Beto falou do jardim para tentar exprimir sua personalidade na casa, já que não pode ser alterada, Leto também se referiu a inserção de plantas para dar maior sensação de pertencimento,

Quando vim morar aqui nessa casa, a casa não tinha uma planta na época, não tinha nada que trouxesse essa coisa que faz a gente se sentir mais à vontade, e partir daí a gente começou a plantar, cuidar, cultivar e de lá pra cá a casa hoje é cheia de plantas, frutífera e tudo, e isso acaba trazendo pra gente uma relação afetiva da gente com a casa.

Morar em casas coloniais tombadas traz uma série de aspectos que exigem do locatário ou proprietário “um jogo de cintura” para permanecer ali, já que não recebem subsídios através de políticas públicas para ajudá-los a manter a estrutura original das casas que ocupam. Apesar das políticas públicas patrimoniais cobrarem que os moradores mantenham as casas originais, não há nenhum tipo de auxílio financeiro para que esses moradores consigam atender a essa exigência. Na linguagem popular, “mora em área preservada quem pode”.

Porém, apesar das dificuldades enfrentadas com as estruturas das casas, os moradores que têm condições financeiras para tal, escolhem ficar no SHO pela relação afetiva que possuem com o lugar. O morador, Beto, de 34 anos de idade, nasceu e cresceu na primeira etapa do bairro de Rio Doce, que está localizado fora da área de proteção. Ele residiu nessa região até atingir os 20 anos de idade, quando então mudou-se para a quarta etapa de Rio Doce, onde permaneceu até completar 25 anos. Apesar de ter vivido uma parte considerável de sua vida fora do Sítio Histórico de Olinda, ele sempre teve profunda afinidade com o centro histórico, pois considerava-o como espaço ideal para fazer uso de seu tempo destinado ao lazer. Somente quando atingiu a idade de 25 anos, Beto conseguiu alugar um quarto dentro do SHO, coincidindo com a abertura de seu empreendimento comercial na área, passando então, a residir em ambos os locais:

Só consegui morar definitivamente no SHO há 6 anos. Então há 6 anos eu consegui o que sempre quis, que é morar, trabalhar e curtir em Olinda. Tenho 34 anos de idade e toda a minha vida foi de brincante, minha família, meu avô morava aqui em baixo no varadouro, era comerciante, tinha um bar e um posto de gasolina. Então minha ligação com aqui também é porque é de onde vem minha mãe, então eu brinco Carnaval aqui, eu tenho família aqui em cima, meus tios moram aqui.

E Leto, o mesmo morador que me elencou inúmeros problemas estruturais na casa onde vive, justificou sua permanência em uma fala também repleta de afetividade pelo local,

Nasci em Timbaúba na Zona da Mata Norte aqui de Pernambuco, morei em várias cidades e em Olinda eu moro há 13 anos, e desde criança eu venho a Olinda, sou encantado pela cidade de Olinda, pela cultura, hoje em dia assim eu não penso em sair daqui. Eu gosto de morar no SHO, gosto do convívio, acho que minha referência em morar aqui é muito dessa coisa interiorana mesmo que vem de casa, que vem da janela, do vizinho, que é uma construção não vertical, uma construção não de prédios, de uma vivência de infância, de adolescência, de casa, de morar em casa, e isso pra mim faz toda diferença na qualidade de vida, então o SHO pra mim é

sempre como se eu tivesse no interior, é minha referência tanto na questão quanto no estilo de vida mesmo.

Cássia, cantora, compositora, dj e artista visual, é moradora do SHO desde os seus dois anos de idade. Sua trajetória a torna uma personagem distintiva e representativa das características culturais peculiares das ladeiras de Olinda. Interpelada acerca de sua vinculação com o centro histórico, a entrevistada descreveu:

Nasci no Recife mas viemos morar em Olinda quando eu tinha 2 anos. Minha mãe é baiana e meu pai Pernambucano, se conheceram em Salvador quando estudavam arquitetura e faziam parte do movimento de resistência estudantil contra o regime militar. Viemos morar na casa do Amparo em plena obra. Olinda é minha vida. Tive uma infância incrível com muita liberdade e muita arte. Continuo morando aqui no SHO e o Ateliê que é a casa dos meus pais se transformou continua ativo e vivo.

A relação afetiva entre o morador e o local onde vive, abrange uma série de aspectos interconectados que vão desde os laços emocionais e memórias até a identificação com o ambiente. Tanto no caso de Beto, como no de Leto e Cássia, vemos que o motivo de ser um morador do SHO, perpassa por suas memórias de infância e laços familiares. No caso de Beto e Cássia, o SHO remete a suas memórias de infância e adolescência vividas no SHO, além da ligação com parentes que residem no local. No caso de Leto, o SHO remete à lembrança de onde e como viveu sua infância. Michel de Certeau em seu livro “A invenção do cotidiano” diz que o *gostar* está fundado nos hábitos da infância, magnificados pela lembrança, de tal modo que comemos nossas lembranças, as mais seguras, temperadas de ternura e de ritos, que marcaram nossa primeira infância (CERTEAU, 2013, p.249-250). Essas experiências criaram nesses moradores um sentimento de pertencimento ao local. Para eles, mais do que o elemento material (as casas preservadas), sua permanência nas ladeiras de Olinda está ligada a aspectos imateriais.

Aqui os corpos se lavam, se embelezam, se perfumam, têm tempo pra viver e sonhar. Aqui as pessoas se estreitam, se abraçam e depois se separam. Aqui o corpo doente encontra refúgio e cuidados, provisoriamente dispensado de suas obrigações de trabalho e de representação no cenário social. Aqui o costume permite passar o tempo “sem fazer nada”, mesmo sabendo que “sempre há alguma coisa a fazer em casa”. *Aqui a criança cresce e acumula na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar* (CERTEAU, 2023,p. 205).

Nesse sentido, fica fácil captar de onde vem a relação de uma figura tão conhecida como Cássia com o SHO. Sua mãe Luíza, baiana, veio ainda muito jovem para Olinda, viveu e ainda vive a maior parte de sua vida no Sítio Histórico de Olinda. Fez de sua casa um ateliê onde vende quadros feitos por ela mesma e camisas e quadros feitos também por sua filha Cássia. A relação de Cássia com o SHO é herdada de seus pais, admiradores escancarados do centro histórico. Em conversa realizada com dona Luíza sobre o SHO, de pronto ela disparou,

Olinda é um lugar especial, é uma comunidade perfeita, ela é diversificada, ela é tolerante, ou não, mas muito tolerante. A gente sabe conviver com as diferenças, além disso tem uma paz, uns recantos que só Olinda tem. Mas só fica em Olinda quem é destinado a ficar aqui, se for ela não deixa você sair não, juro. Depois que você passa no teste, é difícil sair daqui, e você conhece todo mundo, você conhece o mercadinho, você conhece a sorveteria, ali tem uma festa, ali tem outro tipo de festa, e tem outra e outra, então você não tem que se sacrificar e sair do seu lugar. Morar em Olinda é mesmo um privilégio devido a proporcionalidade, por ela não ser ortogonal, retangular, retilínea e nem com sinais de trânsito.

Uma fala como essa de dona Luíza é fundamental para que se possa acessar as peculiaridades do SHO para além de suas fachadas. Luíza chama atenção, por exemplo, para o privilégio que é residir, no século XXI, em um espaço urbano que não tenha sido tomado pelas formas retilíneas, ortogonais e retangulares, como a maioria dos espaços urbanos brasileiros, que por seguir o modelo parisiense de cidade, entre o final do século XIX e início do século XX implementaram o traçado retilíneo de Haussmann<sup>34</sup>, a exemplo das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, e Manaus, este último tendo ficado conhecido, inclusive, como “Paris das Selvas”. A Paris retilínea e ortogonal projetada por Hausmann tornou-se uma forma conservadora de se fazer a cidade.

O ideal urbano de Haussmann consistia no traçado de longas e alinhadas fileiras de ruas. Este ideal corresponde à tendência, constantemente visível ao longo do século XIX, para enobrecer as necessidades técnicas como pseudo finalidades artísticas. Os templos do poder espiritual e temporal da burguesia haveriam de alcançar a apoteose enquadrados por fileiras e ruas que, tal como os monumentos, eram tapadas

---

<sup>34</sup> Georges-Eugène Haussmann foi um urbanista francês, e prefeito da cidade de Paris entre 1853 a 1870. Ficou mundialmente conhecido por ter sido o responsável pela grande reforma urbana de Paris, que envolveu a destruição de bairros antigos e a construção de boulevards, praças, monumentos e grandes edifícios públicos. A forma haussmaniana de “fazer cidade” trouxe não só Paris, mas para todas as cidades que influenciou, melhorias no transporte, saneamento e saúde pública; porém, para realizar tais melhorias, a remoção de moradores das áreas que seriam reformadas, tornou-se praxe.

com uma tela e descerradas no dia da inauguração (BENJAMIN, 1997, P.75).

Luíza foi assertiva ao apontar essa característica como sendo um diferencial do SHO. O projeto urbano retilíneo de Haussman, realmente, inspirou a remodelação de inúmeras cidades pelo Brasil, mas como bem destacou dona Luíza, o SHO não foi uma dessas cidades. As ruas estreitas e donas de desenhos tortuosos do SHO, destoam das “quadras” constituídas por ruas enfileiradas de Haussman. As ruas estreitas e tortas do SHO acabam reduzindo o volume e a velocidade do tráfego de veículos no local, favorecendo a circulação de pessoas a pé. A forma das ruas do SHO destacada por dona Luíza, ainda colabora para a permanência do senso de comunidade existente no SHO, uma vez que a estreiteza das ruas deixam as pessoas mais próximas umas das outras. De fato, o SHO ter se esquivado das reformas que dominaram o Brasil entre final do século XIX e início do século XX, hoje, contribui de maneira positiva para a qualidade de vida de seus moradores.

Outro ponto que chama atenção na fala de dona Luíza, é a afirmação de que “só fica em Olinda, quem passa no teste”, mas qual teste seria esse? Quem são essas pessoas tão especiais que ao passar no “teste” podem se estabelecer como moradores do SHO? Foi essa curiosidade que guiou uma conversa informal estabelecida com uma ex-moradora do SHO. Laura Rubio, de nacionalidade Espanhola, veio fazer mestrado na Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2013, e morou no Sítio Histórico de Olinda durante os anos de 2013 e 2014. Ao comentar com ela a respeito da conversa realizada com dona Luíza, e mencionar o referido “teste” quando foi questionada sobre o assunto, ela prontamente respondeu que Olinda tem uma energia única no mundo, devido a sua cultura, ancestralidade, e o “axé” do lugar. Para ela, a reunião desses aspectos acaba funcionando como um teste, onde só ficam as pessoas que se apaixonam por esse modo operacional de ser e existir em Olinda.

As pessoas de Olinda são acolhedoras e eu acho que o passar no teste está relacionado a isso, a saber sentir isso e se abrir para receber todo esse amor, mesmo quando se vem de um lugar tão longe e nada a ver, como o meu. Se quer saber, passei tanto no teste que eu ainda não sai de Olinda, fico a sonhar muitas noites com aquela casa que morei, em sonho volto na varanda e consigo ficar olhando para o mar, pego as frutas no quintal da casa... é impressionante às vezes como tendo passado tanto tempo ainda sonho muito com Olinda, e como fico feliz no sonho em voltar lá, fico tão feliz que não quero voltar em Espanha, já sonhei que tinha que pegar o voo para voltar e cogitava perder o voo. Acho que um dos pontos cruciais que me fez amar tão profundamente Olinda, é porque Olinda me fez sentir muito livre e me ligou ao presente, ao

momento das coisas, ao agora. Olinda nunca saiu de mim e eu nunca saí de Olinda de verdade.

A fala de Laura nos leva para o modo de viver do SHO, e o quanto as pessoas que o habitam são fundamentais para que o Sítio Histórico de Olinda seja diferente dos centros históricos da Espanha, por exemplo. A paisagem juntamente com os olindenses constitui um modo operante de viver distinto de tudo que há no mundo. Esse modo de vida próprio a Olinda, intitula o álbum lançado pela banda olindense Eddie, em 2002: *Original Olinda Style*. A imagem que ilustra a capa do álbum é a fotografia de uma criança escorregando do alto monte da Igreja do Carmo, que fica na entrada do SHO, sentado em uma cumbuca de palmeiras imperiais. A fotografia borrada, que ilustra uma criança se divertindo utilizando uma folha que encontramos em vários locais do SHO, nos revela um território que vai além de suas construções históricas, nos apresenta um território vivo, repleto de afetividades e memórias. A banda ao nominar o álbum de “Original Olinda Style” denuncia um modo próprio e original do Olindense, que além de já trazer isso na capa, também traz nas músicas ao destacar o dia a dia das pessoas que moram em Olinda, ressaltando o “elo afetivo” entre a banda, que é formada por olindenses, e o lugar. Desse modo, é possível apontarmos para um modo de vida singular ao olindense, chamado por seus próprios moradores de *Original Olinda Style*.

Destarte o que torna a chamada Cidade Alta no Sítio Histórico de Olinda, não são suas edificações em si, mas o valor que lhes são atribuídos pelos olindenses, uma vez que não enxergam como um mero testemunho do passado, mas sim como arquivo de valor afetivo (Poulot, 2009). Dessa maneira, as pessoas que vivenciam o espaço é que são o componente determinante tanto para a própria constituição do centro histórico enquanto tal, como para que ele continue vivo. Os órgãos estatais que gerem o Sítio Histórico de Olinda, não podem esquecer que assim como qualquer outro lugar, são os processos sociais, culturais, políticos e econômicos, que moldam o espaço.

Como bem nos arguiu Lefebvre, o espaço não é apenas um ambiente físico ou geográfico, mas é também uma construção social, resultante de interações complexas entre pessoas, instituições, forças econômicas e políticas (Lefebvre, 2008). A produção do espaço da qual nos fala Lefebvre, não é exatamente um produto das relações sociais, mas um processo onde o espaço vai se constituindo no cotidiano, como um direito que se conquista: “o direito à cidade”; o cotidiano, portanto, não é aqui visto como um conjunto de afazeres rotineiros e sem importância, mas sim como uma fonte de compreensão das experiências, lutas e das formas de resistência das pessoas comuns. E. P. Thompson tanto em seu trabalho “A formação da classe operária



inglesa” como em “Costumes em comum” enfatizou a importância de ir além das análises macroestruturais ao debruçar-se sobre a vida cotidiana das pessoas. Ele viu o cotidiano como um campo onde se podiam identificar traços culturais, formas de organização comunitária e estratégias de sobrevivência que muitas vezes não eram perceptíveis em análises mais amplas (THOMPSON, 2012; THOMPSON, 1998).

Pela importância central que os moradores ocupam no SHO, ao viver cotidianamente esse espaço, em muitos casos, há várias gerações, as políticas patrimoniais responsáveis pelo Centro Histórico de Olinda, enxergam a dimensão social concreta do cotidiano, de forma conflituosa, e por isso, o uso social do patrimônio acaba sendo visto como opositor do patrimônio e não como condição necessária para sua existência.

A forma como o patrimônio vem sendo gerido, comumente acaba culpando os moradores pela má conservação do espaço se eximindo da responsabilidade, e se recusando a assumir que são esses moradores que dão sustentação ao modo de vida do Sítio Histórico, e, portanto, os responsáveis por fazer o Sítio Histórico de Olinda ser reconhecido enquanto tal. O elemento chave para o Sítio Histórico continuar a existir não são suas casas coloniais, mas sim quem as habita. Reitero José Guilherme Magnani, quando ele afirma não ser o espaço urbano em si o que interessa, mas sim o espaço social da rua construído pelo cotidiano (MAGNANI, 1993). Nesse sentido, se as políticas patrimoniais valorizassem os moradores do mesmo modo que valorizam as fachadas coloridas, com certeza teríamos um SHO ainda mais aconchegante e vivo. O Centro Histórico de Olinda, enquanto espaço urbano deve assegurar que seus moradores, possam continuar vivendo ali, onde como foi dito por eles mesmos, têm seus vínculos afetivos, geracionais, para que possam continuar a inventar e reinventar o espaço através do cotidiano (CERTEAU, 2013)<sup>35</sup>. Porém o que acontece é justamente o contrário disso, as políticas públicas atuais têm agido de forma permissiva com relação a especulação turística e imobiliária cada vez mais forte no SHO, o que acaba dificultando e em alguns casos inviabilizando a permanência de moradores com renda mais baixa.

O morador Beto, que atualmente detém duas propriedades, destina uma delas a fins comerciais e a outra à sua residência pessoal. Recentemente adquiriu um novo

---

<sup>35</sup> Para Michel de Certeau, a vida cotidiana é um espaço de resistência e ao mesmo tempo de criação social, onde as pessoas têm a possibilidade de inventar e reinventar suas práticas socioculturais e os seus modos de vida, em meio às estruturas de poder que limitam. Para ele, as formas de resistência, de costumes e de experiências de determinada comunidade, podem ser vistas em práticas simples, como a forma como as pessoas organizam suas casas, cozinham suas refeições, ou se divertem. Essas práticas cotidianas participam da criação de novos sentidos e significados de determinada sociedade.

imóvel também na localidade do SHO com o propósito de alugá-lo de maneira esporádica. Devido à sua posição financeira privilegiada, caracterizada por sua ocupação empresarial, ele se beneficia diretamente da atividade turística da região. Em sua declaração a seguir, ao afirmar que o SHO constitui, de fato, uma porção elitizada da cidade, ele busca legitimar a presença do elitismo no centro histórico ao argumentar que qualquer ponto turístico compartilha da elitização do espaço:

O sítio histórico é uma passarela, a verdade é essa, vitrine, imagina que o SHO é um shopping center e os brinquedos, os blocos e as coisas, eles não são feitos aqui, mas eles são exibidos aqui. Os demais bairros, que o legal da coisa, é onde fabrica o carnaval, e aqui é a passarela, é onde se desfila, aqui é onde se encontra de fato essa parte elitizada, que é a parte que compra, a parte que banca, é a parte que divulga, que expande o nosso carnaval. Esse é o meu trabalho, dar visibilidade a fábrica, é você dar uma atenção e contar a história de fulana que tá produzindo estandarte. Mas é elitizado como qualquer ponto de turismo.

É extremamente problemática a fala acima do morador-empresário, principalmente quando ele compara o Sítio Histórico de Olinda a um Shopping Center e suas vitrines. A fala de Beto reflete um discurso neoliberal em detrimento do Social, onde a recuperação das áreas centrais históricas é feita visando o consumo cultural, o lazer e o turismo. A declaração do morador acima é perigosa porque nos faz entender que o SHO tornou-se elitizado assim como qualquer outro espaço turístico. É importante salientarmos, que em realidade, esse problema não é gerado pelo Estado enquanto entidade, pelo turismo, ou pelo processo de patrimonialização em si, mas sim, pelo tipo de gestão que tem sido aplicado. Se o problema fosse estrutural e generalizado, como aparece na fala desse empresário, não teríamos o Centro Histórico de Quito como exemplo de um espaço patrimonializado e turístico, com ações estatais que priorizam o social em detrimento do econômico. Segundo Ana María Armijos, diretora do Instituto Metropolitano del Patrimonio de Quito, faz parte do planejamento urbano de Quito, por exemplo, investimentos como mobilidade, segurança, equipamentos, serviços de saúde, transporte e comércio, visando uma escala mais humana (PAES, 2017).

Porém, longe da forma de Quito de pensar o patrimônio, a fala do morador-empresário Beto, nos diz que a única função do morador que está localizado fora do circuito turístico, acaba sendo apenas a de fornecer uma espécie de matéria prima, com valor baixo, para ser revendida na área elitizada (SHO) por quem já detém o capital, e aí sim, com uma margem alta de lucro. Essa fala nos revela, que a forma como o Sítio Histórico de Olinda tem sido gerido, acaba produzindo uma mercadoria

valorizada, quer para moradia, quer seja para o mercado de aluguéis temporários, ou apenas para o lazer e consumo turístico em geral, como ocorreu na grande maioria dos países periféricos, a partir dos anos 1990. Como diz Zukin, o consumo visual passa a ser inseparável das estruturas centralizadas do poder econômico (Zukin, 2000, p. 84). Essa paisagem urbana, renovada, que busca o turismo através do consumo visual, tem a paisagem como mercadoria simbólica, valorizando o conceito “forma-conteúdo”. A noção de paisagem articula-se, assim, a uma dimensão simbólica do poder (LEITE, 2007, p.63).

Essa forma política que as agências representativas do Estado têm lidado com o SHO, acaba influenciando o cotidiano e a relação dos moradores com a cidade. É preciso que os órgãos públicos competentes, compreendam que antes da paisagem ser uma mercadoria, para os moradores, ela é seu lar e seu espaço de aconchego e de paz, como bem nos relatou dona Luíza. É preciso destacar, que não é intenção deste estudo tornar o turismo o grande vilão, mas apenas colocar o turismo em um lugar compartilhado com todos os outros aspectos que constituem o SHO. Nesse sentido, seria adequado que os órgãos competentes dessem ao turismo o mesmo grau de importância que o bem estar social, para que o turismo não seja o foco em detrimento de todos os outros setores, e seja apenas parte do todo.

Leila, por exemplo, moradora de Olinda desde que nasceu e do Sítio Histórico desde 2020, diz que o motivo pelo qual ela escolheu o SHO para viver e ter como lar, foi a tranquilidade e o senso de pertencimento que ela tem com o lugar.

Eu cresci e nasci em Olinda. Eu não cresci morando na cidade alta, mas a minha vida inteira eu frequentei a cidade alta com meus pais. A gente morava em Bultrins que é próximo ao Sítio Histórico e aí meus pais iam trabalhar de ambulante lá no carnaval, por exemplo, então eu cresci em Olinda como um todo. Então Olinda é essa sensação de estar sempre em casa, eu me sinto em casa lá, entendeu? Quando eu fui morar em Recife, por exemplo, eu não me adaptei, não consegui me adaptar à dinâmica da cidade.

Para que essa relação entre morador e espaço urbano continue a existir, é preciso valorizar as pessoas assim como se valorizam as edificações. Para isso é preciso compreender que entre as casas centenárias e as pessoas que as ocupam, existe uma relação de dependência. Se as instâncias do poder competentes ao SHO não valorizarem os seus moradores, Olinda possivelmente pode vir a tornar-se apenas mais um espaço moderno homogêneo neoliberal, reproduzidor de uma cultura de massa mundial. Isso porque a desvalorização dos moradores que estão ali a várias gerações pode afetar de forma considerável o modo “*Olinda original style*” de ser.

Um texto publicado pela jornalista Téta Barbosa, que aborda essa questão, tornou-se bastante conhecido entre os olindenses:

Eu olindo, tu olindas, ele olinda. Nos domingos, nós olindamos. Descobri que Olinda era verbo quando dei uma carona para o músico Erasto, irmão do percussionista Naná Vasconcelos. O irmão menos famoso do clã dos Vasconcelos escolheu a cidade alta para passar seus dias. Por lá escreveu o guia “das Olindas” que diz assim: “Subi Mercado da Ribeira Desci largo de São Bento no largo do Varadouro na Praça do Jacaré Afoxé, afoxé Olinda mandou me chamar”. E, enquanto cantarolava no carro durante a carona, avisou: “pode me deixar nos Quatro Cantos mesmo, estou precisando Olindar”. E como não amar a única cidade no mundo onde um McDonald’s faliu? Olinda é mesmo uma cidade estranha. E isso me faz lembrar um causo, passado numa segunda-feira chuvosa num bar da cidade histórica. E esse conto, caro leitor, não se passou com a amiga da prima da minha sogra, não. Foi comigo mesmo que aconteceu, por isso posso atestar de pés juntos, a estranheza do acontecido. Lá estávamos nós, amigos boêmios, numa festinha regada a jazz na sede da Pitombeira (bloco famoso nos dias de Carnaval). Entre uma música e outra, rolou um zum zum zum, à boca miúda, de que naquela mesma festinha estava Matt Dillon (ator famoso das bandas de Hollywood).

- Matt quem? É aquele que fez *Supremacia Bourne*?

- Não, é o do filme *Crash*, no Limite. Aquele do Oscar, pô.

Passada a confusão para diferenciar Matt Dillon de Matt Damon (americano é tudo igual) e Brad Pitt de Tom Cruise (que no calor da discussão, entraram na conversa sem ter nada a ver com o assunto), confirmamos a presença do famoso no local. Sim, era ele. A notícia, que tinha potencial para se transformar em euforia, autógrafos e briga por fotos em qualquer lugar do mundo, parou por aí. É de Olinda que estamos falando, afinal de contas. Ninguém, repito, ninguém no recinto abordou o cara. Matt ficou lá; sozinho, carente. O desprezo pelo moço chegou a tal ponto que ele teve que tirar fotos dele mesmo no balcão do bar. Deu até pena (dó, na linguagem do Sul, porque quem tem pena é galinha). Mas a atitude blasé dos olindenses dizia “Pra que Matt se a gente tem Erasto?”. Que mais além se transforma em “pra que McChicken, se aqui tem tapioca?” ou “pra que badalar, se a gente pode Olindar”? O fato, meus amigos, é que Olinda não é uma cidade, é um estado de espírito. E aí dos turistas que passam rápido demais, tiram fotos demais, compram bugangas demais e nem têm tempo de conjugar o verbo Olindar. Desses dá pena, de verdade.

Podemos atentar para diversos aspectos nesse texto. O primeiro deles, é que a autora tanto na primeira como na última linha, chama atenção para o mesmo detalhe: Olinda não é um substantivo, é um verbo, ou seja, não se trata apenas de um lugar, Olinda é uma ação, é movimento, um estado. Como segundo elemento, podemos destacar o fato dela sentir pena dos turistas que apenas consomem Olinda enquanto substantivo, enquanto lugar, e apenas levam de Olinda suas centenas de fotos e objetos comprados em lojas de multi produtos. Um terceiro aspecto presente no texto,

é a identidade forte, latente que temos em relação a Olinda, por muitos aqui chamado de “bairrismo”, que seria uma valorização excessiva “ao que é nosso” - Pra que Matt Dillon se temos Erasto? Pra que McDonald’s se temos nossa Tapioca? - Esse terceiro elemento destacado, informa o leitor de que Olinda não é mais um espaço homogêneo e reprodutor de uma cultura de massa mundial oferecida pelo mundo moderno, e mais do que isso, deixa o recado de que os olindenses não querem que Olinda venha a ser esse espaço homogêneo. Essa visão dos moradores não parece estar muito distante das discussões atuais acerca dos centros históricos. Recentemente diversos artigos apontam que o turismo é muito mais bem aproveitado quando é oferecido ao visitante algo real do lugar e não uma encenação do real. Logo, a manutenção dos segmentos sociais torna-se fundamental, pois envolve o reforço da identidade dos moradores com o espaço.

Para que tudo isso dito acima funcione, é primordial que os moradores possam permanecer em suas casas, e que essas casas estejam em condições adequadas. É sabido que o fato do SHO possuir o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, por si só, já coloca a cidade em meio ao roteiro turístico internacional, porém, o IPHAN e a prefeitura da cidade de Olinda, não devem posicionar sua atenção apenas para o lado mercadológico. O governo do estado de Pernambuco, a prefeitura de Olinda, e o IPHAN, devem enxergar o SHO como qualquer outro espaço urbano, que mesmo com todo seu diferencial e potência, necessita de acompanhamento através de políticas públicas que garantam aos moradores qualidade de vida. Tanto o plano urbanístico, quanto o planejamento turístico do SHO precisam estar integrados com a comunidade para que resulte em um ambiente mais orgânico e os moradores e frequentadores possam continuar a existir no local valorizando os artistas, a culinária, e outros monumentos, como já apontados no texto. De acordo com as conversas e entrevistas realizadas, o que os moradores esperam é uma Olinda cada vez mais distante do que ficou conhecido como o modelo Barcelona, e cada vez mais próxima do modelo Quito, onde é a vitalidade da população local que preenche as ruas, praças e edificações:

o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Quito, com a participação do Governo Nacional, aplicou um modelo de gestão mais inclusivo, com consultas públicas à população local, ao comércio de ambulantes realocados para outros centros, com créditos habitacionais e revitalização dos espaços públicos, afirmando que teve como protagonistas em sua gestão os usuários, os comerciantes e os representantes da população local (PAES, 2017, P. 676).

Quando o Sítio Histórico de Olinda não aplica um modelo de gestão mais inclusivo, com consultas públicas à população ou indisponibilidade de créditos habitacionais, como a cidade demonstra precisar, ao invés de fortalecer a identidade local, pode estar desarticulando-a. Sem políticas eficazes de inclusão social, as classes mais privilegiadas tendem a ganhar espaço, já que sem políticas públicas que atendam às classes mais baixas, estas não conseguem manter-se no local. Sem o povo olindense vivendo seu cotidiano no SHO, tudo o que vem sendo produzido historicamente por eles, como seus costumes, experiências e rituais, potencialmente, podem se tornar plastificado, pois se as pessoas que trazem a memória do SHO saem de cena, as outras pessoas que adentrarem talvez não tenham a mesma conexão com o lugar. É por este motivo, que na escala local já se reconhece que a preservação de sítios históricos deve ser um processo integrado às políticas públicas setoriais, para garantir a resistência do lugar e melhores condições de vida para moradores, usuários e visitantes (PAES, 2017, grifo nosso).

Uma possível solução prática para resolver as questões apontadas, consistiria na realização de pesquisas que visem identificar o perfil socioeconômico dos moradores do SHO, para que a partir disso, conhecendo-os, se torne possível criar uma política de assistência social, que ao detectar os moradores de renda econômica baixa, disponibilize subsídios de reparo a suas moradias. Dessa forma, possivelmente, se manteria a dinâmica do SHO, através da estabilização da permanência de seus moradores. Algo nesse sentido já aconteceu no SHO nos anos 1980. Em 1971, o governo federal articulou-se com o BNH para juntos colaborar economicamente com a recuperação de casarios em centros históricos, criando o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH). A partir disso, entenderam ser necessária a criação da Carteira de Programas para Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CPHAN), objetivando atender os diversos perfis socioeconômicos que se fazem presentes nos diferentes núcleos históricos. Em 1985, o projeto piloto da carteira foi o SHO, tendo a prefeitura realizado um levantamento identificando a renda de cada proprietário e do tipo de intervenção que seria necessária. Partindo desse levantamento ficou decidido que deveria ser oferecido um subsídio que poderia variar de 5% a 50% do valor dos serviços que as casas necessitassem, solicitando-se em troca que os proprietários preservassem o patrimônio (GUSMÃO, 2011). Mesmo o BNH tendo sido extinto um ano depois, em 1986, a prefeitura de Olinda deu continuidade a essa política, que precisou ser

interrompida com a constituição de 1988, pois foi proibida a utilização do Fundo de Participação do Município (FMP)<sup>36</sup> para áreas que não fossem saúde e educação.

Olinda já mostrou ser possível esse tipo de apoio ao morador, afinal, pela visão dos órgãos estatais e da Unesco, esses imóveis não são meramente suas residências nem exclusivamente de sua propriedade, mas sim constituem uma espécie de memorial que pertence a toda sociedade; portanto, se os moradores não estão conseguindo preservar o casario por impedimento financeiro, cabe à esfera pública fornecer auxílio para tal, ofertando incentivos financeiros ou assistência técnica para a manutenção e restauração das fachadas, assim como disponibilizar subsídios ou bolsas para ajudar os moradores a financiar projetos completos de restauração e conservação, se necessário. Não é coerente com o título de patrimônio, cujo principal objetivo é preservar a memória, que os moradores, que movimentam e dão vida ao SHO, vivam em condições precárias, com suas casas patrimônio sem manutenção, ou ainda, ao levarem a situação ao limite, irem aos poucos procurando outros lugares para morar. Esse movimento já vem acontecendo aos poucos como veremos no tópico seguinte, mas é importante ressaltar que políticas como essas dispõem das ferramentas necessárias para frear esse movimento e mais que isso, incentivar os moradores a permanecer.

### **3.2) UMA TONELADA: O PESADO CUSTO DE VIDA NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Além dos motivos elencados no tópico anterior, há ainda outros fatores que dificultam a permanência de moradores de pouco capital financeiro no SHO; discutiremos agora, especialmente os motivos relacionados a essas questões.

Morar no Sítio Histórico de Olinda é algo muito cobiçado pela maioria das pessoas, e isso pode ser explicado pelo fato do SHO ter algumas características que o torna especial, exclusivo e único; como por exemplo, sua arquitetura centenária, grande concentração de capital cultural e uma área verde extensa. Essa experiência multissensorial que envolve nossos sentidos ao ouvir um frevo, ou ao sentir o cheiro da tapioca sendo preparada, ou ainda ao ver as cores e texturas dos casarios que parecem casar perfeitamente o antigo com o novo, parece nos atrair e nos despertar o desejo de viver e experienciar o lugar. Contudo, morar num espaço como esse, “não

---

<sup>36</sup> O FMP é composto por uma parcela da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e é distribuído entre os municípios de acordo com os critérios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação vigente.

é para todos”, pois as características aqui elencadas são resultado de um processo de patrimonialização que teve como objetivo, articular patrimônio cultural, turismo e revitalização urbana. A partir daí, produziu-se no SHO uma paisagem urbana bastante valorizada em termos de mercado, moradia, lazer e consumo.

O consumo visual, como a maioria das formas de consumo, é inseparável das estruturas de poder econômico, e por isso quando estimulado sem uma política social que priorize as pessoas de menor capital financeiro, acaba gerando processos de segregação socioespacial, afastando os pobres desses espaços visualmente desejáveis e, mais que isso, tornando-os também em uma paisagem, mas desta vez em uma paisagem indesejável. Direta ou indiretamente essas pessoas que são consideradas um “problema” sociovisual são regularmente afastadas desses locais, no caso específico aqui, do SHO, e principalmente, de sua área de preservação rigorosa.

Dentro da lógica do consumo visual, a paisagem não se restringe apenas ao campo geográfico, mas estende-se também ao social, incorporando as pessoas como parte integrante da paisagem. A partir disso, passa-se a escolher as pessoas que vão frequentar determinado espaço da cidade, de acordo com a paisagem que se deseja mostrar ou vender. Logo, essa forma de produzir uma nova paisagem, inevitavelmente, produz e aprofunda a desigualdade, ao passo que as pessoas menos privilegiadas não fazem parte dela, sendo a paisagem vernacular<sup>37</sup> a qual pertencem essas pessoas indesejáveis, cada vez mais negligenciadas. Para Vainer, nessa nova forma de lidar com a paisagem urbana, a miséria é estrategicamente redefinida como problema paisagístico (VAINER, 2000, p.82).

A fetichização da renovada paisagem urbana encobre descaradamente os processos de segregação socioespacial e os seus sujeitos indesejáveis. Enquanto o Estado do urbanismo progressista, de até meados do século XX, assentado nos paradigmas da produção fordista (racionalidade, funcionalidade, regularidade, produtividade, produtos estandarizados e centralidade do Estado), em uma política econômica keynesiana e em políticas de previdência social, buscava dar conta da totalidade social e urbana, a cidade pós-moderna do planejamento estratégico copia as palavras de ordem da lógica empreendedora das empresas (gestão, produtividade, competitividade, bens distintivos de classe, estetização, subordinação dos fins à lógica do mercado, parcerias público-privadas) e produz uma cidade

---

<sup>37</sup> Paisagem vernacular é a paisagem que se desenvolve ao longo do tempo de forma orgânica, ou seja, através do uso de materiais disponíveis na região. Dessa forma esse tipo de paisagem acaba refletindo a cultura, história, experiência e os costumes de uma determinada região ou comunidade. Esse tipo de paisagem, segundo a socióloga Zukin, pertence aos sem poder (ZUKIN, 2000).



fragmentada, simbólica, colocando-a no mercado como uma mercadoria (PAES, 2017, p.670-671).

Levando em consideração aspectos como estetização, distintividade de classes, gestão e a lógica atual do mercado, neste tópico debateremos as formas indiretas pelas quais os moradores de Olinda de poder econômico mais baixo, são expulsos de lugares paisagisticamente desejáveis, que no caso deste estudo, como veremos, refere-se ao Setor Residencial Rigoroso do SHO. Chamaremos esse processo de apropriação seletiva do espaço.

Para além dos problemas enfrentados pelos moradores, elencados anteriormente, o presente tópico irá expor os preços de compra e venda das casas e dos aluguéis na chamada cidade alta. Antes de apontar os valores, é importante contextualizar Olinda em meio ao cenário nacional, destacando que tem ocorrido uma hipervalorização do mercado imobiliário em todo o país, no entanto, cabe também colocar em evidência que os centros históricos possuem características que o diferenciam dos demais espaços urbanos, ocupando um espaço peculiar dentro do mercado imobiliário. O crescimento da demanda por imóveis em áreas de centros históricos não acompanha a pouca oferta existente, favorecendo a formação de preços em posição de monopólio locacional. A questão financeira abordada une-se aos símbolos que os centros históricos costumam carregar devido a sua importância histórica, como destacou Lacerda, ao ter detectado em sua pesquisa a importância dos símbolos na conformação dos preços imobiliários em centros históricos, destacando que há uma forte demanda por certas localidades (LACERDA, 2017, p.129).

É importante salientar, que Olinda não pode ser comparada a uma cidade como São Paulo, em relação ao valor da terra por metro quadrado, de modo que para entendermos a valorização que vem ocorrendo no SHO, os preços foram comparados com a realidade da cidade de Olinda, precificando vários locais da cidade, para que o argumento se torne coerente com a realidade que está em análise. Como veremos, as casas que estão situadas dentro do perímetro de preservação rigoroso possuem valores consideravelmente mais altos do que as casas que não pertencem a esse setor, e a diferença de valor aumenta ainda mais quando se trata de imóveis fora do SHO como um todo.

As casas no SHO que estão dentro do perímetro rigoroso costumam valer em média dois milhões de reais, podendo variar para mais ou para menos. No momento desta pesquisa, em 2023, havia um sobrado na Rua Treze de Maio pertencente ao perímetro de preservação rigorosa, à venda pelo valor de dois milhões e duzentos mil

reais; outra casa, essa de estilo neogótico, estava à venda na rua Sete de Setembro, também localizada dentro do perímetro de preservação rigorosa, pelo valor de três milhões de reais; havia ainda uma casa na rua Prudente de Moraes, também inserida em área de preservação rigorosa, à venda por dois milhões e setecentos mil. Por fim, coloco uma casa localizada no Alto da Sé, perímetro de preservação rigorosa, a qual estava à venda pelo valor de cinco milhões e trezentos mil reais. Facilmente chegamos ao consenso de que para se comprar uma casa dentro do perímetro rigoroso, hoje no Sítio Histórico de Olinda, é necessário pertencer às classes sociais mais altas, ao passo que é financeiramente impossível um trabalhador comum efetuar tal compra. Os valores exorbitantes, associados aos gastos muitas vezes inviáveis de manutenção, como mostrado em tópico anterior, acabam tornando a venda dos imóveis uma boa opção para o morador/proprietário que as herdou, mas não tem condições de mantê-la. Os moradores são então incentivados indiretamente a vender seus imóveis no SHO, e irem morar em um lugar financeiramente mais acessível. Essas edificações acabam sendo vendidas majoritariamente para estrangeiros, que em euro, libra ou dólar, conseguem adquiri-los com maior facilidade.

Já as casas que estão enquadradas fora da área de preservação rigorosa, são vendidas por preços mais baixos. Em 2022, uma casa localizada na rua São João, no bairro do Guadalupe, foi vendida pelo valor de trezentos mil reais; outra casa encontrase à venda na rua João Ubaldo de Miranda, no bairro do Bonsucesso, por trezentos e oitenta mil reais. Esses valores ficam ainda mais baixos quando procuramos casas que não pertencem ao SHO, como por exemplo, uma casa que se encontra à venda na rua Sergipe, no bairro de Jardim Brasil, por duzentos mil reais, ou a casa que se encontra à venda na rua Recife, também no bairro de Jardim Brasil, pelo valor de cem mil reais. Esses valores em comparação com as residências localizadas dentro do SRR nos colocam diretamente em contato com a realidade de que as pessoas que possuem edificações dentro do perímetro residencial rigoroso pertencem a um grupo social de capital econômico mais elevado do que aqueles que possuem casas fora dele.

Na sequência, para melhor visualização, vê-se o mapa ilustrativo dos valores de compra e venda:

Figura 48: Mapa ilustrativo dos valores de compra e venda



Fonte: Marília Matoso

Para o morador que não possui casa própria e depende do serviço de aluguel, a lógica segue sendo a mesma. As casas pertencentes ao SRR são as que têm os aluguéis mais caros, em seguida vem as que ainda estão dentro do SHO mas não pertencem ao SRR, e por fim, as mais baratas que são aquelas que estão fora do espaço patrimonializado em geral. Como exemplo, temos o morador Leto que paga um aluguel de dois mil e oitocentos reais pela sua residência localizada em setor rigoroso; enquanto Beto fora do SRR, mas ainda dentro do SHO, paga dois mil e trezentos reais em aluguel. A situação muda completamente quando vamos a aluguéis no bairro do Monte, por exemplo, que variam entre duzentos e cinquenta reais a trezentos e cinquenta reais. Abaixo, este estudo exhibe um mapa ilustrativo dos valores de aluguéis para que tenhamos uma melhor visualização da situação explicitada acima:

Figura 49: Mapa ilustrativo dos valores dos aluguéis



Fonte: Marília Matoso.

Essa disparidade nos valores demonstra uma situação muito peculiar. O Monte é um bairro fora do SRR, mas que mesmo pertencendo ao SHO é considerado como “comunidade”. O Monte é um bairro de grande importância na construção de Olinda, pois é lá que se encontra a Igreja de Nossa Senhora do Monte, a única que fora construída no período da colonização, a primeira de Olinda dedicada a Nossa Senhora, e a única que escapou ao incêndio resultante da Invasão Holandesa. O templo ocupado por Beneditinos foi construído em 1535, a pedido do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Acredita-se que a Igreja do Monte não foi destruída pelos holandeses pela sua localização distante da Vila de Olinda, pois ela

realmente ficava em um Monte localizado mais distante de onde foram construídas as primeiras casas. Junto com a igreja, resistiu a população que habitava o Monte, composta majoritariamente por indígenas e pretos.

Figura 50: Imagens da Igreja do Monte



Fonte: ipatrimonio.org

A chamada Vila de Olinda é hoje a parte central do Sítio Histórico e sempre foi o espaço que recebeu mais investimentos e continua recebendo por seu valor patrimonial, deixando a população do Monte historicamente invisibilizada. Foi preciso contextualizar o Monte para explicitar o porquê mesmo ele pertencendo ao SHO, é tido como comunidade, e é tão separado historicamente, socialmente, e economicamente do que visualmente e espacialmente conhecemos por Sítio Histórico de Olinda. Por esse motivo, entrevistei uma moradora do Monte, Marília.

Então, Marília, de 27 anos de idade e moradora do Monte desde que nasceu, conta que tem conhecimento que o Monte pertence ao SHO, mas que a maioria das pessoas sequer sabem,

O Monte faz parte do Sítio Histórico de Olinda, é uma das partes altas, só que é comunidade, mas faz parte sim. Mas assim, eu acho que quase ninguém sabe que lá é parte do

SHO, porque a gente é muito favela né? E a galera associa muito Sítio Histórico como uma coisa mais Amparo, Bonsucesso, e lá no Monte a galera só se enxerga mesmo como uma comunidade, esquecida por todos, e comunidade mesmo. O poder público não chega lá de nenhuma forma, tem ruas lá que nunca foram calçadas e moro lá há 27 anos, às vezes consta que tá calçada, mas nunca foi calçada; lá tem uma dificuldade absurda de água, e eu moro em frente a caixa d'água do Monte e aí a galera associa que tenho água sempre, mas não, eu passo as vezes 10 dias sem água. Tipo, o básico é 1 vez na semana, quando tem mais que isso a gente já estranha, tipo, essa semana chegou água duas vezes, aí já penso “meu deus agora vai faltar por um mês sabe?” (risos). Lá é totalmente esquecido em tudo assim, sabe? Você não vê muita polícia, você não vê projetos sociais, nada do tipo. Eu acho que nunca vi turista lá, e se vi foi indo exatamente para a Igreja do Monte, que como realmente é uma Igreja muito histórica, já vi, mas no Monte especificamente, nada! Absolutamente nunca vi turista. E mesmo a igreja não é muito frequentada por turistas não, geralmente quem vai para a igreja é a galera de lá mesmo, os coroas, os véinho, que vão pra lá, que fazem questão da crisma, usam pra um fim bem religioso mesmo.

É visível na fala de Marília o quanto o Monte é esquecido pelo poder público mesmo sendo parte do SHO. A moradora também faz referência a estética valorativa que o perímetro rigoroso ostenta, em detrimento da paisagem vernacular que o Monte apresenta.

Figura 51: Imagem do Bairro do Monte, Olinda.



Fonte: Google maps (street view)

Figura 52: Imagem do Bairro do Monte, Olinda.



Fonte: Google maps (street view)

Portanto, não basta ser patrimônio, precisa ser imageticamente consumível, como dito anteriormente, para que os órgãos públicos competentes enxerguem, cuidem e invistam no lugar. O Monte tem o título quase que cedido obrigatoriamente pela sua importância histórica na construção do SHO e principalmente por possuir a Igreja mais antiga de Olinda, no entanto, isso não tem sido suficiente para atrair os investimentos da prefeitura de Olinda.

Voltamos então ao ponto pelo qual começamos a falar do Monte, o aluguel. O Monte não tem capital social-imagético suficiente para precificar aluguéis no mesmo valor dos outros locais do SHO, mesmo se comparado aos locais que não fazem parte do SRR. Ao contrário disso, podemos afirmar que o Monte tem os aluguéis mais baixos de todo o SHO.

A casa onde moro é própria, meu avô alugava casa e construiu essa pra mim. Fora a minha tem mais quatro casas alugadas, aí eu moro com minha mãe. As casas são alugadas por *duzentos e cinquenta, trezentos reais*, é muito barato, mas como minha avó aluga pra galera de lá da comunidade e a galera realmente não tem muita renda, é o que dá; mas a casa embaixo da minha, por exemplo, é uma casa que tem dois quartos, no PVC, no gesso e custa trezentos e cinquenta, que é a casa mais cara que ela tem. Trezentos e cinquenta reais. Mas se ela botar quatrocentos reais no Monte não aluga. E se

alugar é no pé da ladeira, porque não é ladeira, é mais valorizado, mas lá em cima mesmo se botar 400 a galera “chia”, porque é a galera que morava na outra rua aí casou e tá com filho, aí vai morar lá sabe? Então os aluguéis no Monte são nessa margem de duzentos e cinquenta a trezentos e cinquenta reais, não pode passar disso. Eu sempre comento com o pessoal que queria me mudar, eu quero muito me mudar pra essa área de cá do SHO, mas essa parte de cá como é considerado realmente a área Histórica de Olinda, carnaval muito forte, é muito caro aluguel aqui, o aluguel que eu tava vendo aqui perto do Cariri era dois mil e poucos reais, aí não rola né? Provavelmente vou ter que me mudar pra outra comunidade, com valor mais acessível, e fora que aqui nessa parte ainda corre o risco de ser despejado pra o dono alugar por temporada no carnaval, como já aconteceu com amigos meus que moram aqui, e aí foram despejados mesmo nesse processo, então tem toda uma questão muito pesada mesmo assim de grana e tal. Um meio termo do monte pra cá, seria o Guadalupe, que acho que você acha casa lá por seiscentos e cinquenta, setecentos, oitocentos reais, e é cinco ou sete minutos da minha casa, é muito próximo, é porque realmente lá é visto como comunidade, pra você ter uma ideia Uber não sobe a noite. De noite se você pedir um Uber é uma humilhação, porque não sobe não, porque aparece pra eles como zona de risco, e além disso devem conversar entre eles, né? Mas eu lembro que durante um evento que participei no Recife mesmo, foi uma humilhação, porque eu saia de lá de 22h30min, e aconteceu várias vezes do Uber querer me deixar na metade da subida porque realmente ele disse “eu não vou subir nesse lugar”, e eu falo “moço não vai acontecer nada”, e eles dizem “não vai acontecer nada com você que é da comunidade, eu não sou da comunidade, dá problema”, e aí alguns já me deixaram na metade mesmo pra eu subir a noite só. Porque realmente a noite lá tá muito pesado, tem momentos mais tranquilos, mas agora mesmo estamos num período mais pesado mesmo, de morte quase todo dia.

O primeiro ponto a ser levado em consideração na fala de Marília, é que os aluguéis no Monte chegam a custar três vezes menos do que em outras áreas do SHO que não pertencem sequer ao perímetro rigoroso de proteção, e esse cálculo sobe para onze vezes menos se comparado com casas do Setor Residencial Rigoroso. Ela associa ao fato de ser um local totalmente esquecido pelo poder público, por ser um espaço ocupado por pessoas de poder aquisitivo muito baixo, por não ter a paisagem dos outros lugares do SHO, e por ser um local de alta periculosidade. Marília explica seu desejo em residir no Setor Residencial Rigoroso ou em bairros próximos a essa região, com o argumento de que só assim receberia um mínimo de assistência da prefeitura. No entanto, ela também demonstra consciência em relação à sua limitação financeira, reconhecendo a impossibilidade de arcar com um aluguel mensal superior a dois mil reais.



A impossibilidade de Marília morar no SHO é resultado de uma junção do projeto urbanístico atual, que une o pensamento moderno de valorização das *estruturas formais*, a forma de pensar pós-moderna de valorização dos *signos e imagens*. A forma urbanística pós-moderna mascara a estratificação social, ao passo que anuncia valorizar as diferenças e a memória histórica; mas na prática, como apresentado aqui, fica perceptível que a importância dada aos costumes, as experiências e a identidade são apenas artifícios para criar de forma superficial uma cidade que performe uma “forma-paisagem” rentável a qual a presença de pessoas como Marília não é bem vinda e não faz parte de tal projeto. Na elaboração dessa paisagem urbana, os costumes, as práticas culturais, e até mesmo a natureza são tidos como mercadorias simbólicas<sup>38</sup> que pessoas como Marília não podem consumir, já que para consumir essas mercadorias simbólicas é preciso de um capital econômico que ela, como tantos outros, não tem. É inclusive, por essas pessoas não terem como consumir o capital simbólico que acabam sendo excluídas indiretamente do convívio no SHO. Em projetos como esse, então, as pessoas em situação de pobreza são duplamente preteridas, primeiro economicamente e conseqüentemente, simbolicamente.

Mesmo em bairros onde aparentemente existe diversidade social e onde os setores sociais ainda polarizados parecem “conviver” (pelo menos em termos estatísticos), é altamente improvável que interajam, a menos que as classes populares sejam empregadas pelos lares mais ricos - a chegada de pessoas ricas a um bairro marginal é um mito muito comum para se legitimar.

De acordo com Wacquant (2007), a segregação e a exclusão social são mais agressivas e extremas quando os “marginalizados urbanos” vivem no mesmo bairro que as classes dominantes da sociedade. Portanto, essa convivência se transforma em um multiculturalismo superficial que intensifica a dominação de classe e a discriminação racial (JANOSCHKA, SEQUERA, 2014, Pgs. 11-12)

As portas do SHO estarem abertas não significa que o lugar seja democrático, pois mais que abri-las é necessário convidar essas pessoas para entrar, através de políticas públicas que visem a sua integração ao espaço. Como vimos, apesar do Sítio Histórico de Olinda, vender a ideia de um espaço multifacetado, onde a cultura é acessível a todos e a diversidade social não é um problema, na prática, é possível perceber que essa ideia é apenas uma verdade imposta pelos órgãos representativos

---

<sup>38</sup> Entende-se aqui, mercadoria simbólica como elementos não palpáveis fisicamente, mas que possuem valor simbólico na sociedade, sendo capaz de gerar a partir desse valor simbólico, valor monetário. Essa definição baseia-se nos conceitos criados e desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. (BOURDIEU, 1989).

do Estado, e não uma realidade. Normalmente, essas formas de segregação por serem “maquiadas” e “veladas”, se tornam ainda mais severas, afinal, como são produzidas estruturalmente, de alguma forma as reproduzimos, sem ao menos saber que as estamos reproduzindo, e isso acaba evitando ou retardando, revoltas, motins e protestos sociais. Esse tipo de segregação indireta fica evidente na fala a seguir de Marília:

Quando tem eventos no SHO, a galera nem desce. Fui pra um evento em um espaço lá, e não vi absolutamente ninguém da comunidade e isso me gerou um certo desconforto. Primeiro que essas informações não chegam pra eles, é muito difícil acessar algumas informações, e quando eles sabem, muitas vezes, mesmo sendo um local de graça, muitos ficam meio acanhados, porque se entende que não é um lugar pra eles, porque foi ensinado desde criança que lugar de preto e de pobre não é ocupando esses lugares culturais, de poder e tal, então eu até hoje nunca fui pra um rolê que vi alguém da minha comunidade. Eu já vi gente do Bonsucesso, do Amparo, do Guadalupe, mas do Monte nunca.

Infelizmente, falas como a de Marília são comuns entre os moradores pobres que residem em áreas não privilegiadas do Sítio Histórico. As falas parecem se repetir em uma sequência angustiante de palavras emitidas através de vozes embargadas. As paisagens urbanas sem conseguir fugir à semiótica do sistema, acabam nos explicitando de maneira inequívoca, a contraposição entre a realidade que vivenciamos e o espaço urbano ideal que nos tentam vender, ao forjar uma falsa realidade. Aliás, a realidade é tão próxima que basta tomarmos uma caipirinha com Pedro e conversar com ele sobre sua história. Pedro tem sessenta e dois anos, é nascido e criado no SHO, tendo vindo ao mundo, aliás, em uma época em que ainda nascíamos em casa e por isso em seu registro consta como local de nascimento a rua Prudente de Moraes, número 472, casa na qual viveu por 20 anos. A casa fica exatamente no ponto mais famoso do SHO, nos Quatros Cantos de Olinda, e pertencia à Santa Casa<sup>39</sup>. Seu pai alugou o imóvel à Santa Casa por cinquenta e cinco anos, era uma figura conhecida no Sítio Histórico, afinal era palazador e muita gente precisava dos seus serviços. Com a morte de seu pai, Pedro foi obrigado a deixar a casa.

Depois que meu pai morreu, e que saímos da Prudente de Moraes, eu nunca mais voltei a morar aqui, nesse miolo, era pra eu ter criado meus filhos e netos aqui. Eu tenho 1 netos, era pra tudo aqui, mas não consigo voltar por uma questão financeira mesmo. Esse pessoal de política é muito ganancioso, porque sabe que a pessoa morou aqui 55 anos, sabe que tem direito por uso capião, porra, a casa permanece

---

<sup>39</sup> Pertencente à Igreja Católica é uma instituição de caridade que presta serviços de saúde e assistência social para a comunidade.

com os herdeiros, morre os pais, mas num ficam os filhos? E aí era pra gente tá aqui com todo direito, porque pagamos 55 anos de aluguel, eu acho isso uma sacanagem.

Com sua saída da casa na qual viveu com seu pai, Pedro não teve mais condições financeiras de permanecer morando no que ele chama de “miolo do Sítio Histórico”, referindo-se à parte de tombamento rigoroso, onde tudo é paisagisticamente “bonito” e funciona. Desde então ele foi se mudando por diversas vezes conforme os aluguéis iam aumentando. Foi a forma que ele encontrou de continuar no Sítio Histórico, tanto por uma questão afetiva já que nasceu e se criou nele, como pela questão financeira, já que é autônomo e vende drinks justamente em frente à casa em que viveu por vinte anos, mas que hoje não tem mais condições de pagar.

Hoje eu moro lá embaixo, no varadouro, e quando terminar o contrato eu vou andando, mas sempre aqui dentro de Olinda, já aluguei diversos lugares. Morei no Guadalupe, morei na Joaquim Nabuco, morei mais uma vez no Guadalupe, no Guadalupe eu morei 3 vezes, morei por trás da igreja do Guadalupe, ali pelo Cemitério e uma vez perto do coco num alto que tinha uma vista bonita, dava até pra ouvir o apito do navio, e uma vez na barreira do Rosário, onde to hoje já morei 3x por ali também no varadouro. Quanto mais se afasta no SHO mais vai barateando, ainda mais se afastando pro lado esquerdo... Quando eu morei no Guadalupe eu pagava 800 reais e no Varadouro to pagando 400. Eu fui pra lá porque sou autônomo e fiquei sem trabalhar com a pandemia que fechou tudo, então fiquei me sustentando na base do auxílio, eu quase me suicidei, eu não tinha dinheiro pra nada velho, não gosto nem de contar que eu choro.

A fala de Pedro corrobora com os valores dos aluguéis já apresentados e também com o fato de que hoje o SHO caminha para uma elitização e expulsão de seus moradores, ainda que de forma indireta, na medida em que sujeita-se a substituição de uma identidade centenária, construída por esses moradores, por uma identidade genérica construída pelos fatores já elencados anteriormente. Além disso, a fala de Pedro nos escancara outro fenômeno: os moradores do SHO vivem em situação de constante mudança, em tentativa de resistir aos valores dos aluguéis que sobem ano após ano. Podemos dizer que as pessoas que persistem em continuar no SHO, e não tem condições de pagar dois mil e oitocentos reais de aluguel, mas que possuem uma condição financeira melhor do que os moradores do Monte, cujo máximo de dinheiro disponível para aluguel é trezentos e cinquenta reais, constroem suas próprias formas de resistência para permanecer a viver no SHO, seja vivendo de forma “itinerante” como Pedro, seja dividindo a casa com outros moradores, como é o

caso de nossa entrevistada Leila, que divide casa com mais duas pessoas, ou ainda locando outros quartos da casa através da plataforma Airbnb.

O morador Leto chamou atenção para o mesmo movimento:

Os aluguéis acabam tendo uma rotatividade muito grande, o valor do aluguel é alto mesmo, mesmo nos meses normais do ano que não o carnaval, e aí com a correção anual, os valores vão ficando cada vez mais altos e então fica inviável da pessoa morar. Por isso tem gente que mora no Sítio Histórico há muitos anos, mas se muda de casa, sei lá, a cada dois em dois anos, que é exatamente por esse motivo, o valor vai aumentando e ela quer continuar a morar aqui, então ela vai trocando de casa.

Como percebeu Bernardino ao estudar os moradores do bairro histórico da Boa Vista no Recife, há a presença de uma espécie de “forasteiro”, que vive em condição de transitoriedade entre moradias de uma mesma área (BERNARDINO, 2011). Como vimos nas falas acima, de acordo com o aumento do aluguel, as pessoas vão se mudando dentro do próprio centro histórico, em uma busca eterna por condições que as permitam continuar ali. Mas como dito, existe outro fenômeno que favorece uma condição de transitoriedade no espaço, desta vez não sendo um mesmo grupo circulando por várias moradias, mas grupos aleatórios de pessoas de fora do SHO, em sua maioria turistas, que chegam e saem, através de plataformas de hospedagem de curta duração. Aqui focaremos na plataforma Airbnb, por ser a mais utilizada dentre as plataformas desse tipo.

Criado em 2008, o Airbnb cobra uma taxa que varia de 8% a 18%, tanto do hospedeiro quanto do hóspede, permitindo que pessoas comuns disponibilizem cômodos de suas casas, e em alguns casos a casa inteira, para aluguel temporário, gerando uma renda extra para quem aluga. No caso dos hóspedes, se torna mais atrativo do que um quarto de hotel, tanto porque a empresa Airbnb oferece atividades ou passeios conduzidos pelos anfitriões locais, como porque oferece um preço mais acessível que hotéis tradicionais. Ao lermos essas informações, podemos ser quase levados a entender o Airbnb como um fenômeno recente genial e gerador de impactos majoritariamente positivos, porém se aprofundarmos um pouco mais em sua política, logo atentaremos para suas consequências negativas a áreas urbanas, principalmente a centros históricos, e veremos como a plataforma também influencia indiretamente, por exemplo, na realidade de moradores como Marília e Pedro.

O Airbnb ao proporcionar o aluguel de curto prazo em grande escala em áreas pequenas como é o caso do SHO, causa consequências graves principalmente aos moradores mais pobres, devido a implicações como o aumento dos preços

imobiliários, o deslocamento de moradores locais, e a redução da disponibilidade de moradias de longo prazo. A demanda por acomodações de curtos períodos em áreas já voltadas ao turismo como o SHO, pode levar ao aumento dos preços dos imóveis, tornando a compra de propriedades residenciais mais difíceis para os moradores locais, pois como já apontado no início deste tópico, os preços das casas ficam acima da média fazendo com que a maioria dos imóveis sejam comprados por estrangeiros, e uma pequena parte por brasileiros de classe média alta, favorecendo o deslocamento dos antigos moradores. Além disso, as propriedades oferecidas como moradias de longo prazo, com contratos anuais utilizados por moradores locais, diminuí consideravelmente, dificultando ainda mais a existência de um sistema de moradia estável e acessível.

A demanda da plataforma Airbnb costuma concentrar-se em áreas próximas aos centros das cidades, em áreas com paisagens vendáveis, ou áreas com forte demanda turística e prestígio cultural, que contenham um bom transporte público e comodidades de lazer. Sendo assim, instantaneamente descartam-se bairros de paisagens vernaculares, suburbanos, pobres e racializados que contam com um déficit de transporte público e sem oportunidades de lazer. Nessa medida o Airbnb reforça então um urbanismo etnoclassista.

Nesse sentido, o Airbnb vem se apresentando como uma plataforma incentivadora de um livre mercado impiedoso, apontando de forma sistemática uma nova possibilidade de investimento no mercado imobiliário através da propriedade privada da terra, sem intervenção estatal ou preocupação social real. O resultado é um processo que se dá de maneira desigual tanto geograficamente como socialmente, ao passo que não atinge todas as áreas urbanas, criando um prejuízo desmedido aos moradores pobres, resistentes em bairros culturalmente e turisticamente desejáveis. Vale a pena salientar, que essa nova oportunidade de investimento no mercado imobiliário também é desigual economicamente, já que para lucrar através dela, é preciso já possuir um capital mínimo, pois as pessoas que alugam quartos da mesma casa onde residem, o fazem pela consequência desse processo; alugam para complementar o aluguel que supervalorizou devido ao aumento da demanda por aluguel de curto prazo na área em que vive, mas não para lucrar com isso. É muito fácil chegar a essa conclusão se pensarmos que as pessoas de baixa renda dificilmente podem transformar o Airbnb em um negócio com ganhos econômicos efetivos, pois não são proprietárias de imóveis em áreas exploradas pelo Airbnb, as quais, como mencionado, são áreas socialmente valorizadas. Portanto, reitero os autores David Wachsmuth e Alexander Weisler, quando argumentam que o Airbnb e

outros facilitadores de aluguel de curto prazo, estão de fato impulsionando sistematicamente a gentrificação, à medida que esses fluxos de investimento aumentam os preços das moradias, atraem novos moradores mais afluentes e deslocam os residentes mais pobres (WACHMUTH, WEISLER, 2018).

Outra consequência importante, e igualmente drástica, dessas plataformas fazedoras de uma economia dita “compartilhada”, é a precarização do trabalho. Assim como os motoristas da Uber, o Airbnb gera uma série de empregos informais que deixam os trabalhadores desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas, como por exemplo, as pessoas “contratadas” pelos anfitriões para fazerem a limpeza das casas ou gerir as chaves e a própria dinâmica do espaço como um todo. Não precisamos ir muito longe para saber que trabalhos como esses, serão destinados às pessoas pobres que moram nos arredores dessas áreas.

Além de favorecer a apropriação seletiva do espaço e consequentemente a gentrificação, o Airbnb também contribui de maneira negativa para manutenção do cotidiano dos moradores, fator este, como dito anteriormente, importantíssimo para manutenção dos costumes, experiências e vida do SHO. Isso ocorre por tornar cada vez mais difícil a continuidade dos moradores no local, contribuindo juntamente com outros fatores já elencados acima, para o esvaziamento do SHO. Essa preocupação já é possível ser percebida na fala dos moradores,

Sobre o Airbnb é uma experiência muito boa pra quem vai fazer airbnb na cidade, mas imagina se a cidade fosse toda de casas de airbnb? Como é que ficaria a cultura dessa cidade? Os ateliês, onde iriam parar? Então tudo isso é muito discutido dentro da cidade, discussão essa que nem sempre chega ao público, mas é um questionamento dos moradores, da própria conservação... porque a partir do momento que eu não ofereço um estilo de vida pras pessoas que moram ali, um cotidiano, as pessoas vão saindo e vão querer ocupar aquele espaço alguém que se interessa por aquele espaço, ou alguém que está pensando em ganhar dinheiro naquilo, e aí quando você pensa em ganhar dinheiro, muitas vezes você deixa de lado a essência e tal, e acaba só pensando em ganhar dinheiro. Acaba deixando de lado os motivos que fez você ir pra lá, que é o senso de comunidade, do bairro... e tudo isso vai se perdendo se você não tiver um controle, então é muito sério isso sabe? Pensar no local onde vive, pensar numa estrutura de cidade é muito sério e precisa ser pensado não só pelos moradores, mas com a política da cidade, com quem constrói a administração da própria cidade, a partir do momento que isso é abandonado, você tem uma perda muito grande... A rotatividade não deixa de ser um abandono, a chegada e saída, chegada e saída.

Como bem observou Renato Moreira, na Cidade Alta observa-se um processo de esvaziamento das moradias, com o crescimento do número dos imóveis que são

ocupados sazonalmente, principalmente no período do carnaval (MOREIRA, 2006). A preocupação externada pelos moradores com o esvaziamento, no caso de Olinda, é também uma das consequências das formas indiretas de provocar o deslocamento dos moradores locais. Esse deslocamento, como já mostrado, se dá devido a apropriação seletiva do espaço, em que o Airbnb colabora fortemente, mas que é também por sua vez resultado de toda a forma política de se pensar o patrimônio e os espaços urbanos.

Depois de termos debatido, os valores das casas, os valores dos aluguéis, as formas de aluguéis, e as respectivas consequências, trago agora questões financeiras menores que aparecem no dia a dia desses moradores, mas que ao somatizarem constituem uma quantia considerável ao final do mês, sendo também um ponto importante na decisão por morar no SHO: o custo de vida.

Comumente em áreas patrimonializadas o alto custo de vida costuma também configurar um fator decisório na permanência ou não dos moradores em determinada área, colaborando assim de forma indiretamente com a gentrificação do espaço. Sobre esse aspecto, compartilho a fala de Leto:

Os preços no Sítio Histórico de Olinda costumam ser mais caros do que em seu entorno. Eu fiz uma enquete ano passado no período da semana santa e eu fui no mercadinho lá próximo e coloquei alguns produtos, coloquei o preço e perguntei às pessoas se de acordo com onde elas moravam aquilo ali tava caro, se era mais barato... E me chamou atenção que a maioria dos produtos, era mais barato na maioria dos lugares e a página a maioria das pessoas são de Olinda, e as pessoas diziam que tava muito mais barato onde elas compravam, que são outros bairros de Olinda, no caso. Então daí já dá pra ter uma ideia de que o custo é um pouco mais caro. Foi na pandemia que percebi que realmente é mais caro, porque a gente usou muito os mercadinhos próximos pra evitar a aglomeração dos grandes supermercados, e a gente percebeu que quando comprava antes era muito mais em conta do que comprar nos mercadinhos do SHO, queijo, tudo aqui é mais caro, é como se fosse assim “ah já que você ta comprando aqui, é um privilégio você comprar aqui, então você vai pagar mais caro”.

É muito potente a fala de Leto, principalmente quando analisamos sua última frase, na qual ele expõe de maneira consistente que no SHO se paga mais caro simplesmente por ser o SHO. Assim, Leto reafirma o que debatemos até o momento: morar em um lugar socialmente desejado, implica custos mais elevados, tanto para a moradia quanto para a alimentação. É interessante perceber que ele termina sua declaração com uma frase bastante significativa, ao fazer uso da palavra “privilégio”. Leto ao inferir essa palavra em sua fala, demonstra ter consciência que ser morador

do Sítio Histórico de Olinda é, de fato, um privilégio, já que morar fora dessa área significa ser excluído de vivenciar diversos benefícios proporcionados por políticas públicas que só costumam atender ao SHO.

A perspectiva apresentada pelo morador Leto, reforça o próprio discurso da atual gestão, pois em conversa realizada para esta pesquisa com um agente público da atual gestão municipal, este compartilhou a informação de que a prefeitura iria receber de um edital lançado pelo governo federal, cerca de R\$ 3 milhões de reais para fazer investimentos em todas as regiões da cidade, mas que era necessário coragem para estender esse incentivo por toda a cidade, porque ele, enquanto gestor, sofria uma pressão muito grande para que toda a verba fosse investida apenas no sítio histórico. Em suas palavras: “é até um pouco de coragem dizer que tá tirando dinheiro do SHO para investir em outras regiões da cidade”. É interessante nos indagarmos diante de uma afirmação como essa, advinda da atual gestão da cidade, pois afinal, porque se estaria tirando recurso do SHO? Quem afirmou que a verba destinada pelo governo federal para a cidade de Olinda, deve ser direcionada apenas para o centro histórico? Depois de inferir essas questões, é ainda mais interessante voltar a fala do morador Leto para compreendê-la, afinal, diante dessa forma da atual gestão enxergar o SHO e os demais espaços urbanos da cidade, a fala de Leto do SHO como local privilegiado, torna-se ainda mais coerente.

Todo esse privilégio, acaba custando mais caro para o modador. Comer uma tapioca do Alto da Sé, em Olinda, que recebeu o título de Patrimônio Imaterial e Cultural da Cidade, por exemplo, custa bem mais caro do que comer uma tapioca nos Bultrins (bairro periférico de Olinda). Apesar de o título “encarecer” a tapioca, a margem de ganho não fica inteiramente no bolso da tapioqueira; uma parte do valor é destinada à prefeitura como taxa para que as tapioqueiras possam trabalhar no espaço da Sé. Conversando com Dona Zeinha, a senhora dona da barraca na qual sempre consumo tapioca, ela explicou que anteriormente a tapioca chegava ao consumidor por um preço mais baixo, devido à ausência do imposto que ela atualmente paga para manter sua barraquinha no Alto da Sé. Dona Zeinha vende tapioca no Alto da Sé desde 1972, são 52 anos de Sé, apesar das dificuldades conta que criou seu filho com o dinheiro das tapiocas. Em 2017, Zeinha ganhou o primeiro lugar no Festival de Tapioca de Olinda por votação popular, e hoje exibe a placa do prêmio com orgulho em sua barraca. Atualmente na barraca de Dona Zeinha, as tapiocas variam de oito a dezessete reais, o que é bastante caro se compararmos a valores em bairros periféricos onde as tapiocas costumam variar de quatro a oito reais. Sobre o Festival de Tapioca de Olinda, no qual Dona Zeinha foi premiada, é importante destacar, que



os preços das tapiocas são ainda mais elevados. Promovido pela Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo da cidade, o festival conta com mais de 80 tapioqueiras que ficam reunidas em dois pontos turísticos da cidade: Alto da Sé e Praça do Carmo. Em conversa com um funcionário responsável pelo evento, da atual gestão da prefeitura, ele afirmou que o festival é direcionado a um público que consome a tapioca durante todo o ano e que era uma forma de movimentar a economia da cidade, já que muitas das tapioqueiras moram no Monte, Guadalupe e V8<sup>40</sup>. É interessante perceber que a fala do funcionário da prefeitura, corrobora com a fala de Beto, quando ambos afirmam ser o SHO (principalmente sua parte de SRR), é um espaço de comércio, onde as pessoas das comunidades ao redor o vivem enquanto trabalhadoras, e o consumo e lazer está destinado apenas para os moradores de classe média ou turistas, já que os produtos são vendidos a preços elevados, como veremos na fala do morador Leto:

O festival de tapioca que tem na cidade, por exemplo, uma coisa que é da nossa cidade, feito por pessoas da nossa cidade, e você vai ver um festival de tapiocas onde as tapiocas chegam a valores de 30, 40 reais, você vê que, poxa, quem vem pra esse festival? Quem vem pra esse festival não é a pessoa que mora lá no Amaro Branco, não é a pessoa que mora no Guadalupe, que tá ali vivenciando a cidade e poxa, pra ela talvez comer tapioca é uma coisa comum, mas se é acessível o valor, ela vai ver aquela apresentação cultural que tá ali acontecendo no palco, ela vai consumir a tapioca, por ter um valor simbólico. Então o que a gente vê é que é um evento que é muito mais pensado em quem vem de fora degustar a nossa tapioca, é isso, uma experiência de degustação pra quem vem de fora, e acaba gourmertzando, acaba tipo, afastando as pessoas.

Então, a partir das falas de Leto e das falas do gestor público da cidade, acaba ficando claro que a gestão atual responsável pelo SHO, entende que as atividades propostas para a parte postal do Sítio Histórico de Olinda (SRR), voltadas para o lazer e a cultura, são de fato um privilégio reservado a classe média e ao turista, excluindo dessa forma, os demais moradores como um todo, ao passo que exibem preços que chegam a custar oito vezes a mais em relação a bairros que estão fora da SRR, como é o caso do Monte, Guadalupe e V8. Dessa forma, o SRR para essas pessoas

---

<sup>40</sup> O Monte como já informado ao longo da pesquisa, apesar de fazer parte do perímetro patrimonializado é considerado “comunidade”. Guadalupe é um bairro também dentro do SHO, mas não correspondente a área de Setor Residencial Rigorosa, onde chegam a maior parte das políticas públicas. E, o bairro do V8 é uma comunidade existente dentro de um bairro que também está localizado dentro do SHO: Varadouro. Apesar de todos os bairros citados fazerem parte do SHO, são tidas como comunidades, e como viemos mostrando ao longo da pesquisa, não recebem apoio das políticas públicas geridas pela atual gestão.

moradoras desses locais não privilegiados, acaba sendo um espaço apenas de trabalho e não de lazer ou consumo cultural.

No Sítio Histórico de Olinda é possível encontrar também diversos bares, porém beber em casarões coloniais também significa que a cerveja vai custar mais caro. A depender da marca da cerveja, os preços podem variar de oito até mais de trinta reais. A cerveja que em outros bairros custa sete reais, no Casbah, bar tradicional do sítio histórico, passa a custar doze reais. Uma cerveja que em outros lugares costuma custar seis reais, na Bodega do Véio, outro bar tradicional do sítio histórico, custa dez reais. Ir ao bar com os amigos para ter um momento de lazer, é um luxo para um trabalhador de renda baixa, e quando se trata de bares tradicionais do SHO, esse momento de lazer torna-se inviável.

Outro ponto importante que dificulta a permanência dos moradores de baixa renda no SHO é a ausência de serviços básicos como a circulação de transportes públicos dentro do centro histórico ou a presença de caixas eletrônicos. A fala a seguir do morador Leto é muito importante para esse estudo, porque ela nos abre a possibilidade de acessar como ele enquanto morador do SHO se vê, vê o outro e se reconhece, o que seguindo os estudos realizados pelo teórico E.P.Thompson, seria: consciência de classe.

Thompson nos demonstra através da análise da formação da classe operária inglesa, que a consciência de classe se forma através da percepção e compreensão que os indivíduos têm em relação a posição que ocupam na sociedade. Essa compreensão que leva a consciência de classe se dá em um processo de identificação que se desenvolve ao longo do tempo, através das experiências vividas e da interação social (THOMPSON, 2012). Portanto, a consciência de classe não é dada, mas sim elaborada pelos indivíduos, dentro de um processo histórico de auto reconhecimento e construção a partir de uma diversidade de fatores: sociais, culturais, vida cotidiana, costumes e contradições sociais (lógica dialética) (THOMPSON, 2001). A fala subsequente de Leto representa a materialização da teoria de Thompson, na medida em que suas experiências cotidianas vividas no SHO lhe conferem a consciência de qual classe pertence, e um senso de diferenciação entre as classes:

Sobre a classe social das pessoas que moram no SHO hoje, te digo que é uma classe média, nem as pessoas tão ricas como no passado, mas pelas condições de vida também não é uma população tão carente que mora ali tanto pelo valor do aluguel, como também pela lógica que envolve o SHO, como falamos ônibus não atende aqui ao SHO, então a maioria dos moradores daqui, por exemplo, tem carro, porque se faz necessário mesmo, já que os ônibus não rodam aqui. É muito complicado voltar de uma festa de madrugada e ter que andar

tudo isso, ainda mais dentro dessa lógica que a violência tá maior e aí tudo isso acaba influenciando; ou precisar ir no banco e não ter e também não ter transporte pra levar, teria que descer tudo pra pegar um ônibus e aí sim conseguir ir, sabe? Então acabou ficando por aqui uma classe média que no mínimo é classe média média, mas não baixa.

Portanto, a experiência vivida por Leto em seu cotidiano no SHO enquanto morador, nos revela a classe social que atualmente reside no espaço, e como o modo de vida estabelecido ao morador do Sítio Histórico de Olinda lhe possibilitou formar essa consciência. Ele nos evidencia, por exemplo, como os agentes públicos responsáveis pelo SHO, não levam em consideração questões que são imprescindíveis às classes mais baixas, como o transporte público, o fácil acesso a serviços básicos, ou preços compatíveis com o salário mínimo, o que demonstra que o SHO atualmente, não está sendo um lugar pensado para integrar as pessoas de classe média baixa.

Esta pesquisa, assim como muitas outras pesquisas recentes, acredita que essa forma de administrar os centros históricos, e aqui me atendo ao SHO, é uma ação prejudicial ao próprio local. Reitero Lucia Bógus e António Souza, quando ambos afirmam serem os centros históricos representações amplas do patrimônio e que por isso requerem que os seus habitantes, para além de moradores, também ali “vivam”, ali constituam “lar”, no sentido de efetivar a produção do espaço e, enfim, o direito à cidade (BÓGUS; SOUZA, 2016). Intervenções de patrimonialização, revitalização urbana, ou qualquer outra intrusão urbana, não deve funcionar através de estratégias higienistas, mas ao contrário disso, deve visar a criação de estratégias que almejam incentivar a manutenção da população pré-existente no local, por meio de políticas públicas sociais que auxiliem esses moradores de renda mais baixa a manter as casas que herdaram, ou auxiliem aqueles que dependem de aluguel através de uma bolsa aluguel, ou ainda transformem os imóveis em estado de degradação em habitação social. São inúmeras as possibilidades de evitar o esvaziamento ou uma teatralização da vida urbana, e todas essas alternativas convergem quanto à necessidade da promoção da continuidade da vida que já havia nesse espaço.

O Sítio Histórico de Olinda não se assemelha a Barcelona, onde o fenômeno de gentrificação está bastante avançado, mas também não se parece com Quito, onde os residentes são primordialmente considerados no processo de preservação do patrimônio. Portanto, há desafios significativos a enfrentar para evitar que o aumento dos custos tenha um impacto nocivo no orçamento da população local que ainda resiste, e assim possamos evitar que o SHO se torne só mais um espaço aburguesado,

homogêneo e higienizado. Remover a população economicamente desfavorecida que habita o local é só mais uma estratégia para criar um espaço na cidade “livre hipoteticamente” de tensões e conflitos. Sob a perspectiva do projeto neoliberal capitalista burguês, a própria existência das pessoas em situação de pobreza manifesta uma tensão social, e por isso devem ser retiradas de determinado espaço para que não deturpe o projeto de espaço urbano que se almeja: “um centro urbano histórico para turista ver”<sup>41</sup>.

Todas essas formas de afastar a população mais pobre do centro histórico, apresentadas até aqui, geralmente vêm embasadas sob o argumento de evitar a violência. Essas formas de elitização dos espaços, comumente, vêm acompanhadas do discurso de que são essas pessoas mais pobres as responsáveis pela violência, e que por este motivo devem ser removidas. Porém, para Norbert Elias, é justamente nessa negação, que as diferenciações sociais, muitas vezes geradoras dessa violência, são definidas (ELIAS, 2000). O tópico a seguir abordará essa questão, a partir de exemplos reais coletados durante a pesquisa de campo.

### **3.3) VIOLÊNCIA E COTIDIANO NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Após apresentar e debater no tópico anterior as chamadas formas indiretas de promover a apropriação seletiva no SHO, é preciso documentar nesta pesquisa que a forma de afastamento direta, e aqui trago a forma mais direta possível, a violência, também tem ocorrido no Centro Histórico de Olinda.

Até o momento vimos formas e mecanismos velados que são utilizados para impedir e afastar determinados corpos que queiram vivenciar o SHO seja como morador ou consumidor do espaço, com base em uma compreensão de que esses corpos não pertencem ao centro histórico, e, mais precisamente, a zona mais valorizada do SHO, o Setor Residencial Rigoroso (SRR), onde os casarios são preservados com maior rigidez. Para essa forma de compreensão, como já dito, os corpos também fazem parte da paisagem e, portanto, os corpos que são socialmente indesejáveis devem ser repelidos para que não “sujem” a paisagem que se quer vender, que é justamente o SRR.

---

<sup>41</sup> Chamo de “Centro urbano histórico para turista ver”, centros em que seus gestores abandonam a narrativa social em detrimento da supervalorização das formas, resultando na maioria das vezes, em centros históricos repletos de imóveis com fachadas impecavelmente coloridas, mas que escondem uma tensão social latente entre seus agentes: gestores, moradores, frequentadores e turistas.

Os corpos indesejáveis para essa forma de construção urbanística, são os corpos considerados por eles como degradados e degenerados, que não obstante são também os corpos pobres e pretos. A fala subsequente de Pedro, homem preto e em situação de pobreza, nos mostra que esses corpos não são somente afastados através do aumento dos imóveis e de seus aluguéis, ou da impossibilidade de manter a estrutura das casas conforme o IPHAN solicita, ou ainda do custo de vida alto no SHO, mas também de forma direta, através da violência física:

A polícia não quer trabalhar, então eles param e perguntam “tá vindo de onde?” ai o cara “rio doce”, ai eles dizem “então volta que rio doce é por aqui, se eu te pegar aqui de novo tu vai ver”. Então, porra as pessoas vem pra curtir, que já pagaram um dia de trabalho pro governo, vieram pra fazer lazer e ainda leva porrada da polícia, que a polícia sai batendo, encosta o cara na parede na maior ignorância. É pelo sistema que eles agem, chegam aqui e olham, se for *pobre, preto*, “você parede”, e o resto sai de boa porque tem característica de povo rico, então esses não pode ser maltratados, mas sim os que têm baixa renda, no caso nossos filhos, tem que passar por marginal pra poder sair na sociedade que eles tão trabalhando. Domingo até aconteceu isso aí, tinha uma jornalista no meio que disse que tava errado, porque ele chegou do nada deu um baculejo no cara dizendo que era suspeito, mas era suspeito por que? por nada, ai o outro cara foi embora de boa, porque era loiro, branco, é uma discriminação. Enquanto o País tiver pensando desse jeito, a polícia trabalhando dessa forma, esse País nunca vai ser primeiro mundo.

A fala de Pedro deixa evidente que a forma de agir dos policiais, dentro do SHO, muda de acordo com o local de moradia, classe social e raça do indivíduo. Conceitualizando a fala do entrevistado, segundo a teoria de Judith Butler, podemos dizer que os corpos que são violentados e repelidos do SHO, são corpos que acomodam vidas precárias. Para Butler, as vidas precárias referem-se às vidas que são consideradas menos valiosas ou descartáveis dentro das estruturas sociais, políticas e econômicas existentes. Para ela, essas vidas precárias estão em corpos de pessoas de baixa renda, pessoas racializadas e outras minorias, que por serem precárias estão sujeitas às várias formas de violência (física, verbal, emocional, econômica) e exclusão social, que em muitos casos, colocam essas vidas em risco (BUTLER, 2019).

Enquanto autora desta pesquisa considero importante relatar um acontecimento que me ocorreu enquanto estava em um bar no SHO. Apesar de atualmente residir em Recife, nasci em Olinda e moro a dez minutos de carro do Sítio Histórico de Olinda, o que me faz frequentar assiduamente o local e como consequência ter inúmeros amigos que residem no bairro. O ocorrido aconteceu em

uma das minhas idas ao centro histórico para encontrar amigos em um bar para conversar e me atualizar das novidades das vidas uns dos outros. Nesse dia nosso grupo de amigos estava bastante heterogêneo, tinha uma amiga da Itália e uma da Espanha que moravam no SHO, um amigo que também residia no SHO, e um amigo da periferia de Olinda. Todos nós estávamos tomando cerveja, exceto nosso amigo Anderson que havia vindo do subúrbio nos encontrar, este estava tomando uma lata de coca-cola. Enquanto conversávamos e bebíamos nossas bebidas, um grupo de policiais militares se aproximou do nosso grupo e foi diretamente ao encontro de Anderson. De forma violenta tiraram sua lata de Coca-Cola da mão, cheiraram para ver se dentro havia alguma substância ilícita e a atiraram no chão. Mesmo não havendo nada, jogaram Anderson na parede com muita força e o revistaram. Por não encontrarem nada, o puxaram de volta para a rua, e deram-lhe um tapa forte nas suas costas. Todo o episódio que acabei de narrar aconteceu em público. Anderson foi humilhado e agredido na frente de todos, mesmo não tendo feito nada ilegal. Mas, na realidade Anderson havia feito muito: Anderson ousou sair da periferia de Olinda, cruzar a fronteira político-econômico-social, e adentrar em um bar frequentado predominantemente por pessoas brancas e de classe média, localizado em uma paisagem urbana extremamente valorizada, com seu corpo preto e pobre arriscando mais uma vez a sua vida precária. Ele não era bem vindo ali. Seu corpo não faz parte daquela paisagem porque a imagem inventada do SHO pós-revitalização não enxerga a pobreza e a racialização como parte dessa imagem, ainda que se venda o SHO como um lugar acessível e multifacetado em termos socioculturais. A imagem vendida do SHO como sendo um lugar que difere de todos os outros, acolhedor, feliz, e de funcionamento perfeito, não existe, e se existe, com toda certeza não existe para todos.

A diretriz é coerente com a tradicional exclusão territorial desses segmentos que caracteriza as políticas habitacionais e urbanas no Brasil. Em países com forte desigualdade social, marcados pelo preconceito contra os mais pobres e pela sua associação à imagem de violência, a presença de segmentos populares nos centros históricos foi quase sempre considerada incompatível com sua recuperação (BONDUKI, 2010. P. 322).

O que vemos nos dois casos relatados acima, um por Pedro e outro pela autora, é que a força estatal agiu de forma violenta e direta sobre corpos precários, e por isso indesejáveis à paisagem do SHO. Atentemos então para o fato de que ao longo de todo esse capítulo vimos formas de expulsão dessas pessoas do SHO, seja ela direta através da força física ou indireta através de mecanismos velados, e que apesar dessas formas serem distintas, se voltam para um único objetivo comum: deslocar a

população local pobre para uma zona urbana menos valorizada. Seja para moradia ou para o lazer, o Sítio Histórico de Olinda parece não estar disponível para esse grupo de pessoas que estão socialmente à margem.

As atitudes da polícia relatadas acima, se dão pelo fato da seletividade da justiça e conseqüentemente da forma como o aparelho estatal tem enxergado os diversos grupos que residem no SHO. Essa seletividade está ligada a questões já apontadas, como posição social, gênero e raça, e faz com que a mesma lei, como por exemplo, a que garante a qualquer pessoa o direito de ir e vir<sup>42</sup>, seja aplicada de maneira distinta a uma pessoa classe média branca em comparação com uma pessoa em situação de pobreza e preta, como vimos nos dois casos discutidos acima. Casos como esses só se tornam possíveis porque a nossa economia moral<sup>43</sup> permite e acredita que corpos pretos e pobres não pertencem a locais como o SHO, que não só apresentam uma estética colonial, como reproduzem hábitos e costumes coloniais como esses. Porém, se o aparelho estatal tem tido êxito em seu objetivo de expulsar os corpos indesejados do SHO, ironicamente, mas não tão ironicamente assim, o mesmo não tem acontecido com o seu objetivo de manter seguro os corpos socialmente privilegiados que ocupam o SHO, já que os moradores estão se sentindo cada vez mais inseguros. Durante o período em que essa pesquisa foi desenvolvida, o SHO se mostrou um lugar perigoso para se morar, e em cada escuta realizada com os moradores, esse ponto surgia voluntariamente por parte deles, em um discurso repleto de medo e angústia.

O morador Leto afirma que a situação piorou pós-pandemia, pois a pobreza aumentou consideravelmente na cidade. Além disso, a distribuição de refeições às pessoas em situação de vulnerabilidade aumentou a circulação delas no entorno do SHO:

A segurança em Olinda tá precária, bem precária, porque antes com a Cia tour, que é a companhia de policiamento ao turista ela vivia muito mais efetiva no SHO, e hoje em dia a gente percebe que principalmente com a questão da pobreza, da pandemia, isso trouxe muitos moradores de rua para o SHO, principalmente no período mais crítico da pandemia, porque o que acontecia é que essas pessoas vinham, passavam o dia em Olinda porque haviam pessoas que serviam e ainda há que servem o jantar a noite na praça, então essas pessoas já tem uma alimentação segura ali pra elas, mais o restante do dia elas não tinham, só a janta, então essas pessoas passavam e

---

<sup>42</sup> O direito de ir e vir é garantido em nossa constituição (1988), no artigo 5º, inciso XV.

<sup>43</sup> Conceito baseado na obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Para ele economia moral são as normas e costumes de determinada sociedade, e o que para ela significa justo e moralmente aceito. O conceito pode ser melhor explorado com a leitura do livro “A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII” escrito pelo referido autor.

passam o dia em Olinda tentando se virar, porque elas não conseguem voltar pra outros lugares distantes, então elas tem que permanecer ali no SHO já que a noite elas vão ter uma alimentação, e isso acaba fazendo com que durante o dia eles fiquem desocupados, sem ter o que fazer e tendo que arrumar as outras alimentações e tal, e associado a isso tem a questão das drogas, do consumo de drogas, que ai essas pessoas acabam viciadas nas drogas e tendo que para alimentar o vício entrar nos quintais, furtar, assaltos, invadir casas, e a gente nota que isso ficou muito mais comum agora e o que a gente percebe é que o policiamento não ta tão efetivo quanto era antes no momento especial em que práticas criminosas cresceram sabe? A balança não equilibrou, à medida que tem essa população, carece de um monte de coisa da pobreza em si, temos uma polícia que não faz uma segurança e temos associado a isso uma situação social no meio dela, que são as pessoas não terem o que fazer, um lugar pra estar, nada, e o poder público simplesmente deixa levar, então é um ciclo vicioso, que acaba afetando os moradores, a população de um modo geral, porque o turista também é afetado, e a imagem em si da cidade ne? Que é Patrimônio da Humanidade acaba indo parar nas capas dos jornais, dos sites, tudo, pela questão da insegurança, então isso é uma realidade muito triste e muitos moradores em reuniões, em convívio, a gente percebe que os moradores estão muito insatisfeitos pela situação.

Pessoas sem moradia, sem refeições, sem trabalho, sem ocupação, e fazendo uso de drogas, são alguns dos problemas de segurança pública em todo o Brasil, principalmente no atual período pós-pandemia. Olinda tem passado por tudo isso. Não é segredo, que a falta de acesso a recursos básicos, como educação, saúde, alimentação e emprego, contribui para a propagação da violência, afinal, todas essas faltas violam tanto as leis estatais, pois nossa constituição assegura que todos têm direito ao acesso à alimentação e moradia, como também nossas normas sociais, ao passo que nossa economia moral nos diz que ninguém merece sentir fome, sendo inclusive, por este motivo, que ações voluntárias como essas citadas por Leto, são feitas e organizadas socialmente sem contribuição estatal<sup>44</sup>.

O fato de jovens pretos e pobres serem constantemente abordados de forma violenta pela polícia no SHO nunca gerou uma reunião entre os moradores, isso porque a violência dirigida ao corpo preto e pobre está prevista na nossa economia moral. Paralelamente a isto, não está prevista à violência que se destina aos corpos brancos de classe média que ocupam a SRR, e apenas por isso é que os moradores têm se mobilizado e cobrado uma atitude da prefeitura de Olinda. Os moradores da

---

<sup>44</sup> É importante ressaltar que Olinda, nesse sentido, insere-se em um contexto nacional, e aqui nos interessa analisar a forma como os órgãos públicos locais responsáveis, têm lidado com a situação.



parte privilegiada do SHO entenderam que a segurança pública está falhando apenas agora, porque só agora, a violência está assombrando seus corpos privilegiados.

As casas, mesmo localizadas no SRR, estão sendo invadidas e roubadas com frequência, e em alguns casos essas invasões tem se dado de forma bastante violenta, conforme a moradora Leila nos relata:

Olinda tá abandonada, tipo, a gente tem o reconhecimento da Unesco e toda essa “frescura” de Iphan se você quiser fazer alguma coisa na sua casa, mas o poder público não organiza a cidade. A cidade está entregue às baratas há uns dezesseis anos. Acontece muito roubo de hidrômetro, quando eu morava na rua da boa hora, por exemplo, roubaram o meu hidrômetro três vezes. A criminalidade em Olinda é alta e vem aumentando cada vez mais nesses últimos tempos; inclusive, agora tá rolando muitas invasões às casas, e tá rolando porque o poder público não faz nada em relação a segurança. Na rua que moro atualmente, a Henrique Dias, quatro casas já foram arrombadas, e aí hoje dia, criamos um grupo de WhatsApp da rua pra tentar se proteger. Eles tão entrando pelas telhas das casas, observam o movimento e aí entram, a maioria das vezes é a noite. Das quatro invasões, duas foram com violência, inclusive o senhor que sofreu violência é o cara do bloco da Ema, Plínio, ele foi amarrado enquanto roubavam as coisas dele; e a outra mulher, também amarraram ela enquanto roubavam as coisas dela, só que ainda queriam ter queimado ela, foi cogitado isso, só que aí um dos caras não deixou porque lembrou que ela dava comida pra eles. Olinda tá nesse nível, você não se sente mais segura morando aqui.

Vemos na fala de Leila que as invasões costumam ocorrer à noite, horário em que as ladeiras estão mais desertas. Ainda na mesma fala, é possível perceber um sentimento de abandono pelas autoridades devido à falta de policiamento. Esse sentimento de abandono é também percebido na fala anterior de Leto, onde acrescenta a presença de usuários de drogas, ressaltando o sentimento geral de vulnerabilidade que tem contribuído significativamente para a desvalorização do uso habitacional no SHO. De fato, muitas pessoas com as quais conversei durante a pesquisa, que frequentavam o local, afirmaram não morar no SHO devido à violência, mais precisamente devido a essas invasões que vêm ocorrendo nas residências. Marcela, moradora do Recife, casada com outra mulher, confessou ter muita vontade de morar no SHO, e que ainda espera residir lá, mas que por ser mulher e ser casada com outra mulher, se sente vulnerável às invasões que tem ocorrido nas casas do SHO<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Os corpos femininos também estão incluídos no conceito de corpos precários, utilizado nesta pesquisa, (BUTLER, 2019).

O problema para os moradores do SHO, com certeza é maior e mais grave, já que não é uma opção lidar com a situação, ainda mais quando a violência bate à porta, muitas vezes, quando se está dormindo. Caminhar pelo Sítio Histórico de Olinda à noite também não tem sido tarefa fácil. Ir a um evento que será encerrado no final da noite, desperta a incerteza de voltar com seus pertences para casa, ou até mesmo de retornar com sua integridade física não violada. Ao aplicar o método de observadora participante, mas não só, pois também sou olindense apesar de morar no Recife, cito dois casos, um no qual estava envolvida diretamente e outro indiretamente. Há dois anos recebi um músico francês em minha casa, no Recife, mas que por querer aprender a tocar rabeca e o professor de rabeca em questão morar em Olinda, Romain, meu hóspede e amigo, ia sempre para Olinda para ter aulas do instrumento. Em uma de suas idas ao SHO, à noite, em torno das 23h, Romain foi assaltado por um indivíduo que portava uma faca, e teve sua rabeca e todos os seus pertences roubados, como cartões e documentos. O outro caso aconteceu diretamente com a presente autora e refere-se a uma tentativa de assalto, que ocorreu ao retornar de uma sambada de coco. Cenas como essas são corriqueiras a quem visita o SHO.

Possivelmente o acontecimento mais recente de violência, seja também um dos mais emblemáticos do SHO. Tratou-se de uma invasão realizada entre os dias nove e dez de outubro do ano corrente (2023), à Igreja de Bom Jesus do Bonfim (1758), onde os corredores dos ossuários da Igreja foram depredados, possivelmente, com o intuito de roubar as placas de bronze e letreiros de alumínio e bronze contidos nas lápides funerárias. A Igreja que ficou fechada do ano de 2012 até o ano de 2018, já havia sido invadida, depredada e roubada em outras ocasiões, como ocorreu um ano após sua reinauguração, em 2019, tendo resultado em grande parte do seu acervo sacro roubado. Até o momento desta pesquisa, nenhum dos casos foi devidamente apurado e esclarecido.

Sobre essas violências aplicadas à Igreja do Bonfim, os moradores com os quais conversei a respeito, alegaram fazer parte desse mesmo movimento contra as invasões a residências e assaltos nas ladeiras da área histórica da cidade. É possível observar, dessa forma, a priorização por parte das instituições governamentais em relação à infraestrutura física do SHO, em detrimento das questões sociais e, conseqüentemente, da problemática da violência.

No caso do Setor Residencial Rigoroso, as conseqüências dos atos isolados de violência, estão, portanto, fortemente relacionadas aos impactos presentificados no cotidiano e na estética do lugar. Viver em um espaço, que como vimos, está tomado por um discurso de medo, gera conseqüências imensuráveis para o local. Uma delas

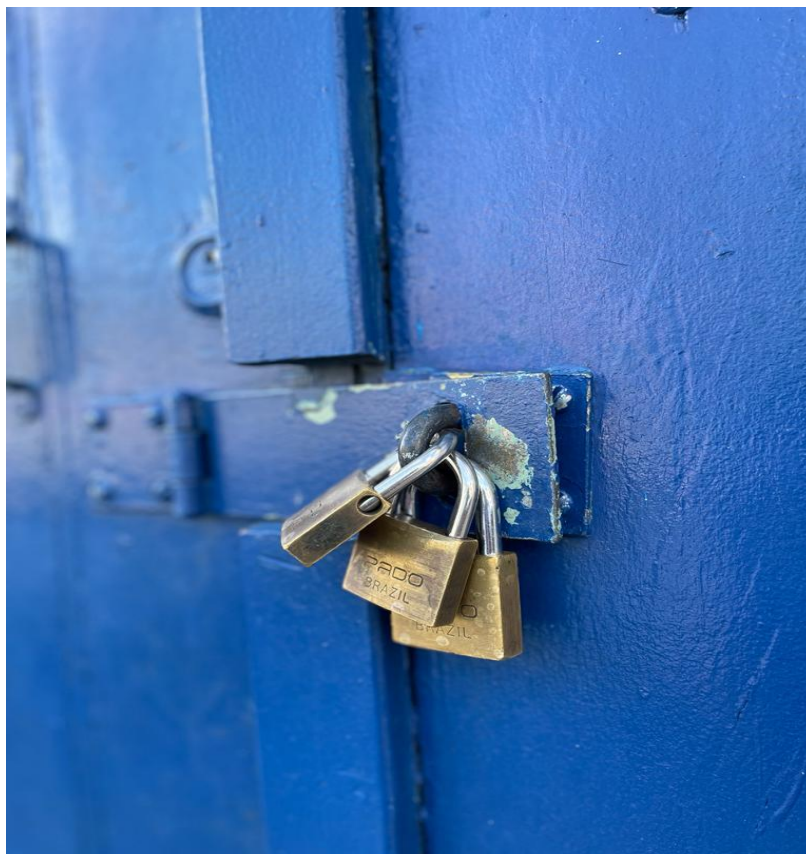
é que quem ainda não mora no local, passa a não querer morar, como é o caso do casal de meninas que citei acima; e, quem já está residindo no lugar, nesse caso, no SHO, passa a tomar medidas protetivas que afetam diretamente no cotidiano e na estética do espaço, o que nesse caso, é ainda mais grave por se tratar de um espaço patrimonializado, onde se preza de forma extrema a aparência estética do urbano e também o modo de vida. O que vem acontecendo é que devido a essas invasões, os moradores têm tomado a iniciativa de gradear suas casas para evitar a entrada desses assaltantes, e esse ato impacta tanto na estética das casas patrimonializadas, que pelo IPHAN não deveria ser alterada, como também no modo de vida do SHO, já que as portas e janelas abertas das casas fazem parte da forma de viver do olindense.

Figura 53: Janelas gradeadas



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Figura 54: Cadeados



Fonte: Elaine Santana, 2023.

Teresa Caldeira nos alertou sobre como a busca por segurança pode levar à criação de enclaves fortificados<sup>46</sup> em resposta às condições urbanas desfavoráveis, principalmente, quando envolve violência. Segundo Caldeira, enclaves fortificados são áreas urbanas que acabam tendo seu tecido social afetado por medidas frequentemente justificadas pelo medo e pela insegurança pública (CALDEIRA, 1997). Essas medidas preventivas acabam negando o meio social, e ao invés de pensar em “nós” enquanto sociedade pensa no “eu versus eles”. Essas medidas, como a colocação de grades e instalação de dispositivos de segurança, colaboram para o isolamento e a segregação social, ao passo que é mais uma barreira estabelecida entre a propriedade privada e as áreas públicas de sociabilidade. Isso fica muito explícito na fala do morador Leto:

---

<sup>46</sup> Para maior aprofundamento sobre essa discussão, cabe a leitura de seu livro “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, onde a autora discorre especificamente sobre esse conceito.

A violência acaba afetando os moradores, a população de um modo geral, porque o turista também é afetado, e a imagem em si da cidade né? Que é Patrimônio da Humanidade acaba indo parar nas capas dos jornais, dos sites, tudo, pela questão da insegurança, então isso é uma realidade muito triste e muitos moradores em reuniões, em convívio, a gente percebe que o moradores estão muito insatisfeitos pela situação, e isso acaba afetando tudo de um modo geral, porque as casas que a gente via portas e janelas abertas, agora a maioria dessas janelas estão com grades, coisa que nunca teve, e aí você vai vendo a intervenção, o que é bem problemático porque o Iphan é bem cauteloso com isso, porém os moradores ficam sem ter outra opção, não pedem ao Iphan e começam a construir, principalmente em horários que o Iphan não está aberto, e isso é muito comum, você vai passar dentro do SHO e ver que de noite vai ter obra sendo feita, vai ter fachada sendo pintada, final de semana também. O Iphan pode notificar depois, mas muitas vezes não notificam... se for alguém que fizer a denúncia o Iphan vai lá e notifica, mas de um modo geral, o Iphan faz vista grossa para algumas questões, de um modo geral não são coisas que afetam a estrutura da casa como um todo, mas são coisas que ou arriscam fazer, ou pela questão da segurança vão sofrer eternamente sabe? Eu vi muito moradores que eles tentaram meio que criar um padrão de grades muito mais ligado a uma estética bonita, a um acabamento mais legal e isso acabou que passou, independentemente de ter pedido de autorização ou não, mas a gente percebe muito que a questão da segurança ela tá influenciando muito na questão da vida na cidade, com sua própria casa, seja com os vizinhos, seja com o sentar na calçada que era uma prática muito mais comum, por exemplo, meus pais adoram sentar na porta de casa durante a tarde, final de semana ou dia de semana elas adoram sentar lá, conversar com quem vai passando, com as cadeiras lá, então isso é uma qualidade de vida, mas a gente percebe que até isso é afetado, a relação entre as pessoas, dos vizinhos irem tudo se sentar e conversar na calçada de algum vizinho, então o que a gente percebe são as portas cada vez mais fechadas, as janelas cada vez mais fechadas, dispositivos de segurança sendo colocados e grades que era uma coisa que a gente não via tanto, que era uma característica que tinha muito em Olinda, as portas e janelas abertas, que era uma coisa que as pessoas até observavam ali e ficavam questionando ou impactadas de as janelas estarem tão abertas, e que agora meio que a gente entra num lugar comum do universo onde tudo tem que tá com grade, onde tudo tem que tá fechado.

As percepções do morador Leto legitimam o conceito criado por Caldeira, respeitando o nível das violências e das medidas preventivas associadas ao contexto do SHO. Apesar do Centro Histórico de Olinda não apresentar um caso extremo de enclave fortificado, é inegável o quanto o medo da criminalidade provoca consequências para a cidade. O fato do número de portas fechadas no SHO ter aumentado, significa ainda mais do que a perda de um hábito, mas também afeta o setor econômico, se levarmos em consideração que muitas das casas são ateliês, e as janelas abertas possibilita que quem esteja de passagem olhe os produtos que

normalmente ficam expostos na sala ou no terraço, onde muito comumente o artista está também ali trabalhando às vistas do turista ou do visitante. A insegurança no Centro Histórico de Olinda pode, de fato, ter um impacto significativo em uma das características mais marcantes desse local, que é a sensação de estar em uma grande exposição ao longo das ladeiras, onde cada casa parece ser uma sala que faz parte de um grande museu a céu aberto, apesar de não possuir um organograma de ações políticas internas que contribuem para definir o caráter museológico de um determinado espaço que convencionou-se chamar de museu.

Portanto, mesmo no setor estrito de preservação, onde instituições tanto privadas quanto estatais estão concentrando seus esforços, têm ocorrido casos de violência de maneira frequente. No entanto, é importante ressaltar que essas situações de violência são isoladas, contrastando com a realidade do bairro do Monte, que, como será demonstrado através do relato de Marília, encontra-se em um estado constante e permanente de violência:

De noite você pedir um uber é uma humilhação, porque não sobe não, porque aparece pra eles como zona de risco, além disso, devem conversar entre eles, né? Já aconteceu várias vezes do uber querer me deixar na metade da subida porque realmente ele disse “eu não vou subir nesse lugar”, e eu falo “moço não vai acontecer nada”, e eles dizem “ não vai acontecer nada com você que é da comunidade, eu não sou da comunidade da problema”, e aí alguns já me deixaram na metade mesmo pra eu subir a noite só. Porque realmente a noite lá, tá muito pesado, tem momentos mais tranquilos, mas agora mesmo estamos num período mais pesado mesmo, de morte quase todo dia. O beco da caixa d’água eu passo por ele pelo menos duas ou três vezes no dia, eu passo por onde meu amigo de infância morreu, todo dia, e nesse mesmo beco já morreu tanta gente, teve período de todo dia ter morte, todos muitos próximos lá de casa, e é tipo ter morte de 1h da tarde na cara dura, na frente de todo mundo. Um cara foi matar uma mulher embaixo da minha casa ontem, mas a filha dela ficou chorando ai ele poupou a vida dela, ontem né? Não sei hoje, mas ela tá arribada, quando cheguei em casa ela não estava ainda. Eu nunca fui assaltada no Monte, quem é do Monte realmente não é assaltado, mas tem o rolê de tráfico que é muito pesado. A polícia normalmente entra lá, mas teve período tão pesado, que quem entrava era a polícia civil descaracterizada, a PM nem subia, e também passou um time que era GATE, e helicóptero vai, com aquela lanterna bem grande procurando bandido, pelos becos. Então hoje a PM tá passando, mas não é com frequência e quando passa é aquela ronda bem shula, nada muito profundo, e quando passa é porque aconteceu alguma morte, ou porque chegou próximo disso, ou só pra dizer que fez. E nessas rondas tem o preconceito né? Os meninos são parados, agredidos por nada, só por ser de lá e preto, ainda tem essa questão do racismo. Meu namorado é um homem preto e eu falo pra Felipe não chegar tarde, quando ele vai sair da casa dele pra minha de 18h eu digo logo “não venha” e por causa da covid ele andava

muito de máscara, aí mandava ele tirar a máscara, porque a partir do momento que chega aqui é perigoso, máscara, mochila, preto de black power, e ele sobe exatamente nesse beco da caixa d'água que é beco de fuga, porque é um beco muito estreito e a polícia não passa de carro, então daqui a polícia vá fazer a volta eles já se mandaram. E se vier polícia digo pra ficar de boa, não reagir, mas assim, é foda você saber que vai ser parado sabe? Só porque é preto, então é difícil isso, e a gente lida diariamente com esses rolês lá no Monte.

Como esperado, a situação no bairro do Monte é ainda mais grave do que no SRR, afinal não é para lá que os turistas vão, não é lá que os turistas se hospedam, e nem é lá que estão os corpos dignos de luto. Como bem argumenta Butler, em seu livro "Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?", há uma diferenciação na sociedade entre aqueles corpos que são considerados dignos de luto e reconhecimento público, e aqueles corpos que são negligenciados e não recebem o mesmo nível de atenção e compaixão, que são os que ela chama de corpos degradados (BUTLER, 2015). Os órgãos representativos do Estado não demonstram interesse em solucionar a violência no Monte, porque os corpos que vivem ali, são corpos degradados, são corpos que segundo a nossa economia moral, não valem o luto, não importam. As vidas do Monte são precárias justamente por estarem submetidas a uma condição social de ausência de políticas públicas de proteção. Seus corpos, dessa forma, ficam mais vulneráveis às situações de violência, perseguições e mortes, como narrado acima por Marília. Nesse sentido,

[...] pensemos o humano como um valor e uma morfologia que podem ser atribuídos e retirados, enaltecidos, personificados, degradados e negados, elevados e afirmados. A norma continua produzindo o paradoxo quase impossível de um humano que não é humano, ou do humano que apaga o humano como uma alteridade conhecida. Se existe o humano, existe o inumano, quando proclamamos como humano um determinado grupo de seres que anteriormente não eram considerados de fato humanos, admitimos que a reivindicação da 'condição de humanidade' é uma prerrogativa mutável. Alguns humanos consideram natural sua condição de humanidade, ao passo que outros batalham para garantir o acesso a ela. O termo 'humano' é constantemente duplicado, expondo a idealidade e o caráter coercitivo da norma: alguns humanos podem ser qualificados como humanos; outros, não (BUTLER, 2015. p. 117).

Portanto, situações análogas de violência, como as explicitadas anteriormente no contexto do Sítio Histórico de Olinda, não se restringem a essa localidade específica, mas são encontradas em todo o mundo. No entanto, as formas de violência e a abordagem adotada para lidar com elas variam, pois são influenciadas pela interação entre o aparato estatal e as normas sociais. Esses elementos se constroem

de forma dialética e mútua, determinando a maneira como grupos sociais e indivíduos específicos são tratados.

Norbert Elias nos ajuda a entender através de uma teoria geral da sociologia, como a relação entre os grupos sociais influenciam diretamente na violência. Ao estudar as diferenças sociais, Norbert chamou de "estabelecidos" os grupos que ocupam uma posição socialmente privilegiada, e que por isso detêm o poder, influenciam e acessam recursos da sociedade com maior facilidade; enquanto designou de "outsiders" aqueles que estão à margem, sendo tidos como marginalizados ou excluídos, e que, portanto, possuem menos poder e acesso aos recursos sociais (ELIAS, 2000). Partindo desse referencial, Elias entende que os grupos estabelecidos podem ver os "outsiders" como uma ameaça aos seus recursos e privilégios, ao mesmo tempo em que essa percepção de ameaça pode vir a gerar respostas expressas, muitas vezes, de forma violenta. Então, de acordo com a teoria de Elias, os "estabelecidos" seriam as pessoas que ocupam a parte mais privilegiada do Centro Histórico de Olinda, que é a SRR, e os "outsiders" os que estariam fora desse espaço, ou seja, os que ocupam as margens dessa zona mais valorizada (ELIAS, 2000). O bairro do Monte estaria então no grupo dos "outsiders", sendo caracterizado e estigmatizado enquanto uma comunidade composta por moradores desocupados e violentos.

Portanto, mesmo dentro do SHO, as formas de violências são diferentes, pois o bairro do Monte ("outsider"), diferentemente do Setor Rigoroso de Preservação, lida em seu cotidiano com fatores como descaso, negligência e exclusão. A intenção do presente estudo, não é descobrir qual bairro do SHO sofre mais ou menos violência, mas sim compreender que existem formas de violência distintas, que se dão através da relação dialética entre os aparelhos estatais e as normas sociais que se estabelecem. Essas normas sociais se dão, também, de acordo com a relação entre os estabelecidos e os "outsiders", pois é nessa relação que se cria a superioridade de um grupo em relação à inferioridade do outro grupo, onde o grupo excluído, na maioria das vezes, acaba introjetando a ideia dos estabelecidos, justamente, por eles deterem o poder, e em muitos casos, ditarem as normas. Um exemplo disso, é que não existe forma do grupo "outsider" atingir o grupo estabelecido, pois não possuem poder social, político e econômico para tal; Como afirmou Elias, "quando o diferencial de poder é suficientemente grande, um membro de um grupo estabelecido pode ser indiferente ao que os outsiders pensam dele" (ELIAS, 2000, p.40). De modo, que apesar dos dois lugares aqui expostos estarem sofrendo com a violência, os processos se dão de formas e graus diferentes.



Outro aspecto importante é que os grupos excluídos tendem a aceitar a condição na qual são colocados e acreditar nas verdades impostas pelos grupos detentores de poder, conforme colocou Elias “dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa” (ELIAS, 2000, p.30). Para ilustrar esse argumento, o referido autor cita o exemplo de um grupo excluído do Japão:

Tomemos como exemplo uma descrição feita por um antigo grupo outsider do Japão, os burakumin...: Essas pessoas têm moradias piores, são menos instruídas, têm empregos mais árduos e mal remunerados e são mais propensas a enveredar pelo caminho do crime do que os japoneses comuns. Poucos japoneses comuns dispõem-se conscientemente a ter um convívio social com elas. Um número ainda menor deixaria que um filho ou uma filha se casasse com um membro de uma família de párias. No entanto, o mais extraordinário é que não há nenhuma diferença física essencial entre os descendentes dos párias e os demais japoneses.... Séculos de discriminação, sendo tratados como sub-humanos e levados a crer que, em sua condição de burakumin, eles não eram suficientemente bons para fazer parte da vida dos japoneses comuns, deixaram cicatrizes na mente dos burakumin.... Eis uma entrevista feita com um burakumin anos atrás: perguntou-se ao homem se ele se sentia igual a um japonês comum. Resposta: "Não, nós matamos animais, somos sujos e algumas pessoas acham que não somos humanos." Pergunta: "*Você acha que é humano?*" Resposta (depois de uma longa pausa): "*Não sei... Somos ruins e sujos.*" (ELIAS, 2000, p. 29-30).

Crescer como membro de um grupo outsider estigmatizado faz com que esses estigmas se tornem verdade até mesmo para eles, de modo que passam a acreditar que certos lugares ocupados por grupos privilegiados não os pertencem, mesmo quando se trata de um espaço público. Podemos perceber isso na fala a seguir da moradora do Monte, Marília:

Quando tem eventos no SHO, a galera nem desce. Fui pra um evento na casa Estação da Luz e não vi absolutamente ninguém da comunidade e isso me gerou um certo desconforto. Primeiro que essas informações não chegam pra eles, é muito difícil acessar algumas informações, e quando eles sabem, muitas vezes, mesmo sendo um local de graça, muitos ficam meio acanhados, porque se entende que não é um lugar pra eles, porque foi ensinado desde criança que lugar de preto e de pobre não é ocupando esses lugares culturais, de poder e tal, então eu até hoje nunca fui pra um rolê que vi alguém da minha comunidade.

A estigmatização como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo de verdade coletiva criada pelo grupo estabelecido, que passa a funcionar tacitamente. Logo, mesmo quando não se

verbaliza que a presença de pessoas do grupo outsider não são bem-vindas, todos sabem que aquele espaço não está aberto para elas, conforme vimos na fala acima de Marília. A violência então pode surgir como uma manifestação extrema dessa competição quando as tensões entre os grupos atingem um ponto crítico. Porém, em nada importa a força policial os reais motivos ou significados desses conflitos, e, não atentando para sua lógica, apenas enxergam esses grupos de moradores como “elementos suspeitos” que representam perigo e violência para aqueles a quem consideram como “verdadeiros cidadãos”, devendo ser por isso, combatidos e afastados do convívio.

Portanto, no Monte a violência está arraigada em seu tecido social, e, diferentemente dos atos isolados que vem ocorrendo no SRR, a violência no bairro do Monte está tanto no sistema político de funcionamento do bairro, como em sua teia de relações sociais. As soluções estariam principalmente na mudança da estrutura social do bairro, que exigiria: o desmonte dos pontos de tráfico de drogas, saneamento básico, investimento na educação através da construção ou reforma das escolas públicas que atendam ao bairro, construção de creches e espaços de esporte e lazer, investimento em pontos de cultura e projetos que aproximem e integrem a população do Monte ao SRR, de modo que se sintam parte do Sítio Histórico de Olinda, como de fato, o são. Ou seja, a forma como o SHO tem sido gerido, onde afasta e segrega – estabelecidos e outsiders – vem aprofundando certas formas de violências no local. Aplicar essas iniciativas seria o início de um longo processo de desconstrução da estigmatização do bairro do Monte.

Essas iniciativas, se tomadas pela gestão pública vigente, ajudariam ao menos a diminuir os diversos impactos ocasionados pela violência no bairro do Monte, pois como Marília declarou, os assassinatos ocorrem em larga escala e a qualquer hora do dia. Essas medidas deveriam ser concebidas pelo aparato estatal, não como tentativa de promover o turismo no bairro do Monte, mas antes, objetivando promover o bem-estar social daqueles moradores. A interconexão entre patrimônio e bem-estar social é intrínseca, uma vez que é o bem-estar que possibilita a permanência e continuidade das pessoas em seus bairros, sendo estas, as responsáveis por conceber sentido ao patrimônio, pois um bairro sem seus moradores não possui cotidiano, representações coletivas, costumes, e nem uma memória capaz de se ressignificar. Entende-se, portanto, que o problema não está no patrimônio em si, mas sim na implementação de seus processos, que na maioria dos casos, negligenciam a necessidade fundamental de diálogo entre políticas públicas sociais e patrimônio.

Destarte, conforme fora debatido, fica evidente que não é tarefa fácil equalizar as tensões constituídas nas teias sociais, porém um trabalho político com

aplicabilidade e em conjunto, que seja realizado de acordo com a realidade da cidade de Olinda, contribuiria consideravelmente para a desestigmatização desses bairros, formados por trabalhadores de baixa renda, majoritariamente pretos, atendendo aqui ao que chamamos de “outsiders”; e, conseqüentemente, portanto, colaboraria de forma significativa com a diminuição da violência, tanto aquela que acomete os moradores em condições de vulnerabilidade, quanto a que se manifesta de modo isolado no (SRR) e tem impactado no cotidiano no SHO

## **CAPÍTULO 4**

# **A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA E SEUS EFEITOS NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.**

*Amaro Branco, Guadalupe e Amparo reduto de grandes artistas e que tem muito valor Selma do Coco, Célia, Cila e Aurinha, Ana Lúcia, Seu Zé beata, Margarita e Glórinha De umbigada Mãe Lucia, Beth d'oxum, festa dessa qualidade não tem em lugar nenhum Aurinha do Coco.*

#### **4.1) O FORRÓ, O COCO E O MARACATU/GRUPO PERCUSSIVO, NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Quando abordamos a temática das manifestações culturais junto à população de Olinda que é composta por residentes locais e indivíduos que se integram à comunidade, nos deparamos com uma questão bastante sensível e ao mesmo tempo complexa, já que existe um arraigado senso de pertencimento a essas manifestações culturais, notadamente o coco, o forró, o maracatu e o frevo. Existem dificuldades em executá-las e mantê-las vivas, devido ao pouco investimento que essas manifestações recebem dos órgãos públicos responsáveis.

Nas declarações dos entrevistados e nas falas das pessoas com as quais conversamos é evidente o orgulho que carregam em relação ao vasto acervo de práticas culturais que Olinda abriga. Este visível misto de sentimentos de apreço, orgulho e pertencimento cultural, está ligado à identidade do olindense. O conceito de identidade do Raymond Williams é interessante para compreensão do pensamento proposto pelo presente estudo, já que vê a identidade como algo que é construído de maneira dialética entre indivíduo e sociedade. Dessa forma, para ele, a identidade não é fixa e imutável, mas ao contrário disso, é diariamente construída de acordo com o contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido (WILLIAMS, 2011). Nesse sentido, a cultura ocupa um papel central e fundamental na construção da identidade de uma pessoa ou de um lugar, sendo o SHO um excelente caso de análise, já que as manifestações culturais emergiram ao longo da pesquisa, como um fator preponderante na tomada de decisão dos residentes em se estabelecerem-se no Sítio Histórico de Olinda; e, no caso dos que já moram no local há muitos anos, a valorização e identificação com essas expressões culturais, apareceram como um aspecto fundamental no processo decisório de permanência na região.

O morador Beto, por exemplo, sempre morou em Olinda, porém em um bairro mais distante do SHO, em Rio Doce, mas sempre passava seus finais de semana no centro histórico devido a essa grande efervescência cultural. Morar no SHO sempre foi para Beto um sonho, que veio se realizar há seis anos:

Meu propósito quando vim morar aqui, era brincar com o que Olinda me oferece como brincadeira, então assim, toco num

grupo percussivo, Batadoni, toco na orquestra Henrique dias, faço algumas participações com Maestro Oséas, toco caixa né? Toco também no estrelinha de Nazaré da Mata que é uma mistura de maracatu rural com frevo, fica uma mistura bem massa, a gente chama de frevo lauçado.

Na fala de Beto, torna-se evidente a importância das manifestações culturais que acontecem no SHO e o quanto essas brincadeiras são, em grande parte, responsáveis por manter o SHO vivo e pulsante. Isso ocorre em virtude do papel fundamental que a cultura ocupa em nossa sociedade. A cultura molda a identidade ao dar sentido às nossas experiências enquanto “ser e pertencer” a determinado espaço.

O morador Leto nascido na Zona Mata Norte de Pernambuco, mas morador do SHO há treze anos, afirma que um dos motivos pelo qual veio morar em Olinda é o encanto que sente pela sua cultura,

Nasci em Timbaúba na Zona da Mata Norte aqui de Pernambuco, morei em várias cidades e em Olinda eu moro há 13 anos, e desde criança eu venho a Olinda, sou encantado pela cidade de Olinda, pela cultura [...] Minha relação com a cultura popular é desde criança, tem muito maracatu rural em Timbaúba, onde nasci, então minha relação com caboclo de lança é desde sempre, de ver, de ter medo, naquela brincadeira, naquela manifestação. Eu adoro tudo isso, vivo essa vivência mesmo, vou no coco do Guadalupe, vou lá no Amaro Branco, tô tentando tá em tudo quanto é lugar.

Essa também é a principal motivação de Leila, enquanto artista e fotógrafa:

Olinda tem muito essa coisa da cultura né? Você vai no Peneira, vai na bodega do véio, ou tem um grupo de maracatu tocando, tem um grupo de frevo ensaiando. Pra mim que trabalho com cultura e que permeio esses lugares é importante sabe? Pra mim, pra eu poder me alimentar disso.

De acordo com os depoimentos recolhidos, *o ser e o fazer* cultura misturam-se no cotidiano do SHO, fazendo com que a identidade olindense seja construída e reconstruída a cada dia pelos seus moradores, na medida em que ela é um significado cultural e socialmente atribuído (SILVA, 2014, p.89). Nesse sentido, a valorização das manifestações culturais é fundamental para que elas possam continuar acontecendo, e conseqüentemente para que o SHO siga tendo uma identidade própria e distintiva dos demais centros históricos espalhados pelo mundo.

Contudo, embora as manifestações culturais desempenhem um papel fundamental na vitalidade do Sítio Histórico de Olinda, os indivíduos responsáveis por

conduzir essas manifestações, apesar de serem amplamente reconhecidos pela comunidade olindense, frequentemente, não recebem o reconhecimento e o devido valor por parte das instituições estatais representativas, tais como a prefeitura. Embora os discursos produzidos por tais instituições frequentemente proclamem uma realidade oposta, buscando estabelecer um ambiente urbano "ideal" e livre de conflitos, na realidade, os artistas do SHO, aqueles que mantêm o movimento e a vida no espaço, vivem em situação de pobreza.

Para acessar, de fato, a realidade, foram realizadas conversas com músicos relevantes do Centro Histórico de Olinda, a começar por um conhecido sanfoneiro que preferiu não ser identificado, por medo, inclusive, de sofrer retaliação e perder o pouco incentivo que recebe através de editais de projetos culturais que são aprovados. Irei então chamar esse conhecido sanfoneiro das ladeiras de Olinda, pelo nome de José.

José tem, na data desta pesquisa, 73 anos, e é considerado como um dos grandes nomes da cultura pernambucana. É conhecido por ser um dos fundadores de um dos maiores blocos de carnaval de Olinda, e também por tocar sua sanfona sentado na porta de sua casa, que fica em uma das ruas mais conhecidas do SHO. Ele já possui 61 anos de carreira, e apesar do reconhecimento do povo e supostamente da cidade de Olinda, vive em constante dificuldade financeira. No ano de 2007, a prefeitura chegou a proibir o músico de tocar sua sanfona em frente a sua casa através de uma notificação, que inclusive, o ameaçava de perder seu instrumento musical. Sobre esse acontecimento sua esposa e produtora chegou a falar para um site:

Ele não estava falando com um maloqueiro, ele é reconhecido como mestre da cultura nordestina [...] Eu acho que cultura popular é cultura de rua. Se eu fosse um governante eu apoiaria e daria o incentivo. Tem que ver qual é o tipo de cultura que Olinda merece. Vamos deixar Olinda perder o título de Capital da Cultura para virar esse cemitério?

Na fala de sua esposa e produtora, vemos justamente a dicotomia, incoerência e contradição do discurso com a prática da prefeitura para com os artistas do Sítio Histórico de Olinda. Ao mesmo tempo em que ela afirma ser José um músico reconhecido como mestre da cultura nordestina, questiona a falta de apoio e de incentivo, e mais ainda, questiona o que Olinda tem entendido por cultura popular, e qual tipo de cultura os governantes querem para a cidade. José então declara:

Eu sou de Garanhuns, toco há 40 anos e moro aqui há 27 anos. A casa minha mulher herdou do falecido marido, e tem todo tipo de problema porque não temos condições de manter, mas o que me mantém aqui é o meu trabalho, a música e as coisas

que vendo aqui, eu arrumo minha bolacha vendendo cerveja, porque se for só de música você não vivi. Aqui não é bom pra viver de música não, não recebo incentivo constante nenhum, o que acontece é que vez ou outra uma produtora aí, me inscrever em uns projetos, mas aí não é sempre que eu entro, aí eu quero saber: você só come num ano e no outro não come?

A fala de José é crucial para entendermos que uma cidade que alega valorizar a cultura e a arte, e a partir disso obtém recursos financeiros, não necessariamente reconhece e recompensa adequadamente os artistas e as pessoas responsáveis pela realização dessas manifestações. O retorno financeiro destinado a esses agentes criativos ser insuficiente, como é o caso de Olinda, nos induz a questionamentos acerca da efetiva valorização e apoio dedicados aos fazedores de arte e cultura da cidade.

A realidade da cidade de Olinda, nos mostra que a valorização da cultura, longe de ser uma realidade para os artistas da cidade, só existe em um discurso pré-concebido, já que o título do SHO de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, implica na valorização da cultura nesses espaços. A UNESCO concede o status de patrimônio mundial a uma cidade, com base em critérios que incluem a importância histórica e cultural, devendo, portanto, as autoridades locais da cidade que recebe o título, tomar as medidas necessárias para preservar e promover a cultura, a história e o patrimônio do local. Nesse sentido, embora a UNESCO não possa exigir que essas recomendações sejam aplicadas, caso o SHO não as cumpra, o espaço pode perder seu status de patrimônio mundial. Portanto, é bastante compreensível que os órgãos locais competentes, mesmo quando não realizem essas recomendações na prática, mantenham em seus discursos que assim o fazem.

Como finalidade de estabelecer um contraponto entre gerações, outra conversa foi realizada com o fundador de um grupo de forró que se destaca como um expoente nas ladeiras de Olinda. Bento (nome fictício), de 26 anos, conta que apesar de ter nascido em um bairro da zona norte do Recife, sua família mudou-se para o bairro do Janga em Olinda quando ainda tinha 12 anos, e a partir dos seus 16 anos passou a frequentar o SHO onde se apaixonou pela arte de rua. Aos 18 anos de idade decidiu sair da casa de seus pais para viver de música, sua escolha de imediato foi o SHO, por compreender o lugar como espaço de moradia de músicos e artistas em geral. Mesmo sendo jovem, e com uma curta carreira profissional na música pelas ladeiras de Olinda, suas preocupações e críticas convergem com as apresentadas pelo sanfoneiro José.



Eu sinto que uma das maiores dificuldades em ser músico em Olinda, é o pouco investimento que o Estado faz em cima disso, né? O que deveria ser o grande abraço da economia, o estandarte, acaba ficando ali sucateado, que é o caso da cultura em Olinda. É muito difícil você acessar verba pública, verbas de editais, não tem tantos editais ao longo do ano, é uma coisa muito pouca que se você for depender disso, você não consegue pagar suas contas ao longo do ano todo. É por isso, que agora, tem um tempinho, que a gente vem produzindo nossos próprios eventos, que é uma maneira que a gente encontrou de ter um controle maior sobre o nosso trabalho. Mas eu quero pensar que nos próximos anos, a gente vai conseguir se organizar enquanto coletivo e cobrar um pouco mais do governo, de quem quer que seja que esteja com o poder na mão, para que Olinda seja realmente vista como um lugar onde a cultura é o principal instrumento, e poder trazer o olhar das pessoas pro que a gente tem de mais bonito, que é a nossa cultura viva.

Bento manifesta as mesmas dificuldades reclamadas por José. Coloca em evidência a dificuldade que é viver de cultura, devido a falta de investimento por parte do aparato estatal<sup>47</sup>. Como meio de resistência, e como forma de manter a cultura e a cidade vivas e em movimento, Bento, estrategicamente, afirma vir produzindo seus próprios eventos, deixando claro que, para que as manifestações culturais aconteçam, os fazedores de cultura precisam produzi-las de maneira independente. A última frase dita por ele, também chama atenção na medida em que, na sua opinião, o que o SHO teria de mais bonito para mostrar, seria justamente a cultura, e mais do que isso, uma cultura viva.

Apesar de Olinda ter em demasia todos os aspectos valorizados pela UNESCO, tais como seu patrimônio arquitetônico e suas manifestações culturais, na prática, o que vem sendo percebido, é que as autoridades locais competentes não tem concedido o devido reconhecimento a essas expressões culturais que, em consonância com seu conjunto arquitetônico, conferem a Olinda seu status de cidade patrimônio mundial. É importante o destaque a essa constatação, pois são estas manifestações culturais, que por serem particulares ao povo olindense, fazem do SHO um espaço único.

---

<sup>47</sup> É importante destacar que o SHO está inserido em um contexto nacional, e que portanto, esse problema ocorre em outras cidades do Brasil. Em relação a outros países, o Brasil ainda tem uma participação relativamente tímida. No Reino Unido, por exemplo, a indústria criativa gerou 91,8 bilhões de libras (cerca de 453 bilhões de reais). Nos Estados Unidos, o investimento em 2013, o último dado que pode ser consultado, foi de 13 bilhões de dólares (cerca de 49 bilhões de reais). Enquanto que o Brasil, nesse mesmo ano investiu na cultura um valor em torno de R\$ 3,5 bilhões, o que seria 129 vezes menos que o Reino Unido e quase 4 vezes menos que os Estados Unidos.

A realidade da manifestação cultural que conhecemos por forró, apresentada até o presente momento do texto, estende-se ao universo do coco. O coco de roda é uma manifestação cultural popular cuja origem se dá através das experiências vividas de indígenas e africanos no nordeste do Brasil. Dos indígenas a brincadeira herdou características como a forma, pois a brincadeira acontece através da formação de uma roda composta por seus brincantes; no caso dos africanos, a brincadeira herdou a maior parte dos instrumentos musicais que trazem o som, como o ganzá, a zabumba e o pandeiro. A influência de ambos os povos pode se modificar de acordo com a vertente do coco, de modo que um coco de toré que possui influência fortemente indígena possui também o maracá como instrumento, assim como os cocos com maior influência africana pode possuir outros instrumentos como o agogô ou o atabaque.

Apesar da origem da brincadeira do coco remontar a região nordeste, atualmente ela acontece em vários estados do Brasil, onde cada lugar apresenta uma forma distinta de brincar o coco, devido às influências de cada região, afinal, como vimos, a cultura é fluída e se molda a cada realidade. Em Pernambuco, particularmente na cidade de Olinda, existem diversas vertentes do coco. Neste contexto, destacamos o Coco de Umbigada, que está associado ao terreiro Ilê Axé Oxum Karê, onde a mãe de santo desse terreiro também é a coquista do grupo e é considerada Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. Beth de Oxum, a coquista em questão, tem uma forma particular de ritmar o coco. As origens do Coco de Umbigada, atualmente conduzido por Beth de Oxum, remontam ao final do século XVIII. Atualmente, além de ser uma brincadeira praticada principalmente por moradores, o Coco de Umbigada se tornou um símbolo de resistência no bairro do Guadalupe, em Olinda, tendo inclusive, se tornado Ponto de Cultura na gestão do então ministro, Gilberto Gil (2004).

Também dentro do perímetro que constitui o Sítio Histórico de Olinda, no bairro do Amaro Branco, temos outra vertente, o chamado Coco de Praia, que já acontece há mais de três décadas e é conhecido popularmente como Coco do Pneu. Essa vertente é conhecida como Coco de Praia por ser o Amaro Branco, um bairro constituído majoritariamente por pescadores e pescadoras. O grupo de coco ficou conhecido como Coco do Pneu, devido ao inusitado achado de um pneu de avião na areia da praia por um pescador, em meados dos anos oitenta. A partir daí, uma turma de amigos passou a fazer desse pneu um ponto de encontro para tomar cachaça, enquanto brincavam o coco, ficando conhecidos como a “turma do pneu”. Entusiasmado, Fernando da Anunciação, o Lú do Pneu, filho de pescador, passou a organizar na rua de sua casa o Coco do Pneu, passando a atrair mais e mais brincantes para a festa que já acontece há quase trinta anos, todo último sábado do

mês. A rua em que acontece a brincadeira, rua do Bom Jesus, passou a ser conhecida pelo nome da sambada, “Beco do Pneu”.

As vertentes mencionadas são as escolhidas por esta pesquisa para ilustrar especificidades e características próprias do coco pertencente ao Centro Histórico de Olinda. No entanto, é importante ressaltar que existem outros grupos presentes nesse contexto cultural, como é o caso da sambada produzida pela Mestre Ana Lúcia, que inclusive, recebeu o reconhecimento como Patrimônio do Estado de Pernambuco. Há também o coco organizado pela Mestre Aurinha do Coco. Esses grupos representam diferentes abordagens e estilos dentro do que conhecemos como sendo a brincadeira do coco, enriquecendo e tornando ainda mais peculiares as manifestações culturais presentes no Sítio Histórico de Olinda.

A realização regular dessas sambadas de coco com periodicidade mensal, conferem e possibilitam a manutenção de uma importante experiência social que é própria do Sítio Histórico de Olinda. Essas brincadeiras são compreendidas aqui através do conceito de costume, por entender e corroborar com os historiadores Eric Hobsbawm e E.P.Thompson, quando ambos percebem no conceito de tradição a existência de uma rigidez que não se faz presente no costume; este último nos permite compreender essas manifestações culturais de maneira mutável mesmo que algo permaneça, afinal, continuam sendo feitas pelas pessoas locais, embebidas da historicidade e das experiências vividas por várias gerações.

O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. O “costume” não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais (Hobsbawm e Ranger, 1997, p.10).

A transmissão oral e a repetição dessa prática social ao longo do tempo pelos moradores do Sítio Histórico de Olinda foram fundamentais para que a brincadeira do coco se tornasse um costume característico do lugar. Essa brincadeira, por ser um costume, permite que ao longo do tempo e do espaço ocorram novas interpretações, invenções e reinvenções dessa prática, gerando novas experiências, como diz um trecho do coco cantado pelo grupo Pandeiro do Mestre em referência ao já citado grupo de coco do Guadalupe “*Coco de umbigada na casa de Beth, tudo se repete, mas nunca é igual*”. Dessa forma, a brincadeira do coco não apenas preserva a maioria

de seus elementos, mas também possibilita a lembrança do passado e seu uso como forma de resistência no presente.

A mobilização gerada pelas sambadas de coco no Sítio Histórico de Olinda revela uma dinâmica urbana comunitária na qual os olindenses de forma independente colaboram para a formação de parte do tecido da cidade. Essa mobilização fortalece os vínculos entre o espaço, as relações e práticas sociais. Esse movimento se torna ainda mais necessário, pelo fato das sambadas de coco serem realizadas em bairros do SHO que estão fora da área de preservação rigorosa (SRR), e portanto, serem frequentemente considerados periféricos em relação ao "verdadeiro" centro histórico, onde estão localizados os imóveis cuidadosamente preservados e a população de classe média. Dessa maneira, a manifestação do coco no SHO vai além de ser apenas uma brincadeira, sendo também uma forma de resistência das pessoas mais pobres que residem no SHO em meio a uma política de gestão cada vez mais neoliberal.

Essa força política de resistência, muitas vezes, aparece nas letras das músicas que movem as brincadeiras, como é o caso da música do grupo de Coco de Umbigada do Guadalupe, "*O Coco traz consciência*":

Venho aqui anunciar,  
 que o coco tem ciência,  
 na jurema e nos terreiros,  
 o coco traz consciência.  
 o coco vem da Jurema  
 e o mestre assim mostrou  
 quando desce o seu povo  
 a mazuca vadiou  
 venho aqui anunciar,  
 que o coco tem ciência,  
 na Jurema e nos terreiros,  
 o coco traz consciência.

Nesse trecho, canta-se que o coco tem ciência e que traz consciência, colocando nitidamente a brincadeira também como um lugar de resistência, como de fato vem acontecendo ao longo das décadas. Assim como o forró, o coco também enfrenta a falta de apoio constante por parte das instituições políticas responsáveis pela preservação dessas expressões culturais. As sambadas de coco também ocorrem de maneira independente, sendo mantidas pelos próprios participantes com

consideráveis dificuldades, onde esporadicamente como concessão, no máximo, acontece um apoio mínimo da prefeitura, como a disponibilização de toldos ou reforço policial.

O mesmo acontece com os grupos percussivos e os maracatus. Os grupos que são chamados e reconhecidos como maracatus, ou maracatus nação, são assim designados quando possuem uma ligação direta com terreiros de cunho religioso, onde durante as apresentações remontam às antigas coroações de reis e rainhas do Congo, tendo sido esta manifestação registrada como Patrimônio Imaterial Brasileiro em 2014. Já os grupos percussivos, são aqueles que apesar de também possuírem influência religiosa em muitos dos seus toques, instrumentos, e em alguns casos, indumentárias, não fazem parte de nenhuma “casa” de religião afro-brasileira.

São os grupos percussivos que costumam preencher as ladeiras de Olinda em dias de folia, enquanto os maracatus nação estão distribuídos por todo o estado de Pernambuco, se apresentando no SHO apenas em dias de festas ou no carnaval. Os grupos percussivos, portanto, ocupam o Sítio Histórico de Olinda durante todo o ano, onde fazem cortejos e ensaios mesmo sem ser no período carnavalesco. Em conversa com integrantes de um grupo percussivo que realizam ensaio todos os domingos na principal praça do SHO, a praça do Carmo, ficou claro, que tanto esse grupo, como os demais, não recebem apoio financeiro ou institucional por parte da prefeitura, do governo estadual ou do governo federal. Alguns grupos, os mais conhecidos, inscrevem-se por conta própria em editais públicos na área de cultura para tentar captar apoio financeiro, mas, a maioria se mantém de maneira independente, onde cada integrante colabora com uma taxa mensal para manutenção do grupo. Manifestou-se uma integrante:

Nasci em Olinda, frequento o Sítio Histórico desde que nasci, meu pai me levava para ver os grupos percussivos e grupos de maracatu desde muito pequena, me vestia com as roupas e tudo. Lembro dele me ensinar os movimentos dos braços e de eu sentir no peito esquerdo aquelas batidas fortes, pesadas, que me diziam tanta coisa... a força das batidas pareciam me dizer alguma coisa, e que hoje eu sei que é a força do nosso povo, que já passou por tanta coisa, resistiu e continua resistindo. Então com 19 anos decidi entrar pra esse grupo percussivo, não queria entrar pra um maracatu nação e me sentir levada... se não faço parte de terreiro, não acho coerente fazer parte de um maracatu nação; mas o grupo percussivo surgiu pra isso, pra gente que só quer tocar, e manifestar a força de todos, de fazer permanecer essa nossa cultura. Não existe isso do maracatu nação ser mais importante que os grupos percussivos, o que separa é uma questão religiosa. E uma coisa eu digo, seja Nação, ou seja grupo percussivo,

ninguém recebe ajuda de nada. O que se consegue vez ou outra, um grupo ou outro, é algum dinheiro em edital de cultura, mas apoio constante e anual, que eu saiba, ninguém, a não ser os grupos que tem o título de patrimônio né? Esses recebem uma bolsa, uma ajuda, mas mesmo assim não é muito não. Mas tirando isso, ninguém recebe nada, a gente tira do bolso a passagem pra vir ensaiar, o lanche, compra instrumento do próprio bolso, e com uma taxa mensal a gente assegura um lugar pra guardar as coisas do grupo. É um absurdo né? Porque a gente gasta pra tocar e pra manter a cultura viva aqui, a gente ajuda a promover o turismo, porque sei que isso atrai turistas, mas vai tudo pro bolso da prefeitura ou pro governo do Estado.

A fala dessa integrante de um grupo percussivo do SHO é importante porque nela aparecem inúmeros aspectos cruciais para essa pesquisa. Logo no início de sua fala, ela nos relata que sua relação com as batidas emitidas pela alfaia remonta à influência de seu pai, tendo sido o responsável por introduzi-la a essa manifestação. Desde então, tal expressão cultural se tornou intrínseca à sua existência, exercendo uma influência significativa em sua trajetória de vida e, em particular, desempenhando um papel importante em sua decisão de integrar-se ao referido grupo. Outro aspecto relevante, que já foi mencionado anteriormente por participantes das brincadeiras do SHO, e que aparece novamente ao pesquisarmos o maracatu, é a ausência de um investimento contínuo por parte das entidades governamentais responsáveis pela administração da cidade e sua cultura. A entrevistada em questão, chega a destacar o esforço que é dispor de recursos básicos para viabilizar a realização da manifestação, como transporte, alimentação e instrumentos, ao mesmo tempo em que expressa conhecimento sobre a quantia de dinheiro que essa atividade gera para a cidade, sem que haja um retorno adequado para os próprios brincantes.

A presente situação, portanto, não integralmente, mas em determinada medida, se deve ao fato de Olinda não possuir uma política cultural municipal permanente. Decerto, é sabido que a instância municipal não é a única responsável pelo SHO, e que esta age em conjunto com outras instâncias representativas, como o Governo do Estado de Pernambuco e o próprio Estado Nacional; porém, ressaltamos nesse momento da pesquisa especificamente a prefeitura, por entender que se torna extremamente difícil realizar manifestações culturais, que requerem gastos básicos de todo e qualquer evento, como por exemplo, equipamentos de som e cachê dos músicos, sem que haja na cidade um sistema municipal instituído de incentivo à cultura.

Portanto, a pergunta que devemos nos fazer é: por que Olinda não tem um sistema municipal de cultura? Apesar de não termos obtido essa resposta da

prefeitura, ao estabelecermos diálogos com representantes do município, estes demonstraram entender a necessidade que há em existir, e manifestam a vontade em solucionar esse problema latente da cidade, conforme veremos a seguir na fala de um funcionário da Secretaria de Cultura de Olinda, quando questionado sobre a manutenção das manifestações culturais:

Sabemos que falta uma política cultural permanente na cidade, por exemplo, a gente tem aqui o Coco de Mãe Biu lá no Xambá, nós temos o Coco de Aroeira no Amaro branco, o Coco de Ana Lúcia que é Patrimônio do Estado de Pernambuco, o Coco de Dona Glorinha, o Coco de Lu que é o Coco do Pneu, o Coco de Mestre Ulysses na Tabajara, nós temos o Coco da casa de Salu, é muito, gigantesco. A dificuldade nossa é que não tá instituído ainda em Olinda o seu sistema municipal de incentivo cultural, feito o Recife tem por exemplo... então nos baseamos em projetos como Funcultura, que é a forma mais democrática que tem, processos seletivos de projetos... então esses grandes projetos podem estar sendo financiados através de editais, com transparência, com critérios claros e tal. Hoje tem essa dificuldade que colocasse de apoio ao coco de Beth e não ao coco de dona Lúcia, por exemplo, então essa é uma dificuldade que nós temos porque o recurso é pouco, e nós não temos o fundo institucionalizado, o recurso que tem está dentro da secretaria e fica sendo utilizado como instrumento, como apoio pontual para algumas atividades e isso é muito ruim pra cadeia produtiva, sabe?

Apesar da vontade de apoiar a movimentação cultural da cidade, expressa na fala acima, é preciso pontuar que a solução indicada pelo então representante institucional do setor cultural de Olinda, de investir nessas manifestações através de editais como o Funcultura, não é a resolução mais apropriada para os fazedores de cultura, já que editais como esse costumam ser exigentes na aprovação dos projetos propostos, exigindo comumente de seus proponentes, projetos bem escritos e coesos, aspectos que acabam dificultando a aprovação de grande parte dos mestres da cultura popular que encontram-se em condição de analfabetismo ou de baixa escolaridade. Dessa forma, apesar da transparência dessas seleções, aspectos do tecido social acabam por tornar desigual o âmbito de disputa entre os projetos propostos. O sistema democrático desses editais, a que os ditos fazedores de cultura estão sendo submetidos, torna-se questionável a partir do momento em que as condições de formulação dos projetos não contemplam todos os interessados. No entanto, é importante colocar que existe uma vontade da prefeitura em amenizar a desigualdade na disputa, na medida em que, o entrevistado, em dado momento da conversa, expôs que está se tentando instituir uma espécie de formação para explicar o que significa o edital e qual a sua importância. Porém, o que nos cabe indagar é: essa formação de

caráter simplista que a prefeitura pretende oferecer, solucionará as questões elencadas?

Cabe mencionar outra fala de um dos representantes do setor de cultura da cidade, em que se aceita o fato de que nem todos os mestres de cultura estarão em condições de concorrer nesse formato, mas que ainda assim, o formato seria mantido por ser “mais transparente”:

Agora nesses últimos 3 anos que to na diretoria tô fazendo todo tipo de pesquisa, inclusive, mergulhando no funcultura, porque ainda é o maior fundo de incentivo cultural do Estado, recebe críticas ferrenha, mas é onde tem ali 35, 32 milhões de reais, e ai oferece parte do recurso para aquela linguagem e quem tiver a melhor proposta naquela linguagem naquele momento vai ta sendo beneficiado pelo apoio, mas é uma coisa democrática, que mesmo que alguns mestres não consigam concorrer, outros vão, e você tem ali no processo de avaliação pra onde o dinheiro vai, e sob uma justificativa de porquê um e não outro.

Portanto, diante da fala acima, torna-se difícil postular que a prometida formação solucionará o problema dos mestres em situação de pobreza e de pouca escolaridade, na medida em que, previamente, admite-se que alguns mestres não conseguiram, sequer, concorrer.

Editais públicos como esses que possuem um nível alto em sua política seletiva, exigem domínio na escrita para que haja uma boa justificativa e clareza, além de exigir tabelas indicativas de valores que serão gastos na execução do projeto, o que requer de seus proponentes um domínio ainda que básico de matemática e economia. Diante disso, não queremos aqui descartar essa forma de captação de recursos como sendo negativa, mas apenas pontuar que essa maneira está destinada a determinado setor da população, e que não abrange a realidade da maioria dos mestres olindenses. Diante disso, ressaltamos a importância em se pensar outras lógicas de seleção, que possam levar em conta os tantos mestres e mestras do SHO, que ou não concorrem em editais desse tipo, ou concorrem através de produtores capazes de inscrevê-los, mas que, no entanto, cria-se outro problema, pois os mestres acabam ficando a mercê desses produtores, recebendo muitas vezes um valor pífio por suas apresentações.

Em conversa com o morador Beto, além dos métodos falhos de distribuição dos recursos pela prefeitura, ele coloca que Olinda é um “caldeirão cultural”, e que a verba destinada para o setor de cultura da cidade ainda é muito baixo:

Sempre tive uma inquietação por conhecer melhor a cultura popular, as movimentações, as brincadeiras de rua e vim pro SHO é você abrir a janela e ver tudo isso passando na sua



porta. Mas é inegável que Olinda precisa um pouco mais de cuidado e um pouco mais de atenção, existe o trabalho da prefeitura enquanto segurança e limpeza, mas existe também um descaso com a cultura, a Prefeitura de Olinda não consegue administrar muito bem esse caldeirão que a gente tem de elementos culturais... Quanto a cultura, existe um trabalho sendo feito, existe uma secretaria de cultura, mas ainda é pouco pro que Olinda oferece, Olinda tem um ponto de cultura a cada esquina, então dependendo de quem ta gerindo isso, se olha apenas pra alguns lados, então é um trabalho feito através de rodas de amigos que se tenta movimentar de forma particular, pra que as coisas aconteçam, então assim, quando se fala em Olinda, eu acho que ela ta colada com a palavra cultura.

A fala de Beto reafirma aquelas proferidas anteriormente por José, por Bento e pela integrante do grupo percussivo, no que diz respeito à negligência e à ausência de estímulo por parte das instituições representativas do estado, em relação às expressões culturais do SHO. Os três alegam que é imprescindível realizar as "brincadeiras" de maneira independente, uma vez que, se aguardarem pelo apoio dos aparelhos estatais, tais atividades simplesmente não se concretizariam. Então, na prática, o que se percebe é a existência de uma dicotomia entre o ambiente urbano que é experimentado e vivido pelos moradores, e o sítio histórico que é mantido e conservado como patrimônio histórico e cultural.

Até agora, os problemas mencionados também são de responsabilidade do Poder Legislativo, pois é sua função criar, modificar ou revogar leis, e também fiscalizar os atos do Executivo em relação ao apoio à cultura em Olinda. Portanto, além de uma modificação na forma como a prefeitura da cidade vem distribuindo os recursos, é preciso o fortalecimento das comissões de cultura no Poder Legislativo federal, estadual e municipal, estimulando a participação de mandatos e bancadas parlamentares no constante aprimoramento e na revisão das leis de incentivo à cultura, para que assim aconteça as modificações necessárias. Nesse contexto, o cenário atual das manifestações culturais do Sítio Histórico de Olinda, é também um reflexo da forma de atuação do Poder Legislativo, evidenciando a complexidade do problema que transcende a esfera municipal e envolve diversas instâncias governamentais.

Cabe ainda mencionar, que a falta de incentivo não compõe o único impasse para realização das manifestações culturais no SHO. Além da maior parte das brincadeiras acontecerem de forma independente como viemos demonstrando, muitas vezes são tratadas de maneira coercitiva pelos órgãos estatais responsáveis, através da força policial, que as interrompem de forma violenta.

Vivenciou-se um caso em que a polícia interrompeu de forma truculenta uma roda de coco na principal praça do SHO, a Praça do Carmo. Acontecia no local a Mostra Internacional de Música de Olinda (MIMO)<sup>48</sup> com artistas conhecidos nacionalmente e internacionalmente. As apresentações aconteceram em um palco amplo, atraindo pessoas de diversas cidades, tanto de Pernambuco quanto de regiões mais distantes. O fato ocorreu imediatamente após o término das apresentações oficiais, por volta das 22 horas, quando um conjunto de moradores do SHO se reuniu em uma roda, onde alguns com pandeiro em mãos começaram a impostar músicas de coco bastante conhecidas do centro histórico. Nesse momento, um grupo de agentes da força policial se aproximou de maneira enérgica, ordenando o encerramento da brincadeira. Diante da recusa dos participantes, os policiais procederam com a apreensão dos instrumentos musicais. Mesmo diante dessa intervenção, os envolvidos na manifestação persistiram por meio de palmas ritmadas e vocais, o que resultou na utilização de spray de pimenta por parte das autoridades. Confrontados com a turbulência subsequente, organizadores do evento se aproximaram, e se empenharam em resolver a situação, onde se decidiu que os moradores poderiam continuar com a manifestação. Apesar do “aval”, várias pessoas apresentaram mal-estar devido à exposição ao spray, mas, contudo, grande parte do grupo conseguiu, mediante substancial resistência, manter a prática da manifestação cultural do coco no local, prosseguindo até as primeiras horas da manhã seguinte.

O acontecimento relatado durante o principal festival do SHO, promovido com o apoio e financiamento de órgãos públicos encarregados da promoção cultural e algumas iniciativas privadas, lança luz sobre a forma como a cultura é abordada no contexto do Centro Histórico de Olinda. Isso evidencia de maneira inequívoca as percepções do aparato estatal em relação ao que é considerado cultura em Olinda, e como as manifestações que não se enquadram nessa definição são tratadas. É relevante salientar que os participantes dessas expressões culturais, em especial o maracatu e o coco, consistem majoritariamente em indivíduos pretos e pertencentes a classes econômicas mais baixas. Tal observação realça a discussão anteriormente estabelecida, em relação ao tratamento dispensado a essas comunidades

---

<sup>48</sup> O MIMO, é um dos maiores festivais gratuitos do Brasil, acontece em cidades históricas, e tem como pilares a música, o patrimônio, o cinema e a educação. O objetivo é proporcionar o intercâmbio entre artistas e músicos de diferentes origens, para dessa forma promover a música local, nacional e internacional, além de contribuir com a vida cultural da cidade onde ocorre. Atualmente o Festival não acontece no Sítio Histórico de Olinda, apesar de ter sido o local onde ocorreu o evento pela primeira vez, sob justificativa de falta de recurso financeiro. A mostra é mantida em outros centros históricos, como Ouro Preto (MG) e Paraty (RJ).

consideradas marginalizadas dentro do próprio Sítio Histórico de Olinda, os chamados outsiders (ELIAS, 2000).

As manifestações destacadas, principalmente o coco e o maracatu, são movimentos marcados fortemente pelos seus vieses políticos. Ambas as expressões culturais, resultam de experiências coletivas vividas através do uso do Sítio Histórico de Olinda enquanto espaço urbano público, e que se utilizam da brincadeira para dar visibilidade às reivindicações pertencentes a grupos sociais que foram historicamente desfavorecidos, perseguidos, oprimidos, discriminados e criminalizados.

Há diversos estudos historiográficos que abordam e se dedicam a perseguição, e em certo momento da história, a criminalização de manifestações culturais desse cunho em Pernambuco. Manifestações como o coco e o maracatu, são perseguidas desde o século XIX, com grande intensificação nas primeiras décadas do século XX, devido ao projeto republicano neoliberal que emergia, no qual instituiu-se um movimento de controle social em torno das brincadeiras populares<sup>49</sup>.

[...] a maior fiscalização por parte do aparelho policial e um enrijecimento das normas oficiais, promovido pelo Estado Republicano, fizeram com que práticas culturais como o maracatus, pastoris e outras fossem objeto de intervenção pública, algumas proibidas pelos códigos de postura municipal, tornando-se passíveis de criminalização e perseguição policial, a exemplo dos batuques ou cerimônias das religiões de divindades e de entidades. Não só maracatus como também blocos e troças carnavalescas eram fiscalizados periodicamente por “peritos” e “censores” indicados pelo Inspetor de Polícia, que, mediante o pagamento de valores previamente arbitrados, expediam as licenças de funcionamento (LIMA, 2014, p. 94).

Se dificilmente não ouvimos um “batuque” ao pisar em Olinda, é porque esses grupos foram capazes de elaborar estratégias que contornassem a hostilização a qual eram constantemente submetidos. Através das toadas de coco e das batidas fortes do maracatu, que como Chico Science anunciava, “pesa uma tonelada”, eram lançadas mensagens políticas que foram e são reproduzidas incessantemente a cada geração, pelas ladeiras históricas da cidade de Olinda.

Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. [...] Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto

---

<sup>49</sup> Ao final do século XIX, a ideologia do branqueamento e as aspirações da elite a se assemelhar ao modelo de civilização europeia forneceram suporte para perseguições e estratégias disciplinares das manifestações da cultura popular, notadamente as afrodescendentes (DOSSIÊ DO MARACATU NAÇÃO, 2017, p. 40).

à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o enquadramento (LEFEBVRE, 2008, p. 28).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as referidas manifestações são práxis urbanas, e podem ser encaradas enquanto mecanismo de microrresistência urbana, já que atuam e buscam legitimar-se no intento de redefinir limites e possibilidades do SHO, através do brincar desafiador que coloca em questão poderes políticos e sociais já estabelecidos.

Para James C. Scott, resistência não se limita a protestos ou revoltas, embora essas também sejam formas importantes de resistência, mas também envolvem ações cotidianas, dissimulação, negociação e a preservação de costumes (SCOTT, 2013). Para o autor, as manifestações culturais são comumente uma forma de resistência, ao passo que através da arte e da brincadeira, se torna mais facilmente viável transmitir o discurso oculto<sup>50</sup>:

A singularidade da expressão cultural dos grupos subordinados deve-se, em grande medida, ao fato de, pelo menos nesse domínio, o processo de seleção cultural ser relativamente democrático. Com efeito, os praticantes desta cultura elegem as canções, os contos, as danças, os textos e os rituais que entendem valorizar, utilizam-nos para os seus próprios fins, e, claro está, criam novas práticas e artefatos culturais que vão ao encontro das suas necessidades... a expressão cultural, em virtude da sua polivalência simbólica e metafórica, se presta naturalmente ao disfarce. Um ritual, uma forma de vestuário, uma canção ou uma história podem, através de uma utilização subtil dos respectivos códigos, ser indiretamente dotados de sentidos que serão acessíveis a um determinado público-alvo e, ao mesmo tempo, opacos para outro público que os atores desejam excluir. Alternativamente, o público excluído (e, neste caso, poderoso) pode apreender a mensagem subversiva por detrás da atuação, mas ter dificuldade em reagir à subversão por esta estar camuflada em termos que também permitem defender uma interpretação perfeitamente inocente (SCOTT, 2013, Pgs.221-223).

Portanto, as expressões ou manifestações culturais são, para os grupos desfavorecidos, uma forma de expressar sua identidade, e uma maneira de resistência na medida em que transmitem mensagens, muitas vezes ocultas, que questionam o aparelho estatal em questão.

---

<sup>50</sup> O discurso oculto segundo James Scott, refere-se a passagem de uma mensagem de forma implícita, onde na maioria das vezes não são documentadas, e circula entre os que estão às margens da sociedade. Para o autor, formular, manter e transmitir um discurso oculto, é uma forma de resistência capaz de existir fora das estruturas formais de poder. O discurso existe entre grupos desfavorecidos, justamente para evitar a repressão, frequentemente sofrida por eles, por parte das autoridades ou atores dominantes.

Podemos entender as manifestações culturais que estão aqui em pauta, como sendo singulares a Olinda, já que foram elaboradas em um contexto social, político e cultural específico, e que suas canções, danças e indumentárias, refletem as necessidades dos moradores da cidade. Vale salientar, que tanto o maracatu de baque solto como o maracatu de baque virado foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)<sup>51</sup>. Além disso, o frevo, manifestação que abordaremos mais adiante, é considerado pela Unesco Patrimônio Cultural da Humanidade, enquanto forma de expressão musical, coreográfica e poética enraizada em Recife e Olinda.

Segundo James Scott (2013), a arte desempenha um papel crucial na resistência cotidiana das comunidades historicamente desfavorecidas contra o poder institucionalizado. Isso porque na arte podem-se transmitir ideias e crenças de maneira sutil através de códigos simbólicos. A música e a dança presente no SHO então possibilitam a manutenção dessas manifestações, na medida em que criam pequenos espaços de liberdade onde é possível a manutenção de costumes através da repetição e transmissão de experiências que são historicamente vivenciadas pelos olindenses.

Tanto a música quanto a dança, são manifestações simbólicas e metafóricas perfeitas para esses grupos excluídos do SHO manifestarem suas reivindicações, já que por não serem uma forma direta de protesto, devido a poética e abstração da arte, apesar de sofrerem retaliações, esses grupos conseguem negociar com o aparato estatal sua permanência, a exemplo do fato ocorrido pós MIMO, e de muitos outros que acontecem frequentemente no SHO. Dessa forma, por meio da resistência e do costume, as expressões culturais de Olinda têm persistido ao longo da história, mantendo-se vivas até o presente.

Convém destacar uma canção de coco, interpretada por Aurinha do Coco, originária do bairro do Amaro Branco, justamente por essa composição em particular emergir de um cenário cotidiano vivenciado e impulsionado pelas necessidades da comunidade. A música cujo título é “seu grito”, surge como o nome sugere, em busca de justiça, revelando-se como um grito de resistência:

Seu grito silenciou  
Lá no alto em Olinda  
Era uma mulher tão linda  
Que a natureza criou

---

<sup>51</sup> O trabalho de inventário envolveu 26 comunidades de maracatu nação, situadas na Região Metropolitana de Recife, abrangendo as localidades de Recife, Olinda, Igarassu e Jaboatão dos Guararapes (DOSSIÊ DO MARACATU NAÇÃO, 2017, p. 10).

Ela foi morta  
 No meio da madrugada  
 Com um tiro de espingarda  
 Pela mão do seu amor

Fico orando  
 A Deus peço clemência  
 Com toda essa violência  
 O mundo vai se acabar

Moro em Olinda  
 Canto coco com amor  
 Luto contra a violência  
 Porque mulher também sou

Eu sou guerreira mulher  
 Mulher guerreira eu sou  
 Eu canto coco em Olinda  
 E canto com muito amor

A coquista Aurinha do Coco, autora da música acima, relatou para o site “portal cultura PE”, que suas composições são inspiradas no seu dia a dia, e essa música baseou-se em uma amiga que havia sido assassinada:

Eu componho minhas letras e improvisos de coco inspirada no meu dia-a-dia. A música “Seu Grito”, por exemplo, veio de uma amiga minha que foi assassinada e justamente na época que eu estava tentando compor uma música para participar de um concurso, alguém chegou para mim e disse assim "seu grito silenciou"<sup>52</sup>.

Aurinha do Coco se utiliza do lugar de coquista para denunciar um crime de feminicídio que sua amiga sofrera ao mesmo tempo em que canta o seu lugar de mulher guerreira, olindense e cantadora de coco. Através de um evento que aconteceu no seu cotidiano. Aurinha expressa, a partir do coco, uma mensagem de resistência enquanto mulher olindense.

Sendo as manifestações culturais esse reduto de pessoas pretas e em situação de pobreza, vem sendo historicamente desvalorizadas e negligenciadas tanto pelo aparelho estatal, quanto por setores privados e grupos de pessoas que ocupam um lugar superior no tecido social e dispõem de poder, os chamados estabelecidos pelo autor Nobert Elias (2000). Esse cenário estabelece um paradoxo, uma vez que até a

---

<sup>52</sup> Disponível em: < <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/formacaocultural/outras-palavras-levou-cultura-popular-e-literatura-para-estudantes-de-ipojuca/>>. Acesso em: 04/09/2023.

esfera pública, que deveria cumprir o papel de facilitar e promover a cultura, muitas vezes age de maneira contraditória entre seu discurso e sua prática. Embora haja apoio discursivo à cultura por parte das autoridades políticas e propagandas midiáticas, na prática elas falham na tarefa de fornecer o suporte estrutural necessário para a realização dessas manifestações culturais.

O reconhecimento de uma cidade ou de partes das suas referências culturais como Patrimônio da Humanidade consiste numa das principais estratégias destinadas a tal finalidade, mesmo que o alegado teor de autenticidade e singularidade perdurem mais enquanto discurso idealizado do que como realidade concreta (CIFELLI; PEIXOTO, 2012, p.41)

Apesar do Sítio Histórico de Olinda ser um espaço considerado pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, e que por isso tenha um compromisso maior com a história e a cultura, as tendências segregadoras e estratificadas inerentes ao sistema capitalista neoliberal e de uma esfera pública com gestões que alimentam essa lógica restringem a plena eficácia dessas iniciativas. Este fenômeno é observável no contexto do SHO, e reflete diretamente na concepção e aplicação na realidade das práticas culturais.

A concepção de que o Sítio Histórico de Olinda é um espaço público e acessível a todos revela-se distante da realidade, dada a existência de restrições impostas sobre o uso do espaço público por diversos grupos sociais, como aconteceu após o evento MIMO, quando forças policiais tentaram proibir e expulsar os moradores de um espaço público no SHO. A abordagem adotada pelas autoridades públicas responsáveis pelo planejamento, organização e controle do SHO reforça a tendência higienista que permeia esse espaço ao longo da história, uma vez que prescreve como os diferentes grupos sociais devem ocupar o espaço e preservar a estética da cidade, frequentemente concebida em conformidade com as lógicas de consumo. Nesse contexto, as manifestações culturais em questão podem ser interpretadas como uma forma de resistência à imposição dessa ordem institucional, social e funcional no SHO, escapando à lógica de consumo e à segregação de espaços e práticas no centro histórico.

#### **4.2) “Ó QUARTA-FEIRA INGRATA CHEGA TÃO DEPRESSA SÓ PRA CONTRARIAR”: O CENTENÁRIO CARNAVAL DE RUA DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Como bem destacou Peter Burke “discutir festas é necessariamente discutir rituais” (BURKE, 2010, p.310). E é por este motivo que não poderíamos em um estudo sobre o Sítio Histórico de Olinda, deixar de debater a maior festa que ocorre no espaço e o seu ritual mais importante.

Capiba<sup>53</sup>, um dos principais compositores de frevo, eternizou em uma canção que espera “um ano inteiro até ver chegar fevereiro”, frase essa que se tornou bastante conhecida e repetida entre os olindenses, provavelmente por traduzir com eficácia o sentimento que já carregam no peito.

A etimologia da palavra "carnaval" remonta ao latim "carne levare", cujo significado é "afastar-se da carne". A utilização desse termo começou a se difundir entre os séculos XI e XII, designando a véspera da quarta-feira de cinzas, período em que se iniciava a prática da abstinência de carne. Dessa forma, o carnaval era considerado o último dia em que o consumo de carne era permitido antes dos dias de jejum impostos durante a quaresma, surgindo então como um dia onde devia-se comer carne em abundância<sup>54</sup>. Para além de seus significados literais, *carne* também passa a significar “a carnalidade”, pois o sexo mostra-se simbolicamente mais interessante (BURKE, 2010), passando o carnaval a ser considerada uma época do ano em que a sexualidade acentua-se entre as pessoas.

O carnaval nasce então como uma espécie de “balbúrdia institucionalizada”, ao passo que permite uma inversão de papéis sociais, em que indivíduos podem encenar funções distintas as quais costumam representar no cotidiano ao longo do ano. Essa liberdade geralmente é utilizada pelos menos favorecidos para exercer críticas às pessoas mais favorecidas, como políticos e empresários, através do ridículo por meio dos símbolos. Esse movimento de inversão ocorre desde o “entrudo” (XVIII – XIX):

[...] o entrudo, festa de caráter eminentemente popular, na qual a escravaria, de acordo com os cronistas e viajantes, podia inverter os pólos da dominação social, fazendo dos brancos respeitáveis alvo de polvilhos, bolas de ceras e outros “atrativos” carregados de imundícies (SOARES, 2002, p.299).

Tal movimento de troca de papéis continua se fazendo presente ainda hoje no carnaval de Olinda, conforme ressaltou o morador Leto:

Acho que é o momento de uma manifestação popular muito rica pro povo, pra cidade, e eu acho que todo mundo pode ser

<sup>53</sup> Capiba, Lourenço da Fonseca Barbosa, Pernambucano da cidade de Surubim, é o mais conhecido compositor de frevos do Brasil. O artista dedicou a maior parte de sua obra às cidades irmãs, Olinda e Recife.

<sup>54</sup> É justamente por este motivo, por ser um dia onde as pessoas costumavam comer muito para enfrentar a quaresma, que os franceses chamam o Carnaval de “Mardi Gras”, cuja tradução literal significa “terça-feira gorda”.



quem quer no carnaval, se a gente o ano inteiro tem que cumprir papéis sociais e tudo mais, no carnaval a gente consegue ser personagens, pode se libertar, pode ser até quem a gente não quer (risos).

Esse “le monde à l’envers” como costuma-se dizer tradicionalmente na França, proporcionado pelo carnaval, é vantajoso tanto para aqueles que ocupam a base da pirâmide social, quanto para aqueles que ocupam as posições mais elevadas, já que a elite concedendo esse espaço imaginativo e simbólico do carnaval para expurgação de insatisfações, evita que o povo conquiste este espaço à sua maneira, e utilize-o de maneira exclusivamente reivindicativa, e possivelmente, de forma não pacífica.

Por que as classes altas o permitiam? É como se elas tivessem consciência de que a sociedade em que viviam, com todas as desigualdades de riqueza, *status* e poder, não pudesse sobreviver sem uma válvula de segurança, um meio para que os subordinados purgassem seus ressentimentos e compensassem suas frustrações. Eles não empregavam o termo “válvula de segurança”, pois as caldeiras, até o início do século XIX, não vinham equipadas com esse dispositivo, mas referiam-se ao mesmo ponto através de metáforas tecnicamente mais simples. Alguns clérigos franceses defenderam a festa dos Bobos em 1444 nos seguintes termos:

Fazemos essas coisas de brincadeira e não a sério, tal como é o antigo costume, de modo que uma vez por ano a tolice inata em nós pode sair e se evaporar. Não é tão comum que os odres e barris de vinho estourem se o respiradouro (*spiraculum*) não é aberto de tempos em tempos? Nós também somos velhos barris [...] (BURKE, 2010, p.345).

Essa irreverência, tanto carnal quanto política, e que por vezes, é carnal e política, aparece de forma intensa no carnaval de Olinda. Blocos inteiros de carnaval descem e sobem as ladeiras do SHO com reivindicações organizadas, fortes e coesas, se somando às fantasias dos foliões, que em grande parte, também trazem suas próprias mensagens com críticas sociais.

Um bom exemplo é o bloco *Eu acho é pouco*, fundado em 1977, que nasce como oposição à ditadura militar e desde então segue desfilando pelas ladeiras de Olinda com objetivo de brincar o carnaval, mas também com um propósito político subjacente. O bloco preenche as ruas tortuosas do Sítio Histórico de Olinda com pessoas que se vestem das cores do bloco, vermelho e amarelo, que simbolizam respectivamente a União Soviética e a China, países referência para o viés da esquerda política em todo o mundo. Os temas assumidos pelo bloco variam a cada ano, e se no passado o que estampavam suas camisas eram gritos como *diretas já* e *anistia*, hoje a nova geração marca posição em eleições, a exemplo de 2002 e 2006, onde se utilizaram do espaço da folia para lutar pela eleição do então candidato Luís

Inácio Lula da Silva (PT), ou como em 2010 e 2014 que prestaram apoio a candidata Dilma Rousseff (PT). Nos últimos anos em que o país viu sua democracia ser ameaçada, o bloco mais uma vez se posicionou, e usou de seu espaço na rua para defender o Estado de Direito, trazendo em 2019 frases como “carnaval é política”, “ninguém solta a mão de ninguém”, “lula livre” e “ditadura nunca mais”.

Figura 55: Camisa do bloco eu acho é pouco do ano de 2019



Imagem retirada da página oficial do bloco<sup>55</sup>

Os brincantes do carnaval de Olinda, conhecido por ser um carnaval de rua com grande adesão por fantasias, têm o costume de escolher um tema específico a cada ano. Além de serem impulsionados pela diversão de se caracterizar, a prática de se fantasiar é também uma medida de segurança, pois os olindenses acreditam que aqueles que estão fantasiados têm menos chances de serem alvo de assaltos ou furtos durante o carnaval.

Dessa forma, a maioria dos foliões do carnaval de Olinda utiliza da fantasia não apenas para brincar, mas também para se proteger. Essa busca por proteção não é válida apenas para os assaltos e furtos, comuns nesse período, mas também para

<sup>55</sup> Disponível em: < <https://www.instagram.com/euachoeopouco/?hl=en>. Acesso em: 11/09/2023.

proteger-se da própria polícia. Apesar do carnaval proporcionar em diversas ocasiões a mistura entre os estabelecidos e os outsiders, para usar novamente a expressão do Norbert Elias, os foliões marginalizados socialmente, são constantemente alvo de repressão por parte da polícia militar. Esse tipo de diferenciação de tratamento por parte da força policial, infelizmente, não ocorre apenas no carnaval de Olinda, e também não é um problema exclusivo do século XXI. O autor Leonardo Affonso Pereira, nos mostra que esse tipo de represália já ocorria desde o início do século XX, ao estudar os clubes de Carnaval do Rio de Janeiro compostos por grupos desfavorecidos socialmente e economicamente, nesse período:

Composto majoritariamente de trabalhadores de baixa renda mestiços e negros como os dois participantes do conflito – que eram parte da “escória social” que ele dizia frequentá-lo -, o “Couraceiros” aparecia aos olhos da autoridade policial como um temível antro de marginais.

Atentos para cada pequeno distúrbio que pudesse se relacionar com seus festejos, delegados e comissários de polícia tentavam, assim, compor uma caracterização geral dos membros desses clubes como gatuosos e desordeiros, justificando com isso a sua ação [...]. (PEREIRA, 2002, P.423 e 435).

Portanto, o carnaval é também um período onde evidencia-se a separação classista nos espaços e em suas práticas recreativas. Porém, é também no carnaval onde através da fantasia, é oferecida aos grupos sociais desfavorecidos a ferramenta do disfarce, para que além de proteger-se, como dito anteriormente, possam também externar e comunicar suas insatisfações e reivindicações de forma velada, atribuindo-os uma menor possibilidade de represália por parte das autoridades dominantes (SCOTT, 2013). Sendo assim, é também por esse motivo que o carnaval é tão utilizado para se imprimir críticas sociais e políticas. Nas imagens a seguir veremos exemplos de pessoas que ao brincar o carnaval, se aproveitaram do espaço para colocarem suas insatisfações.

Como exemplo, vejamos as imagens subsequentes. A primeira delas mostra um grupo de amigos que estamparam suas camisas com a frase dita pela ministra das mulheres, família e direitos humanos (2019-2022), “menino usa azul e menina usa rosa” invertendo essas cores, ironizando dessa forma a frase dita pela então ministra. A segunda imagem subsequente mostra uma mulher que ao se vestir de caveira, exerceu uma crítica sobre a reforma da previdência que ocorreu no ano de 2019 onde foi prolongado o tempo mínimo para a aposentadoria. A terceira imagem ilustra um traço característico do carnaval de Olinda, o desfile dos bonecos gigantes, que representam figuras conhecidas da sociedade. Porém, a imagem mostra a hostilização

sofrida pelo boneco do então presidente da República, Jair Bolsonaro, onde o povo mostrou sua insatisfação com o governo:

Figura 56: Grupo de foliões do carnaval de Olinda fazendo crítica então ministra Damares.



Imagem retirada de site<sup>56</sup>

Figura 57: Folião fantasiada de caveira em crítica a reforma da previdência do ano de 2019.



Imagem retirada de Site<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/carnaval-2019-politica-inspira-fantasia-de-carnaval-fotos.ghtml>. Acesso em: 11/09/2023.

<sup>57</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/carnaval-2019-politica-inspira-fantasia-de-carnaval-fotos.ghtml>. Acesso em: 11/09/2023.

Figura 58. Boneco do então presidente Jair Bolsonaro sendo hostilizado em Olinda



Imagem retirada do Site<sup>58</sup>

O carnaval de Olinda, assim como as outras manifestações culturais já mencionadas, é um ritual do povo olindense que permite às classes sociais mais baixas expressarem suas insatisfações cotidianas por meio de críticas sociopolíticas repletas de liberdade simbólica e elementos lúdicos. Como nos demonstrou James Scott (2013), não é por ter simbolismo que essas reivindicações perdem seu tom de cobrança para solução dos problemas expostos. O carnaval que acontece dentro do Sítio Histórico de Olinda é um exemplo de como essa manifestação cultural tão popular pode ser utilizada para fins políticos e sociais, seja por meio da concepção de blocos inteiros, como o *Eu Acho é Pouco*, ou por foliões em sua individualidade criativa.

É importante destacar, que as classes mais baixas que constituem esses blocos são compostas majoritariamente por trabalhadores, como nos trouxe a luz o autor Affonso Pereira ao afirmar que os blocos com sede nos subúrbios do Rio de Janeiro no século XX eram: “compostos majoritariamente de trabalhadores de baixa renda mestiços e negros” (PEREIRA, 2002, p.423). Ou ainda como aponta o dossiê do Frevo: “são os primeiros grupos de trabalhadores urbanos, os responsáveis pelas

---

<sup>58</sup> <https://noticias.uol.com.br/carnaval/2019/noticias/redacao/2019/03/04/bonecos-gigantes-de-jair-bolsonaro-e-michele-sao-hostilizados-em-olinda.htm>. Acesso em: 11/09/2023.

várias sociedades populares, como eram conhecidas as agremiações carnavalescas do Recife” (LÉLIS et al., 2007, p.27).

No carnaval de Olinda reflete-se esta mesma realidade, sendo as sedes de seus blocos, historicamente, um lugar onde esses trabalhadores se reuniam para planejar seus dias de folia, e como dito anteriormente, como poderiam aproveitar o momento para suas reivindicações. O conceito de “pedaço” usado por Magnani (1998), ao estudar espaços de lazer da cidade de São Paulo, nos ajuda a entender as relações que se estabelecem nesses espaços. O conceito refere-se à sociabilidade que se dá nesses espaços, no nosso caso as sedes dos blocos, e como eles funcionam como intermediários entre a casa e a rua, formando laços e redes de coletividade entre as pessoas que fazem parte e se sentem pertencentes daquele espaço.

O bloco *Bacalhau do Batata* é um ótimo exemplo para visualizarmos a relação do carnaval com o trabalhador. O bloco teve origem ainda no século passado, em 1962, devido a impossibilidade do garçom Isaías Pereira da Silva, popularmente conhecido como Batata, brincar o carnaval. Batata trabalhava durante toda semana e só folgava na quarta-feira de cinzas; a partir disso, o garçom juntou seus pares, trabalhadores que também labutavam durante o carnaval, e organizou um bloco que só sairia no dia de folga, a quarta-feira de cinzas. Logo, em primeiro lugar, o bloco constitui um espaço de resistência, já que sua própria criação remonta a elaboração de uma maneira possível de brincar o carnaval, e a partir disso, possibilitar que esses trabalhadores que não folgavam durante os dias de folia, pudessem também ter o seu momento de fantasiar-se e fazer reivindicações de forma mais segura e velada como as demais. Em segundo lugar, o bloco *Bacalhau do Batata* também funcionava e continua funcionando, como um espaço onde esses trabalhadores se unem a partir de suas condições econômico-sócio-culturais em comum.

Figura 59: Desfile do bloco Bacalhau do Batata



Imagem cedida por Hugo Muniz, 2023.

Esse espaço carnavalesco contribui, portanto, para o desenvolvimento de uma consciência de classe por meio de suas experiências compartilhadas e vividas (THOMPSON, 2012). Para Thompson, a solidariedade de classe surge da interação social, das lutas e costumes comuns, assim como das aspirações compartilhadas. E, é justamente isso que vemos nos blocos carnavalescos, principalmente nos olindenses, talvez por serem movidos através do ritmo do frevo, que é feito por,

Gente de pé no chão, grupos de trabalhadores, geralmente da mesma profissão, que se juntavam para celebrações. Momento de lazer coletivo permitido pelo patrão, licença do trabalho e da lida diária, que na essência não negava a realidade, antes, transformava seus instrumentos de trabalho em elementos festivos, transportados para um universo mágico no qual a festa, a música e a dança embalavam o prazer e os desejos. É a extrema proximidade entre o concreto e o simbólico que a arte deixa aflorar nas necessidades humanas. Sejam elas individuais ou coletivas. Destreza, muito de luta e defesa do moleque negro ou mestiço que deixou a sua marca registrada, no que viria a ser o frevo (LÉLIS, 2007, p.17).

Portanto, não é possível falar sobre o carnaval de Olinda, sem falar do frevo. Manifestação que se criou no meio do povo, e afirma-se depois, como traço marcante de sua fisionomia urbana, ao ponto de ser hoje considerado Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco. O frevo apareceu pela primeira vez nas ruas do Recife por volta da metade do século XIX e logo se espalhou pelas ladeiras de Olinda, tornando-se, juntamente com o maracatu, símbolo sonoro da maior festa popular da cidade. O frevo chega ao século XX como uma manifestação carnavalesca tipicamente pernambucana, democrática e popular, diferenciando-se assim dos bailes cariocas e paulistas, elitistas e excludentes. Logo, compreender o frevo é, de certa forma, reconstituir parte da história das camadas populares.

[...]As grandes multidões, a agitação política, a formação da classe trabalhadora, o fortalecimento do movimento operário e a perspectiva de modernização, tudo encontrou sua maior expressão no frevo, na força que emergia da grande massa popular que habitava a cidade (LÉLIS et al, 2007, p.27).

A origem do frevo está ligada diretamente às classes mais baixas, refletindo em sua dança, o improviso, a espontaneidade, o vigor dos passistas, o jogo da capoeira, e, a luta corporal e de classes (LÉLIS et al, 2007, p.19). Essas características ocupam o Sítio Histórico de Olinda durante os dias de carnaval, seguindo o roteiro chamado “sobe e desce”, onde as centenas de agremiações e blocos se encontram ao subir e descer suas ladeiras. Esse é o grande momento que após um ano inteiro de organização para preparação de cada bloco, denotando resistência e compartilhamento de experiências, os trabalhadores e as pessoas em situação de pobreza, podem ser ouvidas, ao fazerem das ruas o seu palco. É nesse momento, portanto, que eles veem a materialização de seus esforços, quando a primeira batida do caixa marcando o tempo dos sopros ecoam, e dão forma as frenéticas melodias dos frevos, ocupando sonoramente as ruas e atingindo o coração dos foliões.

O carnaval de Olinda é um exemplo disso, pois o povo é o real protagonista da festa e vem lutando e resistindo, dia após dia para que esse cenário não se modifique ao longo dos anos. Uma demonstração dessa luta constante desses moradores contra instalação de camarotes, já que estes visam separar e distinguir os foliões por sua classe social, o que poderia dificultar ainda mais o acesso a determinados espaços e atrações.

Há em Olinda uma lei municipal conhecida como Lei do Carnaval, a Lei nº 5.306/01, que proíbe expressamente os focos não oficiais ou festas com aglomeração de pessoas, com ou sem utilização de aparelhagem. Mas, nos últimos anos, vem



acontecendo um fenômeno considerado novo pelos olindenses, e que passou a ser conhecido como “casas-camarotes”, onde casarões passaram a cobrar um valor diário que inclui vista privilegiada, shows privados (ou não), banheiros, bebidas e outros privilégios aos consumidores do evento. Diante do novo cenário, os moradores e brincantes do carnaval do SHO se mobilizaram e pressionaram o então prefeito da cidade a proibir também esse novo modelo de camarote, que ameaçava a experiência em si do carnaval de Olinda, que se destaca historicamente, por todas as pessoas estarem como brincantes na rua de maneira horizontal, democrática e popular. A situação resultou em audiência pública realizada na sede do Ministério Público de Pernambuco, em Olinda, onde críticas e sugestões foram feitas por moradores, foliões e representantes de entidades sociais. As demandas foram debatidas entre o referido órgão e a prefeitura de Olinda, onde garantiu-se que não seria autorizado a realização desse tipo de evento no SHO durante o carnaval.

Figura 60: Moradores e foliões do SHO protestando contra camarotes na Câmara dos Vereadores no ano de 2015



Imagem: Marina Barbosa/ G1<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2015/noticia/2015/01/prefeitura-de-olinda-sanciona-lei-que-proibe-camarotes-durante-o-carnaval.html>. Acesso em: 14/09/2023.

A mobilização dos moradores e foliões culminou em modificações na Lei 5.306 de 2001, através de emendas apresentadas por membros do Poder Legislativo, que, ao preservarem a redação original da legislação municipal e adaptarem ao novo cenário da cidade, impediram a implantação de qualquer tipo de camarote que seja de natureza privada em toda a extensão do Sítio Histórico de Olinda.

Contudo, esta problemática continua a ser objeto de acirrados debates entre os habitantes do Sítio Histórico de Olinda, visto que grande parte dos proprietários de casarões históricos do local alugam suas propriedades, geralmente situadas em áreas privilegiadas, por valores substancialmente elevados durante o período do carnaval, formando assim, novamente, um novo tipo de “camarote”. A situação ainda conta com o agravante de que muitas dessas habitações são objetos de locação durante todo o ano, através de contratos que já estipulam aos locatários a necessária desocupação do imóvel nos dias de festividade carnavalesca, gerando um grande transtorno a uma parte considerável dos moradores do sítio histórico.

Essa situação de desarranjo em que os moradores são inseridos, ao serem obrigados a desocupar suas residências durante o período de carnaval, transformando suas casas em uma espécie de camarote, cuja a legislação municipal não é capaz de intervir, é motivada por pessoas que dentro de uma abordagem fundamentada no neoliberalismo, exploram o carnaval como uma mercadoria aproveitando-se de lacunas na lei. A moradora Rita, contou um pouco de sua vivência nesse sentido:

Eu morei no Sítio Histórico de Olinda, de julho de 2007 a julho de 2008, foi por um ano. Morava na esquina da ladeira da Misericórdia, na primeira casa quando você vem descendo do Alto da Sé, era uma casa que pertencia a uma gringa, acho que era de Londres, mas já morava a muito tempo em Olinda. Quando me mudei pra lá, já tinha no contrato que tinha que sair na época do Carnaval, e aí era assim, podia deixar as coisas lá, os móveis e tal, mas ninguém ia querer deixar né? E ela não se responsabilizaria de fazer uma mudança. Mas, como tinha uma boa relação com ela, pude deixar parte das coisas num depósito que ficava no fundo da casa, e foi muito gente boa em arrumar outro lugar pra gente ficar, era num lugar mais periférico. Na verdade ela foi gente boa de anos arrumar esse outro lugar, porque isso não tinha no contrato, nada. Era o combinado desde o início, aceitamos aquilo, mas foi um transtorno porque a gente teve que se virar no Carnaval, fazer uma pequena mudança, tirar todas as coisas e depois colocar tudo de novo. Esse foi um dos motivos que me fez sair do Sítio Histórico de Olinda, porque não tem como ficar saindo todo Carnaval, a gente tinha nossas coisas, então a gente não conseguia ter uma vida tranquila o ano todo, porque no Carnaval tudo mudava, tanto a cidade como o fato de sair da casa.

Diante da fala de Rita, fica evidente que existe uma luta travada entre os moradores de Olinda, com empresários ou locadores, onde os órgãos estatais buscam conciliar os interesses de ambos os setores. Então, se por um lado a grande massa da população do Sítio Histórico de Olinda luta pela permanência de um carnaval popular e na rua, por outro, locadores e empresários atendendo a uma lógica de pensamento neoliberal, buscam fazer do carnaval de Olinda um negócio.

Em conversa com pessoas que alugam suas casas no carnaval e fazem disso um negócio, pudemos acessar os valores. Em conversa com um indivíduo a respeito desse assunto, ele relatou que aluga uma casa de cinco quartos na rua da prefeitura, lugar que é privilegiado por fazer parte do percurso da maioria dos blocos, pelo valor de vinte e dois mil reais. O que chamou atenção, além do valor altíssimo, foi a justificativa que o locatário mencionou: “a casa tem varanda, a casa é mais alta, então você vê tudo meio que de um *camarote* e ao mesmo tempo você não tá tão distante, ali de cima você consegue ver tudo que passa”. Outro proprietário, informou que consegue alugar sua casa de três quartos, no SHO, pelo valor de dezesseis mil reais nos dias de carnaval, devido a boa localização do imóvel, já que esta também está inserida na zona mais valorizada do centro histórico, a SRR.

Se observarmos o carnaval de Olinda pela ótica neoliberal desses proprietários locatários, passaremos a percebê-los enquanto pequenas empresas onde se ambiciona, primordialmente, resultados econômicos. O carnaval passa a ser aqui, uma mercadoria cultural, cujos sujeitos principais são os empresários do setor imobiliário.

Portanto, o patrimônio digno de expressar os valores burgueses e ser mercantilizado é o único que interessa a lógica neoliberal. O restante fica condenado ao esquecimento, à mercê da especulação imobiliária... Assim, a relação entre o neoliberalismo e o patrimônio cultural é basicamente uma relação mercantil (SILVA, 2021, p.27).

Diante desse contexto, torna-se perceptível a ocorrência de uma espécie de gentrificação “temporária”, onde os moradores não proprietários são forçados a se deslocarem do Sítio Histórico de Olinda, em determinado período do ano, em função dos interesses econômicos de uma classe média proprietária.

Em termos práticos, essa situação acontece no SHO através de um tipo de contrato, comumente conhecido como “contrato de gaveta”, onde se realiza um contrato informal e não registrado em cartório, onde as partes envolvidas realizam um acordo, mas não formalizam a transação perante as autoridades competentes. Nesses contratos, o inquilino compromete-se, por falta de opção, a sair da casa durante o período de Carnaval. Nesses casos, além do proprietário receber o aluguel

mensal o ano inteiro, ainda tem a possibilidade de superfaturar o valor durante os quatro dias de folia, onde dependendo do imóvel e de sua localização, é possível alugar nesse período por oito mil, dez mil, quinze mil ou vinte mil reais, conforme já mencionado.

O que se percebe mais uma vez é a tensão entre as classes sociais, onde a classe mais alta tenta excluir os que estão em uma escala econômica mais baixa, de eventos culturais supervalorizados como o carnaval, ao estabelecerem contratos que os retiram do local durante o período. Em contrapartida, as classes mais baixas tentam se mobilizar e criar meios de resistência para que sua participação no carnaval continue sendo viável, mesmo que isso signifique um esforço maior, afinal, para brincar essas pessoas passam a ter que lidar antes de tudo, com uma mudança envolvendo uma lógica de traslado para seus móveis, e, o ir e vir diário para a festa, já que perdem o privilégio de residir no local da festa durante a folia.

Todos esses movimentos envolvem gastos financeiros a mais, devido a mudança para sair do SHO e depois retornar, as passagens para ir e vir todos os dias para o carnaval, e a compra de refeições em bares e restaurantes, já que se perde a vantagem de estar em casa para poder cozinhar. Portanto, o ato de resistência em continuar brincando o carnaval no SHO exige certa disponibilidade financeira, que certamente grande parte dos “outsiders” não dispõe.

Destarte, fica mais uma vez em evidência, que a valorização das manifestações culturais assim como discursada e prometida pela lógica neoliberal, seguramente não inclui os reais responsáveis por fazer esses rituais acontecerem, pois, como demonstrado ao longo desse trabalho, a valoração econômica gerada pela festa, se dispersa por outros agentes sociais, incluso os empresários do mercado imobiliário e cultural, chegando muito pouco ou nada nas bases.

Esse movimento é possível de ser visualizado quando atentamos para o fato de que, mesmo as manifestações culturais de Olinda consideradas as mais importantes, como é o caso do Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda (1952), da Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos (1947), da Troça Carnavalesca Mista Cariri Olindense (1921), e do Homem da Meia-Noite (1932), todos registrados como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, enfrentam dificuldades econômicas, precisando na maioria das vezes, criar maneiras próprias para obter dinheiro suficiente para manutenção da brincadeira. As próprias histórias desses blocos remetem a luta por suas existências, pois é dessa forma que a maior

parte das manifestações culturais do SHO, consegue manter-se em atividade até os dias atuais.

A troça da Pitombeira e o clube do Elefante são blocos antigos e tradicionais da chamada cidade alta, onde possuem suas sedes, seus “pedaços”. Essas duas agremiações são conhecidas até hoje pela rivalidade existente entre ambos, onde nos anos 60 era acirrada ao ponto de ocasionar brigas entre os brincantes. Em Olinda famílias inteiras se dividiam entre Elefante e Pitombeira; outras entre Lenhadores Olindenses e Vassourinhas de Olinda. As pessoas estampavam nas casas e nas fantasias as cores e os símbolos da agremiação preferida (LÉLIS, 2007, P.99). Hoje a animosidade entre os blocos se tornou muito mais um costume a ser mantido, do que uma disputa efetivada em violência. A rivalidade se tornou lúdica e mantê-la é uma espécie de diversão.

Figura 61: Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos



Fonte: Hugo Muniz, 2023.

Figura 62: Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda



Fonte: Hugo Muniz, 2023.

O Homem da Meia Noite, assim como os dois blocos acima, possui uma importância cultural imensurável para o SHO. Com seu fraque, cartola, gravata borboleta e dente de ouro, ele sai de sua sede localizada no bairro do Bonsucesso à meia noite do sábado de carnaval, com a missão de entregar a chave, que simboliza a abertura do carnaval de Olinda, para a troça Cariri Olindense, abrindo assim, oficialmente para os olindenses, a festa de momo. Utilizo aqui o termo “oficial”, pelo fato de tal ritual ter sido reproduzido e transmitido de geração a geração, tornando-se um costume tão valorizado pela população, que hoje não existe um só olindense que não considere oficial a abertura do carnaval promovida por este encontro. Esse cenário se dá, como nos alertou E.P.Thompson, porque o costume é uma práxis, porém (e) também pode vir a se manifestar enquanto lei (Thompson, 1998). De modo que, o costume quando nitidamente definido e suficientemente repetido e valorizado pela comunidade que o envolve, ganha força de lei, como é o caso aqui da entrega da chave feita pelo Homem da Noite ao Bloco do Cariri, que passa a representar para os moradores de Olinda, a inauguração oficial das festividades carnavalescas da cidade. O costume geracional de vivenciar esse ritual, o transformou em uma lei para os olindenses.

Além dessa importância sociocultural, o Homem da Meia Noite ocupa um lugar diferenciado em relação às demais agremiações carnavalescas da cidade por possuir uma significação espiritual. O Homem da Meia Noite, não só é o primeiro boneco gigante de Olinda<sup>60</sup>, como é também reconhecido enquanto calunga. Segundo Luiz Adolpho, presidente do bloco, o Homem da Meia Noite é considerado uma figura mística do candomblé devido a data de seu nascimento, dia dois de fevereiro, data dedicada a Orixá Iemanjá, o que o fez ser considerado seu filho e conseqüentemente uma entidade. Por este motivo, o Homem da Meia Noite ao desfilando, reverência às pessoas por onde passa, principalmente os moradores antigos do SHO, dando-lhes uma espécie de bênção, fazendo com que muitas pessoas se benzam ao vê-lo, ou façam pedidos ao tocá-lo. O calunga aos seus 90 anos de idade, segue sendo talvez, o personagem mais misterioso e querido do Centro Histórico de Olinda.

Figura 63: Homem da Meia Noite desfilando pelas ladeiras do SHO



Fonte: Hugo Muniz, 2023.

---

<sup>60</sup> Acredita-se que os primeiros bonecos gigantes surgiram na Europa Medieval e chegaram ao Brasil pelo Sertão de Pernambuco. Os bonecos chegam em Olinda, onde instalam-se como costume e rito, em 1932, através da criação do boneco do “Homem da Meia Noite” e posteriormente em 1937 de sua companheira a “Mulher do Meio Dia”, sendo então os dois primeiros bonecos gigantes de um já longo costume prevalecente das ladeiras de Olinda. O SHO é morada de em média 100 bonecos gigantes, que possuem entre 3,5m e 4m de altura e pesam entre 15kg e 20kg, onde cada boneco gigante tem o seu bonequeiro e cada bonequeiro tem o seu próprio passo e jeito de “dançar”.

As criações dos blocos carnavalescos de Olinda estão quase sempre ligadas a mitos<sup>61</sup> que permeiam o sítio histórico. No caso do Homem da Meia Noite, a história mais aceita para explicar sua criação, é a de que circulava pelas ladeiras de Olinda um homem elegante, com dente de ouro e fraque verde e branco, que pulava as janelas das casas do sítio histórico para namorar com as moças durante a madrugada.

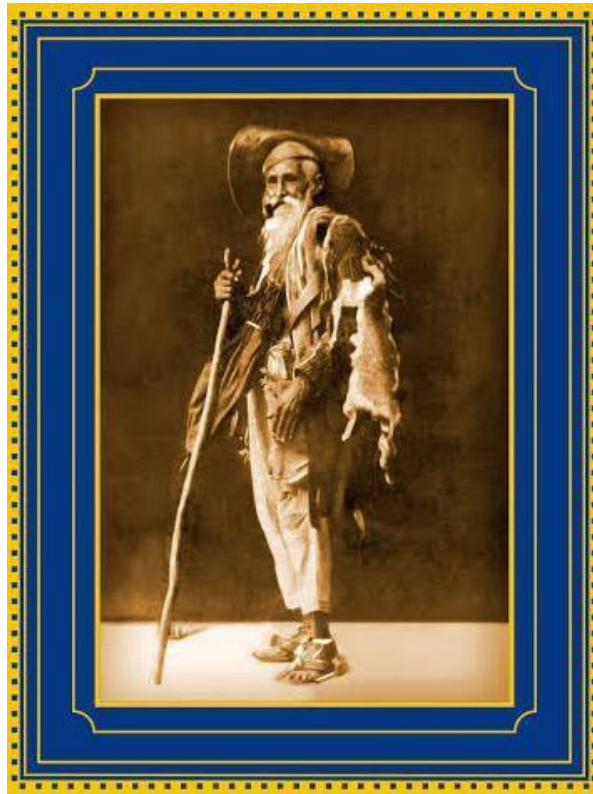
Já o mito que inspirou a criação da Troça Mista Cariri Olindense, o bloco responsável por abrir o carnaval de Olinda, e que assim o faz após receber a chave do Homem da Meia Noite, está ligada ao mito que circulava nas ladeiras de Olinda sobre um velho que pegava as crianças e as colocava em um saco. Então, um grupo de amigos que estava indo toda semana ao mercado de São José para comprar material para criação de um bloco que ainda não tinha nome ou uma ideia pré-criada, encontrava sempre, nos arredores do mercado, um velho muito caricato que carregava ervas e nunca dizia o seu nome, apenas de onde vinha, do Cariri. Esse grupo de amigos tem então a ideia de ligar uma história à outra, e logo transformam o Velho do Cariri no velho do saco de Olinda. Essa ideia servia também de argumento para os pais poderem brincar o bloco sem seus filhos, pois passaram a dizer às crianças quando o bloco se aproximava que elas não poderiam ir, pois o Velho do Cariri estava vindo e a criança que não estivesse dormindo, seria carregada pelo velho em seu saco. O grupo de amigos chegou a tirar uma fotografia do Velho do Cariri em suas idas ao mercado, mas depois da fotografia o velho nunca mais reapareceu e não se sabe se chegou a ter conhecimento da criação do bloco, já que não foi visto novamente para ser avisado.

---

<sup>61</sup> Entendemos os mitos como narrativas simbólicas, criadas pelas pessoas em determinado local e que ali permanecem, por serem passadas de geração em geração através da oralidade. Os mitos são importantes para construção e permanência da identidade cultural de determinado grupo social. (DARTON, 2014).



Figura 64: Fotografia real do “Velho do Cariri”



Fonte: site oficial da TCCO<sup>62</sup>

Figura 65: Fotografia da representação “Velho do Cariri” durante desfile no ano de 2023



Fotografia: Hugo Muniz, 2023.

<sup>62</sup> Disponível em: < <https://caririolindense.org.br/> . Acesso em: 18/09/2023.

Mesmo a troça do Cariri tendo sido criada no ano de 1921, foi só na década de 1960 que surgiu seu hino, e como veremos a seguir, faz alusão a sua história de criação e ao mito olindense que o inspirou:

Lá vem o Cariri ali  
Com saco de pegar criança  
Pegando menino e moça  
Pegando tudo o que a vista alcança

Cariri não tenho medo  
Cariri tenho receio  
Pega velho  
Pega moço  
Só não pega gente feio

Apesar de todo o costume, de todo rito e de todo mito, esses blocos, embora sejam reconhecidos como Patrimônios do Estado de Pernambuco, não recebem um incentivo economicamente justo, de modo que garanta sua existência permanente.

Toda manifestação cultural que é reconhecida como Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, como previsto na Lei Estadual nº 13.536/2008, passa a ter direito a uma bolsa de incentivo cujo objetivo é preservar e valorizar as manifestações culturais tradicionais do estado, garantindo dessa maneira a sua perpetuação através da transmissão dos saberes e práticas da brincadeira para as próximas gerações. Porém, ao escutar as pessoas responsáveis por manter essas agremiações carnavalescas no dia a dia, evidenciou-se que a bolsa no valor de R\$ 3.200,00 reais para pessoa jurídica, conforme está previsto para o ano de 2023, não é suficiente para manter a estrutura de um bloco de carnaval, assim como não é suficiente para atender as exigências que o título de Patrimônio Vivo do Estado requer. Dentre as exigências, está a manutenção e promoção do bem ao qual está relacionado, o que envolve, por exemplo, a produção de eventos durante todo o ano, conforme nos relatou em entrevista, Policarpio, um dos responsáveis pela organização da Troça Carnavalesca Mista Cariri Olindense:

O ideal seria ter outros apoios financeiros durante o ano, seria o ideal, aí assim, como a gente é patrimônio vivo tem esse privilégio porque recebe essa bolsa e tal, ok, dá pra fazer algumas atividades, mas assim, a ideia da bolsa do Patrimônio Vivo, uma é salvaguardar o patrimônio e que a gente faça atividade de manutenção e promoção do bem ao qual está relacionado, que no nosso caso, do cariri, é o frevo, então é pra gente tá todo mês fazendo atividades, apresentação, orquestra ali, mas acaba sendo isso voltado pro carnaval, a gente até consegue fazer atividades menores, mas no cenário ideal era que todo final de semana tivesse uma apresentação de frevo, porque uma coisa que a gente fala muito é que um

turista chega na cidade e pergunta “onde que eu ouço frevo hoje?” e não tem uma referência, uma vivência, chega no sábado, no domingo, não existe esse ponto, esse local, e deveria existir, deveria existir um lugar onde se escuta frevo, que se tenha uma vivência de frevo, se veja uma apresentação na cidade. A gente que é da diretoria, por exemplo, não recebe nenhuma bolsa pra ta contribuindo, muito pelo contrário as vezes a gente até paga, até gasta, mas é muito por amor mesmo, uma dedicação, é trabalho voluntário.

A gente queria ter esse trabalho pra turistas, existem planos de manter a sede aberta pra visitação o ano todo, mas não fica, uma porque a gente não tem gente pra isso, porque pra manter a sede aberta a gente teria que ter uma pessoa disponível lá, teria que pagar essa pessoa, pra pessoa ficar lá e tal, então a gente não tem esse recurso pra isso.

O depoimento acima é elucidativo quanto ao desejo, e ao mesmo tempo, a impossibilidade da Troça Mista Cariri Olindense em realizar eventos ao longo do ano com o valor da bolsa concedida pela Lei do Patrimônio Vivo. Logo, mais uma vez se vê a incoerência entre o discurso e a prática para com as manifestações culturais de Olinda, já que oferece um subsídio financeiro incapaz de realizar as próprias exigências. O incentivo financeiro dado para os blocos considerados Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, é muito aquém do retorno financeiro que essas manifestações geram ao município de Olinda e ao estado de Pernambuco, já que atraem uma quantidade alta de turistas ao longo do ano. No carnaval, a quantidade de visitantes a Olinda alcança números exorbitantes, a exemplo do carnaval do ano de 2023 que registrou mais de 4 milhões de foliões, chegando a movimentar cerca de R\$ 400 milhões de reais na cidade. Assim, considerando que essas manifestações culturais desempenham um papel fundamental na obtenção dessa quantia, cabe perguntar por qual razão elas não têm recebido um retorno financeiro adequado e suficiente para que possam sustentar suas atividades e realizar eventos e oficinas destinados às suas comunidades ao longo de todo o ano.

Observar a situação dessa maneira, mostra a construção de uma imagem de cidade que, na prática, tem gerido o seu patrimônio material e imaterial de uma forma propensa a considerá-los como mercadoria cultural, onde os empresários locais apropriam-se quase que exclusivamente, da rentabilidade proporcionada por essas manifestações culturais, restando muito pouco ou quase nada para os fazedores de cultura. Esse modo de aplicabilidade das leis patrimoniais nos leva ao entendimento que assim como boa parte dos centros históricos espalhados ao redor do mundo, o Sítio Histórico de Olinda também vem seguindo a lógica neoliberal em relação ao seu patrimônio. A forma como os representantes responsáveis pelo patrimônio da cidade de Olinda tem o gerido, pode facilmente ser resumida na conhecida frase emitida pelo

ex ministro da cultura Francisco Weffort (1995 e 2002): “O patrimônio cultural no Brasil não é só uma questão de cultura, mas também matéria econômica” (LEITE, 2007, p.70).

Diante do contexto explicitado, resta aos blocos desenvolverem seus próprios mecanismos de resistência para continuarem mantendo seus costumes e rituais, e assim continuarem existindo. Na maioria das vezes esses blocos carnavalescos, assim como as outras manifestações culturais, desenvolvem e produzem eventos de maneira independente visando arrecadar fundos para sua própria manutenção, conforme relatou o integrante Policarpio, integrante da diretoria da Troça Mista Cariri Olindense:

Nesses últimos anos o Cariri vem passando por um processo de transformação, de tentar se desvencilhar dos recursos do Estado, e tentar caminhar com recursos próprios, então fazemos alguns encontros que chama “Cariri convida” e aí é o Cariri com outras agremiações, outras manifestações culturais, mas não é visando lucro, é mais pra se manter. A sede ela não é grande, ela só cabe 250 pessoas os eventos que a gente faz são muito seletivos, são eventos pequenos, mas conseguimos levar algumas apresentações pra dentro da sede e cobrar um ingresso; e, por entender que a gente precisa valorizar isso e deixar o mais acessível possível, geralmente a gente compra o ingresso muito mais barato do que se fosse em outros lugares, não me lembro de festa lá, por exemplo, com ingresso de mais de 20 reais, não me lembro, não teve, é nosso teto máximo, para que realmente todos possam participar, inclusive a comunidade... enfim, agora não dá mais pra fazer evento por conta própria gratuito, é um custo muito alto, precisamos da ajuda para montar a estrutura, contratar o pessoal, o que não sobra quase nada pro caixa da agremiação.

Diante da fala feita pelo próprio bloco do Cariri, vemos que os problemas enfrentados pelas manifestações debatidas em tópico anterior, como o coco, o maracatu e o forró, estendem-se até mesmo para a manifestação mais rentável da cidade: o carnaval. O desafio, portanto, tem sido o mesmo para as diferentes manifestações culturais que permeiam o SHO, e conforme visto nesta pesquisa, os meios de resistência também são os mesmos: continuar existindo e resistindo por meio da produção independente. O representante da diretoria da Troça do Cariri concluiu,

Nosso principal desafio pra manter tudo isso é apoio do poder público, por exemplo, captação de recursos, recebimento de cachês de apresentações, existe essa dificuldade, talvez seja o grande entrave, infelizmente não dá pra se fazer cultura, principalmente cultura popular, sem dinheiro, o dinheiro é a grande mola que movimenta tudo, que mexe em toda a nossa economia, inclusive a cultural, então é necessário, é importante, e assim, as vezes a gente sente essa dificuldade de ter acesso aos recursos, de ter acesso a esses investimentos do poder público, é bem difícil mesmo, mas a gente consegue ir se mantendo.

É realmente preocupante que os principais responsáveis pelo maior evento da cidade não consigam sequer um conforto financeiro para continuar a realizar a brincadeira de maneira condizente com a dedicação a eles exigida. Portanto, a realidade atual do patrimônio cultural do Sítio Histórico de Olinda é que as manifestações culturais supervalorizam o local, mas o que essas manifestações culturais recebem em troca, não é condizente com os ganhos que essas brincadeiras trazem em benefício ao SHO. Os trabalhadores e as pessoas que vivem em situação de pobreza, reais fazedores do carnaval, foram e continuam sendo historicamente desvalorizados, ainda que o discurso das autoridades e midiáticos digam o contrário. Isso ficará ainda mais claro, nos tópicos a seguir.

#### **4.2.1) A RELAÇÃO DOS MORADORES DO CENTRO HISTÓRICO COM O CARNAVAL**

A visão dos moradores do SHO acerca do carnaval é um importante aspecto de análise, pois traz luz aos pontos positivos e negativos a despeito da manifestação mais esperada e amada pelos olindenses. Os moradores da cidade de Olinda, mas que não residem dentro do centro histórico tem a opção de estar ou de não estar dentro do carnaval, e por este motivo, na maioria das vezes, acabam enxergando apenas os aspectos positivos da festa. Já os olindenses que não possuem a opção do “não estar no carnaval”, por serem moradores do SHO, dormem e acordam com o “Rei Momo” batendo em sua porta sem pedir licença para entrar, conforme alegou o morador Leto: “você dentro de casa ali, é você tá no carnaval, não tem essa de - ah vou repousar aqui, vou esquecer carnaval - você vai tá no carnaval dentro de casa, querendo ou não, fechando os olhos ou abertos você vai tá no carnaval”.

O carnaval é a principal festa da cidade, tanto porque é a manifestação cultural que mais movimenta a cidade, atraindo milhões de pessoas, quanto porque é um rito e um costume centenário do SHO. As pessoas se programam e esperam ansiosamente, pelo momento de libertação que o carnaval representa. Como disse um morador da rua de São Bento, “*carnaval é uma válvula de escape*”, é a época do ano em que o lúdico permite tudo, ou quase tudo; época em que se pode assistir dezenas de shows gratuitos, de vários estilos musicais, para todos os gostos. É tempo de subir e descer ladeira, entre confetes e serpentinas, em um calor de 40° C acompanhando alguns dos mais de 1.500 blocos carnavalescos que desfilam pelo Sítio Histórico de Olinda. Sem os olindenses entoando os hinos dos blocos, que sabem decorado, não

teria carnaval, conforme sugere com sabedoria, o hino do bloco da Pitombeira dos Quatro Cantos “*Se a turma não saísse não havia carnaval*”. Inclusive, é consenso entre os olindenses que o “verdadeiro” hino da cidade de Olinda, não é o oficial, que aliás é muito pouco conhecido, mas sim o hino do Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda:

Ao som dos clarins de momo  
O povo aclama com todo ardor  
O elefante exaltando as suas tradições  
E também seu esplendor

Olinda, este meu canto  
Foi inspirado em teu louvor  
Entre confetes, serpentinas, venho te oferecer  
Com alegria o meu amor

Olinda, quero cantar  
A ti, esta canção  
Teus coqueirais, o teu sol, o teu mar  
Faz vibrar meu coração  
De amor a sonhar, minha Olinda sem igual

Salve o teu carnaval!<sup>63</sup>

É inegável o quanto o carnaval faz parte da vida cotidiana do olindense, seja de forma positiva, pela felicidade trazida por uma onda libertária, ou de forma negativa, devido aos incômodos ocasionados aos moradores pela festa, conforme veremos a partir da fala dos entrevistados. Leto, por exemplo, afirmou gostar de carnaval, mas versou para esta pesquisa sobre os pontos negativos que o carnaval trás ao morador do SHO, em uma fala longa, mas primordial:

Uma das coisas do carnaval que é ruim, e isso no último carnaval foi mais leve, é o barulho de som mecânico, som acho que é uma das coisas que mais perturba qualquer pessoa, uma coisa é passar e fazer parte de uma troça, de um bloco, de alguma coisa, outra coisa é ficar fixo ali parado um som alto altas horas da noite que já tem o cansaço de um dia inteiro, então acaba que o som é uma das coisas que mais perturba a gente. Outra coisa é a questão da violência mesmo, o carnaval nem tanto, mas o período de prévias esse ano foi muito perigoso assim sabe? Da gente tá na calçada e ver aquele tumulto vindo em direção a calçada, daí ter que fechar as portas, arrastão, e isso acaba fazendo com que a gente fique meio refém, porque as pessoas que vem visitar a cidade, elas

---

<sup>63</sup> O Clube Carnavalesco Misto Elefante de Olinda foi fundado em 12 de fevereiro de 1952 e o seu Hino foi composto vinte e sete anos depois por Clóvis Vieira, em 1979.

só estão passando ali momentaneamente, só que a gente tá ali né? E você vê na porta da sua casa arrastões, assaltos, briga, tudo isso, e pelo menos na época das prévias você não via nenhuma movimentação do poder público, sabe? Com relação a isso, deixava você muito inseguro e vulnerável dentro da sua casa. Muitos moradores tinham que tá fechados, e outros preferiram nem tá aqui nas prévias de carnaval pra não presenciar isso, pra não ver isso, sei lá, pra não ser vítima de alguma coisa, trancavam as casas e saiam, iam pra praia, iam pra qualquer lugar... a terceira coisa, é que no período que o carnaval se aproxima, por volta de dezembro ou janeiro, a prefeitura dá o adesivo de morador pra deixar no carro, daí as barreiras dos guardas de trânsito, eles permitem a passagem dos moradores por terem esses adesivos, o problema é que de uma forma geral mesmo, o fato da gente ter o adesivo ou não em muitos momentos é inconveniente passar, a gente tá vendo ali que a rua tá tendo uma manifestação cultural, a gente não vai passar sabe? Tem gente que ainda buzina pra passar e tal, mas eu entendo os limites, a importância da manifestação, da brincadeira ali, então muitas vezes eu deixo o carro bem longe da folia e quando eu percebo que de noite a festa e a rua já tá mais tranquila, aí eu vou e pego o carro, por exemplo, diversas vezes eu deixei ali na Joaquim Nabuco, que é bem mais afastado, mas porque ali não tinha tanta festa, tanta gente né? Aí deixei o carro ali porque sabia que não ia passar nada, e aí domingo às nove horas da noite, tá eu descendo de beco em beco até chegar lá embaixo e voltar pra casa, mas não tem outra opção. Acho que a medida do adesivo é muito mais pra barrar os carros que não são de moradores, do que um benefício pro próprio morador, porque aí você usa o bom senso como morador de entrar, deixar em algum lugar, mas quem vem de fora é uma multidão, e se todas essas pessoas entrarem com o carro fica inviável, então acho que é uma medida muito mais para barrar os carros de fora do que simplesmente dá esse privilégio aos moradores, sabe?

Eu trabalho meu carnaval inteiro com plantões em Recife, então por exemplo, são situações assim, eu preciso chegar no trabalho de duas horas da tarde, então tomo meu banho em casa tranquilo, começou a descer as ruas, quando chego no Atacadão ali de Olinda, é que eu pego um táxi e sigo pro trabalho, só que quando chego no Atacadão eu já tô fedendo, suado, sujo, como se eu tivesse no meio da folia, e aí sigo pro trabalho, e quando é de noite faço o caminho inverso, são situações que não uso carro, porque é carnaval, uso táxi, carro por aplicativo, mas a lógica é essa, não tenho como ter mais do que isso, é andar a pé mesmo até um ponto bem distante e pegar qualquer tipo de condução onde todo mundo pega, nesse sentido não tem privilégio assim nenhum em ser morador do SHO, ao contrário é desprivilégio (risos).

A fala acima do morador Leto é muito importante para conseguirmos atravessar a fronteira do romantismo acoplado ao carnaval, pois apesar de entender a importância do romantismo sobre a festa, inclusive, para que ela continue a existir, é fundamental que entendamos também os aspectos negativos a fim de termos conhecimento sobre

o que precisa ser feito para que a festa continue acontecendo, porém de uma forma melhor e mais respeitosa para com os moradores do local.

A declaração acima elenca três pontos em que o carnaval interfere diretamente nas vidas dos moradores durante o período do carnaval. O primeiro aspecto é o som mecânico, que perdura até a madrugada; o segundo é a questão da violência que se acentua no durante os dias do carnaval, mas principalmente nos meses em que o antecede, período conhecido como “prévias”; e, o terceiro e último ponto a ser considerado, é o transtorno causado pela grande aglomeração de pessoas recebidas pelo SHO durante o carnaval, excedendo a capacidade espacial que o centro histórico suporta, resultando em dificuldades de locomoção, inclusive para os deslocamentos de ida e volta ao trabalho desses moradores.

Todas essas questões elencadas pelo morador Leto, são situações previstas na constituição, ou seja, constam na lei. O som mecânico ao qual o morador relata insatisfação e incômodo está proibido pela Lei Municipal 5.306/2001, que proíbe na localidade o som acima de 70 decibéis. Sobre a violência, questão já tão debatida aqui neste estudo, está prevista no artigo 144 da Constituição de 1998, onde assegura-se a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. E por último, em que a insatisfação perpassa pela questão de ficar “preso” no SHO, sem conseguir se locomover, o que é uma preocupação de muitos moradores conforme veremos adiante, está no artigo 5º, inciso XV da atual Constituição: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Portanto, como vem se mostrando ao longo da pesquisa, o problema não é o Estado, mas as suas gestões representativas; o problema não é o patrimônio, mas como o patrimônio vem sendo gerido; e nesses casos, o problema não são as leis em si, mas as falhas nas suas aplicabilidades.

É importante ressaltar, que ao analisarmos a história recente do carnaval, a questão da violência no período, apontada pelo morador, nem sempre foi um problema. A violência só veio a se tornar um fator preocupante no carnaval de Olinda, a partir da década de 1970 com o aumento da divulgação do carnaval, e consequentemente a elevação do número de pessoas que passaram a ir para a festa (Oliveira, 2015). Porém, se voltarmos um pouco na história, veremos que a violência sempre foi uma variável recorrente nos carnavais, pois a festa está desde sua origem, como vimos, está ligada à libertação e aos excessos, onde se comia bastante e se bebia bastante, como afirma Burke, sendo as cenas de violência comuns quando pensamos nos carnavais pelas representações de execuções ou castigos públicos



(Burke, 1989, p. 268) ou ainda quando recordamos as ocasiões de protesto social, como os motins e rebeliões (Burke, 1989, p. 276).

Porém, se a violência é um problema histórico, o que resta aos fazedores do carnaval, é pensar em como resolver o problema, ou ao menos, como amenizar a questão. No entanto, o diálogo nesse sentido com o aparelhamento estatal não tem sido tarefa fácil. O Homem da Meia Noite, por exemplo, é o bloco que mais registra ocorrências policiais durante o carnaval, e apesar dos seus dirigentes solicitarem todos os anos um maior contingente de agentes da segurança pública para acompanhar o desfile, a resposta é sempre a mesma: “não é possível, pois a maior parte do nosso policiamento está no bloco do Galo da Madrugada”. A solução apontada pelo governo do Estado também é sempre a mesma: “mudar o horário de desfile do bloco”. A alternativa apontada pelo governo do Estado ilustra a falta de respeito com os costumes e os rituais das manifestações culturais do SHO, pois conforme descrito anteriormente nesta pesquisa, o ritual mais importante do carnaval de Olinda, consiste justamente no calunga (Homem da Meia Noite) levar a chave para a troça do Cariri abrir o carnaval da cidade, à meia noite do sábado de Zé Pereira. Portanto, mesmo que a violência não seja um problema exclusivo ao período histórico em que vivemos, e nem particular ao carnaval de Olinda, é nosso dever nos questionarmos o que tem sido feito para controlar ou quais soluções palpáveis (e nesse caso respeitadas) têm sido realizadas para amenizar a situação.

Sobre o terceiro problema elencado pelo morador Leto, dona Luísa afirmou que a quantidade de pessoas absurdamente altas que vem para o SHO durante o carnaval, acaba lesando a cidade, e por consequência os casarios históricos. Ela informou que por este motivo se faz necessário guardar dinheiro ao longo do ano para pagar as contas da devastação ocasionada pelo carnaval, pois após a festa é preciso fazer reparos na fachada de sua casa e uma limpeza “reforçada”. Segundo a depoente, torna-se ainda essencial, a contratação de uma pessoa para ajudar a realizar a manutenção da casa durante os dias de folia, devido “ao entra e sai de pessoas” que se torna inevitável, seja para utilizar o sanitário ou para beber água, resultando em um gasto de energia e água consideravelmente mais elevado nesse período.

O depoimento feito por Cássia reforça as insatisfações lidas acima, quando afirma que é necessário capitalizar dinheiro para tal período, já que se gasta muita água e muita energia. Ela conta que é preciso se reformular financeiramente, e criar uma espécie de “bank<sup>64</sup>” para receber o carnaval, pois é um período em que o bolso

---

<sup>64</sup> Cássia chama de “bank” uma espécie de reserva de dinheiro.

do morador torna-se vulnerável devido aos gastos extras que entram no orçamento. Cássia reforça ainda, sobre como é diferente morar fora do SHO e ir apenas no período do carnaval, em relação às pessoas que efetivamente residem no centro histórico:

Morar no carnaval é delicado. Sei que é um privilégio, mas também é pesado. É diferente de vir desfrutar e seguir. O desgaste fica por meses na alma e nas ruas e casas. O carnaval entra literalmente nas nossas vidas. Com a proximidade do carnaval existem prévias desde muito cedo e isso implica em dificuldade de nos locomovermos, tem muita violência, tem arrastão, sujeira que fica. Além de gastar nossa energia vital mesmo, de ter nosso descanso, nossa casa limpa, receber de forma saudável os amigos que aparecem nessa época. Quando acaba o carnaval a gente sempre tem alguma gripe pesada, pela quantidade de gente que vem e que traz, tem conjuntivite, então lidar com tudo isso é muito delicado. Eu lembro que a minha filha nasceu numa sexta-feira de carnaval e foi a primeira vez que eu vi o carnaval de longe, fiquei no apartamento do meu pai na Aurora e olhava pra Olinda de lá, parecia uma coisa metafísica, parecia que a cidade tava pulsando, tremendo, vista de longe, é muita energia.

A fala de Cássia é de extrema importância para se entender o quanto o período carnavalesco afeta o cotidiano dos moradores do Sítio Histórico de Olinda. O desgaste vai desde a depredação das casas e ruas, até a saúde dos moradores que absorvem diversas “epidemias” trazidas pela grande concentração de pessoas, advindas de diversas partes do país e do mundo. A despeito da depredação das casas e ruas, o ministério da cidadania, por meio do Iphan, orienta as prefeituras de cidades que possuem áreas tombadas, sobre os cuidados que devem existir durante os períodos de grandes eventos nessas localidades, e também realizam ações em redes sociais para estimular foliões a terem cautela com os bens culturais. Essa postura do ministério da cidadania juntamente com o Iphan, é baseada no Decreto Lei 25 de 1937, onde diz que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, serem destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan), serem reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado”.

Além das depredações, é importante chamar atenção ao que a moradora Cássia relatou sobre o adoecimento da população no período pós carnaval e sobre os arrastões. Essas pontuações trazem nossa atenção para a “quebra” do cotidiano desses moradores, que como salientou dona Luísa durante conversa, é majoritariamente calmo durante a semana. Alceu Valença que é cantor, compositor, e morador do SHO, fala da paz que permeia o local em sua música chamada “Olinda”:

Olinda, tens a paz dos Mosteiros da Índia

Tu és linda, pra mim és ainda minha mulher  
 Calada, o silêncio rompe a madrugada  
 Já não somos aflitos nem nada  
 Minha mulher, tu voltas  
 Entre frutas, verão e tu voltas  
 Abriremos janelas e portas  
 Minha mulher

Torna-se visível nas colocações dos moradores a existência de uma dubiedade no cotidiano do Sítio Histórico de Olinda. Apesar de o centro histórico ser um ambiente tranquilo, onde os vizinhos mantêm laços afetivos, se ajudam, se conhecem, e partilham de momentos em conjunto, é também um lugar de muita efervescência cultural, onde principalmente devido a resistência dos fazedores de cultura, existem e persistem muitas manifestações culturais. Segundo os depoimentos colhidos, os moradores não apresentam queixas ou reclamações acerca das manifestações culturais em si, como o coco, o maracatu, o frevo e o forró; para eles, essas manifestações culturais não afetam diretamente na tranquilidade do lugar, exceto, como já exposto, o som mecânico, que durante o carnaval, somado às outras queixas, acabam quebrando a rotina dos moradores, e influenciam diretamente no cotidiano, ao passo que modificam completamente o funcionamento do Sítio Histórico.

Durante a realização de uma entrevista com uma mulher paulistana, que viveu no Centro Histórico de Olinda durante o período de um ano, ela expressou sua insatisfação com a experiência, justamente porque o carnaval transforma a dinâmica do cotidiano do lugar:

Além da coisa que tínhamos que sair de casa no período do carnaval, o carnaval transformava toda a dinâmica do lugar, o que significava que não se conseguia ter uma vida tranquila o ano todo, no carnaval tudo mudava, e as coisas se transformavam muito, tanto a cidade como esse fato de ter que sair da casa. E, mesmo que não tivesse essa coisa de sair da casa, tinha as prévias e isso mudava o trânsito, as ruas ficavam sujas, e nessa época entre 2007 e 2008 já tinha violência lá, eu não voltava sozinha pra casa de noite de jeito nenhum, então era isso, a casa tinha um cachorro que dava um pouco mais de segurança, mas tinha casos de arrombamento, essas coisas, então na época do carnaval e nas prévias era bem perigoso, a cidade suja, então era algo assim que a gente ficava muito exposto ao movimento da cidade histórica e tirava a privacidade e a rotina um pouco mais tranquila que a gente pudesse querer ter né? então a gente tinha que se adaptar.

O fato é que apesar da manifestação cultural do carnaval ser a mais querida e esperada pelos olindenses, acaba sendo a que traz maiores transtornos para aqueles que não tem a opção de vivê-la com menos intensidade.

Diante das questões até aqui levantadas, entende-se que apesar de não ser uma opção o encerramento da festa devido a importância do carnaval como um costume histórico e necessário para o SHO, diante dos efeitos negativos que a festa tem causado aos moradores do local, faz-se necessário levar em consideração as leis patrimoniais de preservação e de incentivo a geração de renda. A Lei do Patrimônio Cultural Brasileiro, nº 3.924/196, prevê a geração de renda para a população local por meio da valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. Essa lei estabelece que o patrimônio cultural brasileiro é um bem de interesse público e que sua preservação deve ser garantida, além de gerar renda aos moradores do local, não apenas através das visitas aos monumentos ou museus, mas também através do comércio local.

É importante destacarmos que o comércio local não se restringe apenas aos grandes restaurantes, pousadas e hotéis, ou a uma classe média que aluga seus casarões por valores exorbitantes durante o período de Momo, mas prevê também os ambulantes. Por este motivo, realizou-se uma conversa com um dos ambulantes mais antigos do SHO, Pedro:

Eu vendo caipifruta desde os anos 90, pra vender aqui normalmente não preciso de autorização, mas quando chega o carnaval começam a mapear, e eu tô muito chateado com esses caras, tô vendo um jeito de conversar com o prefeito, porque vieram me tratar como qualquer um, mas nem todo mundo que é ambulante é ambulante, tem gente que só trabalha de ambulante no carnaval, mas esse não é meu trabalho, é meu emprego. Eu trabalho toda quinta, sexta, sábado e domingo, e tô o ano todo, eu não paro porque é São João, porque é Quaresma, porque é São Pedro, porque é Natal, porque é Ano Novo, tô trabalhando, 33 anos que trabalho em todas as festas, eu não curto as festas, eu sou servidor da galera que vem pro lazer, o povo tá alegre eu tô contente, é assim a viagem. Agora Carnaval eu vendi lá embaixo, mas peguei autorização senão eles recolhem a barraca... A gente tem que pagar uma taxa, aí eu pago como tabuleiro porque é pequeno porte, não é uma coisa fechado, com teto, então eles cobram como tabuleiro, foi aproximadamente 115 reais que paguei, um negócio assim, mas se alugasse um ponto fechado seria uns 2 mil reais... Eu fiquei ali pela travessa João Alfredo, ou seja, termina a Prudente de Moraes e começa a ladeira da Sé. Mas eu sou afim de voltar pra aqui, nos 4 cantos, porque eu já trabalhei carnaval aqui muitos anos, e queria tentar voltar aqui pra cima. Antigamente nosso carnaval era até 4h da manhã, agora quando dá 22h a gente é obrigado a fechar as barracas. Antigamente também você arriava a barraca onde encontrasse a vaga, hoje em dia dificultou, preciso ficar no ponto que eles determinam. Quando chega lá pra pegar a autorização eles dizem o setor que você vai trabalhar, e como tô dizendo, tô doido pra mudar de setor. Mesmo assim, te falo que o faturamento do carnaval é mais do que o cotidiano, mas depende muito de onde você fica também, eu tô num ponto,

que não é um ponto corrente, tem pessoas que procuram e não me encontram, e é isso que vou questionar com o prefeito, porque eu sou referência pra Olinda, as pessoas às vezes chegam aqui da Europa e mandam lembranças pra mim de alguém daqui que tá por lá, e muitas vezes eu não sei nem quem são, e eles mandam, eles quando vem me procurar aqui e se não tô no meu ponto, por exemplo, não me acham. Me colocar no carnaval nos 4 cantos então é a melhor solução, porque eu sou a referência, sou uma figura folclórica de Olinda, sou olindense, aí nego vem de fora e consegue uma melhor localização do que eu, mas aí vai mudando a gestão e nego sabe nem quem é você.

A fala de Pedro coloca pontos importantes para nossa discussão. O primeiro deles, é que ele coloca de forma consciente a importância que representa enquanto trabalhador ambulante para o SHO, que se justifica não só por desempenhar sua função de forma sistemática, como pelo fato de ter nascido no local e conhecer todos os moradores, possuindo dessa forma uma relação potente e cotidiana com o espaço. Diante desses aspectos, ele cobra do aparato estatal reconhecimento e valorização pelo seu ofício, já que se sente lesado por ser realocado de seu ponto justamente durante o carnaval, período em que teria maior rendimento financeiro.

Destarte, apesar das leis patrimoniais preverem que os espaços patrimonializados devam incentivar o comércio a fim de gerar renda a população local, na prática, observa-se que a atual gestão, responsável pela aplicação das leis patrimoniais, opera o patrimônio de uma forma em que super valoriza o comércio feito pela classe média (setor hoteleiro, bares e restaurantes), e desvaloriza os comerciantes informais, trabalhadores que constituem e pertencem às classes sociais mais baixas.

É uma realidade que, mesmo com a desvalorização e descaso da gestão municipal para com os ambulantes, fica em evidência que ainda assim esses trabalhadores conseguem obter durante o período de carnaval uma margem de lucro maior do que nos outros meses do ano. A análise aqui proposta, não é feita de modo a justapor uma situação a outra, mas ao contrário, compreendê-la de maneira dialética, levando em consideração os locais sociais ocupados por esses indivíduos e o tratamento depositado a cada classe social por parte do aparelho estatal competente.

Portanto, não objetiva-se aqui renegar a importância que o carnaval representa para o SHO, ou apagar as vantagens que ele trás para o local, mas sim identificar também os seus pontos negativos, para que através deles possamos estudar formas de melhorar a qualidade de vida dos moradores. Questões como a acentuação da violência durante o período, depredação do patrimônio, poluição sonora, sujeira e desrespeito com os trabalhadores informais, já estão previstas nas leis constitucionais

e leis patrimoniais, faltando apenas o cumprimento e efetivação das mesmas na vida real dos moradores. Para isso, pesquisas como essa, que fujam ao romantismo trazido pelos discursos oficiais e busquem estudar a vida real dos moradores tornam-se fundamentais para que haja mudanças em sua realidade, tratando-se nesse caso específico, da realidade dos moradores do Sítio Histórico de Olinda. A realidade vivida por esses moradores importa muito mais do que as verdades oficiais versadas em forma de discurso.

#### **4.3) OS EFEITOS DA APROPRIAÇÃO SELETIVA DO ESPAÇO E DAS PRÁTICAS DE GENTRIFICAÇÃO NO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA**

Uma das principais consequências ocasionadas pelos processos de patrimonialização tem sido o deslocamento das classes populares dos centros históricos, em favor das classes mais abastadas. Essa situação tem ocorrido não devido ao processo de patrimonialização em si, mas a forma como se tem gerido e aplicado as leis patrimoniais. Esse fenômeno a depender da visão de cada autor, pode ser chamado de gentrificação, enobrecimento, higienização, e em certos casos, apropriação seletiva do espaço. Diante disso, neste tópico discutiremos como os fazedores de cultura acabam sendo deslocados do Sítio Histórico de Olinda, especialmente das áreas rigorosas de preservação, devido a um processo de gentrificação que vem acontecendo no SHO.

A pergunta norte para pensarmos essas questões seria: de que maneira o patrimônio poderia cumprir sua missão de garantir a continuidade dos vínculos comunitários? Essa pergunta seria facilmente respondida, se não houvesse a complexidade do patrimônio estar sendo periodicamente adequado às injunções do mercado. Desse processo resultam mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar simbólico da nação para uma concepção mais fluida que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares (LEITE, 2007, p.47).

Conforme vem sendo debatido ao longo deste capítulo, as manifestações culturais constituem o diferencial para o consumo do Sítio Histórico de Olinda enquanto espaço, mediante a importância que representam para formação e permanência da identidade, singularidades e vivacidade do centro histórico. Porém, apesar disso, as pessoas responsáveis por fazer acontecer as manifestações culturais e movimentar o SHO, seja trabalhando diretamente nas expressões culturais, ou indiretamente como ambulantes que oferecem bebida e comida a preços acessíveis para os brincantes,

parecem só serem interessantes diante da lógica neoliberal que vem sendo aplicada no SHO, na posição de trabalhadores informais. Essa lógica acaba resultando na impossibilidade desses trabalhadores residirem no SHO, ou de consumi-lo enquanto espaço, restando muitas vezes como única possibilidade a participação enquanto trabalhador, conforme revelou o ambulante Pedro: “não brinco carnaval há 33 anos, que foi quando comecei com esse trabalho”. E, vale acrescentar, que por vezes, até a possibilidade de trabalho é dificultada, como veremos através do caso de Pedro:

A gente começa a ganhar um dinheiro a partir de setembro que é as prévias, porque vem todo mundo aqui pra dentro e aí a gente começa a levantar, setembro, outubro, novembro... e quando o pessoal da prefeitura aparece, pronto velho, você perde 70%, porque ele tira você do setor. Esse pessoal da prefeitura quando vem é só pra lhe prejudicar. A gente ficou esses 2 anos de pandemia, quando a gente voltou a trabalhar que tava tentando se ressuscitar, chegou a prefeitura só pra estragar, porque tirou do ponto corrente, disse “aqui não pode ficar”, aí me colocou lá pro Amparo, aí pronto, começou a dar errado, ele acaba com a gente, já era pra eu tá de carro (quando tô de carro consigo trazer mais coisas, água, refrigerante, energético)... Porque as pessoas chegam no meu ponto e eu não to, acham que não fui, só que tava em outro lugar que me colocaram. É mais ou menos em novembro/dezembro que eles aparecem, e é só pra acabar véi, uma vez disse pra ele “meu irmão velho, vejo só, sou chefe de casa, lá em casa o chefe de família sou eu, eu tenho 5 filhos e tenho 12 netos, então se o pai ou a mãe não tá, ou não pode, liga pro avô que sou, que ele vai fazer pela gente, então quando liga pra mim que não têm velho – (choro) – eu fico triste, esses caras só vêm pra esculhambiar pow, aí eu disse pra ele “faça isso não velho, se existe um papai noel, sou eu, é mês de dezembro e eu tenho que comprar os presentes dos meus netos, é triste, não gosto quando eles vem. Eles chegam e diz: “Não pode trabalhar aí não” aí eu respondi “não posso por que? E quem é tu pra dizer que não posso trabalhar?” e ele disse “ eu sou o Major da Polícia” e eu disse “aqui tem um funcionário que tá prestando serviço a prefeitura, e outra, tua atitude é anticonstitucional, fere o estado democrático de direito, tá no Art. 5 que todo cidadão tem direito de ir e vir, tu é nada democrático véi” e aí ele começou a discutir comigo, e eu disse “meu irmão se tu mexer, eu vou na corregedoria, no Ministério Público e na defensoria pedir segurança porque você tá me perseguindo, porque eu não vim de fora, eu sou morador e filho desse SHO, aí tu vem me maltratar é? Qual é a sua?” aí começou a discussão, eles falaram que ia levar e eu disse “vocês vão levar, agora minha boca tu não cala” aí juntou todos eles e levaram pra lá pra baixo. E eu ainda disse pra ele me respeitar porque eu sou idoso, até mostrei o documento pra ele, não pode chegar assim achando que qualquer um é um, porque é de cor, aí chega querendo pisar, tu vai responder comigo lá dentro do estatuto; esses cara tira onda. Aí o que é que aconteceu? continuei vendendo lá embaixo, mas perdi 70%, por exemplo, se tava vendendo aqui 600 reais ou 700 reais, quando fui pra lá pra baixo passei a vender 150 reais ou 200 reais, você sabendo que domingo era o dia forte, que sexta não prestou, sábado não prestou, mas domingo você tiraria

tudo, ai cheguei em casa segunda-feira sem poder pagar uma conta, sem poder comprar um botijão de gás, onde meu trabalho me daria condições pra isso. Por isso tô morando lá embaixo na favela, não deixam eu morar aqui no sítio histórico não.

O depoimento acima é de extrema importância porque nos permite estabelecer um paralelo com a questão econômica e de moradia no Sítio Histórico de Olinda, já que nessa fala ele traz aspectos fundamentais, como: manifestação cultural, trabalho, cotidiano, economia e moradia. É interessante, em primeira instância, perceber como ele se coloca; ele faz questão de enfatizar que não é uma pessoa qualquer, mas sim um filho do sítio histórico. A partir disso, ele expõe sua indignação com o fato de ser impedido de trabalhar, durante o período de carnaval, no lugar onde nasceu. A indignação se dá pelo fato do carnaval ser a época em que se consegue fazer um maior rendimento financeiro, onde segundo ele, conseguiria vender três vezes mais o seu produto em comparação com os demais períodos do ano.

O depoente em questão se emocionou por diversas vezes durante a conversa ao falar da situação na qual vivia com sua família, finalizando com uma frase estarrecedora e muito problemática: “eles não deixam eu morar aqui no sítio histórico”. Essa declaração advinda de um trabalhador informal e antigo morador do Centro Histórico de Olinda é apenas a materialização do fenômeno chamado de gentrificação<sup>65</sup>, que vem ocorrendo em grande parte dos centros históricos, por fazer parte de um processo organizado por injunções neoliberais no sistema capitalista e globalizante.

Enquanto espaços de sociabilidade pública, os centros históricos que passam por processos de gentrificação são objetos de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital. Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção das cidades históricas no contexto da “concorrência intercidades”, através dos usos do patrimônio na captação de recursos, as políticas de “revitalização” têm desenvolvido, no curso crescente da desregulamentação “neoliberal” da economia mundial, uma complexa política cultural de gentrification (LEITE, 2007, p.61).

As políticas de gentrificação não são aplicadas da mesma forma em todos os lugares, e por isso esses processos podem ser percebidos em diversos lugares e de diversas maneiras, devido ao fato de cada centro histórico possuir suas

---

<sup>65</sup> Neste trabalho utiliza-se o termo gentrificação com o mesmo sentido utilizado por ZUKIN (1995).



particularidades. Diante disso, os processos de gentrificação podem alcançar níveis distintos, sendo exemplos extremos, por exemplo, o caso *Times Square* em Nova Iorque e o caso de Barcelona na Espanha, onde as políticas e práticas de gentrificação atingiram níveis altíssimos. O fato do Sítio Histórico de Olinda não apresentar uma realidade equiparável a esses dois lugares, não significa que não venha acontecendo práticas também assim caracterizáveis.

Diante das falas dos moradores apresentadas até aqui, como a do morador Leto que em dado momento, como já citado, infere que as pessoas que moram no SHO hoje fazem parte de uma classe média, evidencia-se que o Sítio Histórico de Olinda, especialmente as áreas mais valorizadas dele, não são ocupadas por moradores pertencentes às classes sociais mais baixas, devido aos preços dos aluguéis e do custo de vida elevado.

Pedro, homem que inferiu tal depoimento, nasceu no sítio histórico e teve que sair por motivos financeiros, justificando que a culpa de não ter condições de ter continuado a morar no SHO, ou de não ter voltado a morar no local em algum momento, é da gestão estatal competente, que não o deixa trabalhar no local durante o período que para ele seria interessante financeiramente. Ou seja, os espaços do SHO que são mais comerciais e mais lucrativos são reservados, ao menos durante a maior festa da cidade, aos grandes e médios comerciantes/empresários, ao passo que os trabalhadores informais/ambulantes são retirados desses pontos privilegiados, sendo assim menos favorecidos economicamente.

É importante lembrar que os bairros patrimonializados possuem características que os tornam especiais e seletivos, ou seja, exclusivos, de modo que não importa se são os fazedores de cultura, ou os vendedores que estão diariamente no mesmo local durante trinta anos, por serem corpos degradados não possuem o capital econômico e o capital social necessário para ocupar aquele espaço. Nesse sentido, os espaços urbanos socialmente desejados, no qual o SHO se inclui, não estão disponíveis para essas pessoas menos favorecidas, ainda que sejam elas as responsáveis por tornar o lugar como tal: com uma identidade forte, rica em manifestações culturais e com costumes e experiências próprias.

Embora a gentrification possa resultar igualmente em paisagens urbanas estandardizadas, que poderiam ser consumidas por quaisquer pessoas, a lógica da intervenção não se baseia na indistinção de mercadorias voltadas para as massas. Pensada no contexto da acumulação flexível, a construção de singularidades atua na diferenciação e elitização dos espaços urbanos, cujos consumidores, ao contrário das massas, são apenas uma parcela restrita e diferenciada da população. Enfim, enquanto a indústria cultural atua em uma perspectiva de padronização dos gostos e produtos, as

práticas de gentrification apostam na singularidade e diferenciação dos atos de consumo (LEITE, 2007, p.70).

Todas as pessoas com corpos pretos e em situação de pobreza ouvidas ao longo dessa pesquisa alegaram se sentir excluídas do SHO, e isso se deve conforme explicitado acima no texto do Rogério Leite, devido a política segregacionista que as práticas de gentrificação aplicam ao local. Portanto, mesmo que as práticas de gentrificação absorvam aspectos homogeneizadores da indústria cultural, a exemplo dos casarios coloridos, os centros históricos que passam por processos de gentrificação, ao final obedecem à lógica de diferenciação e elitização dos espaços, para que estes fiquem reservados às classes sociais que tenham poder aquisitivo suficiente para consumir esses produtos vendidos em uma “embalagem gourmetizada”, diferenciada. É por este motivo que a moradora do Monte, por exemplo, afirmou que nunca viu os jovens da sua comunidade em determinados espaços do SHO:

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de pertencimento. Por essa razão, e considerando o consumo cultural como “[...] el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica” (Canclini, 1993, p. 34), os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e a forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos enquanto espaços públicos. (LEITE, 2007, p.67).

Desde a inclusão do centro histórico da cidade de Olinda na lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, houve uma valorização crescente da arquitetura e do potencial cultural da área, cujo processo excluiu as classes mais baixas do uso do espaço. Os empresários lucram através das pousadas, bares, restaurantes e imóveis próprios postos em plataformas como o Airbnb, enquanto os músicos, dançarinos, artistas plásticos, e ambulantes, vivem em uma situação de descaso político, social e econômico.

Esse movimento fica evidente na fala do ambulante Pedro, quando ele afirma que as forças de ordem pública muitas vezes chegam e o tiram à força de seu local de trabalho. Casos como esse tem ocorrido em outros centros históricos, principalmente, aqueles localizados na América Latina, como é o caso do Sítio Histórico da Cidade do México:

En otras palabras, el llamado “rescate” del centro histórico se convirtió por aquel entonces en una tarea de interés político primordial, abordando especialmente las distintas formas de economía informal. Erradicando a los vendedores ambulantes, a los cuales se veía como un obstáculo en el camino de la gentrificación en las ciudades de América Latina (Jones y Varley, 1999), el centro histórico de la Ciudad de México estaba siendo preparado simbólicamente para el proceso de gentrificación que actualmente padece. Diferentes esquemas de asociación público-privada respaldaron políticas de inversión cuyo objetivo era “normalizar” las calles a través de la disciplina, el castigo y la eliminación de los vendedores ambulantes (Crossa, 2009). (JANOSCHKA; SEQUERA, 2014, P.12).

A prática de gentrificação de retirada dos trabalhadores informais, assim como “a escolha a dedo” das apresentações artísticas que devem ser exibidas nos centros históricos, faz parte de uma espécie de curadoria paisagística, onde se escolhe o que tem potencial para ser visto e consumido pelo público “sofisticado” que as práticas de gentrificação pretendem alcançar.

Mãe Beth de Oxum, por exemplo, responsável pela Sambada de Coco de Umbigada, ao tentar levar a brincadeira do Beco da Macaíba para o Largo do Guadalupe, enfrentou problemas com as autoridades policiais, que impediram que a sambada ficasse acontecendo naquele novo local, fazendo com que a brincadeira retornasse ao seu lugar de origem, o Beco da Macaíba. O que se passou, é que o Largo do Guadalupe, diferentemente do Beco da Macaíba, é ocupado por pessoas que integram uma classe social mais elevada em relação aos moradores do Beco da Macaíba, que pertencem a uma classe social mais baixa. Portanto, entendeu-se que aquele espaço não está destinado a essa manifestação cultural feita por pessoas em situação de pobreza, pretas e que fazem parte de uma religião de matriz africana; a lógica neoliberal que tem guiado as práticas de gentrificação no Sítio Histórico de Olinda cuidou então de mostrar a essas pessoas os limites dos espaços que elas podem ou não ocupar.

Essa lógica de espaço, onde determinado local só deve ser habitado, usado e vivido por determinados tipos de pessoas, advém das práticas de gentrificação, às quais preveem o deslocamento das pessoas em situação de pobreza e que performam modos e gostos distintos do que socialmente é desejado, para fora dessa espécie de “redoma” urbana, a partir de uma perspectiva higienista e mercadológica neoliberal:

Mais do que uma segregação do espaço através das restrições ao consumo desses produtos e serviços, definidas pelos excludentes critérios de renda, essa “estetização” se relaciona também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais

marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança (LEITE, 2007, p.73).

Nesse sentido, os vendedores ambulantes e os fazedores da cultura popular, por ocuparem dentro dessa lógica o papel de “servir” e não de consumir, acabam vendo sua relação e modo de lidar com um lugar modificar-se aos poucos; enquanto as pessoas brancas e de classe média vão substituindo-os, através do gozo de privilégios, inclusive de comércio e negócios, conforme este estudo tem mostrado. O caso de Pedro, homem preto, ambulante, e em situação de pobreza, ilustra bem essa realidade, já que apesar de ter nascido e crescido no SHO, está entre as pessoas que foram deslocadas do centro histórico. Pizzolato chama atenção justamente para essa questão ao estudar centros históricos, afirmando que se não houver um plano de acompanhamento e respeito às comunidades ali inseridas, os novos ocupantes poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores (PIZZOLATO, 2021, p.11).

Portanto, o Sítio Histórico de Olinda vive hoje uma realidade complexa, pois a recolocação do seu centro histórico no cerne das políticas públicas, tem feito as gestões municipais depositarem esforços para recuperar políticas econômicas locais. Porém, investem em uma valorização das manifestações culturais de forma muito mais cênica do que real, afetando diretamente as relações sociais do local. Essa falsa valorização é perceptível quando direcionamos nossa atenção para o forte contraste que existe entre os espaços de elaboração dessas manifestações culturais e os locais nos quais são colocadas para se apresentarem. Se atentarmos para esse contraste torna-se possível visualizarmos a violência que existe por trás da espetacularização do patrimônio cultural. O caso do sanfoneiro citado no início deste capítulo ilustra muito bem esse contraste, visto que apesar de movimentar o SHO através da sua música e conseqüentemente gerar rendimento financeiro ao centro histórico, vive em situação de pobreza em uma casa em estado de deterioração.

Essa especulação em torno da cultura imaterial do SHO, ocorre por ela desempenhar um papel significativo e constante no espaço. As manifestações culturais são para a cultura do Centro Histórico de Olinda, uma característica singular e importante, que assume um papel fundamental em relação à movimentação da cidade. Logo, a cultura vem sendo usada pelas gestões públicas, embebidas da lógica neoliberal, como uma ferramenta ou recurso de valorização do SHO. Transformado em mercadoria cultural, o patrimônio acaba impulsionando a apropriação seletiva do espaço e a gentrificação, através dessa revalorização do espaço e dessa falsa valorização da cultura, torna-o mais desejável e único. Diante disso, nesse caso, as

forças mercadológicas neoliberais aliam-se aos órgãos gestores competentes, e passam a obter lucros através do nicho do mercado do patrimônio cultural, sem a preocupação de retornar esses ganhos para as pessoas que realmente fazem as manifestações culturais acontecerem.

Tal acepção emerge, paradoxalmente, nos fenômenos de gentrificação decorrentes das grandes intervenções urbanas, onde a valorização dos recursos locais – simbólicos, culturais, monumentais, artísticos, entre outros –, por via da especulação turística e imobiliária, inviabiliza a permanência de alguns grupos sociais de baixa renda e suas respectivas atividades, embora esses empreendimentos urbanos contenham uma vertente habitacional e considerem ações e mecanismos de participação social, mas que se apresentam, desde o início, desvirtuados (BÓGUS; SOUZA, 2016, P. 853).

Portanto, na maioria das vezes, mesmo quando os órgãos responsáveis por gerir o centro histórico incluem a participação da comunidade em seus projetos políticos, costumam não atender às necessidades reais de seus moradores ou até prejudicam os indivíduos pertencentes às classes sociais mais baixas, como é o caso do SHO. Torna-se difícil ver uma não intencionalidade nessa forma de ver o patrimônio, já que quando não se executa um plano de acompanhamento voltado para essa grande quantidade de fazedores de cultura ali inseridos, fica quase que explícita a real possibilidade de que as pessoas com maior poder aquisitivo poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores. Se no SHO, o fenômeno ao qual aqui chamamos de gentrificação, intensificar-se, possivelmente, acontecerá perda da vida comunitária urbana e de rituais até então simbolicamente importantíssimos para o espaço.

Porém, na realidade, os centros históricos que tornam a cultura uma mercadoria e tentam vendê-la, vendem uma ilusão, pois o máximo que conseguem mercantilizar é a estetização das manifestações culturais, fazendo chegar ao público somente uma experiência vazia de unicidade. Um exemplo disso é que, colocar uma orquestra de frevo para se apresentar em um restaurante no SHO, não proporciona ao público a experiência que é vivenciar o frevo durante o carnaval em um dos blocos citados no tópico anterior, como o Homem da Meia Noite, ou o Cariri Olindense. Ou seja, nessa situação, vende-se uma ilusão, a ilusão de que você está consumindo o frevo e de que o frevo é aquilo que está sendo assistido, quando em realidade a experiência real do que é o frevo, e o que o faz ser Patrimônio Imaterial da Humanidade, não pode ser vendido, mas sim vivenciado em sua realidade e contexto local. Isso porque o frevo, assim como as demais manifestações culturais que estão sob o guarda chuva dos patrimônios imateriais, é feito por corpos vivos, reais, e em

sua maioria corpos dissidentes, que ao emitirem suas notas rasgadas saídas de seus longos instrumentos de sopro e dançarem seus passos ágeis, expõem as relações sociais que o perfazem, que são muitas vezes ocultadas em apresentações oficiais para evitar expor a contradição própria a cultura e que aquela realidade social se revele diante dos olhos dos turistas.

É preciso atentar-se para o campo de disputa que se forma em torno do patrimônio cultural, onde o aparelho estatal, setores privados e moradores, se confrontam em uma guerra pelo espaço ou socioespaço, principalmente quando se trata de um lugar de cumplicidade cultural (CANCLINI, 2003), em que acontecem negociações e uma hibridação cultural, onde elementos culturais próprios de determinado lugar se encontram e se fundem com influências globais. Impõe-se essa atenção nesses casos em específico, no qual o SHO se enquadra, para que os moradores, aqueles que ali vivem, trabalham, estudam e se divertem, continuem a ter o seu espaço. Os moradores que hoje trabalham na música, ou em qualquer outra função que mova as manifestações culturais, moram nos arredores do SHO ou em zonas mais desvalorizadas, justamente por essa perda de espaço como resultado de uma desvalorização advinda do pacto taciturno das gestões políticas com o neoliberalismo.

Quando o patrimônio é colocado ao serviço das cidades e dos lugares, em vez de usar as cidades e os lugares em proveito do turismo, e quando as cidades são ordenadas com a preocupação de beneficiar os seus residentes e não tanto de atrair visitantes, patrimônio e desenvolvimento territorial podem reforçar-se mutuamente (CIFELLI; PEIXOTO, 2012, p.51).

Portanto, o problema não é só a transformação das manifestações culturais em espetáculo, mas também, e talvez principalmente, às condições de exploração social do trabalho a qual os moradores mais vulneráveis economicamente são submetidos para que essa espetacularização da cultura aconteça. Portanto cabe reforçar que o patrimônio ou o turismo, não são um obstáculo ao centro antigo da cidade de Olinda, porém a forma como ambos vêm sendo geridos pela administração local com forte inclinação neoliberal, tal como vem sendo revelado durante este estudo, é que representa, hoje, a grande questão para os trabalhadores da cultura e sua população local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa buscou entender como e em que medida o processo de patrimonialização afetou o Sítio Histórico de Olinda, levando em consideração, principalmente, a fala de seus moradores. A narrativa aqui construída foi desenvolvida durante um processo de comprometimento com a valorização dos fatos vividos e mais concretos possíveis da realidade na qual os moradores do centro histórico estão inseridos. Para isso foi necessário compreender quem eram essas pessoas que habitaram o SHO ao longo da história, para então chegar aos moradores atuais e realizar, enfim, uma análise mais precisa. A compreensão da comunidade atual de uma cidade, cuja história a torna a mais antiga do Brasil, não é uma tarefa simples. A cidade que está diante de nossos olhos curiosos e atentos de pesquisador, é dona de um cotidiano que se formula e se reformula dentro do largo espaço temporal de cinco séculos.

A Olinda do século XVI nasce de uma batalha travada com os indígenas que habitavam o espaço: os Caetés, e após sua fundação bastante conturbada, chega ao início do século seguinte como um dos mais importantes centros comerciais da colônia. O que a cidade que se dirigia rapidamente cada vez mais ao apogeu não esperava, era que seria invadida pouco antes da metade do século XVII e incendiada pelos holandeses. O ocorrido trouxe graves consequências a cidade de Olinda, e a deixou em situação de desprestígio até meados do século XIX, quando o primeiro curso de direito do Brasil foi inaugurado e alojado no Mosteiro de São Bento, apagando as cinzas que restaram do incêndio. No século XX, Olinda torna-se um espaço de veraneio, onde as pessoas alugavam, compravam ou passaram a construir casas para desfrutarem da praia e do mar; essas pessoas veranistas aos poucos foram ficando e a grande maioria acabou por se instalar permanentemente no espaço que hoje chamamos de sítio histórico.

Ao analisarmos esses quinhentos anos, que entre altos e baixos, foram repletos de batalhas envolvendo indígenas, portugueses e holandeses, onde todos lutavam pelo mesmo querer: as terras que hoje chamamos de Centro Histórico de Olinda. Percebemos então, ao longo da pesquisa, que os confrontos por esse mesmo pedaço de terra continuam “a todo vapor”, com mudanças apenas em suas motivações e no contexto político e socioeconômico. Olinda nunca teve longos intervalos harmoniosos, sua terra sempre foi alvo de disputa, e por este motivo, nas últimas décadas do século XX, o centro histórico começou a vivenciar novas batalhas territoriais, dessa vez, impulsionadas pela forma como o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade recebido pela Unesco, foi gerido pelo aparelho estatal local, e pela própria dinâmica dos anos noventa no Brasil – inserção em uma economia globalizada,



onde os governos locais passaram a investir em um conjunto de processos e diretrizes que visavam o ganho de capital econômico através da transformação das cidades por uma ótica do visual merchandising.

O Sítio Histórico de Olinda, dentro desses contextos, tanto local como nacional, passou a ser reconhecido como um espaço capaz de gerar desenvolvimento. A partir daí inicia-se então uma espécie de “efeito dominó”, onde o SHO passa a ser alvo de fortes investimentos públicos e privados, e conseqüentemente esses investimentos impactaram no funcionamento do mercado imobiliário do centro histórico, ficando mais ou menos assim: SHO passa a ser visto como um espaço potente para o desenvolvimento local → por isso passa a receber investimentos públicos e privados → que alteram o funcionamento do mercado imobiliário.

A questão da supervalorização de uma área e a consequência direta disso no mercado imobiliário traz efeitos danosos aos moradores que estão localizados nas posições mais baixas da pirâmide socioeconômica. Quando se trata de uma área histórica e patrimonializada, como é o caso do SHO, o quadro se agrava ainda mais devido ao fato desses espaços possuírem uma oferta inelástica por serem regidas pelas leis protecionistas patrimoniais. E, é justamente aqui, que começa a se travar a nova batalha, onde os moradores com pouco poder econômico passam a ser indiretamente deslocados do SHO, em função de uma apropriação seletiva do espaço e de práticas de gentrificação, que começaram a se potencializar devido a todas essas consequências ocasionadas pela forma como o SHO enquanto patrimônio vem sendo gerido.

Conforme evidenciou-se nesta pesquisa, as expulsões urbanas não acontecem somente de forma direta e abrupta, mas também de forma indireta, como vem ocorrendo no SHO. Ao longo do presente estudo, através de pesquisas bibliográficas e pesquisas realizadas em campo, foram identificadas as formas pelas quais os gestores estatais responsáveis pelo SHO vêm induzindo e impondo o deslocamento dos moradores em situação de pobreza para fora do centro histórico ou para as áreas periféricas do SHO, em favor de uma estetização do espaço no qual, não cabem esses corpos degradados, já que estes, diante da política eugenista e neoliberal que vem sendo aplicada, destoam da paisagem vendável ou instagramável que vem sendo imposta. De modo que, o ponto principal não é como o título de patrimônio de modo positivo atrai recursos, mas sim, como instituir uma forma de distribuição democrática dos recursos conquistados.

Essas formas identificadas vão desde as exigências feitas aos moradores em relação à manutenção dos imóveis, que exigem um alto custo, ao próprio funcionamento do SHO que não dispõe de serviços fundamentais para atender as necessidades das classes mais baixas, como por exemplo o transporte público que não circula dentro do centro histórico. Além do próprio custo de vida que é mais alto quando comparado a outros locais da cidade. Apenas através desses três aspectos já podemos chegar a conclusão de que o SHO não é um espaço pensado atualmente para ser moradia de pessoas pertencentes às classes mais baixas, já que, a princípio, o indivíduo que se dispõe a residir no SHO, precisa ter: um capital econômico suficiente que possibilite custear a manutenção de um imóvel histórico, que frequentemente devido ao tempo apresenta problemas estruturais; a posse de um carro, em função da ausência de circulação de transporte público; e, a disposição de recursos financeiros para o consumo de produtos com valor acima da média da cidade.

Apesar da valorização da cultura em discursos oficiais da atual gestão estatal, constatamos a falta ou o pagamento bem abaixo do mercado aos trabalhadores locais responsáveis por fazer existir e acontecer a cena cultural do Sítio Histórico de Olinda. O projeto político que em seus recursos disponíveis não inclui, ou inclui de forma injusta esses trabalhadores em seu orçamento, colabora indiretamente para o deslocamento desses moradores-trabalhadores do centro histórico, fazendo com que aos poucos eles ocupem as margens do espaço e o utilize apenas para desempenhar o seu trabalho, atendendo a lógica do mercado neoliberal: trabalhadores mal pagos gerando lucro para o setor privado. Quanto à geração de capital destinada às instâncias representativas do aparato estatal, considera-se aqui altamente benéfico e positivo; no entanto, a crítica que fazemos é de que, apesar da alocação financeira ao setor público, verifica-se uma redistribuição insatisfatória para as camadas socioeconômicas mais desfavorecidas. Sendo estas últimas, por sua vez, as reais responsáveis por manter o Sítio Histórico de Olinda vivo e único.

As formas elencadas acima e que foram discutidas ao longo desse estudo, nos escancaram uma política, mesmo que de forma indireta, de deslocamento da população mais pobre do SHO. Após o processo de patrimonialização, o aparelho estatal responsável, passou a mudar a paisagem através das exigências para permanência nos imóveis, e conseqüentemente, o custo de vida teve um aumento considerável no espaço, fazendo com que modificasse a classe socioeconômica dos moradores e de seus sujeitos frequentadores.

Apesar dos órgãos gestores se utilizarem principalmente dos meios indiretos para o deslocamento desses moradores, ao longo da pesquisa, também foram

identificadas formas diretas de afastamento desses indivíduos indesejados para o Sítio Histórico de Olinda, pelos órgãos competentes. Em vários depoimentos, entrevistas e conversas com moradores em situação de pobreza, e em sua maioria pretos, denunciaram episódios em que foram expulsos pela polícia, instituição de segurança pública subordinada ao Estado, de espaços públicos do centro histórico. Esses indivíduos eram moradores de lugares do SHO que são tidos como comunidades, como o Monte e o V8, por exemplo. Bairros que são “abandonados” pela gestão responsável pelo SHO, em detrimento dos espaços de Setor de Preservação Rigorosa (SRR), que em suma, são as ruas onde as casas são preservadas e coloridas, constituindo as ruas principais do SHO. É nesse setor onde acontece todo o circuito turístico, e onde reside a classe média, portanto não por acaso, trata-se da zona que recebe mais atenção do aparelho estatal, e também o espaço higienizado onde os moradores do Monte e do V8, muitas vezes, são impedidos de circular. Segundo os depoimentos, a polícia quando os vê descendo dos altos onde ficam suas comunidades em direção a SRR, apenas o mandam voltar sob argumento de que ali não tem “nada” para eles, além das tapas e agressões físicas que são desferidas a essa parcela da população.

Diante desse quadro, percebeu-se que as formas indiretas de deslocamento unem-se às formas diretas, formando o que pode-se chamar de uma política higienista urbana e incentivadora da apropriação seletiva do espaço, a favor de uma classe média e em detrimento das classes socioeconômicas mais baixas, as impedindo até mesmo, de circular no espaço, teoricamente reservado às classes médias e turistas. Essa forma de gestão à qual o Sítio Histórico de Olinda vem sendo submetido contribui para a homogeneização do espaço e sua inserção em uma lógica globalizadora, que tem como objetivo ocultar as diferenças e os conflitos sociais.

Porém, verificamos também, que apesar da política que vem sendo aplicada no SHO, seus moradores e frequentadores resistem e insistem em manter as singularidades do espaço e da experiência. Mesmo sendo proibido de funcionar no largo da Igreja do Guadalupe pelas forças policiais, o Coco de Umbigada não encerrou a brincadeira. Os brincantes voltaram para o Beco da Macaíba, mesmo o lugar sendo pequeno para a quantidade de pessoas que atrai, ou seja, o Sítio Histórico de Olinda resiste a essa política seletiva, mantendo, ao menos no presente momento desta pesquisa, sua singularidade em meio à globalização. No entanto, com isso, não se afirma aqui que o SHO está livre dessa uniformização imposta por seus órgãos gestores, mas sim, destacar, que o espaço vive hoje um período conflituoso entre o

aparelho estatal e seus moradores e frequentadores, que lutam pelo espaço do SHO. Como dito, mudaram os agentes, mas a batalha continua.

Percebeu-se também, que nessa batalha não há equidade entre os combatentes. Enquanto a classe média instala seus bares, restaurantes e utilizam suas propriedades no SHO para rentabilizar, os mais pobres quando estão como ambulantes são expulsos dos pontos mais lucrativos, e ao invés de rentabilizarem imóveis próprios, lutam mensalmente para conseguir pagar o aluguel que aumenta a cada dia devido a supervalorização do local. Diante desse contexto, o que se espera dos órgãos públicos responsáveis é a criação e aplicação de programas de intervenção no Centro Histórico de Olinda que estejam associados a incentivos sociais, para que assim, haja uma diminuição da desigualdade social presente dentro do SHO. A criação de programas que visem a inclusão social juntamente com uma melhor redistribuição dos recursos ganhos através do próprio SHO, resultaria em um espaço ainda mais rico, diverso e único.

Como possíveis soluções para os problemas detectados ao longo desta pesquisa, podemos apontar a provisão de um auxílio moradia, que ajudaria a reduzir o déficit habitacional para as camadas de baixa renda, e também a larga diferenciação social no SHO. Essa medida vem sendo adotada em outros países, a exemplo da Holanda, que devido a esse tipo de iniciativa, conseguiu obter centros históricos repletos de diversidade social e com baixos índices de imóveis ociosos. Também seria interessante através de um mapeamento da renda dos moradores, uma iniciativa que visasse custear a manutenção dos imóveis que estão em mãos de pessoas em situação de pobreza, por meio de herança, e que não conseguem mantê-los, como é o caso do sanfoneiro entrevistado. Outra medida seria o pagamento justo e pontual dos trabalhadores da cultura, pois o que ganham é insuficiente para manter a brincadeira e a si próprios. Os atrasos nos pagamentos também são um problema, como nos contou um integrante da Troça Mista Cariri Olindense, que já estava no mês de Agosto e ainda não havia recebido o cachê do Carnaval, por parte da prefeitura.

São muitas as iniciativas possíveis para que o Sítio Histórico de Olinda continue a se inventar e reinventar através de seu próprio povo, sem que o fantasma da homogeneização assombre o local. A parte alta da cidade de Olinda não pode perder a sua originalidade como sugere a música do Olindense Victor Azevedo, ao cantar “Gosto de te ver nas ruas da Olinda baixa, naquela parte pouco conhecida, que conta histórias mais reais”. Precisa-se que as histórias reais sejam também vividas na parte histórica e alta da cidade, afinal, foram a soma dessas histórias que ao longo de cinco séculos, fizeram desse espaço especial e digno de ser patrimonializado. São as

pessoas que vivem no local que conferem significado ao patrimônio, e por isso, devem ser respeitadas e mantidas em seus respectivos espaços, para que o local patrimonializado não perca o sentido e se torne apenas mais um ponto turístico.

A intervenção política de patrimonializar uma área não significa gentrificá-la ou colocar sua área a disposição de uma apropriação seletiva do espaço. Ao contrário, deve incentivar que o espaço social mantenha-se vivo e continue a existir pelas ruas históricas dos centros antigos. Centros históricos como os do Equador, ou da Holanda, nos mostram que o problema não é o patrimônio ou o turismo, mas a forma como as leis patrimoniais vêm sendo geridas em nosso país.

## **REFERÊNCIAS**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANTES, Antônio. **Patrimônio Cultural e Cidades**. In Fortuna, Carlos e Leite, Rogério Proença. Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, 11-24. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. 7. Reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

ARGIER, Michel. **Antropologia da cidade**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

**ASSEMBLEIA Legislativa aprova Voto de Aplausos ao Diretor do IPHAN**. Diário de Pernambuco. Recife, 23 abr. 1968.

**A UNESCO Ajuda**. Diário de Pernambuco. 09 mar. 1972.

BARRETO, Juliana Cunha, MILET, Vera. **Conservar**: Olinda Boas Práticas no Casario. Olinda: CECI, 2010.

BARLAEUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

BENJAMIN, Walter. **“Paris, capital do século XIX”**, in: C. Fortuna (org), Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta, 1997.

BERNARDINO, I. L. **Para morar no Centro Histórico**: condições de habitabilidade no Sítio Histórico da Boa Vista. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

BÓGUS, Lucia; SOUSA, Antônio. **Habitação em centros históricos**: um desafio à integração das políticas públicas. In: Cadernos Metrópole. São Paulo, v.18, n. 37, p. 845-861, 2016.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, DF. Iphan: Programa Monumenta, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3a ed. São ... Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.  
Brandão, Ambrósio Fernández. Diálogos das Grandezas do Brasil, (1618). Editora Positivo, 2005.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O carnaval de Veneza**. In: Carnavais e outras frestas: Ensaio de História Social da Cultura. Org. Maria Clementina Pereira Cunha. São Paulo: UNICAMP, 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Vidas precárias**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CALADO, Frei Manoel. **O valoroso lucideno**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

CALDEIRA, Teresa. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. In: Revista Novos Estudos CEBRAP. Rio de Janeiro, n. 47, março/1997, p.155-176.

CAMPELLO, Glauco. **O patrimônio e cidade, cidade e patrimônio**. Revista do IPHAN, nº 23, p. 116-125, 1994.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Edusp, 2003.

CARSALADE, F. L. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico- existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. UFBA, Salvador, 2007. (Tese de doutorado). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8815>. Acesso em: 05/03/2023.

CARVALHO, Paulo. **Ordenamento Territorial e Desenvolvimento**. (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Volume VI. 2008.

**Carta de Atenas**. Atenas: Escritório Internacional dos Museus, Sociedade das Nações, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 2023.

**Carta de Florença**. Florença: ICOMOS, IFLA, 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 2023.

**Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 2023.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

CIFELLI, Gabrielle; PEIXOTO, Paulo - **Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, 2012, pág. 35-54.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FORTUNA, C. (org). (1997). **Cidade, cultura e globalização**. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta.

FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (org.). **Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimônios**. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

FORTUNA, C.; LEITE, R. P. **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Almedina ed. Coimbra: 2009.

FREYRE, Gilberto. **Olinda 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira**. São Paulo, Global Editora, 2007.

GLAZER, Natan. **A Renovação das cidades, 1967**. In: Cidades: a urbanização da humanidade, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil, e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823**. São Paulo: EDUSP, 1990.

GONDIM, L. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**, São Paulo, Annablume. 2007.



GUILLEN, Isabel (Org.); SOUZA, Fernando; LIMA,IVALDO. Et al. **Dossiê do maracatu nação:** inventário nacional de referências culturais. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE\\_MARACATU\\_NA%C3%87%C3%83O.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf)> Acesso em: 12 janeiro 2023.

GUSMÃO, F. M. B. D. **Empoderamento e preservação do patrimônio cultural:** O caso do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989. Recife: Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HOBBSAWN, Erick; RANGER, Terence. (Orgs.) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOWARD, P; PAPAYANNIS, T. (Ed.). **Natural heritage:** At the interface of natural and culture. London: Routledge, 2007. p.xi.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. **Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina, una perspectiva comparativista.** In: Juan José Michelini (Org), Desafíos metropolitanos: un diálogo entre Europa y América Latina. Madrid: Editora Catarata, 2014, p. 82-104.

KARPINSKI, C. **Patrimônio natural, documentação e pesquisa.** Transinformação, v.30, n.3, p.314-323, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892018000300004>.

KOSTER, Henry. **Viagem ao nordeste do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LACERDA, Norma. **Mercado imobiliário de bens patrimoniais:** um modelo interpretativo a partir do centro histórico do Recife (Brasil). EURE, vol. 44, núm. 132, P. 113-133. 2017. ISSN: 0250-7161 / 0717-6236.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo: 5º ed. Editora Centauro, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea, 2ª ed. Campinas, Editora da Unicamp. 2007

LEITE, Rógerio Proença; PEIXOTO, Paulo. **Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo:** o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Cadernos Metrópole, n. 21, 2009. LIPOVETSKY, Guilles.

LÉLIS, Carmem (Org.); MENEZES NETO, Hugo; NASCIMENTO, Leilane. Dossiê de candidatura: **frevo, patrimônio cultural imaterial do Brasil.** Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <[www.portal.iphan.gov.br/portal](http://www.portal.iphan.gov.br/portal)> Acesso em 20 de janeiro, 2023.

LIMA,IVALDO Marciano de França. **As nações de maracatu e os grupos percussivos:** as fronteiras identitárias Afro-Ásia, v. 01, p. 71-104, 2014.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Preservação do Patrimônio:** Uma Análise das Práticas Adotadas no Centro do Rio de Janeiro. Patrimônio- Revista Eletrônica do IPHAN, vol. 2, Nov/Dez, 2005. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MAGNANI, José Guilherme C. **A rua e a evolução da sociabilidade.** In: Cadernos de História de São Paulo, vol. 2. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jan.-dez., 1993.

MAGNANI, José G. C. **A festa no pedaço** – cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELLO, E. C de. **A fronda dos Mazombos: nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **O chamado Foral de Olinda, de 1537.** In: Revista do Arquivo Público. Recife: Arquivo Público Estadual – Governo do Estado, ano XI, n.13, dez/1974.

MENEGON, Vera Mincoff. **Por que jogar conversa fora?** In: SPINK, M. J. P. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

MILET, Vera; PONTUAL, Virginia. **Olinda: memória e esquecimento.** In: R.B. Estudos urbanos e regionais, Nº 5, pp. 29-55. 2002.

MOREIRA, André. **Transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda.** Recife: Dissertação (UFPE), 2006.

**OLINDA Histórica é vitória de Barreto.** Jornal do Comércio. 12 abr. 1968a.

**OLINDA Monumento Nacional.** Correio da Manhã. 24 abr. 1968b.

OLINDA. Lei n.º 4.849/92: **Lei de Usos e Ocupação do Sítio Histórico de Olinda,** de 1972.

OLIVEIRA, Karla Danielle Santos de. **Quantos elementos guardam estas sedes: um Clube, uma Troça e os seus encontros no carnaval de Olinda.** Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PAES, M. T. D. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PEIXOTO, Paulo. **Requalificação Urbana.** In: FORTUNA, Carlos; PROENÇA-LEITE, Rogério (orgs.) Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. **A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 70, p. 183-204, 2004.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o bairro do Recife e a zona histórica da cidade do Porto.** Bahia: Anais da ABA, 2008.

PEIXOTO, Paulo; SANTOS, Myrian. **Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura.** In: Geraldo Pontes; Myrian Santos; Rogério Ferreira de Souza e Victor Hugo Adler Pereira (org.). Cultura, memória e poder. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

PEIXOTO, Paulo. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades.** Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 13. Acessado em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2484>. 2003.

PINHEIRO, Odette de Godoy. **Entrevista: uma prática discursiva.** In: SPINK, M. J. P. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Estevão. **Muxarabis e balcões.** In: Arquitetura Civil II. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN. 1975.

RAYMOND, Williams. **O campo e a cidade.** São Paulo: Companhia das letras, 2011. Rogério Proença. Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, 11-24. Coimbra: Almedina, 2009.

PEREIRA, Affonso de Miranda. **E o Rio dançou**. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). Carnavais e outras f(r)estas, Campinas, SP: Editora Unicamp, Cecult, 2002.

PIZZOLATO, Pier. **Villa Sanhauá em João Pessoa** (PB, Brasil) Estudo de caso para a requalificação de centros históricos na América Latina. In: Cidades, Comunidades e Territórios. N. 42, (Jun/2021), p. 1–17.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROCHA, Tadeu. **Roteiros do Recife, Olinda e Guararapes**. 1. ed. Recife: [s.n.], 1959.

SÁ BARRETO, Francisco & MEDEIROS, Izabella. **As cidades como objeto das políticas de cultura: o caso da Recife do século XXI**. Brasília: Anais do Congresso da SBS, 2017.

SILVA, Vinicus Marcelo. **Patrimônio cultural em destaque: trabalhando os conteúdos de bens culturais na formação do Guia de Turismo**. SE: Instituto Federal Sergipe, 2021.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella. **A “ocupação” como léxico da agência política nas cidades contemporâneas: o caso do movimento ocupe estelita, em Recife – Pernambuco**. Minas Gerais: Anais da ANPOCS, 2017.

SAHOP. Secretaria de asentamientos humanos y obras públicas. **Glosario de términos sobre asentamientos humanos**. México. D.F.: SAHOP, 1978, p.175.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: PPGU/UFBA, 1995. (Dissertação de Mestrado)

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Editora Letra Livre, 2013.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Ed Universitária/UFPB, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Cultura; Identidade; Memória e Patrimônio**. In: Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Leonardo Dantas. **Olinda no tempo dos flamengos**. Revista Continente - Documento, Recife, ano IV, n 42, p. 14-17, 206c.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: Uma estratégia para a reprodução da capital**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIRCHAL – Site International sur la revitalisation des centres historiques des villes d'Amérique Latine et des Caraïbes (1995), “Accdocs – Glossaire”. Página consultada 23/05/2023. (Disponível em <https://whc.unesco.org/fr/activites/753/>)

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na corte do Rio de Janeiro (1809-1890)**. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). Carnavais e outra f(r)estas. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p.281-310.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: 2º ed. Editora Paz e Terra, 2012, vol.1-3.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLLENARE, Louis François. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817, e 1818**. Salvador: Progresso, 1956.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria** – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103.

WACHSMUTH, David; WEISLER, Alexander. **Airbnb and the Rent Gap: Gentrification Through the Sharing Economy**. 2018. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 50(6), 1147-1170. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Editora Vozes, p. 07-72. 2000.

ZUKIN, S. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 80-103.  
\_\_\_\_\_. (1995). *The culture of cities*. Oxford, Blackwell.